

**VERSO E REVERSO DAS MUDANÇAS NAS
FAMÍLIAS DE CAMADAS MÉDIAS NO DF**

FERNANDA BITTENCOURT VIEIRA

BRASÍLIA, 1998.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**VERSO E REVERSO DAS MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS
DE CAMADAS MÉDIAS NO DF**

FERNANDA BITTENCOURT VIEIRA

**Dissertação apresentada ao Departamento
de Sociologia da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do grau
de Mestre em Sociologia.**

Orientadora: Prof. Doutora Lourdes Bandeira

Banca: Prof. Doutor Brasilmar Ferreira Nunes

Prof. Doutora Gláucia Ribeiro Starling Diniz

Prof. Doutora Christiane Girard Nunes

BRASÍLIA, 1998.

Dedico esta dissertação ao meu filho Noaue, com quem construo, a cada dia, com todas as contradições e ambigüidades, uma família nova, intensa e feliz.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Dra. Lourdes Bandeira, pela dedicação com que assumiu compartilhar das angústias, dúvidas e motivações que deram origem a esta dissertação;

Ao professor Dr. Carlos Benedito, pela disponibilidade e interesse com que acompanhou e contribuiu na trajetória da elaboração da dissertação,

Às professoras Dra. Christiane Girard e Dra. Mariza Veloso, que contribuíram com críticas construtivas e sugestões valiosas;

Às professoras da Universidade do Amazonas: Dra. Selda Vale da Costa e Dra. Marilene Corrêa, pelo incentivo e entusiasmo que foram fundamentais para que eu seguisse adiante e realizasse este Mestrado;

Ao professor Dr. Eurico Cursino dos Santos, pela orientação do projeto de dissertação;

Aos entrevistados, por terem gentilmente aberto as portas da sua vida para tornar esta dissertação possível;

À Christiana Freitas e Breno Figueiredo, pela imensa alegria com que vivemos tantas histórias que ajudaram a preencher a vida numa cidade inteiramente nova e distante, permitindo tornar Brasília significativa para mim e para o Noaue;

A Roniere Ribeiro do Amaral, pela amizade construída no companheirismo das aulas de que me lembro com muitas saudades;

À Júlia Maria Rodrigues, por caminhar lado a lado comigo nessa busca profissional com uma solidariedade incomensurável;

À Adriana Ramos e Carla Arouca Belas, amigas de todas as horas;

À Josette Campos, pela convivência silenciosa e amiga, no processo de redação da dissertação;

À Almira Rodrigues, que me pôs em contato com sua rica biblioteca sobre amor, família e gênero e esteve atenta às minhas dúvidas, colocando-se sempre disposta a ajudar e contribuir;

A Sales Augusto dos Santos, por nunca ter medido esforços para me mostrar ‘o caminho das pedras’: de informações simples à apresentação de pessoas para entrevistar nos trabalhos de curso, em tudo mostrava-se disposto a ajudar;

À Elen Gerardes, pela atenção e carinho que tornaram nossa convivência rica e importante;

A Lunde Braghini, pela amizade, o apoio e o incentivo em todas as etapas do Mestrado e, claro, pela revisão cuidadosa;

Aos colegas e amigos da Sociologia: Araújo, Paula, Joase, Marcelo, Zé Roberto, Thadeu e Beto, e àqueles de outras estações, Leticia, Wellington, Jeanne e Henyo, por alegrias compartilhadas;

À Nadya Muffarej, cujo apoio tornou a mudança para Brasília um projeto mais viável;

À Rosivane Wenlund, que iniciou esta aventura comigo, acompanhando-me desde Manaus e possibilitou as condições domésticas para meus projetos profissionais, cuidando do meu filho durante três anos;

A Adriano Campos, que me acolheu amorosamente em sua casa e em sua vida;

Aos meus avós queridos Ulysses Bittencourt (*in memoriam*) e Fernanda Bittencourt, com imensa gratidão por terem sido tão especiais e presentes na nossa vida;

À Zulmira Bittencourt Amador, que parece guardar na sua pessoa os laços que nos unem a todos na família;

Ao meu pai Manoel Francisco Mendonça Vieira, com carinho;

As minhas irmãs Liomar e Marta Bittencourt Vieira, pelo amor que me acompanha em todos os passos;

E, acima de tudo, à minha mãe, Ana Amélia Bittencourt Vieira, por valorizar a possibilidade de cada um construir sua trajetória segundo desígnios pessoais, o que a torna um apoio sempre imprescindível na minha vida;

Ao CIESA, por ter apostado em mim e ter me confiado as turmas de Sociologia Geral, que assumi do 'alto' dos meus 21 anos;

Ao CNPq, pela bolsa de estudos concedida por vinte e quatro meses.

RESUMO

As transformações nas famílias brasileiras têm sido profundas e intensas. A hegemonia do modelo conjugal moderno foi dando lugar a novos arranjos familiares: famílias constituídas na maternidade/paternidade solteira; famílias homoeróticas; famílias de mães/pais adolescentes; e aquelas formadas pelo mundo pós-divórcio, como as famílias monoparentais, recompostas, famílias 'singles' e famílias que dividem conjuntamente a guarda das crianças, vivendo a experiência de transformar o 'casal conjugal' em 'casal parental' ou de se constituir sob o domínio exclusivamente materno.

O mundo pós-divórcio também flexibilizou as relações nas famílias. Esta flexibilização compreende um nova configuração dos papéis sociais dos seus membros, e uma nova visão sobre o exercício da sexualidade de homens e mulheres, uma ressignificação da maternidade e da paternidade, o que diz respeito às relações de gênero, às relações afetivo-sexuais e às relações intergeracionais.

O objetivo desta dissertação é analisar tais mudanças nas formas familiares e nos valores que ordenam a vida privada nas famílias de camadas médias do Plano Piloto de Brasília. Após três décadas de reivindicação dos movimentos feministas por uma relação mais equânime e satisfatória nas famílias, pergunta-se o que mudou e o que permaneceu na ordenação familiar. A necessidade de retirar as mulheres do seu lugar subordinado e invisível compreendeu desde a sua inserção no espaço público e no mercado profissional até a necessidade de uma democratização da vida privada.

A pesquisa compreendeu pais, mães e filhos, moradores do Plano Piloto, ao todo 26 pessoas. A pesquisa foi qualitativa e abrangeu a socialização, as relações afetivo-sexuais, o casamento/ separações, a educação dos filhos, as diferenças e semelhanças dos valores manifestados em relação àqueles vividos nas famílias dos seus pais, a sexualidade, os papéis e funções dos homens e das mulheres na vida privada.

As ambigüidades das mudanças afloraram na pesquisa, demarcando as fronteiras entre o novo e o velho nas famílias. Essas fronteiras dizem respeito à participação ainda tímida dos pais na vida doméstica e nos cuidados com os filhos, o que se agravava depois do divórcio. A centralização na mãe dos papéis expressivo e instrumental nas famílias monoparentais é o grande paradoxo que a flexibilização dos papéis gerou na contemporaneidade. As ambigüidades também afloraram nas autocríticas de pais que exerceram uma educação mais 'liberal'; na diferença entre filhos e filhas com respeito à sexualidade; e no resgate de alguns valores que haviam sido questionados nas famílias de origem e que passaram a ser incorporados às suas vivências atualmente, mostrando não haver uma linearidade nas mudanças dos comportamentos e dos valores.

A necessidade de estimular a participação ativa do pai na vida do casal, seja este conjugal ou parental, parece despontar como um caminho para formar famílias mais igualitárias e emergir nas agendas de políticas públicas como nova reivindicação da atualidade. Essa redefinição do papel paterno na família é reforçada nas famílias 'divorciadas', nas quais a sua ausência impõe uma sobrecarga de funções para as mulheres. A pluralidade de formas familiares não é por si própria indício de uma maior democratização da vida privada, sendo a democratização vivida ambigüamente, mais como um desejo do que propriamente como uma evidência empírica.

ABSTRACT

The transformations in the Brazilian families have been profound and intense. The hegemony in the modern conjugal pattern has been giving way to new family arrangements. The families constituted by single maternity/paternity as well as those formed by the world post-divorce: monoparental and reconstituted families, "single" families, and families who share on an equal basis the children's care, homoerotic families, and families headed by adolescent parents share the experience of changing the "matrimonial couple" into a "parental couple" or of living only under maternal ruling, among other questions posed by such plurality of family forms.

However, the world post-divorce is also the world that made the relations within families flexible. This flexibility comprises a new configuration of its members' social roles, a new vision on the exercise of sexuality between men and women, a new meaning for maternity and paternity, which refers to gender relations, affective-sexual relations, and inter-generational relations.

The objective of this dissertation is to analyze such changes in the family forms and values that order private life of middle-class families in the Plano Piloto of Brasilia. After three decades of vindication of the feminist movements towards a more equal and satisfactory relation in the families, which would withdraw woman from her subordinate and invisible place, leading them to a more egalitarian condition, which comprises their insertion in the public space, their professional projects, and the democratization of private life, one asks about what has changed and what has remained the same in family organization.

The research involved 26 people, among them, fathers, mothers, and children who live in the Plano Piloto area of Brasilia. The research was qualitative and involved socialization, affective-sexual relations, marriage/separation, the upbringing of children, the differences and similarities of values in relation to those of their parent's families, sexuality, and the roles and functions of men and women in the families.

The ambiguities of the change have emerged in the research, setting boundaries between the new and the old in the families. Those boundaries refer to the participation, though timid, of the fathers in domestic life and in child care, which usually became less common after a divorce. The centralization in the mother of the expressive and instrumental roles in monoparental families has been the great paradox that the flexibility of the roles has generated at present. The ambiguities have also been brought up in the self-analysis of parents who have carried out a more "liberal" upbringing of their children in respect to sexuality and in recovering certain values that had been questioned in their families of origin and which became incorporated to their present lives, showing there is no linearity in the changes of behavior and values.

The need to stimulate the active participation of the father in the couple's life either in a conjugal couple or a parental couple, seemed to rise as the way to form more egalitarian families, which emerge in the agenda of public policies as a new claim of the present times. This redefinition of the paternal role in the family is strengthened in the "divorced" families in which his absence forces an overload of functions for the women. The plurality of family forms does not indicate, by itself, a greater democratization of private life, once the democratization is lived through with ambiguity, more as a desire than as an empirical evidence.

INTRODUÇÃO	3
I- A FAMÍLIA CONJUGAL MODERNA: “COM AÇÚCAR E COM AFETO”	7
1.1 A Formação da Família Conjugal Moderna	8
1.1.1 O Amor Romântico.....	9
1.1.2 O Amor pelos Filhos/as	14
1.2 A Psicologização da Família e os Papéis Sexuais.....	18
1.2.1 A Privatização da Vida	19
1.2.2 A Crítica Feminista.....	22
II - A DEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA PRIVADA E A PLURALIDADE DE FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE.....	27
2.1 Alguns Limites na Constituição da Auto-Identidade.....	37
2.2 Questões sobre a Democratização no Público e no Privado.....	41
III- IGUALDADE/EQÜIDADE, GÊNERO E FAMÍLIA	43
3.1 A Construção Social da Maternidade e da Paternidade.....	46
3.2 A Celeuma Igualdade x Diferença.....	52
IV - VALORES DA VIDA PRIVADA EM CAMADAS MÉDIAS DO MEIO URBANO	56
4.1 As Famílias em Camadas Populares	60
4.2 As Famílias de Camadas Médias.....	70
V- A DEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA PRIVADA EM CAMADAS MÉDIAS DO PLANO PILOTO.....	73
5.1 A Socialização e a Educação.....	76
5.2. Os Tabus Sexuais.....	83
VI- TRABALHO E FAMÍLIA: OS RUMOS DA EQÜIDADE ENTRE OS SEXOS	96
6.1 Maternidades/Paternidades e Vida Profissional	97
6.2 Os Dilemas do Casamento	112
VII- A COMPLEXIDADE DA CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS PLURAIS	116
7.1 As Famílias Monoparentais.....	119
7.2 As Famílias ‘Singles’.....	128
7.3 As Famílias Reconstituídas.....	131

7.4 As Famílias de ‘Guarda Conjunta’	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
BIBLIOGRAFIA.....	149
ANEXO I - REVISTAS E JORNAIS CONSULTADOS	164
ANEXO II - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	166

INTRODUÇÃO

A família de classe média mergulhou no experimentalismo (Goldani, Veja, 5 de junho de 1991). Esta frase ilustra o contexto social brasileiro, que é palco de amplas mudanças nas famílias, especialmente, de camadas médias¹. As mudanças relacionam-se aos divórcios e separações, cada vez mais comuns; às maternidades/paternidades solteiras; aos casamentos que envolvem os filhos/as das relações anteriores; aos casamentos sem coabitação; à ascendência das famílias chefiadas por mulheres, enfim, às mudanças que alteraram radicalmente o perfil conjugal das famílias brasileiras.

Estas mudanças relacionam-se aos novos valores gestados nas famílias, que dizem respeito a um conteúdo mais igualitarista dos papéis sexuais; às novas atribuições do gênero feminino e masculino; às relações mais dialógicas entre pais/mães e filhos/as; aos conteúdos normativos que reordenam a sexualidade, enfim, aos estilos de vida familiar inventados e reinventados a cada dia.

O objetivo principal deste trabalho é analisar essas mudanças dos valores que permeiam e configuram as relações familiares nas camadas médias do Plano Piloto² de Brasília. Em um contexto de transformações profundas nas relações familiares, os 'novos' valores passam por um série de mediações que devem ser consideradas a fim de que se possa apreendê-los em sua relação com os 'antigos'.

A necessidade de analisarmos os valores e suas mediações advém do fato de que o 'novo' não se apresenta, na maioria das vezes, inteiramente 'novo', apropriando-se e reapropriando-se de diversas maneiras do 'velho'. São as fronteiras recortadas entre o 'novo' e o 'velho' que podem ser apreendidas pelas atuais configurações de valores. As famílias transformam-se na forma ou os conteúdos valorativos também são alterados? E, em que medida, seriam alterados? Essa pergunta, que é central neste trabalho, tornou-se mais claramente formulada depois da pesquisa de campo, pois, a partir da mesma, o nosso projeto inicial sofreu muitas reformulações. Essas reformulações são um ponto de partida para deixar bem delineada nossa trajetória de pesquisa.

¹ Na tradição marxista, o conceito de classe define as relações dos indivíduos com os meios de produção. O conceito de camada média é estranho ao referencial marxista. Considerando a historicidade do conceito de classe (muito associado a uma tradição marxista) preferimos nos apropriar, nessa dissertação, da categoria camadas médias. Por esse mesmo motivo, utilizamos indistintamente as noções de 'camada' e 'classe popular'.

Os critérios definidores dos membros das camadas médias, na pesquisa, foram: renda familiar de 15 a 60SM e um mínimo de 13 anos de escolaridade formal.

² O Plano Piloto compreende, neste trabalho, a Asa Sul, a Asa Norte e o Setor Sudoeste, segundo o padrão adotado pela Codeplan nas últimas pesquisas (que anteriormente incluíam os Lagos Sul e Norte).

Nosso objetivo inicial era o de abordar a relação entre 'individualismo e família no Brasil', abarcando as visões de mundo familiares, políticas e identitárias que se aglutinariam nas camadas médias brasileiras, dando conta das mudanças, permanências, articulações e disjunções dos valores culturais que ali têm lugar. Propusemos, assim, uma conjunção entre a sociologia política, a sociologia da cultura e a sociologia da família, em torno do valor da igualdade, que pode ser lido como transversal às diferentes áreas do pensamento sociológico.

No decorrer da pesquisa, pareceu-nos inviável sustentar consistentemente aquela abordagem abrangente do tema, pois questões que pareciam *a priori* resolvidas foram despontando matizadas de mil cores. E nossa hipótese inicial, que pressupunha um forte valor da igualdade nas relações familiares, nas camadas médias, não se sustentou.

As entrevistas desembocaram, portanto, numa discussão extremamente rica sobre o tema da (des)igualdade. No lugar de uma hipótese que pressupunha a igualdade no casamento e entre as gerações (pais/mães e filhos/as), emergiu a questão dos limites dessa mesma igualdade. No lugar de uma flexibilização dos papéis sexuais, deparâmo-nos com um novo padrão, cujas fronteiras podem ser exploradas para se pensar a representação do masculino e do feminino e as questões ligadas à hierarquia etária ou geracional.

Uma vez que caíra por terra a suposição inicial sobre a presença forte de uma igualdade (que não deixa de ser sempre uma promessa tentadora), precisamos nos situar no contexto histórico e cultural que leva as mudanças a um ponto e não a outro. Até onde se pode ir nas mudanças? Ali onde parecia configurar-se o reino das liberdades pessoais, surge todo um código de novos parâmetros e redefinições sobre o certo e o errado, o novo e o velho, o masculino e o feminino.

Nesse sentido, a intenção inicial de articular questões familiares, políticas e identitárias foi redimensionada. Embora essa articulação nos pareça interessante, ficou evidente, à medida que a pesquisa de campo era levada a cabo, que os dois últimos temas se secundarizariam, havendo um maior enfoque nas questões vinculadas à família em si. A relação entre a família e a igualdade tornou-se, ela própria, um problema para o nosso trabalho.

Assim, os valores a que nos referimos são os valores da esfera doméstica, e que, na verdade, transcendem-na, tais como: distribuição dos papéis e funções em casa; papéis e identidade de gênero; padrão igualitário nas relações entre marido e mulher, pais/mães e filhos/filhas; e, por fim, a própria configuração da família (família nuclear, recomposta, monoparental, etc.).

A forma familiar tornou-se parte do problema, pois pode ser ela própria é um indício

nas mudanças dos valores da esfera doméstica. Os divórcios e separações crescentes têm algo a nos dizer sobre novos valores orientando a conduta de homens e mulheres na atualidade. Pesquisamos 6 famílias conjugais, 4 famílias reconstituídas e 7 famílias monoparentais. Esses diversos tipos familiares foram também uma boa amostra das mudanças e permanências ocorridas nas famílias.

Assim, fazendo um percurso cheio de ardis, chegamos à sociologia de gênero, que nos pareceu a mais adequada para abordar a questão da família, pois o gênero organiza as relações na família, atribuindo papéis e funções diferentes e complementares entre homens e mulheres. Essa abordagem também rompe com a dicotomia entre a organização da vida privada e a da vida pública, uma vez que apreende os valores e conteúdos de gênero subjacentes a maior parte das relações sociais, sejam elas na família ou não, embora o nosso foco, vale ressaltar, seja sua configuração nas relações familiares.

As relações de gênero pautadas no valor igualitarista são alteradas em que sentido e direção nas famílias? A igualdade deixou de ser um pressuposto para ser uma questão: analisar mudanças culturais com relação à família; mudanças de valores voltados para a igualdade; e mudanças nas formas e tipos familiares. Todas essas mudanças são cheias de filigranas: aquilo que parece uma mudança pode ser, na verdade, uma resignificação; e o que tinha a aparência de permanência, pode ter um conteúdo renovado. A isto chamamos pesquisar o verso e o reverso do novo.

É no universo dos novos códigos que tentamos penetrar, procurando abrir a porta desse tão estranho quanto familiar universo, e encontrar, no plano dos sentimentos, dos afetos, dos laços familiares, das ambigüidades e contradições nas mudanças das camadas média brasileira o lugar da sociologia da família e do gênero.

Figueira (1987) buscou mostrar que o novo e o moderno convivem com o arcaico e o antiquado. O que estamos procurando mostrar é qual é afinal esse novo e até onde vai o seu potencial de mudança. É este o ponto central: a dinâmica das mudanças, mediatizadas por conteúdos, formas e significados nas famílias de camadas médias.

Segundo Vianna et alli:

“O termo gênero começou a ser utilizado como uma maneira de se referir à organização social entre os sexos, para insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas sobre o corpo e mais, para indicar a rejeição ao determinismo biológico, presente nos termos como sexo e diferença sexual, e destacar o caráter relacional das definições normativas de feminilidade, isto é, mulheres e homens passam a ser definidos em termos recíproco” (1996:11).

E nesta medida que queremos apreender como estão sendo estruturadas nas famílias pesquisadas essa nova construção do masculino e do feminino, uma vez que as fronteiras rígidas de identidades e papéis sexuais (homem na esfera pública, mulher na esfera privada, entre outros), desagregam-se, dando lugar a uma outra organização doméstica, a uma nova visão da maternidade e da paternidade, e uma nova estrutura de família. Tudo isso ligado a essa construção social do masculino e do feminino, ou seja, a uma sociologia do gênero³. As fronteiras entre os valores de gênero são alteradas, mas o que muda e o que permanece?

Perguntamos aonde vai a mudança dos valores na sociedade brasileira: há adesão aos valores igualitários na família? E problematizamos os contextos em que surgem e as feições que os valores igualitários vão assumir na família brasileira de camadas médias⁴.

Os valores igualitários constituem-se no ponto central para analisar a mudança de valores, numa sociedade continuamente caracterizada por seu conteúdo hierárquico (Holanda, 1979, Da Matta, 1987 e 1994). Na sociedade brasileira, marcada pelo discurso da diferença como uma desigualdade evidente entre os indivíduos - com a inferiorização de todos que não estejam ligados a alguma forma de poder, seja o poder masculino, o poder político ou de classe, comumente reunidos todos num mesmo personagem autoritário e paternal.

³ A discussão sobre a educação dos filhos pautada pela igualdade transcenderá, até certo ponto, a questão do gênero, mas será importante também na análise de qual a igualdade cabível aos filhos de gênero diferentes.

I- A FAMÍLIA CONJUGAL MODERNA: “COM AÇÚCAR E COM AFETO”

O que é a família? A pergunta parece simples uma vez que todos nós nascemos e vivemos em algum tipo de família. Quem não saberia responder? Sob a aparente trivialidade da categoria, esconde-se, no entanto, toda uma organização social e de parentesco, que assume formas singulares e complexas em cada sociedade e em cada época.

As etnografias dos mais diversos lugares e povos do mundo demonstram definitivamente que a organização do parentesco, concretizada nos diferentes tipos de família, é essencialmente cultural. Ainda quando se trata do que seria o seu aspecto mais “biológico” - isto é, da relação entre pais/mães e filhos/as, entre os genitores/as e suas ‘crias’ - formas de parentesco como as dos trobianeses oferecem um exemplo de que as bases para a construção da família são culturais. Os trobianeses não reconhecem a participação do genitor no processo reprodutivo.

Segundo Mead(1971), entre as poucas sociedades humanas que minimizaram o papel materno na criação infantil, estão as das ilhas Rossel, cujos integrantes vêem a mãe apenas como uma receptora do ovo que o pai produziu e nela colocou, e a dos montenegrinos, que negam à mãe qualquer relação com a criança. Nos dois modelos, não é atribuída à mãe uma participação na procriação das crianças. Vê-se, assim, que, embora seja muito mais raro negar-se o parentesco materno do que o paterno, existem sociedades que dispuseram desta construção cultural⁵.

Pensando em casos extremos, é possível conceber uma família exclusivamente pela linhagem materna ou paterna, desprezando-se condicionamentos biológicos na formação da família. Embora seja impossível dissociar totalmente o parentesco dos laços biológicos de filiação também é igualmente impensável associá-lo integralmente à biologia, uma vez que são normas sociais que vão estabelecer sua estrutura e relações.

Desse modo, aquilo que nos parecia tão evidente, à primeira vista, ou seja, que uma família reúne, no mínimo, pai, mãe e filhos/as, conforme o modelo da família conjugal moderna, não é nem evidente, nem muito menos biologicamente fundado. E quem poderia afirmar a universalidade do complexo de Édipo freudiano, baseado na tríade pai-mãe-filho/a, em uma sociedade que desconhece a participação do genitor (ou da genitora), com o qual o

⁵ Mead nos remete a duas referências, pois não era seu objetivo analisar especificamente este tema. As obras são: Armstrong, W.E., *Rossel Island*. Cambridge University Press, 1928, p.100 e Demetracopoulou, Dorothy, *Laws and Customs of the Balkans*, *American Anthropologist*, N.S.VI 32 (1930), p. 100.

filho terá uma relação de afinidade e não de parentesco?

Para os trobriandeses, de fato, o pai é um amigo benevolente e amado, mas não um parente reconhecido como tal pela criança; o irmão da mãe é investido de autoridade sobre esses filhos, é quem estabelece o princípio da disciplina. Enquanto o primeiro mantém uma relação de afeto com os filhos (que não são dele no sentido da procriação), o segundo detém o poder sobre eles, fornece-lhes o alimento e transmite-lhes seus bens ao morrer. Tudo que parece naturalmente fundado na família nuclear - a autoridade paterna e o afeto materno -, está combinado de uma maneira inteiramente diversa na família trobriandesa.

Embora todas as sociedades humanas tenham organizado a reprodução por alguma forma de família, esta é uma construção cultural, podendo ter significados extremamente diversos de uma sociedade a outra. A natureza múltipla e polissêmica do conceito se relaciona ao fato de que se inscreve ao mesmo tempo na natureza (genealogia, hereditariedade, consangüinidade, etc.) e na cultura (organização social e cultural da paternidade e da maternidade, afinidade, etc.). Como escreve Bourdieu, “*nada parece mais natural do que a família: essa construção social arbitrária parece situar-se no pólo do natural e do universal*” (1996:128).

No âmbito da cultura ocidental, falar de família hoje não tem o mesmo significado de há cinco séculos, como também não tem o mesmo significado de há cinco décadas. Aquilo que é considerado a maternidade, a paternidade, a hierarquia entre os filhos/as ou as relações de parentesco toma formas e sentidos diversos a cada época, podendo-se afirmar que o conceito de família, como tal, é potencialmente vazio, se não tivermos bem clara sua rede de significados.

1.1 A Formação da Família Conjugal Moderna

A família conjugal moderna é composta pelo pai, pela mãe e pelos filhos/as nascidos/as dessa união. Também denominada como nuclear ou elementar, esta forma familiar tornou-se historicamente hegemônica no Ocidente afirmando-se em relação à chamada família extensa, a qual englobava a rede de parentesco, sendo composta por várias gerações residindo juntas. Na situação anterior, havia um maior controle da família nuclear pela família ampliada, mesmo na hipótese de que não se compartilhasse a unidade residencial.

Davis analisa o que chamou de “*grande transição para o moderno sistema familiar*”, o qual “*difunde-se, junto com outros aspectos do industrialismo, para o resto do mundo*”

(Davis *apud* Macfarlane, 1990: 51). O modelo de família conjugal moderna, baseado no romantismo, implica uma imensa autonomia em relação à família extensa, a ponto de identificarmos a palavra família exatamente com a família nuclear, ficando para os demais a definição de 'parentes'.

Goode (1969) segue os mesmos passos de Davis ao considerar que há uma rápida disseminação do sistema de família nuclear no Oriente Médio, na África, na Índia, na China e no Japão. Para ele, a ideologia da família conjugal tem um caráter radical, pois destrói as antigas tradições em quase todas as sociedades.

A maioria dos teóricos da família preocupou-se com essa formação e consolidação da família conjugal moderna. Desde os teóricos da privatização da vida até Parsons(1969), evidencia-se que enquanto a família alargada exercia funções econômicas, políticas, religiosas, de socialização e lazer, a família elementar reduz o seu papel, assumindo a procriação, os cuidados com as crianças e a função de suporte emocional dos indivíduos.

Ainda que não exista acordo entre os teóricos sobre a existência da chamada família extensa⁶, existe consenso de que houve mudanças, de funções e sentidos, entre a família antiga (seja ela extensa ou não) e a família moderna. São estas funções e sentidos que nos interessam observar. Nosso objetivo consiste, portanto, em situar as características que a família foi assumindo para chegar a sua forma moderna de "família conjugal". Depois caracterizaremos essa forma atual, que comporta uma pluralidade de modelos.

1.1.1 O Amor Romântico

Duas alterações fundamentais têm relevo quando se trata de pensar o novo na família conjugal moderna. Primeiro, a escolha dos cônjuges passa a ser uma atitude individual, com base, sobretudo, no sentimento de amor e não uma decisão dos pais com o fim de promover alianças familiares, econômicas e políticas. Segundo, há uma maior independência dos casais em relação à rede de parentesco mais ampla, já implícita na própria possibilidade da escolha individual. Esta maior independência se realiza não apenas no estabelecimento da residência (evita-se coabitar com os pais/mães de um dos cônjuges), mas principalmente na atitude de uma autonomização ante a rede de parentesco, que gera uma ascendência da família nuclear e um enfraquecimento das relações de solidariedade intra-familiares.

A ascendência da família nuclear é um passo para o modo individualista de vida, que

⁶ Philippe Ariès assim se manifesta quanto ao tema: "Não acredito que a família extensa (composta de várias gerações ou vários grupos colaterais) jamais tenha existido, a não ser na imaginação dos moralistas como Alberti na Florença do século XV, ou como os sociólogos tradicionalistas franceses do século XIX, e exceto em certas épocas de insegurança, quando a linhagem devia substituir o poder público enfraquecido, e em certas condições econômico jurídicas (como, por exemplo, nas regiões mediterrâneas, e talvez nos lugares onde o

abarca primordialmente as demandas do grupo familiar reduzido e irá desenvolver-se com toda a intensidade no mundo contemporâneo. Como escrevemos, a formação da família nuclear implica não apenas uma mudança de forma em relação à família antiga, mas também novas funções e significados.

A disseminação da ideologia da “livre escolha” no plano conjugal dá margem a todo um desenvolvimento da idéia de amor romântico. Se a motivação para o casamento e a procriação foi largamente econômica no passado, “*no Ocidente desenvolvido ela é essencialmente afetiva*” (Macfarlane,1990:77). A passagem do casamento arranjado para o de escolha individual “*efetuou uma mudança que não poupou um canto sequer da nossa ética, da nossa imaginação ou da nossa vida diária, erguendo uma barreira intransponível entre nós e o passado clássico ou o presente oriental*” (Macfarlane,1990:134).

Lévi-Strauss (1976) enfatiza igualmente o caráter econômico que o casamento assume nas sociedades ‘primitivas’, em contraste com a nossa sociedade. Naquelas culturas, a satisfação das necessidades econômicas repousa inteiramente sobre a sociedade conjugal e sobre a divisão de trabalho entre os sexos. Existe uma complementariedade e uma interdependência nas funções sociais de homens e mulheres. Cada qual possui uma especialização técnica para a produção de artefatos úteis a ambos e assume a produção de diferentes tipos de alimentos. Cria-se o que Lévi-Strauss chama de uma verdadeira “*cooperativa de produção*” familiar, necessária para garantir uma alimentação completa e regular.

A posição do solteiro torna-se instável e precária. Por não participar de nenhuma unidade familiar que lhe garanta a alimentação suficiente, fica à mercê das ofertas intermitentes de alimento que lhe são feitas por parentes e amigos/as, isola-se, vivendo em estado de abandono e solidão:

“Não é portanto exagerado dizer que nessas sociedades o casamento apresenta importância vital para o indivíduo. Porque cada indivíduo está duplamente interessado não somente em encontrar para si um cônjuge, mas também em prevenir a ocorrência, em seu grupo, dessas duas calamidades da sociedade primitiva, a saber, o solteiro e o órfão” (Lévi-Strauss,1976:79).

Embora rigorosamente não se possa comparar a função econômica vital que assumia o casamento nas sociedades ‘primitivas’ com aquela assumida na família antiga, é interessante estabelecer um paralelo a fim perceber o quanto a família nuclear torna-se esvaziada dessa

direito de beneficiar exclusivamente um dos filhos favorecia a coabitação)”(1986:10).

mesma função.

Nas sociedades 'primitivas' a figura do solteiro é maldita, pois não existe espaço para sua existência individualmente vivida. A produção das condições de subsistência é necessariamente baseada na unidade familiar⁷, passando pelas atribuições do casal enquanto tal. A família antiga também tinha o papel de prover economicamente seus membros. "*Num mundo em que um homem e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver*" (Ariès, 1986:11), a família era fundamental para transmitir os bens e o nome, estabelecer uma rede de ajuda mútua, manter a vida e a honra.

Em ambos os casos, não há uma existência individual fora do espaço familiar, a não ser sob formas desviantes e inferiorizadas, como a do solteiro, no primeiro; e das prostitutas, vagabundos/as, empregados/as domésticos/as e aprendizes, no segundo.⁸ Flandrin (1988) refere-se à estreita relação entre o casamento e a propriedade. Segundo ele, na antiga sociedade francesa, era preciso ser proprietário para se casar e, uma vez alcançada a independência econômica tinha-se que ter uma esposa. O verbo 'estabelecer-se', no velho francês, significava ao mesmo tempo se instalar e se casar.

Quando as questões econômicas e familiares andam muito juntas, há pouca margem para a valorização do sentimento amoroso⁹. Macfarlane procura analisar que a visão do cônjuge como um companheiro, a visão romântica do casamento identificada no símbolo das "almas gêmeas", duas metades que se complementam no amor, é pouco comum em outras sociedades.

Nas sociedades 'primitivas', a companhia não vem ao caso, o casamento não consiste num encontro de dois seres que compartilham sua vida. Geralmente, os homens e as mulheres vivem em mundos separados, tanto antes quanto depois do casamento. Ambos continuam convivendo com os parentes do mesmo sexo, fazem as refeições separados, caminham separados e dormem grande parte do tempo separados.

Algumas vezes o casal se conhece dias antes do casamento e, como convive muito

⁷ "Quanto mais mulheres há, mais há o que comer", diziam os pigmeus, que consideravam 'as mulheres e as crianças como a parte mais preciosa do ativo do grupo familiar'. Igualmente as mulheres Hotentote, durante a cerimônia do casamento, celebram em coro o noivo e os homens que, como ele, "procuram mulher, embora hoje tenham o suficiente para comer" (Lévi-Strauss, 1976:78).

⁸ Nas sociedades antigas existia uma outra forma de não ser nem desviante, nem casado: a vida religiosa, considerada destinada aos homens virtuosos. Mas nesse caso está-se diante de amarras institucionais ainda mais fortes do que as do casamento, que não favorecem uma existência individualmente vivida.

⁹ O fato da vida moderna ter-se dissociado da condicionalidade do casamento aos interesses puramente econômicos não significa que não exista uma estratificação social referida ao casamento. Uma pesquisa na França mostrou que é raro que os cônjuges não sejam da mesma origem social. Embora o casamento por amor seja a regra, este se dá nos estreitos limites da mesma classe social. Esta constatação nos lembra Lévi-Strauss que afirma: "Mesmo na estrutura elementar mais rigorosa conserva-se certa liberdade de escolha, e mesmo na estrutura complexa mais vaga a escolha permanece sujeita a certas limitações" (1976:20).

pouco, fica embaraçado quando está sozinho. Outras vezes os cônjuges podem ser hostis entre si, mas consideram o casamento satisfatório, pois preenche seu papel econômico, político e reprodutivo. O sentimento de amor e afeto não está, portanto, orientado ao cônjuge, mas à rede familiar como um todo. (Macfarlane, 1990)

Na família antiga, o casamento em todos os níveis sociais tinha a função de aliar duas famílias. O sentimento de amor conjugal era negligenciado, como até mesmo condenado. Flandrin levanta (1988) essa questão mostrando como a Igreja insistia sobre o perigo do amor entre esposos. Aqui vale a pena abrir um parêntese: o sentido desse amor a que Flandrin se refere é bem diferente do nosso. Para nós, o amor é uma realidade sentimental, enquanto o prazer e a volúpia afetam os sentidos; no século XVI, o amor se referia a uma realidade puramente sensual:

“A Igreja, por sua vez, condenava todo amor profano como contraditório ao amor sagrado. Insistia particularmente sobre os perigos do amor entre esposos, julgando sem dúvida que muitos fiéis estavam inconscientes disso: “O marido que, levado por um amor desmedido, possui tão ardentemente sua mulher para contentar sua volúpia, ou que mesmo não sendo sua mulher, tem relações com ela, é um pecador”, escrevia um pregador do século XVI. E ao longo da Idade Média os teólogos repetiam esse aforismo antigo transmitido por São Jerônimo: “Adúltero é também aquele que é por demais ardente a apaixonado por sua mulher”. Só há pouco tempo a Igreja católica exalta o amor conjugal, a exemplo dos protestantes” As relações conjugais são imorais quando não existe mais amor” escrevem os teólogos de hoje, porque são “expressões do amor”. E um prelado de grande autoridade declara: “A primeira exigência de Deus sobre o ato de amor é que ele seja baseado no amor”. Isto é o oposto da atitude tradicional e nenhuma religião declara isso de boa vontade.” (Flandrin, 1985:10).

A cultura laica também tratava o amor entre esposos como prejudicial à vida conjugal, pois envolveria elementos passionais onde se estabelecera uma ordem que implicava a relação de deveres entre os cônjuges e suas respectivas famílias. A literatura ocidental, embora desde pelo menos o século XII desenvolvendo o tema do amor, raras vezes o fez tratando do amor entre esposos ou noivos. O chamado “amor cortês”, desenvolvido na literatura da Europa Meridional dos séculos XI e XII, muitas vezes foi considerado um precursor do amor romântico, mas não tinha nada a ver com o casamento. Muito pelo contrário, descrevia paixões entre mulheres casadas e seus amantes, nunca paixões vividas no leito conjugal.

Historicamente, portanto, a relação do casal baseou-se em normas sociais e em regras de reciprocidade familiares pouco condizentes com o sentimento do amor. O etnólogo Thore

chega a afirmar que a sociedade moderna é a única no mundo a ter fundamentado o casamento sobre amor. Todas as demais colocaram este sentimento sob suspeita de dissolução das estruturas sociais (Thore *apud* Ariés e Benjin, 1985).¹⁰

Lobato (1997) afirma que antropólogos/as clássicos/as, como Morgan, Margareth Mead e Evans Pritchard, confundiram a ausência do requisito do amor no casamento nas sociedades 'primitivas' com a própria capacidade cultural de os povos 'primitivos' sentirem o amor. Morgan assim o afirma, etnocentricamente: "*os povos bárbaros não conheciam o amor. Não poderiam experimentar sentimentos que são fruto da civilização e da sutileza que a acompanha*" (Morgan *apud* Lobato, 1997:33).

No entanto, Lobato procura esclarecer que o fato de a concepção de amor não ser a base do casamento não significa que a outros povos sejam desconhecidas as emoções ligadas a este sentimento. O amor, nas sociedades chamadas holistas, é um amor controlado, disciplinado por meio da renúncia que coloca o todo acima das escolhas individuais. Por isso Lobato denomina-o "amor disciplinado". Este amor disciplinado condiz com a norma prescrita; o outro, é desmoralizante e destrutivo.

Nas sociedades individualistas, o amor é posto acima do coletivo. Os indivíduos constituem a realidade primeira, e, como tal, escolhem o objeto de amor. O amor é considerado incontrolável, mas não é reputado como socialmente destrutivo. Domesticado, o amor é utilizado como fundamento de relações pessoais gratificantes.

O sentimento do amor na família, presente na relação entre os cônjuges e na afetividade intensa entre pais/mães e filhos/as, é uma construção Ocidental recente, que se expandiu paulatinamente nos últimos dois séculos¹¹, mas que se consolidou de fato no início deste século. Enquanto Flandrin (1988) e Macfarlane (1990) preocuparam-se em mostrar a ascendência do amor romântico nos casamentos, Ariés (1986) dedicou-se a estabelecer as bases da nova família conjugal no amor dos pais/mães pelos filhos/as.

¹⁰ Sobre esse tema remeto ainda a Gay, Peter. A Experiência Burguesa: da Rainha Vitória a Freud - A Educação dos Sentidos. Ed. Cia das Letras, São Paulo, 1988. E também Gay, Peter. A Experiência Burguesa: da Rainha Vitória a Freud - A Paixão Terna. Ed. Cia das Letras, São Paulo, 1990.

¹¹ Simmel assim avalia: "A seleção individual é muito mais rígida, um fato e um direito que envolvem uma inclinação totalmente pessoal. A convicção de que de toda a humanidade, duas e somente duas pessoas são 'feitas' uma para a outra atingiu agora um estágio de desenvolvimento de que a burguesia do século XVIII ainda não ouvira falar." (Simmel, 1991:269 *apud* Vaistman, 1994).

1.1.2 O Amor pelos Filhos/as

A tese de Ariés é de fundamental importância para caracterizar o sentido psicológico da família nuclear moderna. Ariés argumenta que na sociedade tradicional a criança e o adolescente não eram reconhecidos como portadores de características e necessidades diferenciadas dos adultos, a não ser as mais evidentes; da primeira infância (amamentação, cuidados, etc.). Tão logo passavam dessa primeira fase, viviam entre os adultos, participando de seus trabalhos e jogos.

A socialização da criança não se dava pelo controle familiar, mas na convivência em sociedade. A criança se afastava de seus pais/mães, por volta dos sete anos, indo viver em outra família, na qual começava uma aprendizagem que consistia em trabalhos práticos transmitidos pela convivência com os adultos. A concepção de que a aprendizagem se dava na prática e não na escola, era importante num mundo no qual a escrita ainda não ocupava um lugar essencial na vida cotidiana. Esta concepção é bem expressa nas palavras do abade Bordelon (1692): *“Instruí as crianças mais pelo mundo do que pela escola”* ou *“Este é um homem original/E sua doutrina não tem igual/De Pérsio e Juvenal/De Catulo e Marcial/ Ele possui um conhecimento profundo/ Ele entende de tudo/ Menos do mundo”* (in Ariés, 1986:243).

* A família não era o espaço das trocas afetivas, as crianças residiam pouco tempo nas suas respectivas famílias. Existia um meio *“muito denso e quente”* (Ariés, 1986:11) em que se realizavam as trocas afetivas: vizinhos/as, amigos/as, amos/as, criados/as, crianças e velhos/as, mulheres e homens estariam em constante troca e reciprocidade. Esta propensão das comunidades tradicionais às festas, encontros e visitas é a referência para a idéia de sociabilidade e permite ao autor realizar dois movimentos: primeiro, uma tentativa de interpretação das sociedades tradicionais; depois, estabelecer uma base para a interpretação da família e da criança nas sociedades industriais.

No século XVII, esse padrão começou a se alterar. A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. A criança deixou de aprender diretamente em contato com os adultos e passou a viver num mundo à parte. A escolarização é um processo de reconhecimento da criança como um ser que possui uma particularidade essencialmente distinta do adulto e da necessidade de um conseqüente enclausuramento no sentido de discipliná-la.

O processo de escolarização foi um movimento de moralização da sociedade, promovido por reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado,

que se tornou possível graças a uma nova postura perante às crianças e sua educação. A valorização da educação formal implicou a retirada da criança da rede de sociabilidade mais ampla, onde ela encontrava afeto e aprendizagem, e remeteu-a para duas esferas separadas: à criança estariam destinadas a afeição na família e a aprendizagem na escola. A família passou a ser então o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais/mães e filhos/as.

Há concordância entre os historiadores de que a história do casamento passa a se cruzar com a história do amor e do romantismo, mas a tese de Ariès sobre a ausência do sentimento da infância na Idade Média foi recebida com reservas e resistências. Para fundamentar sua visão do reconhecimento da infância como uma fase peculiar na vida de cada um, Ariès recorre a várias evidências históricas. Julgamos instrutivo destacar algumas:

Persistência do infanticídio tolerado. Até o fim do século XVII, o infanticídio era uma prática comum. Embora fosse considerado crime, era praticado em segredo e caracterizado como um acidente: as crianças morriam sufocadas na cama dos pais onde dormiam, em acidentes com água quente, com fogo, etc. A prática do infanticídio servia para ocultar filhos/as nascidos fora do casamento; com algum tipo de deformação; ou filhos/as indesejados/as - por dificuldades econômicas ou outras - nascidos/as no casamento.

A prática do infanticídio conduzido sem maiores crises de consciência moral e ética denota a indiferença em relação à vida das crianças pequenas. No século XVIII, a Igreja lança medidas repressivas e preventivas contra o infanticídio, proibindo, sob pena de excomunhão, a permanência de crianças de menos de três anos na cama dos pais/mães e criados/as.

Paralelamente às medidas repressivas, forma-se lentamente na família um respeito pela vida da criança, que fica claro no caso dos abandonos. Os abandonos de recém-nascidos/as eram feitos em plena natureza, não pressupunham preocupação com a vida dos mesmos/as. Depois passaram a se dar em lugares habitados, onde havia esperança de que a criança fosse encontrada e acolhida. Flandrin (1988) mostra que no curso dos séculos XVII e XVIII há a multiplicação de asilos para crianças. Tal fato significou menos um maior abandono de crianças do que um aumento da caridade para com elas, evitando que os pais se tornassem infanticidas.

Tais argumentos são importantes para sustentar a afirmação de que, apesar do desinteresse pela criança, no século XVII, começa a surgir uma preocupação com a sua sorte, com a vida da criança passando a ser melhor preservada que no passado, houve inclusive um recuo da mortalidade infantil.

Representação da criança nas iconografias/relatos sobre crianças. Para Ariès, até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la.

Esta ausência de representação da criança seria um indicio de que não havia de fato lugar para ela nesse mundo. As crianças não aparecem caracterizadas como de fato são, mas como homens de tamanho reduzido.

A partir do século XIV, lentamente, a criança começa a surgir nas iconografias religiosas. Uma iconografia inteiramente nova se formou, multiplicando-se as cenas de crianças santas. Elas começam a aparecer também na iconografia laica. Inicialmente são retratadas como parte da cena de uma família, mas, no século XVII, tornam-se comuns os retratos de crianças sozinhas. Os retratos de família, que já datavam de longa época, começam também a ser compostos por cenas em torno das crianças.

Nos retratos dos túmulos, à época em que a alma era representada por uma criança, a criança mesma não aparecia. No século XVI, os retratos de crianças vivas e mortas se tornaram mais freqüentes; e a alma deixou de ser representada por uma criança. São dessa época também relatos sobre pequenos atos das crianças: seu modo de falar, sua graciosidade, seus trejeitos, que corresponderiam a uma atitude de atenção dos adultos em relação às crianças.

Condições demográficas. A alta taxa de mortalidade infantil indicava, para muitos pais, a vulnerabilidade da primeira infância. Tal vulnerabilidade dava margem a uma relação de indiferença para com as crianças:

“Ainda no século XVIII, em Le Coquet de l'accouchée, vemos uma vizinha, mulher de um relator, tranquilizar assim uma mulher inquieta, mãe de cinco “pestes” e que acabara de dar à luz: “Antes que eles possam causar muitos problemas, tu terás perdido a metade, e quem sabe todos”. Estranho consolo! As pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual” (Ariès, 1986:56).

Como se vê, a criança pequena ‘não contava’ porque podia perecer. Esta concepção frágil e incerta da infância é completamente estranha à nossa sensibilidade moderna. A perda de um/a filho/a é um drama familiar profundo e irremediável, uma vez que a criança representa um forte laço afetivo e emocional para nós.

Ausência de reservas diante das crianças. Este tema, extremamente interessante, de certa forma está presente em uma cogitação levantada por Foucault (1985). Para o filósofo, houve um desaparecimento da antiga liberdade de linguagem a respeito do sexo, entre crianças e adultos, ou alunos e professores. Esta transformação correspondeu na verdade a um deslocamento: houve uma multiplicação dos discursos sobre o sexo, mas esses discursos passaram a ser inscritos em determinados espaços, situações e relações sociais. Ao passo que

se define uma *scientia sexualis*, o sexo é matéria de médicos, especialistas, juristas e teóricos. Para além do quarto dos pais só resta o silêncio, o tato, a discrição.

Como Foucault, Ariès entende a moral contemporânea, que interdita assuntos sexuais entre adultos e crianças, como estranha à antiga sociedade. As crianças eram tratadas com uma liberdade que compreendia brincadeiras grosseiras, gestos indecentes admitidos publicamente. Era comum brincar-se com o pênis das crianças e havia muitas alusões descontraídas ao sexo na sua presença.

No entanto, Ariès - diferentemente de Foucault - faz uma distinção quanto a essas liberdades, lembrando que a partir dos sete anos tornava-se necessário ensinar às crianças modos e linguagem decentes, proibindo-se as brincadeiras outrora livres. Aos dez anos exigia-se da criança um autocontrole no seu comportamento que não se pensava em exigir de um menino de cinco. A criança era considerada totalmente desprovida de sexualidade, assim, gestos e alusões ao sexo não tinham nenhuma consequência, eram gratuitos e perdiam sua especificidade sexual.

No século XVII, um grande mudança nos costumes se produziu. A criança começou a ser vista como tendo uma conduta sexual. Os confessores são estimulados a despertar nos pequenos penitentes (de 10 a 12 anos de idade) um sentimento de culpa (relativo à masturbação e toques, beijos, etc.).¹² Uma outra concepção e disciplinarização do corpo surge em função dessa nova postura: no confessionário, a linguagem usada com a criança devia ser sóbria e casta; nos internatos, passa-se evitar que as crianças se beijem, se toquem com as mãos nuas ou se olhem durante as brincadeiras; às crianças pequenas é proibido dormir com os adultos na mesma cama, mesmo que sejam do mesmo sexo. Esta proibição vai se estender entre as próprias crianças, pois era um hábito comum que elas dormissem juntas.

O contato com os criados também passa a ser evitado, os moralistas queriam isolar a criança para preservá-la de brincadeiras e gestos que passaram a ser considerados indecentes. Surgiu, assim, uma literatura moral e pedagógica sobre o comportamento das crianças. É nessa época que emerge uma visão da infância como a 'época da inocência': a criança é vista como frágil, boa, cheia de virtudes. A indiferença anterior e a ausência do sentimento moderno da infância vão deixando de existir.

Esse conjunto de preocupações psicológicas e morais com a infância sugere o reconhecimento da sua existência particular. À família foi então atribuída a função de

¹² É curioso que tanto nos textos de Foucault quanto de Ariès e Flandrin não haja referência à sexualidade infantil feminina. Os exemplos e referências para uma maior disciplinarização da vida sexual têm sempre base nos meninos.

preservar e disciplinar as crianças. Estes dois elementos associam-se no século XVIII a um novo, a preocupação com a higiene e a saúde física das crianças:

“Tudo o que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e a existência eram dignas de preocupação - a criança havia assumido um lugar central dentro da família”(Ariès,1986:164).

Para Foucault a preocupação moral e médica com a sexualidade das crianças é um dos elementos de um fenômeno geral de disciplinarização da sexualidade humana, que a tornou restrita à conjugalidade heterossexual no casamento e transformou-a em tabu¹³. Ariès interpreta o dado como indício da saída das crianças do anonimato: a infância vem à tona. Os discursos sobre a educação sexual infantil corresponderiam, assim, a um novo espaço ocupado pela criança, na família e na sociedade. Esse novo espaço, por sua vez, é também um espaço disciplinar, seja nos internatos, onde são vigiados os gestos e condutas das crianças, seja na família, onde os cuidados médicos e psicológicos se revestem de uma nova moral repleta de tabus e interdições.

1.2 A Psicologização da Família e os Papéis Sexuais

A afetividade na família construída na relação entre os cônjuges (o amor romântico) e entre pais/mães e filhos/as (a atenção à infância) parece ser a marca principal dessa forma familiar chamada família conjugal.

Parsons¹⁴ é um dos teóricos da sociologia que mais aproxima a análise da função da família no mundo moderno às referências dos historiadores sobre seu sentido psicológico. Para ele, a família especializou-se na tarefa de propiciar o suporte emocional ao indivíduo. A redução dos papéis da família - econômicos, políticos, religiosos, educacionais, etc. - a uma função psicológica não diminui a sua importância: ela é insubstituível na procriação, na socialização primária das crianças e na estabilização da personalidade adulta.

¹³ Para Foucault, o surgimento de uma 'ciência sexual' significa um regime muito mais severo sobre a sexualidade e a preocupação de ser exercida sobre ela um controle direto: “Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. A sodomia - a dos antigos direito civil ou canônico - era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma histórica, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa (...) o sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (Foucault,1985:42).

¹⁴ “Quanto ao lugar da instituição familiar na estrutura social, Parsons um dos sociólogos contemporâneos que conferiu maior sistematicidade ao assunto”(Matos, 1993:83).

Com a especialização, a família torna-se livre para melhor exercer a função de agente por excelência de socialização das crianças. A socialização se estende para além da infância, pois incute nos indivíduos seus papéis, atitudes e valores. Para Parsons e Bales (1969), esta personalidade plenamente adaptada aos ideais e valores fundamentais da sociedade, é garantida por intermédio dos papéis masculino e feminino desempenhados pelo pai e pela mãe.

Ao pai caberia a transmissão de traços ligados a sua função instrumental, como a autoridade, a disciplina e a objetividade. A tarefa da mãe é expressiva, ela transmitiria a sensibilidade, a afetividade e a proteção. O equilíbrio das personalidades estaria estabelecido nessa complementariedade de papéis, a qual ofereceria uma identidade para os meninos e as meninas, reproduzindo, assim, o papel sexual esperado de cada um na sociedade.

Parsons retrata de maneira irretocável a família conjugal moderna, cujo sentido se define na afetividade e na intimidade. Esse fenômeno, também conhecido como 'privatização da vida', constitui a esfera doméstica como uma esfera de liberdade e prazer. O contraponto é o esvaziamento da vida pública, que significa tanto o enfraquecimento da sociabilidade, como um desinvestimento na vida política e em ideais societários comuns.

1.2.1 A Privatização da Vida

Arendt(1993) destaca esse fenômeno ao comparar as sociedades contemporâneas à da Grécia Antiga. Naquela, havia a exaltação da esfera pública como um espaço de uma vida dedicada aos assuntos públicos e políticos, à ação. Em oposição, a esfera privada era reservada às necessidades vitais - a administração caseira e a economia doméstica -, pautadas no critério da utilidade e da vida como labor.

A esfera pública (*pólis*) caracteriza-se pela ação (práxis) e pelo discurso (léxis), que excluem tudo o que seja estritamente necessário e útil. Neste sentido, é a esfera da liberdade e da política por excelência, mas essa liberdade tem como pré-condição a superação das necessidades que só pode ocorrer na esfera da casa (*óikia*), da família. Os cidadãos estão efetivamente dispensados do trabalho produtivo, sendo sua participação na vida pública condicionada pela sua autonomia privada como senhores da casa. Nesta, ocorre a reprodução da vida, o trabalho dos escravos, o serviço das mulheres.

A esfera pública - sendo o espaço da liberdade - pressupõe a igualdade de seus participantes, ao contrário da família que - sendo a espaço da necessidade - é também o da desigualdade. A relação entre pares na esfera pública é inversamente proporcional à

hierarquia concernente ao mundo doméstico. O cidadão da *pólis* pertence a essas duas ordens de existência, perfeitamente separadas e nitidamente complementares: a da vida privada, da família e da produção; e a da vida pública, da política.

A exaltação arendtiana do modelo grego da *pólis* diz respeito ao significado da vida pública, o qual está totalmente desprovido da necessidade. Assim, o tema liberdade x necessidade emerge com vigor na sua teoria. Só pode haver liberdade onde não há o domínio da necessidade e, para Arendt, a sociedade moderna não fez mais do que exaltar a necessidade, transformando-se primeiramente numa sociedade de trabalhadores e depois numa sociedade de consumidores, de um jeito ou de outro, integrada por um *animal laborans*.

É nesta esfera da necessidade que se detém o homem moderno. Impedido de desenvolver sua ‘porção’ humana, sua personalidade (que tinha na esfera pública¹⁵ a condição de vir à tona) torna-se puramente privada. O homem moderno, subtraído de sua própria personalidade, torna-se parte de uma multidão homogênea (sociedade de massa), movido pelo automatismo, pelo behaviorismo e pelo conformismo.

O fenômeno da privatização da vida é consequência da inversão da dicotomia público-privado. Deixando de ter o sentido de privação dos valores da vida pública, o privado passa a ser concebido como espaço de intimidade e liberdade, e a vida pública torna-se sem valor. A excelência humana, que se realizava na vida pública, torna-se íntima e privada. O homem perde a possibilidade de realizar sua humanidade, uma vez que, para Arendt(1987), nenhuma atividade pode tornar-se excelente se o mundo não proporciona espaço para o seu exercício.

A caracterização da esfera privada como uma esfera de liberdade é também abordada por Habermas. Para ele, a ideologia burguesa da família, corporificada na idéia de privacidade, “*no sentido moderno de uma interioridade livre e satisfeita*” (Habermas,1984:43), não pode ser pura e simplesmente uma ideologia:

“Essas idéias também são realidade com um sentido objetivo, sob a forma de uma instituição real, sem cuja validade subjetiva a sociedade não teria podido reproduzir-se. Com esse conceito específico de humanidade, expande-se na burguesia uma concepção do existente que

¹⁵ O grande valor do espaço público ,para a autora, é iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer. O seu ponto básico é a pluralidade, ou seja, embora o espaço público requeira a igualdade de posições, requer, do mesmo modo, as diferenças: pois se cada ser humano não fosse singular, não precisaria do discurso ou da ação para se fazer entender. Esta singularidade também se relaciona com o fato de o homem, ao agir, ter potencialmente a capacidade de começar algo novo e inesperado, em suma, de criar (Arendt,1987).

promete salvação da ordem vigente sem se evadir para um mundo transcendental. Transcender a imanência reafirmada é o momento de verdade que eleva a ideologia burguesa para além do próprio ideológico, e isso de modo mais originário exatamente ali onde a experiência de “humanidade” tem o seu ponto de partida: na humanidade dos relacionamentos íntimos das pessoas enquanto meros seres humanos no abrigo da família” (Habermas, 1984:64).

Os teóricos que abordaram a privatização da vida - Arendt, Habermas, Ariès¹⁶ - estavam atentos à valorização da esfera privada. Esta passa a ser a esfera da liberdade por excelência. Para a família se constituir como um espaço de liberdade dos indivíduos foi preciso que se revestisse de um forte sentido emocional. A família nuclear moderna se configura com base na afetividade intensa, mas esta está fundada numa rígida divisão dos papéis sexuais feminino e masculino.

A privatização da vida significa um enriquecimento da esfera privada, a qual torna-se intensamente afetiva. Mas a quem cabe esta afetividade? As feministas vão levantar esta questão para mostrar que *a evasão da ordem burguesa vigente* na família, a que se refere Habermas acima, significa um refúgio e um espaço de liberdade apenas para os homens. Para as mulheres significa um aprisionamento na vida doméstica, no papel de ‘rainha do lar’, esposa e mãe.

A enorme atenção dada à infância, tema central de Ariès, não é um movimento de conseqüências indistintas para homens e mulheres, mas uma atribuição às mulheres do papel de manter os cuidados com a infância, em todos os níveis: médicos, higiênicos e psicológicos. O papel expressivo da mulher, imprescindível, segundo Parsons, para o equilíbrio psicológico dos indivíduos, é justamente essa manutenção dos cuidados com a família pelo amor e afeto maternos; um trabalho invisível e sem nenhum status, mas ‘naturalmente’ condizente com a sensibilidade feminina. Ao homem cabe a vida pública, a visibilidade e o reconhecimento sociais, o papel instrumental e produtivo.

As atribuições dos papéis sexuais vão se reproduzindo na sociedade pela transmissão inter-geracional, entre pais e filhos: os filhos imitando o modelo do pai e as filhas seguindo a mãe. Tal divisão, naturalizada por Parsons, foi o modelo da família nuclear moderna, mas passou a sofrer um questionamento profundo dos movimentos feministas no mundo todo, a partir da metade deste século.

¹⁶ Os estudiosos da vida privada são vários. Dentre os historiadores franceses que compuseram a edição da já clássica História da Vida Privada além de Ariès, estão George Duby e Antoine Prost (1992).

1.2.2 A Crítica Feminista

Badinter (1985), filósofa francesa, co-relaciona os dois movimentos: a valorização da infância (de que trata Ariès)¹⁷ e a ascendência do papel materno. A atribuição dos infinitos cuidados que uma infância valorizada requeria passou a ser exclusivamente materna. A maternidade tornou-se sagrada. Mas qual foi o processo que tornou a maternidade sacralizada nas sociedades modernas? Como foi gestada essa nova mãe para atender esse novo/a filho/a?

Segundo Badinter, o pensamento agostiniano de que a infância é um estado negativo e corrompido foi constantemente retomado até o fim do século XVII. A natureza da criança era concebida como tão corrompida que sua educação era pautada por ameaças, varas e palmatórias. Educação (*educare*) significa, no latim, endireitar o que é torto ou malformado; é o resultado de uma oposição de forças, isto é, de uma violência. Esta era a atmosfera de dureza e severidade que tinha vez na família até o século XVIII.

No entanto, menos a severidade e mais a indiferença era o que caracterizava o comportamento de pais e mães com relação aos/as filhos/as. A criança era considerada mais como um estorvo, uma desgraça, um fardo insuportável. Ariés já havia descrito a ocorrência da indiferença pela criança nestas sociedades, Badinter descreve esta indiferença como um abandono moral.

Esta indiferença é vivida, em primeiro lugar, na recusa da mãe a amamentar seus filhos/as “*e isso sobretudo numa época em que esse gesto significava uma possibilidade muito maior de sobrevivência para a criança*” (Badinter:1985:65) . Em 1789, das 21 mil crianças nascidas em Paris, apenas mil eram amamentadas pela mãe, outros mil por ama-de-leite residentes no domicílio. Todos os outros bebês eram deixados em casa de uma ama mercenária, geralmente distante do domicílio paterno.

Na casa das amas as crianças permaneciam até por volta de cinco anos, quando não faleciam antes. Os pais não as visitavam e raramente buscavam notícias, não era incomum que nunca voltassem a procurar as amas para reaver os/as filhos/as.

O retorno ao lar não garantia uma convivência afetuosa com as mães, pois é a criança “*seja qual for a idade, que rejeitam em bloco. Ela é um empecilho para a mãe não apenas na*

¹⁷ Badinter concorda com Ariés a respeito de ter sido construída historicamente a valorização da infância. No entanto, ela considera este processo lento e gradual: “Mas, apesar dos progressos realizados, certos indícios revelam, ainda no século XVIII, uma indiferença persistente da sociedade que tenderia a mostrar que a criança nem sempre adquirira uma posição verdadeiramente significativa”(1985:78).

vida conjugal, mas também nos prazeres e na vida mundana. Ocupar-se de uma criança não é nem divertido, nem elegante” (Badinter,1985:98). A rejeição à maternagem dava a essas mulheres (principalmente da aristocracia), de fato, uma liberdade que as permitia escapar à condição feminina inferiorizada.¹⁸

A trajetória das crianças no século XVIII, nas classes burguesas e aristocráticas, seguia três etapas: a colocação na casa de uma ama; o retorno ao lar, onde a permanência não ia além de seis anos; e a partida para um convento ou internato. Neste contexto, fica claro que não se pode falar em um conteúdo afetivo na família¹⁹. Para Ariès essa indiferença com as crianças é interpretada como a possibilidade das mesmas conviverem numa rede afetiva densa e quente, de parentesco e de vizinhança. Para Badinter, ela representa a solidão e o abandono afetivo sem tamanho a que as crianças ficavam submetidas.

No entanto, em fins do século XVIII, começam a surgir muitas publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos/das filhos/as. Todos os imperativos de cuidados com as crianças - médicos, psicológicos e afetivos - são destinados aos ouvidos das mulheres. Exige-se da mãe sacrifício e devotamento e assinala-se esse comportamento como natural e instintivo. A mãe deve amamentar, cuidar e amar os/as filhos/as. Os gestos de afeição, as carícias e as brincadeiras não são mais desvalorizados como outrora, mas valorizados como a realização da verdadeira feminilidade presente biologicamente em todas as mulheres.

Rousseau fundamentou o pensamento que veio a tornar a maternidade sagrada. O único destino da mulher seria o reino do lar, do privado, abandonando o mundo exterior ao homem, sob pena de ser anormal e infeliz. A característica maior da mulher seria a capacidade de sofrer em silêncio e dedicar sua vida aos outros (marido, filhos/as, parentes). Esta resignação é a sua única possibilidade de ser feliz, seguindo os desígnios da natureza: *“Não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão. A boa mãe é terna, ou não é uma boa mãe. Ela não suporta mais o rigor e a inflexibilidade demonstrados antigamente para com a criança*” (Badinter,1985:211).

Para Badinter, o aumento considerável das responsabilidades maternas eclipsou a imagem do pai. A mãe ocupou todo o lugar na vida dos/as filhos/as, recaíram sobre ela todas

¹⁸ “Um médico, Moreau de Saint-Elier, afirmava em meados do século XVIII que o cuidados dos filhos ‘é um encargo constrangedor...na sociedade”(Badinter.1985:99) a citação deixa bem clara a desvalorização da maternidade, tão radicalmente oposta ao discurso que vai fundar a mística da maternidade, um século depois .

¹⁹ A autora descreve, tal qual Ariès, que antes do século XVII as famílias trocavam reciprocamente seus filhos, para servirem como criados ou aprendizes: “prática surpreendente, se considerarmos que a criança vai aprender fora de casa o que seus próprios pais lhe teriam podido ensinar. Mas esse uso mostra que é mais fácil ser bom patrão do que bom pai. Como se, ao intervirem os laços de sangue, as relações se tornassem mais

as funções e também toda a culpa. A psicanálise reitera esse papel da mulher como mãe ao atribuir-lhe uma importância desmedida. A possibilidade do/a filho/a de uma mãe instável e perturbada apresentar problemas coloca sobre ela o peso do equilíbrio psicológico dos filhos:

“Portanto, a psicanálise não só aumentou a importância da mãe, como “medicalizou” o problema da mãe má, sem conseguir anular as posições moralizadoras do século anterior. Ainda hoje, os dois discursos se superpõem tão bem que a mãe má é confusamente percebida como uma mulher ao mesmo tempo malvada e doente: a angústia e a culpa maternas nunca foram tão grandes em nosso século que se pretendia no entanto liberador. É certo que a psicanálise não é culpada desse amálgama, e o mínimo que se pode dizer é que ela não soube convencer da independência do mal psíquico em relação ao mal moral” (Badinter, 1985:296).

A atribuição da maternidade como um destino inevitável para as mulheres revelou ao mesmo tempo o novo estatuto da criança na família e o distanciamento da figura paterna. O pai simbólico, de Lacan, que pretende restituir a importância do pai, nos estudos psicanalíticos, sugere que ainda que a função paterna fosse reduzida, sua função simbólica não era menos essencial.

Essa função simbólica tem fundamento na transmissão da filiação nominal, nas sociedades ocidentais, que são patrilineares. A criança insere-se no grupo social com o “nome-do-pai”, que resolve a questão das origens. O pai simbólico cria o sujeito, que é sujeito do discurso e sujeito social. Nenhuma criança pode prescindir deste elemento fundador da ordem simbólica sem prejuízos. Ele é a lei e a interdição, responsável por separar a simbiose mãe-filho, conduzindo à renúncia do desejo incestuoso. Esse processo garante à criança construir um ‘eu’ independente e autônomo.

Este é o problema: mesmo quando se trata de uma dimensão importante na vida da criança (da autoridade), nunca é de um pai de carne e osso, de um pai que participa ativamente, que se fala; mas de uma figura normativa, de uma lei simbólica, de uma autoridade pairando no inconsciente dos filhos. O processo de concentração da afetividade na figura materna tornou a mulher presa das suas funções domésticas, uma vez que tornou insubstituível sua presença no trato com os filhos, mas também esvaziou a paternidade dos homens, sustentadores de um papel simbólico e econômico, colocados sob duras críticas apenas caso não suprissem a carência material: *“É preciso admitir, com toda justiça, que o homem foi despojado de sua paternidade. Reconhecendo-lhe, a ele, exclusivamente, tão-somente uma função econômica, distanciaram-no progressivamente, no sentido literal e*

difíceis” (Badinter, 1985:132).

figurado, de seu filho” (Badinter,1985:319).

A binariedade da família conjugal estava reposta: a mulher continuamente restituída ao espaço privado, assumindo cada vez mais maiores responsabilidades (do consciente e inconsciente), com respeito aos/às filhos/as; ao passo que o homem é conduzido à esfera pública, ao trabalho, ao ‘sucesso’, mantendo uma relação de estranhamento com a esfera doméstica.

A família conjugal moderna pressupõe a divisão sexual do trabalho, legitimada pela naturalização dos papéis feminino e masculino, a qual torna a mulher não apenas distinta, mas desigual e inferior ao homem.

A perda das suas funções produtivas *“segundo a concepção econômica que passou a representar como produtivas apenas as relações exercidas na esfera do trabalho remunerado”* (Vaistman,1994:29), relegou a mulher para a esfera da improdutividade, do trabalho incansável e repetitivo dos cuidados domésticos, da invisibilidade e da desvalorização social.

A visibilidade da mulher passou a ser condicionada à do homem, que como chefe e provedor, deveria provê-la não só economicamente como simbolicamente, através do seu status. Lugar do reconhecimento social e da ‘aquisição’ de status, a vida pública passou a ser um mundo masculino. A segregação das mulheres da nova sociabilidade pública, lugar privilegiado das atividades políticas, educacionais, artísticas, culturais, empresariais, científicas e administrativas, representou uma segregação em termos de direitos sociais e civis plenos, configurando o que Vaistman bem denomina de um individualismo patriarcal:

“Os novos direitos de cidadania restringiram-se aos homens, “pois o status da mulher casada era peculiar” (Marshall,1967:68). Isto é, elas eram legalmente subordinadas aos maridos. Desta forma, os diferentes direitos e o direito de um modo geral, que tornam o público algo “objetivado” (O’Donnel,1981), não expressam apenas, como levantaram os críticos da igualdade burguesa, uma relação de dominação entre classes, entre famílias que dispõem de diferentes recursos. Expressam também as relações de dominação dentro das famílias, onde uma hierarquia específica, de gênero, determina as funções sociais de cada sexo e limita o caráter de suas escolhas pessoais, de sua condição individual. O individualismo, que parte do princípio de que os indivíduos são iguais e livres, legitima as relações de dominação através de um discurso universalista. E por isso oculta o fato do status das mulheres ser determinado por uma relação atribuída, de gênero, com os homens, o que constrange a sua condição de indivíduos” (Vaistman,1994:32).

Retomando a tipologia arendtiana, podemos afirmar que a mulher mantinha-se na esfera da necessidade e da desigualdade e o homem no espaço público, da liberdade e da relação entre pares. Às mulheres, a naturalização do seu lugar na vida doméstica; na vida pública, deviam pedir licença para entrar. A retirada da mulher da esfera obscura da necessidade, reivindicada pelos movimentos feministas, não significou apenas sua participação efetiva na vida pública, mas a própria retirada da vida privada da obscuridade. A afirmação feminista de que “o privado é político”, impensável numa tipologia que polariza os dois termos - o privado e o político -, representou um momento fundamental de problematização da condição da mulher em todos os níveis e esferas que determinam a sua condição humana.

O que os teóricos da privatização da vida negligenciaram, as feministas afirmaram em alto e bom som: a privatização da vida foi uma privatização do feminino. A reivindicação dos movimentos feministas por equidade de condições profissionais, sociais, políticas, educativas, jurídicas e civis, estendeu-se para a vida privada, colocando em xeque tanto a divisão dos papéis sexuais, que estabeleceu a mulher como a única responsável pelo lar e pela educação dos/as filhos/as, quanto a desigualdade emocional nas relações afetivo-sexuais. Quantas mulheres não se submetiam a um casamento insatisfatório em nome da união familiar e do status de mulher casada? A afetividade da família conjugal moderna, nem sempre preenchida, passou a ser condicionada à realização pessoal de mulheres e homens.

Se a caracterização da família conjugal moderna tem na afetividade intensa seu ponto básico, a família contemporânea pode ser caracterizada por um imperativo de relações mais igualitárias, que possam tornar a casa um espaço de liberdade tanto para homens quanto para mulheres. Não é a família conjugal moderna, como julgava Goode(1969)²⁰, que tem como princípio o igualitarismo e a equidade, mas a família pós-tradicional.

²⁰ O autor afirma que “o igualitarismo é um princípio nesta ideologia de família. e a propagação da família conjugal é acompanhada de uma tendência para o igualitarismo entre os sexos” (1969:29).

II - A DEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA PRIVADA E A PLURALIDADE DE FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE

A radicalização do conteúdo afetivo e emocional da família, que se constituía em torno do amor, ocorre nas famílias contemporâneas. O reconhecimento de todos os seus componentes - pai, mãe e filhos/as – como iguais corresponde à forma radicalizada da vivência afetiva na atualidade. Giddens(1993) é um autor fundamental a caracterização das relações familiares na contemporaneidade, pois dedicou-se a compreender a transformação das relações afetivo-sexuais a partir do seu conteúdo igualitarista.

Esta transformação é ampla e rica em conseqüências, pois implica na reelaboração da intimidade de homens e mulheres²¹, que são os/as protagonistas das novas relações vivenciadas tanto no cotidiano do casamento e da família quanto fora do espaço institucional desta, nas relações afetivo-sexuais de uma maneira geral.

A construção da auto-identidade no mundo moderno significou uma ruptura com uma ordem emocional que garantia ao sexo masculino o poder no relacionamento. *“As mulheres comuns, que tratam de suas vidas cotidianas, e também os grupos conscientemente feministas - foram pioneiras em mudança de grande e ampla importância”* (Giddens,1993:10). Ao relacionamento desigual que tinha sua base no poder dos homens sobre as mulheres, a modernidade²² opôs o relacionamento baseado na igualdade sexual e emocional, denominado por Giddens de “relacionamento puro”.

Ao constatar que a sexualidade emerge cada vez mais no domínio público, Giddens lembra que fala a linguagem da revolução: é de uma *revolução sexual* que se trata. De fato, *“o controle sexual dos homens sobre as mulheres é muito mais que uma característica incidental na vida social moderna”* (Giddens,1993:11). Mas, na busca da igualdade, esse controle começa a falhar, e altera aquilo que o autor aponta como *“uma história emocional secreta: a história das buscas sexuais dos homens mantidas separadas de suas identidades públicas”* (Giddens,1993:11). A revolução sexual é a libertação da sexualidade feminina, que estava aprisionada na dimensão da família, do poder masculino e da reprodução.

A busca de igualdade sexual que vem ocorrendo na maior parte das sociedades

²¹ A tese de Giddens de uma democratização das relações não diz respeito apenas a casais heterossexuais, mas também a casais homossexuais, uma vez que “a emergência da homossexualidade é um processo muito real, com conseqüências importantes para a vida sexual em geral”(1993:23).

²²Aqui, estamos falando de supermodernidade, ou uma segunda fase da modernidade, quer dizer, um tempo bem recente.

ocidentais, reivindicada pelas mulheres nos movimentos sociais e na sua vida cotidiana, desfez o padrão duplo rígido relativo à experiência sexual de homens e mulheres. Este padrão rígido prescrevia para os homens o exercício da sexualidade antes ou durante o casamento, como uma exigência de sua natureza viril; para as mulheres, a sexualidade ficava circunscrita à experiência do casamento. As mulheres eram punidas gravemente no caso da prática do adultério ou na ocultação ao esposo sobre experiências sexuais anteriores. O seu controle era absoluto.²³

Neste processo de transformação da intimidade, a sexualidade passa a ser, para homens e mulheres, uma ‘propriedade’ de cada qual, um projeto reflexivo e maleável, não mais um padrão natural imposto, abrindo margem a maior diferenciação dos indivíduos nos estilos de vida e na auto-identidade.

A esta reflexividade que é a base de um projeto pessoal de vida corresponde a visibilidade pública de um discurso sobre a sexualidade: terapia e manuais de auto-ajuda, programas de televisão e artigos de revista, toda uma ‘literatura’²⁴ voltada para as escolhas individuais no plano da sexualidade e do amor.

O novo padrão de relacionamento, baseia-se na idéia de ‘intimidade’ e ‘compromisso’; pressupõe igualdade na doação e no recebimento emocionais; conhecimento e respeito em relação ao outro; inclui uma *ars erótica* - necessidade básica de satisfação sexual no interior do relacionamento; e requer uma constante ‘negociação’ em todas as questões que envolvem o casal.

Para Giddens, esse conteúdo ético na vida pessoal, exigido por uma constante negociação, começa a fazer parte da vida da pessoa como um todo: as relações de parentesco, por exemplo, deixam de fundar-se numa confiança tácita e passam a requerer compromisso e barganha; as relações entre pais/mães e filhos/as são especialmente alteradas: cada vez mais a ênfase na intimidade substitui a autoridade absoluta dos pais/mães. De ambos os lados são exigidas sensibilidade e compreensão. Com isso, vê-se que as relações de autoridade podem envolver princípios, ao invés de uma obediência inquestionável naturalizada.

Se, por um lado, o declínio do controle masculino gerou um “*abismo emocional entre os sexos*” (Giddens,1993:11), por outro, gerou uma relação entre iguais, que implica uma total democratização do domínio interpessoal. Esta democratização do domínio interpessoal

²³ Giddens ressalta que o próprio termo ‘relacionamento’, significando um vínculo emocional próximo e continuado com outra pessoa, só chegou ao uso geral numa época relativamente recente.

²⁴ Para Giddens, “quanto mais se dissolvem estas formas sociais preexistentes - embora todas ainda detenham um certo poder -, mais devemos esperar que a sexualidade masculina se torne problemática e, quase sempre compulsiva”(Giddens,1994:126).

não só é compatível com os ideais democráticos, como teria um caráter subversivo:

“Um mundo social em que a realização emocional substituisse a maximização do crescimento econômico seria muito diferente daquele que conhecemos hoje. As mudanças que atualmente afetam a sexualidade são, na verdade, revolucionárias e muito profundas” (Giddens, 1993:11).

Giddens frisa, portanto, qual é a dimensão desta verdadeira revolução sexual. Resgatando Reich e Marcuse lembra que embora esses autores tenham ‘caído de moda’, ambos articulavam a não-repressão sexual a uma sociedade emancipada. Se não alcançamos uma emancipação tal como aquela considerada por eles, podemos atingir, a partir de transformações da sexualidade, uma ética da vida pessoal que torna possível a conjunção de felicidade, amor e respeito pelos outros.

Estes são os processos revolucionários que vêm ocorrendo na infra-estrutura da vida pessoal, nos relacionamentos entre casais, nas relações de amizade e nas relações entre pais/mães, filhos/as e outros parentes, mas, para Giddens, ‘partindo de dentro para fora’ poderiam potencialmente se ramificar através de outras instituições, mais públicas. Neste sentido, a democratização da vida pessoal pode virtualmente criar a possibilidade de uma vida pautada no compromisso com os demais, a partir da construção da auto-identidade de cada indivíduo.

Para Giddens, esses movimentos na esfera da sexualidade e do amor compõem uma ordem nova na sociedade contemporânea, considerada ‘pós-tradicional’. Uma ordem social pós-tradicional tem por base a reflexividade dos indivíduos, que torna todas as questões subsumidas à interrogação e ao discurso. O indivíduo reflexivo tem de fazer escolhas em todos os níveis - religioso, político, familiar, sexual, entre outros -, pois não há uma tradição apreendida *a priori*, que faça obrigatória e inevitável a adoção dos padrões culturais transmitidos na família.

A reflexividade social implica que a auto-identidade dos indivíduos será definida a partir das escolhas que eles são impelidos a fazer. As pessoas têm de construir suas próprias vidas para manter um senso coerente de auto-identidade. No entanto, elas não podem fazer isso sem interagir com os outros. A interação é possibilidade de se criarem novas solidariedades.

Para Giddens, a expansão da reflexividade social implica uma maior autonomização dos indivíduos. Esta autonomia, uma condição para interagir com os demais, implica, portanto, reciprocidade e interdependência. Giddens critica os autores que dão ênfase ao individualismo como um valor necessariamente egoísta e desagregador, pois, ao contrário,

segundo pensa, o individualismo é a base de reconstrução das solidariedades sociais pautadas na autonomia e na interdependência. Desta forma, Giddens reatualiza a discussão clássica da sociologia sobre as consequências do individualismo na vida moderna, da qual falarei em linhas breves.

Autores clássicos da sociologia como Weber(1980), Durkheim(1975) e Tocqueville(1977) voltaram seu olhar para o individualismo. Para Weber, o individualismo é o desenvolvimento da subjetividade e da reflexividade, retirada a sua base primeira, que era religiosa. O indivíduo é o senhor de si mesmo, volta-se para seu sucesso próprio, vinculado a sua capacidade aquisitiva, deixando de lado qualquer ética fraternal. É a constituição da cultura racionalizada, desencantada e instrumental; é a produção de uma enorme máquina econômica e técnica que se transforma, finalmente, na “prisão de ferro” dos homens modernos. Preso nessas teias, fragmentado, obstaculizado na sua potencialidade de desenvolver a personalidade individual, resta ao indivíduo weberiano apenas o campo das relações privadas, pois o domínio público não lhe oferece qualquer espaço de ação racional valorativa.

Para Tocqueville, o individualismo é um problema que aflige as sociedades democráticas. O individualismo é desencadeado pelo nivelamento dos homens a partir do princípio da igualdade:

“Um sentimento refletido que dispõe cada cidadão a isolar-se da massa de seus semelhantes e a retirar-se para um lado com sua família e seus amigos, de tal sorte que, após ter criado para si, dessa forma, uma pequena sociedade para seu uso, abandona de bom grado a própria grande sociedade”(1977:386).

Na perspectiva tocquevilliana, os homens autonomizaram-se a ponto de passarem a viver em total independência uns dos outros. O antídoto contra esse sentimento tão desagregador é o princípio da liberdade, utilizado nos canais abertos de participação, decisão e representação. A possibilidade dos homens decidirem a vida política e pública dar-lhes-ia a percepção de que dependem uns dos outros.

Durkheim(1995) aborda o individualismo como, de fato, uma autonomização individual. Neste ponto, nada mais ilustrativo do que sua imagem da passagem de uma sociabilidade marcada pela solidariedade mecânica - típica das sociedades tradicionais - para uma outra, caracterizada pelo que ele denomina de solidariedade orgânica - típica do capitalismo. A intensificação da divisão social do trabalho e o processo de especialização dela decorrente são fontes de interdependência entre os homens na esfera da produção, mas,

simultaneamente, de um processo crescente de diferenciação entre os mesmos. A civilização moderna, segundo Durkheim, através da diferenciação crescente no processo produtivo, deu vez ao indivíduo enquanto ser singular e autônomo. Esta autonomia tornou-se o valor estruturante de todas as nossas instituições políticas e jurídicas - o ideal moral por excelência das nossas sociedades.

Os ideais do individualismo expressam, portanto, a emergência de um ordem social que suplanta as estruturas tradicionais da sociedade. O individualismo se refere a uma autonomização do homem e ao surgimento de uma nova autoridade moral: o indivíduo. O individualismo é o processo pelo qual o indivíduo torna-se sagrado. Como ideal, como princípio moral, o individualismo forma a base de uma nova forma de solidariedade social.

Assim, para Durkheim(1975), quando o individualista defende os direitos do indivíduo, defende ao mesmo tempo, os ideais da sociedade, impedindo que se esvazie de ideais, sentimentos, enfim, de projetos comuns. Os ideais religiosos que cobriam toda a moralidade e garantiam a coesão social se enfraqueceram e deram lugar a uma moralidade laicizada na qual o cerne é o próprio indivíduo moral. O individualismo moral como 'religião da humanidade' tem caráter menos imperativo do que as religiões que substituiu. O culto ao indivíduo não se dirige ao particular, mas à pessoa humana: é impessoal e anônimo, pairando acima das consciências individuais e constituindo-se como elo de ligação, como objetivo e fim comuns.

Os teóricos contemporâneos tendem a uma postura crítica diante do individualismo. Autores como Elias(1994), Dumont(1985), Lipovestky(1983), Lasch(1991) e Sennet(1988) têm posturas extremamente contrárias ao individualismo, por não dispor as pessoas a um sentimento coletivo, causando um despreendimento em relação ao outro e uma desvalorização da vida pública. O advento do individualismo é considerado por tais autores como o advento do narcisismo contemporâneo.

Giddens vai na contra-mão das análises sobre o individualismo da sociedade moderna como narcísico. Numa postura nitidamente durkheimiana, Giddens reafirma-o como a base das novas solidariedades sociais, e toma como exemplo, a esfera da família.

O individualismo e a reflexividade social - fatores que contribuíram para a destradicionalização nas sociedades contemporâneas - são vividos na esfera da família de forma intensa e inédita. Os críticos do individualismo sugerem que este também é responsável pela desagregação familiar, pelo fim da autoridade parental. Tudo isso envolvido num contexto de caos e desestruturação. Mas, quais são os valores que esses autores prezam?

Tomemos como exemplo uma autor como Lasch (1991), que no livro *Refúgio num*

mundo sem coração - A família: santuário ou instituição sitiada? procura abordar o que denomina de erosão da família. Para ele, a família deixa de ser um refúgio para os homens, e principalmente, para crianças e adolescentes, pois é destituída de sua função emocional, tornando-se um espaço de encontros rápidos e esporádicos, quase formais, entre pais e filhos. Nesta crítica o autor procura reaver o espaço das mulheres na família (a privatização feminina):

“Em lugar de perguntar como as mulheres podem ser liberadas da família, deveríamos perguntar como seria possível reorganizar - humanizar - o trabalho para que seja possível às mulheres competir economicamente com os homens sem sacrificar suas famílias ou, inclusive, a esperança mesma de uma família” (Lasch, 1991:17).

Neste sentido, Giddens critica os críticos do individualismo, pois eles menosprezam a percepção deste indivíduo cuja fragmentação tanto denunciam: um indivíduo preso nas amarras da tradição, na qual não tinha margem de escolha, ou seja, um não-indivíduo, subordinado a papéis rigidamente atribuídos. No caso especificamente da família, os papéis subordinados da mulher e da criança em relação à autoridade patriarcal. Assim, Giddens questiona o espaço familiar do qual os teóricos como Lasch exaltam a solidez: era um espaço de relações bastante desiguais, onde se vivia desde o abuso físico e sexual de crianças, até a violência em todos os níveis de maridos contra suas esposas, de forma inquestionada e naturalizada.

Giddens, assim como Durkheim, exalta a possibilidade da autonomização do indivíduo, que compreende tanto a possibilidade de escolha quanto o respeito pelos direitos dos demais, já que a sacralidade do indivíduo é a base das sociedades modernas. O individualismo é a fonte das solidariedades retiradas do véu da tradição e da desigualdade, uma vez que reconhece todos como iguais em direitos e deveres.

O individualismo, dando margem para a escolha, faz das relações humanas na família opções das quais podemos abrir mão. Dessa forma, é preciso um querer, um desejar, para dar um passo em direção à constituição de uma família: casar ou coabitar, ter filhos ou não, manter ou não o casamento. Não é preciso seguir um *script* já determinado que sinalizava o casamento e a procriação como caminhos obrigatórios. É preciso criar, a cada momento da vida, as opções que nos tornam alguém diferente do vizinho, do pai e da mãe; ou igual, ou parecido, cabe à pessoa decidir. Essa construção da auto-identidade diz respeito à família, mas também à sexualidade, ao amor e às mais variadas esferas da vida.

O individualismo torna os homens reflexivos em seus atos e sintonizados com o que

Giddens chama de *confiança ativa*, isto é, uma confiança que tem que ser conquistada em vez de vir da efetivação de posições sociais ou papéis de gênero. A confiança ativa requer uma responsabilidade pessoal e social em relação aos outros. Nesse sentido, a construção da intimidade exige relações mais dialógicas entre esposos, entre pais/mães e filhos/as, entre os parentes. O casamento não exigia “comprometimento pessoal”, uma vez que nele as regras do jogo já estavam dadas, o comprometimento era dado pelas normas sociais e não por um investimento cotidiano emocional e afetivo.

Atualmente, ressalta-se a negociação como um plano fundamental numa sociedade que reconhece a singularidade dos indivíduos e sua possibilidade de escolha. A autoridade parental é menos arbitrária do que costumava ser. O que pode parecer um declínio da autoridade paterna e das obrigações filiais é um aumento dos direitos das crianças:

“O fortalecimento de comprometimento e obrigações familiares, desde que baseado em confiança ativa, não parece ser incompatível com a diversidade das formas familiares que atualmente estão sendo exploradas em todas as sociedades industrializadas. As altas taxas de separação e de divórcio vieram para ficar, mas podem-se perceber muitas maneiras pelas quais elas viriam a enriquecer a solidariedade social em lugar de destruí-la. Por exemplo, o reconhecimento da importância primordial dos direitos das crianças, junto com as responsabilidades em relação a elas, poderia fornecer os próprios meios de consolidarmos os novos laços de parentesco que vemos ao nosso redor - entre, digamos, dois grupos de pais e mães que também são padrastos ou madrastas e as crianças que possuem em comum” (Giddens, 1996:22).

Neste sentido, Giddens estabelece que o princípio das relações pós-tradicionais impõe o respeito pelos direitos individuais também na família, incluindo desde questões objetivas, tais quais a violência doméstica, como questões mais subjetivas, que tocam à realização individual de cada um.

Uma família pós-tradicional compreende a realização emocional e afetiva das pessoas, muito mais do que uma manutenção de papéis rígidos e inflexíveis. Este processo implica uma total democratização da vida privada. A vida privada não se caracteriza somente por ser o terreno onde floresce a afetividade humana, mas por tornar-se lugar onde podem se desenvolver relações mais igualitárias, que dêem conta das demandas individuais das pessoas.

Singly (1996) aponta nesta mesma direção o sentido das mudanças nas famílias contemporâneas:

“O sentido e a finalidade da família mudaram. Certamente, a

importância e o papel respectivo do homem e da mulher, e mesmo da criança, não são mais os mesmos. Mas sobretudo, cada um dos membros da família quer ser considerado como um ser único. Exige-se da família que ela favoreça o florescimento dos grandes e dos pequenos, dos pais e das crianças”(Singly,1996:29)²⁵.

A flexibilidade da família pós-tradicional - que é a base para o manutenção da autonomia de homens e mulheres - dá margem a mudanças e constantes renovações da família. Os divórcios e separações; a multiplicação da formação de famílias de solteiros com seus filhos (residentes ou não com os pais); as famílias homoeróticas²⁶; o surgimento de famílias recompostas; ou o de casamento sem coabitação, entre outros fenômenos que colaboram para a heterogeneidade das formas familiares, são as conseqüências dessa autonomização de homens e mulheres na família.

A democratização da vida privada implica que formas familiares vividas como insatisfatórias devem ser substituídas por novos modelos condizentes com aspirações individuais. A nova direita²⁷ utiliza a retórica da desagregação da instituição familiar para tentar reestabelecer a ordem tradicional, que delegava à mulher a exclusividade na vida doméstica. Esse discurso promove um retrocesso nos direitos da mulher: ao tentar reestabelecer a instituição familiar como a única fonte de uma estrutura moral para a vida, reestabelece também a mulher como guardiã dessa moral.

A posição de Giddens é contrária aos teóricos que procuram mostrar o esfacelamento da família. Por isso, procura mostrar que a expansão da autonomia individual atingiu também a vida privada e dotou os indivíduos de direitos, deveres, responsabilidades e solidariedades uns em relação aos outros - o que se tornou possível graças às formas familiares diversas e múltiplas.

A pluralidade de famílias seria, nesse contexto, menos um indício de que há uma decadência moral da sociedade e mais uma garantia de que as demandas individuais têm sido atendidas no projeto coletivo que é uma família. A família nuclear se caracterizava por um padrão de afetividade construído segundo as linhas da dicotomia público-privado aplicadas ao gênero. Este padrão estendia-se também ao domínio sexual, uma vez que o modelo de realização na vida pública para os homens e na vida privada para as mulheres confinava a

²⁵ Tradução da autora.

²⁶ As relações homossexuais têm sido denominadas de homoeróticas nas literaturas sociológica e antropológica como um esforço de manter um olhar mais distanciado, uma vez que a palavra homossexual remete a uma condição negativa e de exclusão.

²⁷ Giddens(1996) denomina ‘a nova direita’ as correntes neoconservadoras que pretendem preservar as instituições foras das esferas da política e da economia, como a Igreja ou a Família. Em relação à família, especificamente, os discursos tendem a acentuar sua ‘decadência moral’ e desintegração.

sexualidade feminina à família. A pluralidade atual dos modelos de família traz em si a própria ausência de modelos rígidos previamente determinados, no que diz respeito ao gênero, à sexualidade, e ao próprio casamento, que se torna uma opção.

A afetividade pode se realizar melhor quando o casamento não é um caminho necessário, mas uma opção de vida. A família conjugal tornava a realização familiar pelo casamento e sua manutenção um caminho obrigatório e indissolúvel. A possibilidade aberta pelas formas familiares contemporânea tira a obrigatoriedade da realização familiar pela família conjugal: o laço parental passa a ser mais forte do que o laço conjugal, autonomizando-se em formas diversas e heterônomas, como nas famílias divorciadas ou na maternidade solteira, nas quais os laços entre pais e filhos (pai-filho, mãe-filho) se mantêm independente da relação conjugal que já se desfez (no primeiro caso) ou não chegou a existir institucionalmente (no segundo).

Nada mais ilustrativo da autonomização das funções parentais em relação à conjugalidade do que a maternidade e a paternidade solteiras de Xuxa e Luciano Szafir. A primeira, como se sabe, uma *pop star* da TV brasileira, possui influência sobre a audiência, como todo astro da mídia, e tem o poder de prescrever comportamentos e atitudes. Por se tratar de uma figura que se consolidou mantendo um público infantil (pois foi a estrela de um programa para crianças que existiu durante anos, na maior rede de audiência nacional), a assunção da maternidade solteira torna-se mais delicada, pois prescreveria comportamentos para crianças.

No entanto, a maternidade solteira da *pop star* foi recebida sem reservas pelo público. Por ocasião do nascimento da criança, o casal já não só não coabitava como não mantinha mais um namoro, o que não impediu que a mídia colocasse em Szafir a faixa de “pai do ano”. É curioso percebermos que o pai do ano em 1998 provavelmente nunca vai residir com a filha e não forma um casal com a mãe da criança. A tríade pai-mãe-filho é rompida nas relações familiares atuais, tornando-se díades pai-filho, mãe-filho. A revista *Caras* representou claramente essa díade ao estampar na capa da revista ora o pai com a criança, ora a mãe. A clássica foto do casal e o filho - tido ao mesmo tempo como fruto e reforço da união - deixa de ser hegemônica, assim como a concepção que a sustenta.

Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha²⁸ durante este ano (Folha de São Paulo, Caderno Especial, 20.09.1998), evidencia-se um aparente paradoxo: enquanto 61% dos entrevistados têm a família como um grande valor, 31% dizem o mesmo do casamento. Este

²⁸ A pesquisa do Datafolha, cujos dados estou utilizando, foi uma ampla pesquisa que procurou inter-relacionar as mudanças na organização nos valores familiares.

aparente paradoxo é facilmente interpretado quando vêm a tona a autonomização das funções parentais sobre a conjugalidade. No universo das mulheres, entre solteiras, separadas e viúvas, apenas 59% têm intenção de se casar, contra 81% dos homens. No entanto, entre os solteiros de 16 a 25 anos, o percentual que resiste à idéia do casamento é igualmente baixo tanto para homens quanto para mulheres. Na faixa etária dos 40 anos, 60% das mulheres que nunca viveram com alguém dizem que não pretendem se casar, assim como 31% dos homens.

A idade responde apenas por 27% dos casos de mulheres que desistiram de casar, a maioria é de mulheres separadas: 59% dizem que não vão se casar novamente, contra 36% dos homens. A falta de credibilidade nos homens para manter uma nova relação (já que 37% se separaram por infidelidade); a necessidade maior de liberdade pessoal; e, ainda, a tentativa de evitar conflitos com os filhos (34% dos homens dizem que não casariam com mulheres que têm filhos, mas 43% das mulheres evitariam esta situação), mostram que a mulher tem valorizado a vida familiar independente do casamento. A pesquisa indica que a desvalorização do casamento é mais acentuada no universo das mulheres, as quais têm uma postura crítica em relação ao casamento de seus pais - 73% das mulheres e 56% dos homens seriam infelizes se repetissem um casamento como o de seus pais - e às suas próprias experiências afetivo-sexuais, vividas no casamento ou em relações duradouras.

A busca de maior gratificação nas relações é vivida pelas mulheres em diferentes contextos, do divórcio ao casamento sem coabitação, passando pela maternidade solteira. A iniciativa do divórcio/separação é predominantemente feminina. Ao exercer uma atividade profissional ela não vacila em recorrer ao divórcio, mas, mesmo quando não exerce uma atividade profissional, a iniciativa continua sendo da mulher²⁹. Os homens se mostram mais satisfeitos nas suas relações e menos críticos, talvez por serem menos prejudicados nos relacionamentos amorosos. Apenas 8% não pretendem se casar, alegando a perda da liberdade. Já 17% das mulheres não pretendem se casar, evocando outras razões, tais como, “não acreditar mais nos homens”.

²⁹ “No caso brasileiro, as estatísticas têm demonstrado que o motivo determinante tem sido o adultério masculino, seguido de perto, pelos maus tratos (espancamento da mulher e dos filhos).(...) Outro grupo de mulheres, que também toma a iniciativa de ruptura, não revela maiores sinais de sofrimento. “Este tipo de ruptura parece mais freqüente nos casais onde existe uma relativa igualdade entre os sexos, ou, principalmente, entre as jovens gerações pertencentes às camadas médias(...) Assim que o sentimento amoroso cessa, não há mais razão de manter o laço conjugal”(Leite, 1997:110).

2.1 Alguns Limites na Constituição da Auto-Identidade

Todas as aspirações investidas pelas novas formas de relações afetivo-sexuais na família contemporânea não garantem que essas vontades se realizem plenamente no cotidiano de homens e mulheres, mas que se colocam como possibilidade de busca de relações mais livres e igualitárias entre os mesmos, desencadeada por uma inquietação principalmente feminina com os caminhos do casamento e do amor.

Embora o casamento, assim como a procriação sejam opções, isso não significa que são realmente vividas como uma escolha. A questão do estigma precisa ser investigada para podermos pensar até que ponto não existe uma certa obrigatoriedade em casar, ter filhos, seguir um certo *script* esperado socialmente. O diálogo com Giddens é fundamental para questionar o individualismo, a reflexividade, a escolha. Quais os limites dessa escolha?

A possibilidade de construção da auto-identidade, do estilo de vida e das formas familiares não é igualmente aceita por toda a sociedade, há muitas mudanças e muitas permanências - "*vão-se as instituições, ficam os valores*" (Aragão, 1994:50). Singly(1996)³⁰ aponta que embora se constate estatisticamente a pluralidade de formas familiares, na representação social a legitimidade continua sendo unicamente da família conjugal. Ora, se a legitimidade continua presa à uma forma familiar que não é mais hegemônica, as ambigüidade e contradições estão sendo vividas por aqueles/as que não estão ancorados/as sob este padrão.

Bourdieu lembra a condição social da mulher solteira:

"(...)Seria preciso relatar aqui o testemunho daquelas mulheres que entrevistamos recentemente, no decorrer de uma pesquisa sobre a miséria social e que, por não se comportarem de acordo com a norma tácita que impõe, de maneira cada vez mais imperativa à medida que envelhecemos, casar e ter filhos, falam todas das pressões sociais exercidas sobre elas, para chamá-las à ordem, a se "comportar", a encontrar um cônjuge e a ter filhos - por exemplo, as fofocas e os problemas associados ao estatuto da mulher sozinha, em festas ou jantares, ou a dificuldade de ser inteiramente levada a sério, porquanto ser social incompleto, inacabado como que mutilado" (Bourdieu, 1996:128).

³⁰ Neste mesmo sentido, Romanelli afirma: "a importância da família nuclear não reside apenas no fato de ela ser o arranjo doméstico estatisticamente preponderante, mas resulta do significado simbólico de que foi revestida, convertendo-a em modelo hegemônico, isto é, em referencial e em ideal de ordenação de vida doméstica para a grande maioria da população"(1995:74).

Avaliar a questão do estigma de mulheres solteiras é muito importante porque coloca todas as nuances de abordar o casamento e a maternidade uma opção pessoal. Até que ponto se escolhe? Embora não se possa afirmar que às mulheres solteiras é direcionado o mesmo estigma que há três décadas, quando sua personalidade ficava subsumida sob a denominação de 'solteironas' e 'titias', também não podemos afirmar que a sua condição não seja revolvida de estigmas em situações das mais variadas, como essas a que se refere Bourdieu.

O estigma da mulher que não sustenta seu status pelo casamento engloba as mulheres divorciadas (que passam pelo mesmo constrangimento social de que fala Bourdieu), as mães solteiras e as viúvas. Aragão relata uma situação que é o ponto inicial para fazer uma análise da inter-relação entre casamento, tabu e estigma social:

“Uma aluna, futura antropóloga, confessou certa vez em plena aula, e diante de uma platéia estupefata, que era “mãe solteira”. O fato não é crime, e, no entanto, por ter vindo a público tão abruptamente, causou mal-estar passavelmente generalizado. Mas não só por isso. Na verdade, enquanto a moça desfiava o novelo dos intricados meandros de parentesco classificatório nos quais, por força de um destino moderno, seu filho se enredara, podia-se sentir no ar o odor do tabu” (1994:52).

Será que o medo da estigmatização não conduz a determinadas opções (casamento, coabitação, procriação) que de outra forma não seriam consideradas tão vitais? Que valores estão fundamentando esses desejos e quais são os pressupostos da sua realização, no que diz respeito à sexualidade, à necessidade de ter os filhos, ao divórcio, à assunção da maternidade solteira, ou seja, às alterações nos padrões culturais que vêm redefinir essas relações? As mudanças que podemos verificar nas relações afetivo-sexuais, como a possibilidade das mulheres viverem sua sexualidade, inclusive assumindo uma gravidez fora do casamento, podem significar um afrouxamento do estigma? O recebimento sem reservas da gravidez solteira da Xuxa faz parte de uma verificação de que isso é normal, pois acontece sempre, uma banalização desse estilo de vida e de família, ou as pessoas incorporaram-no como um valor? O crescente número de mulheres divorciadas, para muitas das quais não é desejável contrair um novo casamento, pode exercer livremente sua sexualidade?

Mais uma vez, segundo Aragão, a força do estigma contra a mulher 'livre' continua intacta:

“Basta lembrar o xingamento maior em nossa sociedade (...) o nosso velho e conhecido “filho da p...”. O que significa isso? Significa, entre outras coisas, que ainda temos problemas com o obsessivo controle da sexualidade feminina. A mulher tem de passar de menina a mãe

(santa), sem mácula nem gozo, portanto; a não ser aquele, evidentemente, produzido na renúncia, na abstenção, ou seja, em múltiplas e estereis sublimações. A mulher que dispõe seu corpo de outra forma, sobretudo não apresentando um parceiro constante, e que, ao contrário, busque uma alternância ou rotatividade conforme designios mais próximos de sua sexualidade corre risco nesse registro de ordem moral” (1994:61).

A flexibilização da vida familiar, da sexualidade e dos gêneros é um problema que se impõe como um percurso a ser enfrentado. Mudanças e permanências são passíveis de ser vislumbradas no panorama atual e é essa coexistência das mudanças e permanências na vida privada que nos instigou à pesquisa de campo e à pergunta inicial: até onde vai a igualdade na família? Até onde a sociedade brasileira avançou nas mudanças na família?.

O tema da igualdade nos relacionamentos, profundamente explorados por Giddens, está presente na pesquisa sob a forma de uma série de indagações: Existe a busca do ‘relacionamento puro’? Existe uma tentativa de igualdade nos papéis sexuais de homens e mulheres na família? Como é vivida cotidianamente por homens e mulheres a intercambialidade dos papéis? Estão os homens se ocupando mais dos filhos, resgatando a paternidade perdida? Como está sendo construída a identidade da mulher por meio do trabalho (e não apenas da casa)? É a família um projeto reflexivo na vida dos indivíduos, uma escolha? Como a igualdade é vista por homens e mulheres no plano da sexualidade? As relações mais dialógicas entre pais e filhos se impõem? A possibilidade de mudar todos esses pilares das relações tradicionais é explorada pelas pessoas, até onde? Enfim, o que mudou?

Muitas questões colocadas por Giddens surgiram como perguntas na pesquisa, mas partilhamos o mesmo pressuposto daquele autor: não tematizar as mudanças como um esfacelamento ou uma erosão da família³¹. Como vimos, muitos autores que se lançaram sobre o tema da família procuraram mostrar um declínio do significado social da família. A perda do seu padrão conjugal moderno denotaria uma condição fundamental da pós-modernidade na qual processos acelerados conduzem à fragmentação³².

Nesse final de milênio em que se procuram tantos “fins”, como o fim da sociedade do

³¹ Neste sentido, ver também “As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação” Goldani. 1993. Neste texto a autora conclui: “as indicações são de que não haveria desagregação, nem tão pouco substituição da família por outras instituições. Haveria, isto sim, mudanças no sentido de um modelo mais informal ou mais democrático de relações nas famílias, onde a interdependência das trajetórias individuais substitui o conceito de dependência e os arranjos domésticos familiares brasileiros tomam novas formas, tamanhos e significados”(p.100).

³² Lasch(1991), Lipovestky(1983)e Sennet(1988). No Brasil, Costa sustenta essa visão: “No presente momento tornou-se banal constatar que a família vai mal (...). A família estaria vivendo um rude impasse. Perdeu seus antigos valores sem conseguir criar nada que pudesse substituí-los” (1989:11).

trabalho, o fim da história, ou o fim do socialismo, mais um fim, portanto, viria se somar as visões catastróficas: o fim da família, que deixaria de ser o espaço do refúgio humano para se transformar numa instituição sitiada, presa da disciplinarização e dos poderes que retiram sua função última de suporte emocional e psíquico dos indivíduos. Como toda visão apocalíptica, esta não poderia deixar de conter sua face mais inevitável: o exagero e o drama obscurecem o passado imaginado sob uma forma idílica. E obscurecem as interpretações sobre as relações complexas entre o novo e o velho, que mantêm uma inter-relação constante e desafiadora.

Não é possível obscurecer todos os dilemas que são vividos cotidianamente nas novas formas familiares sob o signo da fragmentação e do esfacelamento. É muito mais vantajoso teoricamente procurar-se os significados e as fronteiras das mudanças. Porque procurarmos um padrão único de família se a realidade tem sido vivida em formas novas e instigantes?

Os valores modernos tornam a violência doméstica execrável, como caso de polícia, embora sejam vividos de forma contraditória e ambígua por parte das mulheres:

“A revista Reflexión Juvenil, da Colômbia, estampou no seu número de fevereiro de 1995, um artigo intitulado “A juventude mundial em risco”, no qual 1 entre 12 mulheres jovens vítimas de violência de gênero nos Estados Unidos declaram que o comportamento agressivo é uma prova de amor por elas e interpretam a violência numa relação sentimental.” (Muszkat, 1998:227).

Apesar da ambigüidade ainda permear fortemente as relações entre agressor e vítima quando está em jogo a afetividade do relacionamento a dois, somente num mundo que tornou a família passível de ser redefinida a cada momento, torna-se possível criar mecanismo para conter a violência doméstica e sexual. O estatuto do homem como chefe da casa, que sustentava sua posição de domínio e muitas vezes abuso (até mesmo sexual), foi modificado legalmente, ao ser estabelecido que homens e mulheres são igualmente responsáveis pela vida familiar, introduzindo as decisões da vida privada aos homens e às mulheres.

O desafio da família contemporânea é incorporar o valor da equidade nas relações da vida privada, tornando-se não um refúgio num mundo sem coração (o que nunca foi), mas um lugar que garanta a socialização das crianças por meio de uma convivência democrática numa sociedade que colocou a democracia como o seu valor fundamental.

2.2 Questões sobre a Democratização no Público e no Privado

A democratização das emoções, tal como Giddens explicita, é uma possibilidade de a vida contemporânea realizar a cidadania privada, dotando os indivíduos de valores que os orientarão na sua vida pública: *“a intimidade aqui não é, como sugeriram alguns, um substituto da comunidade, ou uma forma degenerada dela; é o próprio meio pelo qual um sentido comunal é gerado e continuado.”*(Giddens,1996:145). Estamos aqui no extremo oposto do modelo de sociedade descrito por Arendt(1993), pois na vida privada podem ser criadas novas relações que preparem o indivíduo para uma convivência publicamente democrática.

A mesma relação que Giddens estabelece entre a democratização da vida privada e uma relação democrática com a vida pública, Horkheimer(1990)³³ efetua entre as relações familiares burguesas patriarcais e o comportamento submisso das pessoas. Para Horkheimer, os comportamentos inculcados na infância pela família se consolidam na personalidade adulta. A reprodução social garantida pela família, ao formar as personalidades, é o pilar de um sistema autoritário que requer submissão e controle, é a base do sistema burguês.

A criança é levada a uma obediência inquestionável ao pai. A força física do pai torna-se uma força moral a ser respeitada. A criação dos filhos sob essa superioridade é decisiva para incutir-lhe uma aceitação natural de toda e qualquer força superior na sua vida adulta. Esta relação foi explorada pela psicologia. Segundo Horkheimer, as pessoas de famílias autoritárias demonstram falta de iniciativa, profundo sentimento de inferioridade e uma forte concentração da vida psíquica em torno dos conceitos de ordem e subordinação. Dessa forma, escreve:

“ ‘Pensais que procurais a verdade? Lê-se num trecho de Nietzsche. ‘Procurais um líder e quereis deixar-vos ser comandados com prazer’. Contudo, o impulso da submissão não é uma grandeza eterna, mas um fenômeno originado essencialmente na família unicelular burguesa. Se na educação prevalecem a benevolência ou a coerção, não vem ao caso aqui; pois o caráter infantil é formado muito mais pela própria estrutura de família do que pelas intenções e métodos conscientes do pai”(Horkheimer,1990:223).

³³ Esta análise de Horkheimer contradiz seus próprios escritos posteriores, nos quais, juntamente com Adorno ele vai relacionar o comportamento autoritário à ausência da autoridade paterna, que induzirá os indivíduos a aceitar com facilidade toda forma de autoridade. “As mesmas mudanças econômicas que destroem a família levam consigo o perigo do totalitarismo. A família em crise produz as atitudes que predispõem os homens a uma submissão cega”(Horkheimer,1970:174). Já não se trata de relacionar a própria estrutura autoritária da família burguesa com os comportamentos autoritários. Registro aqui esta contradição dos escritos do autor, eximindo-me de qualquer interpretação sobre essa mudança radical.

Como veria Horkheimer o advento da democratização nas relações familiares contemporâneas? Poderia autorizar a co-relação giddensiana entre a democratização da vida privada e da vida pública? Afinal, a base do argumento de ambos é a mesma: de que a autoridade paterna, para o primeiro, e o seu fim, para o segundo, corresponde, respectivamente, a uma personalidade autoritária e a uma personalidade democrática. Será que a contemporaneidade inverteu o comportamento submisso inculcado na família burguesa patriarcal para um comportamento mais reflexivo, argumentativo, por fim, dialógico presente nos jovens de hoje? É possível tirar essa conclusão das mudanças nas famílias que vivem relações mais democratizadas?

Esta pergunta foi colocada por nós muito mais como uma questão instigadora do que propriamente como um tema que pudesse ser desenvolvido no escopo desse trabalho. A questão me parece desafiadora, mas devemos também ter claro que as relações familiares democratizadas não são uma evidência empírica sob as quais possamos construir uma base sólida para inferirmos sobre seus resultados também na vida pública.

A possibilidade de pensarmos que transformações ocorridas nas relações íntimas e privadas podem contribuir para mudanças mais públicas reforça a necessidade de iluminarmos os processos pelos quais é possível construir relações mais igualitárias e reflexivas nas famílias. O pensamento teórico sobre o gênero produz interpretações e explicações do porquê há dificuldades para homens e mulheres viverem relações familiares democratizadas. A construção social do masculino e do feminino, que atribui a cada um seu lugar determinado, o homem vinculado à esfera pública e a mulher à privada, implica a desigualdade nas relações familiares. Embora a vida moderna tenha aproximado as mulheres da vida pública, não aproximou igualmente os homens da vida privada, transformando a família num espaço feminino. O que significou para as mulheres este predomínio persistente no espaço privado? O capítulo a seguir pretende desenvolver tais questões.

III- IGUALDADE/EQUIDADE, GÊNERO E FAMÍLIA

As teorias consolidadas no campo teórico sobre gênero procuram uma reavaliação dos conteúdos explicativos das diferenças sexuais. Os estudos de gênero envolvem pelo menos duas dimensões, segundo Sorj(1992): a primeira compreende a idéia de que o equipamento biológico sexual inato não dá conta de explicar as diferenças vividas nas sociedades entre o comportamento feminino e masculino. O sexo se diferencia do gênero na medida em que o primeiro é dado *a priori* e o segundo é uma construção social. A segunda diz respeito à consideração de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social.

A primeira vertente antropológica sobre o gênero foi inaugurada por Mead, nos anos 30 (Segato,1997). Ao pesquisar as diferenças padronizadas na conduta das crianças de outras culturas e como são usadas as referências sexuais para definir a diversidade de papéis, a autora procurou mostrar que as sociedades humanas dispõem diferentemente as características que são atribuídas ao feminino e ao masculino:

“Mas sempre encontramos o padrão. Não conheço cultura que tenha concretamente afirmado que não há diferença entre o homem e a mulher (...) não se encontram culturas nas quais caracteres identificáveis, iniciativa e responsabilidade, coragem, paciência e zelo sejam meros traços humanos gerais. Por mais desigual que seja a consignação dessas características a um ou outro sexo ou a ambos, por mais arbitrária que seja essa seleção (...), a despeito da divisão arbitrária, ela está presente em todas as sociedades das quais temos algum conhecimento”(Mead, 1971:26).

No entanto, antropólogas como Rosaldo e Lamphere(1974) associaram essas diferenças observadas nas sociedades humanas entre o que é considerado próprio ao feminino e ao masculino com uma desigualdade na posição das mulheres, que ocupam, no geral, lugares subordinados. As antropólogas apontam para a universalidade da dominação masculina na hierarquia de gênero:

“A visão antropológica corrente parte da observação de que a maioria e provavelmente todas as sociedades contemporâneas, seja qual for a sua organização de parentesco ou modo de subsistência, é caracterizada por alguma grau de dominância masculina” (Rosaldo e Lamphere *apud* Sandy,1993:73).

O princípio de que há uma universalidade da hierarquia de gênero como estrutura de subordinação foi desenvolvido a partir dos anos 70 e deu origem a uma série de trabalhos hoje clássicos, como os de Rosaldo e Lamphere, Chodorow, Ortner, entre outros (Segato, 1997:241).

O argumento de Chodorow(1974) consiste na ideologia de oposições pela qual as sociedades explicariam a subordinação feminina pela sua associação à natureza, enquanto o homem é associado à cultura. Ortner(1974), seguindo o mesmo argumento, afirma que a desvalorização universal das mulheres poderia ser explicada pelo postulado de que são vistas como mais próximas da natureza que os homens; estes sendo colocados como os que, inequivocamente, ocupam o terreno da cultura.

A crítica a esta oposição entre natureza(feminino) e cultura(masculino) situa-se no fato de que nem todas as culturas estabelecem a relação entre natureza e cultura em forma de oposição. Embora o pensamento dialético, associado a pares de oposições, esteja presente em outros sistemas culturais, a matriz de pensamento em que se originam as oposições difere nas várias culturas. Há, por exemplo, um conjunto diferente de padrões que alinham natureza ao lado de cultura ou que colocam natureza em oposição à cultura, independentemente de gênero (Sandy, 1993).

A primeira geração dos estudos etnográficos (representada por Mead) deu origem à desconstrução do sexismo, uma vez que permitiu a relativização das diferenças tidas como naturais entre o feminino e o masculino. Mas foi a segunda geração que permitiu a construção de um discurso político sobre a subordinação da mulher. Ao questionar o determinismo biológico e apontar para a experiência universal da subordinação feminina, esses estudos deram sustentação às plataformas feministas e permitiram vincular a experiência das mulheres através dos países e das sociedades (Segato, 1997).

Segundo Sandy, cuja posição é contrária à teoria que postula a universalidade da hierarquia de gênero, existem estudos etnográficos que documentam simetria sexual e igualdade sexual, os quais teriam como foco o matriarcado. No seu próprio estudo com mulheres minangkabau, ela registrou que as mulheres, naquelas sociedades, são iguais, senão superiores ao homem:

“A importância das mulheres no que diz respeito ao bem social, através da perpetuação dos costumes tradicionais a seu cargo, como se mencionou acima, é tal que torna as mulheres socialmente dominantes em certos contextos cerimoniais. Em termos de valor e honra social, há evidência tanto nas lendas folclóricas do passado quanto na vida contemporânea de que as mulheres são objeto de maior honraria que os

homens, em muitos contextos. Quanto ao controle dos recursos materiais, tanto homens quanto mulheres me disseram muitas vezes que as mulheres são superiores aos homens, comandando os recursos materiais e a propriedade da família”(Sandy,1993: 77).

O argumento de Segato, no entanto, é de que, embora as defensoras do ‘matriarcado’(a dominância feminina em determinadas culturas) mostrem contextos sociais em que há formas de compensação do poder masculino por algum tipo de exercício do poder feminino, ou seja, configurando sociedades mais igualitárias ou menos hierárquicas. não existe, no entanto, o registro de sociedades totalmente igualitárias.

A hierarquia de gênero parece ser relacionada, então, a uma ordem ou estrutura mais abstrata a qual participaria mais da ordem das instituições do que dos sujeitos sociais e explicaria, por exemplo, o ressurgimento de estrutura de gênero no interior de instituições totais como cadeias e conventos.

O pensamento teórico feminista afasta-se das teorias igualitárias - características da primeira fase - para situar-se no conteúdo das relações entre os gêneros. A própria noção de gênero já traz esse *“caráter implicitamente relacional”*(Bandeira,1997:277). A perspectiva relacional do feminismo possibilitou a desconstrução do pensamento binário que ancorava a naturalização da desigualdade sexual, e *“criou dentro da Sociologia novos mapas cognitivos. Este é o caso, por exemplo, das novas temáticas referidas à masculinidade, ao erotismo, ao corpo, à sexualidade (um olhar mais polissêmico sobre a mesma.”*(Bandeira e Siqueira,1997:278).

A consolidação do pensamento teórico feminista, num contexto marcado por crises e pelo desprestígio epistemológico das teorias legitimadoras de projetos sociais, econômicos e políticos modernos denota todo o seu vigor. Hollanda (1994) aponta a força do pensamento feminista no campo acadêmico que o torna uma tendência teórica inovadora e com forte potencial crítico e político:

“Ao contrário da desqualificação, o que se vê é um interesse crescente em relação às teorias feministas e a identificação recorrente de uma ‘insistente presença da voz feminista’ como um dos traços mais evidentes da cultura pós-moderna”(1995:7).

A possibilidade de provocar um ‘deslocamento’ nas relações tradicionais, dando voz a grupos marginalizados para falarem e representarem-se nos domínios políticos e intelectuais, justifica essa ‘insistente presença: *“como uma das alternativas mais exemplares e concretas para a prática política e para as estratégias de defesa da cidadania”* (Hollanda, 1994:10).

Os novos movimentos sociais, os movimentos de minorias, tais como das minorias étnicas, raciais e de mulheres (e os movimentos ecológicos) se firmaram, a partir da década de 70, como as novas forças políticas emergentes, baseados no discurso da alteridade, que dava ênfase ao reconhecimento do 'outro'.

Ao contrário do discurso pós-moderno da alteridade (de Foucault, Deleuze, Barthes e Derrida), que propugnava uma crise de representação conduzindo a uma morte do social, o discurso feminista pautou-se na necessidade de uma luta pela significação. Esta luta passou pela "procura da definição, em graus diversos de complexidade, de um *identidade feminina* e do lugar da *diferença*"(Hollanda, 1994:13).

Mas, se nas décadas de 60 e 70, as questões da identidade e diferença foram inegavelmente importantes, segundo a autora, na atualidade a introdução da categoria gênero:

"Representou o aprofundamento e expansão das teorias críticas feministas. O estudo das relações de gênero, agora substituindo a noção de identidade, passa a privilegiar o exame dos processos de construção destas relações e das formas como o poder as articula em momentos datados social e historicamente, variando dentro e através do tempo e inviabilizando o tratamento da diferença sexual como 'natural'"(Hollanda, 1994:15).

Um tema privilegiado para abordar a articulação do poder nas relações de gênero é a construção social e cultural da maternidade e da paternidade. Badinter estudou o tema e demonstrou a força do argumento 'biologicista' que atribui o comportamento materno a um 'instinto' natural que todas as fêmeas desenvolveriam perante suas crias: ainda que o conceito de instinto esteja superado para a ciência, a representação social da maternidade continua a julgá-la como instintiva, inata e comum a todas as mulheres. Nesse sentido, a maternidade seria um caminho necessário para qualquer projeto feminino de felicidade.

3.1 A Construção Social da Maternidade e da Paternidade

A exclusividade da mulher nos processos biológicos: da gestação, do nascimento e da amamentação dos/as filhos/as tem sido tomada como uma evidência natural da sua responsabilidade pelo cuidado do/a filho/a.

Chodorow(1990) utiliza o termo maternagem (ou maternação) para designar esse envolvimento construído como naturalmente feminino com os/as filhos/as e as crianças, que não diz respeito apenas aos cuidados requeridos em tenra idade, mas ao afeto, aos cuidados e à educação dos/as filhos/as ao longo da vida. A maternagem tem sido um processo de

responsabilização das mulheres perante a vida dos filhos/as e crianças:

“As mulheres sempre cuidaram de crianças, em geral como mães em famílias e às vezes como trabalhadoras em centros de assistência à infância, como domésticas pagas ou como escravas. A maternação das mulheres é um dos poucos elementos universais e duráveis da divisão do trabalho por sexos”. (Chodorow, 1990:17)

Chodorow pergunta-se por que - apesar de as exigências físicas e biológicas concretas da gravidez e cuidado infantil terem diminuído pelos avanços da medicina e pela introdução do aleitamento artificial na alimentação infantil, entre outros fatores - a maternação ainda é atribuída exclusivamente às mulheres, sendo um forte elemento de constituição da identidade feminina.

A nuclearização da família contribuiu para que a maternação tenha se tornado mais isolada e exclusiva. Não podendo contar com a participação de outros membros familiares, as mulheres arcaram sozinhas com as crianças na família privatizada. Ao passo que a modernidade impeliu o homem para o trabalho extra-doméstico, também excluiu do seu interior avós, irmãos/ãs, e outras pessoas que viviam com a mãe e contribuíaam na rotina doméstica.

Chodorow (1990) demonstrou, na década de 70, que as mulheres continuavam sendo quase totalmente responsáveis pela maternação dos/as filhos/as. Mesmo participando do trabalho remunerado, e dividindo com as creches e escolas a convivência e educação dos filhos, elas se mantinham como educadoras e gerenciadoras da sua educação e formação

As mudanças descritas pela autora nas famílias em função do novo lugar ocupado pelas mulheres na sociedade foram amplas: de pessoas tuteladas por seus esposos e pais a indivíduos juridicamente dotadas dos mesmos direitos e deveres; de dependentes economicamente a pessoas autônomas para participar do mercado de trabalho e da vida política. Mudanças radicais, mas que escondiam permanências. Na família, a divisão desequilibrada das tarefas domésticas com os homens e a persistência da violência doméstica. No trabalho, um mercado profissional segregado que lhes oferece os piores salários e cargos. Ainda quando têm as mesmas qualificações, as mulheres ganham menos que os homens, o que dificulta sua autonomia plena, para, por exemplo, ganhar o suficiente para manter-se por si próprias e criar os filhos adequadamente.

A vida privada tem sido abordada pelas feministas como um questão política que contém e reproduz as relações de poder entre os gêneros. As mudanças que abriram às

mulheres o caminho para participarem na vida pública, como ter um trabalho remunerado ou participar da vida política, seja como cidadã ou como eleitora, não garantiram mudanças concomitantes nas relações domésticas.

Os cuidados maternos e paternos e a organização da família formam o ponto central das relações de gênero nas sociedades, pois a maioria das sociedades conhecidas têm estabelecido a posição social das mulheres a partir da vida doméstica. Os homens têm sido relacionados predominantemente com a esfera pública.

Ora, a esfera pública normatiza a vida social, inclusive da família, e vincula-se a um conteúdo social e não biológico ou natural, como a esfera doméstica. Ela forma, assim, a cultura e a sociedade, elevando os homens para além da natureza e instituindo o controle político. Nas nossas sociedades, que polarizaram natureza e cultura, a situação dos homens como produtores de cultura e das mulheres como reprodutoras naturais conduziu ao homem o controle de instituir a lei e a norma, inclusive do casamento.

A desconstrução dos argumentos que vinculavam as mulheres exclusivamente à vida doméstica, justificados por um condicionamento biológico, dá margem a que nos perguntemos: se a mulher pode ser “produtora de cultura”, participando da vida pública, que normatiza, e não apenas uma reprodutora, atrelada aos cuidados com as crianças na família, os homens não podem exercer também a maternagem?

O ‘refúgio emocional’ na família é visto por Chodorow como um refúgio para as angústias masculinas, pois *“ninguém apoia e restitui as mulheres afetiva e emocionalmente”* o que constitui *“uma assimetria fundamental da reprodução diária”* (Chodorow, 1990:57). A participação mais equitativa dos pais na vida familiar possibilitaria um novo equilíbrio na vida familiar.

A valorização da equidade tem se constituído como um ideal normativo para o casal, nas políticas públicas voltadas para reequilibrar as relações de poder na família. De fato, as relações na família parecem ser reorganizadas em função da desconstrução do lugar até então considerado legítimo de ser ocupado por mulheres e homens: a casa e a rua, respectivamente. No caso da família, a introdução do gênero permitiu repensar a participação de homens e mulheres na vida doméstica e na vida pública, abrindo margem à intercambialidade dos papéis sexuais.

O chamado ‘novo-pai’ (Badinter, 1993), oriundo das camadas médias e altas, procura romper com o modelo vivido na infância, reformulando o comportamento do seu pai, considerado frio e distante; seu comportamento se aproxima da figura materna. Esses homens

querem maternar e por que não ressignificar o 'amor paterno'³⁴ como vinculado a afeição e aos cuidados e responsabilidades? Por sua vez, as mulheres os integram na família ao deixarem de ser mães em tempo integral, construindo também uma identidade profissional.

A ampla participação feminina no mercado de trabalho é um dado evidente na atualidade. Em consequência, para a grande maioria das mulheres, a esfera doméstica não é mais o ponto de referência único da sua vida. Ainda ocupando espaços segregados no mundo do trabalho (desvalorizados economicamente e socialmente), as mulheres deixam a descoberto a vida doméstica e passam a requerer dos homens uma participação mais intensiva na vida familiar.

Esta situação, que parece estar se configurando nas famílias contemporâneas, é fonte de conflitos, tensões e ambigüidades. Se os discursos institucionais em fins do século XVIII designaram a mulher à maternidade, como sua função exclusiva e sacralizada, para aprisioná-la na família; as políticas de fins do século XX buscam trazer o homem para a família, não mais para aprisionar, mas para tornar a casa um espaço de relações equitativas entre homens e mulheres, entre pais e mães:

“Certos indícios parecem anunciar que uma outra revolução familiar começou. Dois séculos depois do rousseunismo, o projeto desloca-se de novo para o lado do pai, não para devolver a mãe à obscuridade, mas para melhor iluminar, pela primeira vez em nossa história, o pai a mãe ao mesmo tempo”(Badinter:1985:239).

Segundo Arilha et alli. (1998), os textos de Conferência da População de 1994 enfatizaram, pela primeira vez, a necessidade de maior participação dos homens na vida familiar, com o propósito de reequilibrar as relações de poder para atingir maior igualdade de gênero, bem como a participação masculina no campo da vida sexual e reprodutiva, em programas de educação sexual para crianças e adolescentes e de prevenção da Aids.

Nesse sentido, o papel do homem-pai emerge nas agendas de instituições nacionais e internacionais que propõem e implementam políticas públicas na década de 90. Estas demandas são inteiramente novas, segundo Medrado e Ridenti pois *“a imprensa feminista dos anos 80 postulou como alternativa à maternidade compulsória a reivindicação por creches e, muito menos ou quase nada, a participação do pai no cuidado e na educação da criança”* (1998:2). Se as bandeiras feministas clássicas reivindicando creches para crianças

³⁴ A expressão “tem pai que é uma mãe” a respeito de pais mais participativos e afetivos mostra o quanto a paternidade está desvinculada dessas características.

não foram superadas, o fato é que se soma a essa reivindicação. na atualidade, a necessidade de compartilhar com os esposos as atividades domésticas e os cuidados com as crianças. A cidadania privada é a reivindicação de uma melhor equidade na distribuição de papéis no lar.

Os movimentos em torno da equidade de gêneros, incorporando a questão da paternidade, não são apenas bandeiras de mulheres feministas, são também uma reivindicação dos homens. Nos Estados Unidos, por exemplo, são formados os 'Grupos de Homens' que atuam sobre diferentes aspectos do cotidiano. Grupos como o "Interesse Masculino na Paternidade", "A Coalização de Pais Americanos", ou "Rede dos Pais em Casa", voltam-se para ter mais direitos na educação dos filhos e mais chance de obter sua custódia em caso de divórcio, entre outros objetivos.

Estes grupos são considerados como um movimento social denominado "movimento masculista" (Bento,1998). No entanto, os movimentos em torno da reivindicação de um resgate da paternidade parecem ser ainda muito tímidos. Como diz Badinter, o pai concorre tacitamente para o monopólio feminino dos filhos: "*É mais provável que a persistência do modelo tradicional que santifica a diade mãe/criança receba a aprovação unânime do juiz, do pai e da mãe*" (Badinter, 1993:173 *apud* Ramires).

Assim, embora as mudanças sociais tenham sido mais veementes quanto às relações das mulheres com o mundo público, por sua inserção no mercado de trabalho e sua participação política e social, o impacto nas relações familiares têm introduzido novas questões, nas quais os homens são chamados a participar ativamente. A participação dos homens nos cuidados e educação das crianças, desde o seu nascimento, é, segundo Chodorow, a possibilidade de se romper com a reprodução da desigualdade de gêneros vivida no interior da família.

A função ideológica da família tradicional consiste na introjeção de valores, papéis e padrões de comportamento diferenciados segundo os gêneros, continuamente repetidos pelas gerações. Os homens são chamados a servir de modelos de papéis masculinos para os meninos(agressivos, racionais, normatizadores), e de objetos heterossexuais para as meninas. As meninas identificam-se com as mães(afetivas, dedicadas, maternais) e não passam por uma ruptura profunda em relação à simbiose vivida na socialização primária. Os meninos constroem a masculinidade vinculada à negação da dependência materna e à desvalorização das mulheres. Esse mecanismo cria os processos de identificações vividos e incorporados na estrutura psíquica de homens e mulheres.

A possibilidade de pais e mães maternarem seria, portanto, segundo a autora, o ponto sobre o qual novas relações podem ser produzidas e reproduzidas:

“No caso presente mostro como as qualidades de cuidar das crianças são criadas em mulheres através de específicos processos sociais e psicológicos. Por implicação mostro como essas qualidades podiam ser criadas em homens, se homens e mulheres cuidassem de filhos de modo igual”(Chodorow.1990:268)

Assim, Chodorow desenvolve uma teoria pela qual a participação equitativa de homens e mulheres na vida dos filhos seria importante para produzir e reproduzir novas relações nas famílias. O exercício da paternidade emergiu como um ponto básico na reordenação da vida familiar. Mas, segundo Ramires(1997), tem implicações importantes em direção a uma nova ordenação do trabalho. Segundo a autora, a organização social dos papéis do homem e da mulher, e organização do trabalho, não considera o pai senão como provedor. As obrigações e responsabilidades fora do lar retiram muitos homens do convívio na esfera doméstica, gerando nos ‘novos-pais’ um sentimento de dívida para com os filhos.

A intercambialidade dos gêneros é extensiva à família e ao espaço público, dando margem a que os homens se ocupem de crianças, na condição, por exemplo, de enfermeiros, monitores de creches, professores de crianças de várias faixas etárias, etc. E relativa a uma reorganização do mercado de trabalho, no qual se desvincularia a paternidade de uma função unicamente econômica. Mais uma vez, a inter-relação entre produção e reprodução, família e trabalho, vem à tona, desta vez para iluminar também a condição social dos homens:

“A discussão promovida na Suécia, segundo Palme, demonstrou que não era apenas o papel feminino que tinha desvantagem (com a dupla jornada de trabalho, por exemplo). Os homens apresentavam mais estresse, envolviam-se em maior número de crimes, contraíam mais doenças ocupacionais, cometiam mais suicídio e morriam mais cedo do que as mulheres. E sua grande desvantagem é que tinham pouco tempo para se dedicar aos filhos/filhas. A habilidade de mostrar afeição e estabelecer contato com a criança não fora até então encorajada no homem”(Ramires, 1997:32).

A construção social dos gêneros como opostos e complementares compreendeu não só a padronização do comportamento feminino, mas também do masculino. As mulheres perderam a oportunidade de se construírem autonomamente, mas os homens também perderam a possibilidade de lidar com suas emoções, pela proibição do choro e de uma relação mais íntima e pessoal com os filhos.

Todas essas questões têm sido colocadas em relação à vida familiar e somam-se à emergência dos novos arranjos, nos quais interpenetram-se, em continuidades e rupturas.

Segundo Lyra e Ridenti(1996), embora as funções maternas e paternas sejam vividas diferentemente da época de nossos pais e avós, ainda é difícil traçar o retrato de um pai e de uma mãe típicos dos dias atuais. A ascendência das famílias chefiadas por mulheres mostra que muitas vezes elas ficam com o encargo integral da prole, entre outras questões que podem ser exploradas pela inter-relação entre gênero, equidade e os novos arranjos familiares.

A articulação entre uma maior equidade entre os gêneros, pautada no ideário individualista, e as famílias é o foco central da nossa dissertação. As camadas médias, vistas como o palco dessas mudanças, se afirmaram como o lugar para analisar as transformações.

3.2 A Celeuma Igualdade x Diferença

A igualdade foi relacionada historicamente a dois tipos de cidadania: a cidadania individual e a cidadania coletiva. Bandeira(1996) analisa as duas formas de cidadania, características, respectivamente, do liberalismo clássico e da democracia moderna. A cidadania individual, corresponde um conjunto de direitos individuais como garantias de liberdade de expressão, de locomoção, de associação, de integridade física, entre outras ligadas à dimensão civil.

A cidadania coletiva abrange os direitos sociais e culturais, as garantias, as leis extensivas ao conjunto da sociedade, mas também prioriza os excluídos e marginalizados social - os subempregados, os desempregados, os trabalhadores informais e os pobres - e culturalmente, como os segmentos denominados de 'minorias sociais': as mulheres, os negros, os homossexuais, os índios, os idosos, etc.

As duas formas de cidadania referem-se, portanto, a dois tipos de igualdade. A primeira, à igualdade individual, pautada na universalidade do direitos; a segunda, à igualdade na diferença, isto é, pautada no atendimento aos direitos ditos específicos, das minorias excluídas. Os chamados direitos específicos, incorporados aos direitos coletivos, têm sido fundamentais para o movimento feminista.

Yannoulas(1994) segue a trajetória intelectual da categoria igualdade, até chegar ao 'direito à diferença'. Segundo a autora, "*Até o século XVIII, a problemática da igualdade dos sexos não havia sido sequer cogitada*" (1994:7). As diferenças entre homens e mulheres eram tomadas como naturais em essência. Os discursos baseados na naturalização das diferenças sexuais são chamados essencialistas, biologistas ou psicologistas.

Um outro viés interpretativo da origem social ou cultural das diferenças sexuais é o

racionalista (também denominado sociologista ou culturalista). Neste caso, homens e mulheres são iguais por natureza, sendo as diferenças derivadas de processos de socialização distintos. A igualdade entre homens e mulheres é abordada pela universalidade do indivíduo que, como tal, deve ter as mesmas oportunidades e condições:

“O movimento reivindica um entendimento da cidadania feminina igual à masculina: é famosa a luta pelos direitos iguais. A luta política das mulheres enquanto sexo elege o indicador “direitos” como aquele através do qual se pode mensurar a igualdade entre os sexos. A argumentação dos direitos desdobra-se indefinidamente: igualdade no trabalho; igualdade jurídica e mesmo igualdade moral” (Franchetto et alli, 1980:40).

A fragilidade da concepção de uma igualdade tomada como identidade, no sentido das mulheres serem entre si idênticas na luta contra uma opressão comum, e de buscarem o fim de qualquer tipo de diferença sexual, logo veio à tona. Segundo Yannoulas(1994), o fato de que fossem ignoradas as diferenças internas ao próprio movimento criou um momento de sociabilidade excepcional, mas, quando as diferenças vieram à tona, o movimento fragmentou-se³⁵. Assim, aprendendo com a experiência e prática coletivas, o movimento feminista incorporou a questão das diferenças:

“a) a sociabilidade entre as mulheres não pode definir-se pela fusão e equalização; b) a diferença merece ser pensada, também, em termos positivos; e c) a diferença instaura-se não só entre as mulheres e o mundo, mas também entre as próprias mulheres e entre o sujeito-mulher e a condição de mulher” (1994:11).

Com base em Arendt e Collin, numa perspectiva pluralista, Yannoulas afirma, assim, a necessidade de estabelecer-se a igualdade de direitos e o direito à diferença. Bandeira e Siqueira caracterizam esse novo momento no movimento feminista como *“uma desconstrução de qualquer discurso homogêneo e unitário do que seriam o masculino e o feminino”*(1997:272). Segundo as autoras, *“reconhecer-se, pela igualdade, como homem, na atualidade, não é mais suficiente para os feminismos em sua pluralidade”* (1997:274).

A questão que o feminismo coloca na atualidade é, pois, conjugar direitos específicos e direitos gerais, direitos particulares e direitos universais, direitos individuais e coletivos,

³⁵ MacRae faz uma análise semelhante do movimento homossexual formado em São Paulo, no final da década de 70, que teve sua coesão ameaçada pelas diferenças de classe social e de orientação política no seu interior, até chegar a sua dissolução (MacRae, 1997).

superando dicotomias típicas do direito liberal-burguês (Alvarez,1997). Esta tese é explicitada na nova Declaração Universal dos Direitos Humanos sob uma Perspectiva de Gênero: *“Tornar visíveis as diferenças existentes entre os diversos setores não traz como consequência a fragmentação da condição humana. Ao contrário, aponta para uma real universalização dos sujeitos e dos direitos humanos”* (in Alvarez, 1997:246).

Scott(1988 *apud* Pierucci,1990) propõe uma interpretação da interdependência da igualdade e da diferença, porquanto a igualdade não é a eliminação da diferença e a diferença não é contrária à igualdade. Mas para Pierucci essa inter-relação entre igualdade e diferença não se dá sem algumas armadilhas .

Pierucci (1990) analisa o que chama de ‘ciladas da diferença’, pois o discurso da diferença que se origina no pensamento conservador e tem por base um tratamento não igual para os diferentes, tidos como inferiores: os negros, as mulheres, os judeus, as minorias enfim. Isto se dá porque é muito difícil separar a desigualdade da diferença; a diferença sendo geralmente a base para estabelecer alguma ação discriminatória.

Quando a esquerda, na esteira dos ‘novos movimento sociais’, utiliza o discurso da diferença, acaba por cair numa ambigüidade, ou melhor, uma cilada, porque a diferença não é universalizável. Assim, retomando o caso Sears, o autor aponta este limite.

Em 1979, a *Equal Employment Opportunities Commission* (EEOC), do governo dos Estados Unidos, promoveu contra a empresa Sears, a maior empresa varejista e o maior empregador privado de mulheres dos Estados Unidos, um processo criminal por discriminação sexual em sua política de contratação para os setores de melhor remuneração: as seções de venda por comissão. O processo foi julgado no decorrer de 1984 e 1985 na Corte Distrital de Chicago, Illinois (Pierucci,1990).

A defesa de Sears, feita pela historiadora feminista Rosalind Rosemberg , utilizou-se do argumento diferencialista para explicar que as mulheres tinham menos interesse nos postos mais competitivos, pois as suas expectativas num emprego envolviam outras questões que não meramente financeiras, como a maior disponibilidade para conciliar o emprego e atender à família e, dessa forma, seria *“ingenuidade acreditar que o que é efeito natural dessas diferenças seja prova de discriminação pela Sears, (...) porque a diferença não significa sempre discriminação”*.

A acusação era efetuada por outra historiadora feminista, Alice Kessler-Harris, que procurou mostrar o contrário, que toda vez que foram oferecidos melhores postos nas empresas, as mulheres jamais deixaram de recusá-los, para caracterizar a política discriminatória na Sears.

No entanto, a defesa utilizou textos escritos pela própria Kessler-Harris nos quais ela ressaltava as diferenças culturais entre mulheres e homens, e tomou seu testemunho como falso, claramente conflitante com seus estudos teóricos. A Corte Distrital de Chicago decidiu favoravelmente à Sears, pois o juiz entendeu que havia na acusação da Sears pela EEOC a pressuposição de interesses iguais entre homens e mulheres: ora, “*a pressuposição de interesses iguais é infundada e solapa fatalmente toda a sua análise estatística*”, foi a conclusão do juiz³⁶.

O caso Sears é exemplar do desempenho da contraditória bandeira da diferença no jogo político, a ponto de Ruth Milkman, outra historiadora feminista, falar sobre o “perigo real” dos argumentos diferencialistas nestes tempos conservadores, sugerindo, timidamente, que o caminho mais seguro para o movimento das mulheres ainda é o da *igualdade*.

Não nos propusemos, nesta dissertação, a resolver ou apontar caminho na celeuma igualdade-diferença. Preferimos colocar a questão do seguinte modo: o discurso da diferença deve ter por base uma perspectiva igualitarista para não criar a possibilidade de uma discriminação sob novas roupagens. Assim, se a igualdade não pode prescindir da diferença (para não confundir mais ser “*igual com ser idêntico*” (Yannolas,1996)), a diferença também não pode prescindir da igualdade.

Reafirmamos a importância da ‘categoria-bússola’ da pesquisa: igualdade, como equidade³⁷, “*a interminável e sempre atual questão da igualdade da mulher*” (Tabak,1994), no sentido em que continua sendo da maior importância pensar a equidade entre homens e mulheres na vida familiar contemporânea.

³⁶ O caso Sears está melhor explorado no texto de Pierucci(1990). fiz um resumo breve para melhor conduzir o argumento do autor.

³⁷ A palavra igualdade pode designar: equidade, justiça, ou uniformidade, identidade. Ao falar de igualdade neste trabalho estaremos nos referindo sempre à igualdade como equidade.

IV - VALORES DA VIDA PRIVADA EM CAMADAS MÉDIAS DO MEIO URBANO

O debate sobre as camadas médias urbanas no Brasil, seja na sociologia, na antropologia ou na psicologia, focaliza a sua adesão a valores modernos e emancipatórios. Enfatiza-se a emergência de novos padrões culturais, principalmente no que diz respeito à forma pela qual os atores sociais vivenciam suas vidas privadas e suas próprias subjetividades. Este novo *ethos* compreende, entre outros traços, uma visão mais igualitária e equitativa das relações familiares.

Tal debate pode ser pensado também a partir do outro pólo da questão: a tradição sociológica, ao tratar das camadas populares, percebe seus valores de modo inversamente proporcionais ao *ethos* modernizante das camadas médias, ou seja, como hierarquizantes e tradicionais. Na verdade, esses debates constituem como que os dois lados da mesma moeda e procuram olhar a formação de valores no Brasil referida à estratificação social.

A tradição sociológica que elege o tema das camadas médias urbanas a partir de seus valores tidos como individualistas e característicos de um estilo de vida urbano associado à vida nas grandes metrópoles tem uma centralização no núcleo de estudos do Museu Nacional/RJ. Salem faz um levantamento desses estudos no texto *Famílias em camadas médias, uma perspectiva antropológica* (1986). Segundo a autora, a tradição se inicia com a publicação, em 1973, do livro *A Utopia Urbana* de Gilberto Velho, que elegeu uma parcela das camadas médias para proceder à análise de seus valores centrais.

Os estudos que mencionamos têm em comum o desenvolvimento da idéia de que valores modernos e modernizantes predominam nas camadas médias urbanas, em contraposição à permanência de valores hierárquicos nas camadas populares. Entre as camadas médias, o individualismo é avaliado como um valor que orienta os atores sociais. Este conceito vem calcado nas noções de *projeto* de vida, de *pluralidade de escolhas* e de *reconhecimento de idiossincrasias* na família. Entre as camadas populares, prevalecem os valores da *família*, como um conjunto integrado, e do *parentesco* calcados em relações de *solidariedade e vizinhança*.

A sociedade brasileira, ao se modernizar, passa a comportar uma vida urbana intensa e a conseqüente formação de grandes metrópoles. A passagem do Brasil arcaico para o Brasil moderno é a passagem de um Brasil rural para um Brasil urbano. Passagem abrupta e de vastas conseqüências. Quem pode negar que até a década de 50 o Brasil era um país predominantemente rural? E que em algumas décadas mudou sua face?

Assim, o que os autores que se voltam às camadas médias pretendem revelar são os novos significados dessa vida urbana no Brasil no plano dos valores. Até que ponto e em que esferas e estratos se deu a modernização dos valores? Como leitores de Simmel e da Escola de Chicago, esses autores tomaram o urbanismo e o individualismo como um estilo de vida neste Brasil que já realizou plenamente a urbanização³⁸.

Assim como Simmel(1987) tematiza a personalidade do indivíduo metropolitano em face das forças externas altamente impessoais e técnicas do capitalismo, os autores brasileiros voltam-se para os mecanismos individuais de adaptação a uma sociedade brasileira complexa. Nesta sociedade, a família deixa de ser uma armadura rígida, fixa e inflexível para dar lugar a uma unidade em que o indivíduo enquanto tal tem espaço e voz e adquire novos significados.

Figueira constrói uma tipologia da família de camada média no Brasil, com o intuito de apreender as mudanças no plano das subjetividades, que denomina de “*sociologicamente invisível: imaginário, emoções, fantasias, desejos, o sujeito*” (1987:12). Tomando esta tipologia por base, procuraremos destacar a visão destas mudanças, a partir de duas ordens familiares aparentemente paradoxais.

TIPOLOGIA

FAMÍLIA HIERÁRQUICA DA DÉCADA DE 50

1- Homem e mulher se percebem como intrinsecamente diferentes, em termos de papéis e autoridade, mas dependentes e complementares.

2- A relação entre pais e filhos também é marcada por diferenças intrínsecas.

3- A identidade é posicional. A posição, o sexo e a idade são definidores. A autoridade paterna é inquestionável.

4- A família constitui uma rede mais extensa.

FAMÍLIA “IGUALITÁRIA” DA DÉCADA DE 80

1- A identidade é idiossincrática.

2 - Ideologia do igualitarismo.

3- As diferenças pessoais subordinam as diferenças sexuais, etárias e posicionais, abrindo-se vez a uma pluralidade de escolhas para a auto-construção de identidades e subjetividades. Abre-se a problemática da crise da autoridade na família.

4- Nuclearização, fragmentação e privatização da família.

³⁸ Estes estudos têm início no final da década de 70 e nos grandes centros urbanos do Brasil. Rio de Janeiro e São Paulo: Velho(1978,1986,1987), Figueira(1987), Fukui(1986), Salem(1986 2 1989), Santos(1987), Nicolaci-da-Costa(1987), Barros(1987), entre outros.

É interessante a observação de que não se trata de um processo simples e linear, através do qual se exclui elementos arcaicos no moderno, ou elementos modernos no arcaico, mas, trata-se sim da identificação de fenômenos, fatos e tendências do processo de formação de uma nova família no país, o que comporta a existência de uma elasticidade das fronteiras entre o arcaico e o novo.

Mas o que seria essa nova família? É a família que incorporou valores do individualismo\igualitarismo, crescente nas relações familiares que vão assumir um caráter cada vez mais democratizado; que incorpora uma cultura *psi*, de valorização do emocionalmente produzido no indivíduo pela família e da própria formação deste indivíduo como ser singular, e, que, centrada no seu núcleo, vive a privatização das relações sociais e dos elos afetivos.

Todas essas características compõem, segundo os autores, a especificidade da vida metropolitana, com sua heterogeneidade e variedade de experiências e costumes, contribuindo para a extrema fragmentação e diferenciação de papéis e domínios, dando um contorno particular à vida psicológica individual(Velho,1987). Nesta vida urbana surge também um *ethos* urbano, um estilo de vida calcado na biografia individual e na organização das emoções. A família nuclear, que retira o acesso às redes de sociabilidade mais amplas e diversificadas, favorece na sua forma mais plena essa individualização e a ocupação desse novo lugar do indivíduo na vida privada.

No plano da estratificação social, embora analise o "*ethos de classe*" como um sistema de valores implícitos interiorizados desde a infância e que organizam toda sua relação com mais diversos fenômenos, Bourdieu (1983) questiona a atribuição de um conservadorismo e de um autoritarismo às classes populares.

Segundo ele, é um fato a rigidez das classes populares diante de problemas como a moral doméstica, as relações entre gerações e entre sexos, mas diante da estrutura política seriam muito mais favoráveis a inovação e a transformação das estruturas sociais. Assim, considerações sobre o estilo de vida das classes sociais respondem à questão sobre o consumo ou não de determinados bens culturais, de valores estéticos e éticos, mas não indicam uma tendência política mais moderna para classes médias.

No Brasil, Sarti(1996) realizou uma pesquisa sobre as relações familiares entre os pobres, partindo da perspectiva de que seguem um padrão tradicional de autoridade e hierarquia, questionando-se sobre a extensão desses princípios no plano da cultura.

“Quais são os fundamentos que efetivamente estruturam as relações na família no mundo dos pobres e que definem o lugar de cada um de seus membros, segundo sua própria concepção moral familiar; que lugar ocupa este código moral familiar, hierárquico e patriarcal expresso nas relações entre homem e mulher e entre pais e filhos dentro do sistema mais amplo de referências culturais dos pobres; ... qual o alcance deste código moral hierárquico como referência simbólica para o pobres urbanos?” (Sarti, 1996:2).

Contrariamente à hipótese de Bourdieu, Sarti identifica este código moral hierárquico nas várias outras dimensões da vida nas classes populares. A ordem articuladora dos sentidos culturais nas camadas baixas é estruturada em termos de obrigações morais. Neste sentido, a família e os seus códigos de obrigações constituem uma linguagem por meio da qual os pobres traduzem e significam o mundo. A sua própria ação política fica intermediada por essa linguagem.

Para Sarti, podemos pensar negativamente esses valores, como inadequados para uma sociedade que se quer democrática: o apego à moral familiar, a insistência na hierarquia, que sustentam modos de agir personalistas, papéis e identidades, mas é inegável também que são importante para uma visão de mundo que se calca na solidariedade. As insuficientes políticas públicas para essas camadas são minimizadas pela estratégia da solidariedade familiar e de vizinhança.

Lançando um pouco mais de fogo neste debate, lembramos que Muraro(1985) realizou uma pesquisa sobre a sexualidade da mulher brasileira cujo argumento se baseava na relação de cada classe com o sistema produtivo. Pesquisando as classes burguesa, operária, camponesa e a classe média, Muraro toma esta última como o centro das idéias mais avançadas, uma vez que as suas integrantes não têm uma relação monetária e produtiva com o casamento como as mulheres de todas as outras classes. Não utilizaremos a tipologia de Muraro como referência, mas nos apropriaremos da sua concepção sobre a modernidade dos valores da classe média: *“Quanto à classe média moderna, ela está à favor do aborto, tal como a burguesia nesses casos, mas, já de uma maneira mais coerente, porque ela rompe as regras tradicionais todas”*(Muraro, 1985:25).

As famílias de elite são caracterizadas por uma solidariedade de interesses. Embora tendam a uma conformação semelhante às da camada média, na verdade, persistem em comportar-se como um grupo corporativo, baseado em uma *“solidariedade de linhagem”*, pela qual todos saem privilegiados. Como Bourdieu analisa:

“Uma das particularidades dos dominantes é a de possuírem famílias extensas (os grandes têm famílias grandes) e fortemente

integradas, já que unidas não apenas pela afinidade do habitus, mas também pela solidariedade dos interesses, isto é, tanto pelo capital quanto para o capital, o capital econômico evidentemente, mas também o capital simbólico (nome) e sobretudo, talvez, o capital social.”(1996:132).

Segundo Duarte (1995), a preferência do olhar intelectual e científico pelas camadas médias, como uma camada de vanguarda, inclusive no que diz respeito à família, desconsidera a realidade das famílias de classes baixas e de elite. Os primeiros estudos ainda mais comuns, mas os segundos ainda muito raros. Por se tratar de uma discussão profícua, polêmica e de grande interesse, procuramos fazer um levantamento dos estudos sobre as camadas médias e populares nesse capítulo.

4.1 As Famílias em Camadas Populares

Os autores que abordam as características das famílias de camadas populares enfatizam, em primeiro lugar, a sua centralidade, como um valor de grande peso simbólico e de produção de sentidos para os trabalhadores urbanos.

Essa centralidade é vista sob três aspectos fundamentais: a) a persistência do holismo como a característica fundamental pelo qual as partes (indivíduos) são englobadas pelo todo (família); b) a existência de um padrão tradicional de autoridade e hierarquia, que vai definir suas relações domésticas e extra-domésticas; c) a relação de solidariedade intensa inter e intra-familiar e de vizinhança³⁹.

Utilizando-se da teoria dumontiana, Duarte amplia sua perspectiva sobre individualismo e hierarquia, ao considerar que no interior das próprias sociedades modernas há a “*distribuição ou presença diferencial da ideologia individualista*”(1986:52).

Duarte(1986) considera que a perspectiva holista das classes trabalhadoras filtra os conteúdos da sociedade individualista da qual faz parte. Essa releitura evidencia-se no caso das chamadas ‘doenças dos nervos’. Os discursos e saberes sobre o ‘nervoso’, por exemplo, constituíram-se como discursos médicos e psiquiátricos com base na ideologia individualista da interioridade e da subjetividade, mas nas classes baixas, há uma “*reordenação radical sofrida por aqueles saberes, que - se, pelos nervos falam originalmente do indivíduo - vieram aqui, nesta outra cultura, a falar dos nervos, orientados pela pessoa.*” (1986:13).

Para o autor, as classes trabalhadoras têm na família uma instância básica de

³⁹ A autora Sarti (1996) condensou estas características das camadas populares, que têm sido freqüentemente abordadas e mencionadas por diversos autores.

identidade, que fundamenta, por sua vez, o valor-pessoa. A família é um valor, acima de sua forma, de sua função e de suas próprias contradições. O valor-família é, ao mesmo tempo, holístico e hierárquico. Holístico porque coloca a totalidade 'família' acima das individualidades e hierárquico porque estabelece a hierarquia de gênero, a hierarquia etária e ainda um tratamento nitidamente desigual entre os irmãos, o que é impensável na cultura igualitarista das famílias de camadas médias

A divisão de gênero na família institui a oposição homem/mulher como uma relação de complementariedade hierárquica, pela qual o homem engloba hierarquicamente o elemento mulher, em um duplo sentido: esta se apresenta subordinada àquele; e esta é mais "interna" em relação à exterioridade daquele.

O papel do homem é referido à sua dimensão pública e externa: o trabalho. Ao passo que o papel feminino é vinculado à sua dimensão privada: as obrigações domésticas. Os cuidados com os/as filhos/as e o marido e outras formas de maternagem, desqualificando-se as suas funções extra-domésticas. Tais funções, mesmo quando exercidas regularmente e representando uma renda maior que a do marido, não são vistas como um trabalho, mas como uma ajuda.

A construção da auto-identidade feminina não passa pelo trabalho, mesmo quando ela o tem, mas pela casa (mãe, filha ou esposa). Para os homens, ocorre o inverso, a construção da auto-identidade passa necessariamente pelo trabalho, mesmo quando estão desempregados, não podem perder a identidade de trabalhadores. O trabalho não se vincula, portanto, a uma atividade -'Exerço uma atividade, logo sou trabalhador'- mas a uma identidade: 'Sou homem, tenho família, sou provedor, logo sou trabalhador'. Para as mulheres o inverso: 'Sou mulher, tenho família, filhos, logo sou mãe e esposa e o trabalho é complementar'. No dizer de Duarte (1986), o trabalho é representado como tendo um *ethos* masculino, um espaço que a mulher só pode ocupar de forma algo ilegítima.

A identidade pública do homem - trabalhador - mantém um referencial fundamental à sua vida familiar, a uma moralidade que se refere à família, pautada no valor máximo da obrigação. O desempenho no trabalho só faz sentido enquanto meio e recurso do objetivo moral abrangente que é o da reprodução do núcleo familiar, pelo cumprimento do preceito da obrigação:

"Estudos mais recentes que incorporam e ressaltam os valores tradicionais como marcas dos pobres urbanos vão além do eixo explicativo da relação capital-trabalho. Ao contrário de Cardoso (1978), Zahar (1985) acredita que a ética do trabalho, para os trabalhadores urbanos que estuda não advém do valor moral da atividade em si, mas

do papel de provedor da família que tem o trabalhador, configurando, portanto, 'uma ética do provedor' ” (Sarti,1996:29).

Bicalho (1994) articulou a esfera da família com o mundo do trabalho, para analisar os operários da construção civil. Iniciou a pesquisa tendo como foco a identidade do trabalhador, construída ao nível da sociabilidade operária e entendida como viabilizadora da constituição de um discurso e de uma prática coletiva. No decorrer da pesquisa, no entanto, veio à tona, para a autora, a evidência de que a identidade dos trabalhadores era demarcada tanto pela relação com o trabalho quanto com a família:

“Depois de longas horas de trabalho, com o corpo exaurido e a mente preocupada com a sobrevivência diária, restava o conforto da casa: lá estava a mulher esperando com a comida pronta, a roupa lavada e passada, os filhos limpos e prontos para deitar. Aparentemente uma rotina, mas para os trabalhadores com os corpos exaustos depois da jornada insalubre, pesada e perigosa, estar em casa e encontrar as tarefas domésticas cumpridas era vivido como um bem insubstituível. Ter ou não ter uma família tornou-se um elemento crucial na análise”
(Bicalho, 1994:53).

A família é um ponto de referência para os trabalhadores da construção civil, um espaço em que se constitui um projeto de vida articulado à própria noção de dignidade, num contexto de exclusão e privação do reconhecimento público dos seus direitos.

Esse espaço familiar é pautado pela ética do provedor, configurando a idéia de uma *“família unida e soldada pela autoridade paterna”*(Bicalho,1994:66); um espaço de hierarquização dos papéis tradicionais que aparece como fonte de dignidade, estabelecendo a fronteira entre a miséria e a situação da marginalidade/ delinqüência. A dignidade de (man)ter a família sob a autoridade do chefe provedor é uma forma de preservação de uma identidade respeitável, driblando a discriminação social. Lembramos como Woortman analisa as expressões ‘moça de família’ e ‘casa de família’: *“a relação entre a noção de família” e a idéia de respeitabilidade parece indicar que a primeira é, na cultura brasileira, aquilo que poderíamos chamar um “símbolo forte”; a família é uma “virtude moral”*. (1987:58).

Desta forma, embora a vida do solteiro seja vista como mais livre e harmoniosa, dando-lhe maiores oportunidades de usufruir do lazer nos fins-de-semana, ao mesmo tempo, é vista como vazia de significado. A falta de uma família sugere um sentimento de abandono e desprezo nos trabalhadores. A família é sentida como a âncora da vida. A vida familiar confere um sentido para a vida como um todo e também para o trabalho, justificando a ‘escravidão’ no trabalho da obra.

Essas falas de homens entrevistados por Sarti(1995:137) são ilustrativas:

“Não adianta ter uma casa superbonitona e não ter união na família. Minha casa é pobre, mas não a trocaria por nenhuma outra se não pudesse viver com minha família”.

“Minha casa é uma casa rica porque tem tudo: tem família”.

Se a identidade feminina pela família é construída na maternidade, a identidade masculina é também construída pela família, mas segundo a ética do provedor. A ética do provedor corresponde ao desempenho ideal das funções que compõem a identidade masculina adulta, e que podem ser resumidas sob duas fórmulas recorrentes: *“o manter o respeito e o botar comida dentro de casa.”* (Duarte, 1986:176).

O ‘botar comida dentro de casa’ designa de maneira óbvia a função e a responsabilidade do homem de ‘provedor’. E o ‘manter o respeito’ um controle amplo sobre a chamada ‘moralidade doméstica’, assentada na prática sexual. São esses os dois planos, de provedor e de guardião moral, que garantem a ‘respeitabilidade’.

A moralidade doméstica deve ser pautada pelo desempenho legítimo dos papéis sociais dos membros familiares. Neste sentido, há uma vigilância sobre o comportamento feminino, tanto da mulher quanto das filhas. Para os rapazes, a exigência maior recairá sobre a construção de sua identidade como ‘batalhador’, fugindo da marginalidade. Mas, para as mulheres, o controle maior é sobre a sexualidade.

O rompimento com o controle significa uma quebra com a moralidade, a ‘honra’ familiar, tão relevante nesse contexto. O autor denomina esta restrição à sexualidade feminina como uma *“evitação do contato com o mundo masculino”*(1986:178), cujo código estabelece que as mediações entre a mulher e os outros homens devem ser feitas por meio dos familiares. A fidelidade conjugal não deve ser mantida apenas para manter a honra da mãe, mas igualmente dos/as filhos/as, uma vez que esta é considerada responsável pelo desenvolvimento moral dos/as mesmos/as e da própria família.

Woortman(1987) tem uma posição contrária a respeito do controle sobre a sexualidade feminina, em sua pesquisa sobre camadas baixas na Bahia, realizada entre 1969 e 1970. Para ele, *“seus padrões de parceria sexual conformam-se ao modelo cultural tradicional no que concerne aos homens, mas o contradizem agudamente com relação às mulheres. A virgindade não é um trunfo crucial e suas perdas têm poucas conseqüências”* (1987:82).

Dessa forma, o controle sobre a sexualidade era exercido mais sobre a mulher do que sobre a filha. A infidelidade da companheira tinha como conseqüência o rompimento do vínculo conjugal: *“Às vezes, o marido ou companheiro “corneado” aplica na mulher uma*

surra ritual, destinada a lhe “lavar a honra” (e, principalmente, a impedir que fique conhecido como “corno manso”) e a abandona ostensivamente”(1987:85).

O chamado duplo padrão sexual, o qual prescreve a sexualidade restrita ao âmbito da família às mulheres e aceita, até estimula, uma sexualidade masculina livremente exercida, encontra lugar neste ordenamento hierárquico das camadas baixas. A tradicional sobreposição do público sobre o privado como polaridade do masculino e do feminino, também:

“Assim como o espaço público é “perturbador” para a mulher, sempre que se apresentar sob o seu modo ilegítimo obrigatório (pelo trabalho fora de casa), o espaço privado é perturbador para o homem, sempre que se apresentar igualmente de modo obrigatório e constante. Ou seja, em circunstâncias de doença ou desemprego, o homem se expõe ao nervoso não só pelo que essas condições em si já trariam de perturbador mas pela ilegítima condenação à casa que podem implicar. A própria mulher, que em tantos momentos se preocupa com a excessiva ausência masculina da casa (como perigo de cair na rua) veiculará então sua preocupação com ‘um homem trancado dentro de casa’ ” (Duarte,1986:181).

A hierarquia geracional é importante no ordenamento dessas famílias. A relação entre pais e filhos/as é pautada por uma reafirmação constante da autoridade paterna, a qual faz a mediação entre a família e a sociedade. A ausência de um “chefe” para fazer essa mediação acaba *“fragilizando socialmente a família onde não há um homem “provedor”, de teto, alimento e respeito”*(Sarti,1996:37). A autoridade é exercida unilateralmente, esperando-se das crianças que obedeçam simplesmente⁴⁰. A definição dos papéis corresponde à necessidade de escapar da pauperização e da marginalidade, sendo desejável, nesse contexto, que a mulher mantenha-se como dona-de-casa tendo um maior controle e autoridade sobre os filhos. A fronteira entre a pobreza e a delinquência é tênue e requer uma vigilância constante e regular.

Segundo Telles(1996):

“A começar pelo medo e desconfiança que as famílias trabalhadoras manifestam quanto ao desemprego ou subemprego de seus filhos, como fonte de riscos de delinquência e marginalização (...). É essa imagem que parece acionar entre as família um conjunto de representações por onde se reforça e reelabora o significado de um projeto de vida ancorado na idéia de uma família unida e soldada pela autoridade paterna”(Telles,1996:88).

⁴⁰ Segundo Brandão. "há um determinado padrão de relacionamento presente nas classes populares que parece ser mais permeável à determinados gestos e atitudes que consideramos geralmente como violentas."(1997:5). De forma que a forte hierarquização engloba também métodos de punição mais agressivos, como tapas, empurrões e surras.

No entanto, o modelo ideal do chefe provedor não pode ser realizado na prática dada à instabilidade do mercado de trabalho, que leva a uma transição contínua entre o emprego, o desemprego e o subemprego, o mercado formal e informal. A alta frequência das famílias matrifocais também é um indício da falência do modelo ideal do chefe provedor.

As mulheres são impelidas para o mercado de trabalho, geralmente em trabalhos domésticos e informais. Para elas, torna-se preferível ser dona-de-casa, a ter que deixar a casa e os/as filhos/as, para se ocupar de outra casa e de outros/as filhos/as. Se a casa é muitas vezes simbolizada como um cativo, dando-lhe a percepção de ser *"um objeto da vontade dos outros. A expressão "estar amarrada à família", que explicita e condensa essa representação, reporta ao controle a que se vê submetida não apenas pelos pais ou maridos, mas também pelos filhos"*(Salem,1981:61), a saída para o trabalho pode representar um cativo ainda mais profundo⁴¹.

O duplo condicionamento - de classe e de gênero - também torna a necessidade da 'realização pessoal pelo trabalho', tão comum no ideário das camadas médias, estranha a seu contexto e reafirma seu lugar na esfera do lar. Por outro lado, o mercado de trabalho lhe reserva os piores empregos - desqualificados e instáveis ou a opção do trabalho doméstico em outras casas (Nunes,1997) - e salários (Bruschini,1996 e 1997), não sendo possível, construir nesse contexto, uma identidade positiva com o trabalho.

A hierarquia geracional indica também, segundo Duarte, um valor cultural maior: a atribuição de uma preeminência à condição adulta. A relativa indiferença com os processos psicológicos 'do nervoso' nas crianças é contrastiva com a psicologização das crianças nas camadas médias:

"Tenho em mente, para formular desta maneira minha questão, sobretudo, a comparação com os segmento intelectualizados das classes médias, em que os informantes adultos têm uma disponibilidade de atenção muito viva e acesa para questões relativas às crianças, seu desenvolvimento interior, etc."(Duarte,1986:183).

Para o autor, as considerações psicológicas⁴² repousam inteiramente sobre a passagem ao estado adulto, por ocasião do primeiro emprego e do serviço militar obrigatório, para os rapazes, e do casamento, para ambos. É nesse período que será avaliado o *juízo* do filho/a. A

⁴¹ Segundo Nunes(1997), as domésticas vivem o desejo de encarnar a figura idealizada da mãe, construída historicamente e a impossibilidade de vivê-lo na prática: "nega-se-lhe empiricamente aquilo que lhe é concedido simbolicamente"(p.187). Vivem, portanto, um outra forma de exclusão que as impede de identificar-se com o trabalho. a não ser em termos de falta, ausência, isto é, enquanto uma fragmentação das suas vidas.

⁴² Nas camadas baixas, segundo Duarte (1988), estas manifestações são 'físico-morais' porque envolvem na mesma conduta significados físicos, morais, psicológicos e religiosos.

infância é pouco relacionada às questões morais e psicológicas, recaindo a ênfase justamente no ideal normativo do filho/a adulto/a.

Outra característica da hierarquia é a importância das “classes de idade”, isto é, a disposição diferencial dos/as filhos na vida familiar. Além da valoração de gênero que recai de forma distinta para filhos homens e filhas mulheres, há uma qualificação entre os filhos mais velhos, os caçulas e os filhos do meio. Os filhos mais velhos costumam ser os mais valorizados e podem assumir as funções de um pai frequentemente ausente. As filhas mais velhas também tem uma função substitutiva da mãe, tanto no cotidiano da vida, nas atribuições com a casa e com os irmãos mais novos, quanto no caso de doenças.

Segundo Duarte, *“Não é raro que essas filhas mais velhas, ainda depois de casadas, continuem, no caso de residência próxima (o que é um valor muito desejado) prestando uma assistência muito íntima e forte à sua unidade doméstica de origem”*(1986:190). Com os filhos mais novos a relação costuma ser de maior atenção, já que não haverá tanta demanda dos outros. O filho caçula costuma receber um carinho e uma predileção especiais. Já os filhos do meio costumam ser os mais preteridos, sendo mais comum que saiam deste grupo os filhos transferidos para serem criados em outras famílias, geralmente de parentes próximos.

Esta outra forma de hierarquia encontra-se *“em nítido contraste com a ideologia das classes médias, que procuram cuidadosamente oferecer-se uma imagem igualitária dos filhos, encontram nesses outros segmentos uma assunção bem explícita da diferença e da hierarquização”*(Duarte,1986:190).

Se os valores hierárquicos das camadas baixas muitas vezes são estranhos ao olhar moderno igualitarista, a solidariedade é um valor que também deve ser ressaltado nesse contexto. Assim, *“a negação do princípio individualista próprio da lógica capitalista de mercado está em que, em qualquer esfera de sua atuação social, da casa ou fora dela, o mundo é traduzido pelos pobres em termos de uma troca, onde se dá e se recebe, através de relações de obrigação moral”*(Sarti,1990:87).

O objetivo de Sarti foi mostrar que o mesmo princípio estruturante de relações onde o valor da igualdade não tem força, dá margem à valorização da solidariedade (as relações de troca). As relações de obrigação moral mantém a rede familiar (e também de vizinhança) inter-relacionada num esforço contínuo de lealdades e reciprocidades.

As relações de reciprocidade recobrem um vácuo institucional na sociedade brasileira: a precariedade dos serviços públicos de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância. São importantes, por exemplo, por permitir que as mulheres trabalhem fora de

casa, quando os/as filhos/as costumam ser deixados com parentes ou vizinhos/as, possibilitando a saída das mães para o mercado de trabalho. No caso das famílias matrifocais, as redes de solidariedade emergem como imprescindíveis para sua sobrevivência e da prole, e as estratégias costumam ser orientadas para a família consanguínea da mulher:

Mas a solidariedade não se manifesta apenas nas famílias monoparentais. Segundo Bicalho:

“Parentes e vizinhos ligados pelo sentimento honesto e solidário da amizade constituem o arrimo dos trabalhadores da construção civil, seja nos momentos de extrema necessidade, como nas ocasiões cotidianas em que necessitam de consertos e trocas domésticas. Na verdade, forma-se um fluxo intenso de ações e relações que contribuem para dar sentido à vida em sociedade, pouco experimentada através de organismo representativos, sejam eles associações comunitárias, sindicatos ou partidos”(1994:85).

A centralidade da família como a referência a partir da qual os operários da construção civil compreendem as relações sociais e partilham de valores morais reforça a pouca adesão a organismos de representação de interesses, embora haja experiências significativas dos trabalhadores da construção civil, em algumas capitais brasileiras.

A adesão aos padrões hierárquicos é a base da política populista tão característica do modo de fazer política brasileiro. O populismo se caracteriza por ser um poder que opera uma relação direta entre governantes e governados, evitando as mediações políticas, sejam elas partidos políticos ou formas políticas de organização da sociedade civil. As relações de favor e clientela são fundamentais numa ordem que procura o exercício da tutela estatal em lugar do exercício da cidadania dos indivíduos (Chauí, 1994). A tutela é exercida pelo governante como um grande pai:

“Um poder que opera simultaneamente com a transcendência e a imanência, isto é, o governante se apresenta como estando fora do social, como transcendendo o social, na medida em que é o detentor do poder, do saber e da lei; mas, ao mesmo tempo só consegue realizar sua ação se também fizer parte do todo social, já que não opera com mediações. Donde sua posição ambígua de transcender o social e, no entanto, ser imanente a ele. Ora, esta é, desde tempos imemoriais, a posição característica do chefe de família”(Chauí, 1994:20).

As classes populares reatualizam na política o padrão hierárquico do pai-provedor: a relação de reciprocidade, marcada por um ser superior para o qual se deve respeito, temor e obediência. Assim, também nas famílias matrifocais, esse modelo é ressignificado. É interessante assinalar que mesmo um estudo que constata uma autonomia

feminina em camadas baixas, que poderia ser supostamente tomada como um inversão da ordem hierárquica, - o livro *A Família das Mulheres* de Woortman (1987) -, na verdade acaba por desvendar a concepção que subjaz esta organização familiar.

A tese do livro é de que há uma centralidade da mulher na família de classe baixa, no caso da Bahia, seu locus de estudo, o que conceitua como uma matrifocalidade nas relações de parentesco. A rede de parentesco se estrutura predominantemente pela via feminina, pelo fato de os homens viverem com suas companheiras em 'rotatividade'. Na medida em que conhecem uma atividade produtiva também rotativa (pouca estabilidade no trabalho), os homens vivem uniões conjugais seqüenciais, enquanto as mulheres mantêm a guarda dos filhos e a própria estrutura familiar. Neste contexto, o homem deixa de ter funções em relação à paternidade, passando os filhos/as a serem filhos/as somente "da mãe" e sendo incorporados apenas à família desta.

Esta rede, centrada nas relações de parentesco da mãe, desloca o homem de sua centralidade no núcleo familiar e dá uma autonomia muito grande à mulher, em comparação com o modelo de família conjugal cuja autoridade é masculina. No entanto, os valores da autonomia feminina que o autor explicita na idéia de um "*contexto ideológico de autonomia feminina*"(p.84) não aparecem estruturando essas relações, pois "*não necessariamente se altera o padrão de autoridade consubstanciada na figura masculina, que pode ser transferida para um parente consanguíneo, pai, irmão ou filho*"(Sarti,1995:137).

Duarte(1995), nesta mesma direção, enfatiza:

"Mais uma vez, a continuidade com fenômenos altamente semelhantes nas classes populares é ilusória. A chamada 'matrifocalidade' tão generalizadamente encontrada nesses segmentos sociais em diversas sociedades ocidentais, não obedece à adoção de uma perspectiva igualitarista individualizante. Antes parece que o predomínio da consangüinidade uterina se articula aí com uma exacerbação da lógica de exterioridade do masculino (por força do seu papel englobante na unidade hierárquica) que, associada a certas condições de precariedade ou instabilidade do mercado de trabalho (ideologicamente masculino) levam à dissociação entre a preservada imagem ou valor do masculino e a intermitente presença do homem na unidade doméstica (Duarte,1995:37).

Esta permanência do padrão de autoridade masculino em famílias matrifocais denota sua forte resistência na sociedade. O fundamento autoritário da sociedade brasileira tem no padrão familiar ideal das classes baixas sua forma facilmente reconhecível. A hierarquização compreende uma impossibilidade do reconhecimento dos seres humanos como iguais: "As

relações sociais são sempre realizadas ou sob a forma de cumplicidade (quando os sujeitos sociais se reconhecem como iguais) ou sob a forma do mando e da obediência entre um superior e um inferior” (Chauí, 1994:27).

A preeminência do valor da hierarquia tem conseqüências políticas inegáveis. Pierucci (1994) ao fazer uma pesquisa com pessoas de classe média baixa surpreendeu-se com a presença explícita e assumida do preconceito contra os imigrantes nordestinos:

“O caráter explícito e não censurado do preconceito contra os “baianos” foi desde logo a primeira revelação. Com que então, pensava comigo, existe mesmo um setor da população que é portador de uma espécie de preconceito sem culpa! Portadores ativos! Ora, todos sabemos, e eu antes de ir a campo fui reler direitinho a bibliografia de Ciências Sociais dedicada às técnicas de investigação do preconceito racial e étnico, no qual se ensinam todos aqueles cuidados, todas aquelas ginásticas que se tem que fazer para flagrar o preconceituoso sem que este se reprima, se iniba ou disfarce, testes projetivos quase. E eu estava ali, simplesmente ligando o gravador e as pessoas derramando abertamente todo o seu alentado preconceito” (Pierucci, 1994:141).

A assunção não camuflada do preconceito se dá num segmento no qual os indivíduos não são considerados como iguais, mas vinculados a “grupos de origem”, que são os grupos naturais definidores da origem de cada um e das suas diferenças em relação aos demais. Essas diferenças são “naturais”, “primordiais”, “originárias” e além de tudo evidentes porque são concretas: a cor, os traços físicos, o sexo, a idade, a origem social e étnica.

Esse pensamento, segundo Pierucci, é incapaz de conceber igualdade substancial de todos os indivíduos - a matriz do individualismo moderno. A percepção das diferenças legitima a desigualdade. As pessoas são percebidas como desiguais pelas suas diferenças visualmente dadas. A resistência ao discurso igualitarista evidencia nesse caso uma postura politicamente conservadora: a rigidez diante das minorias, negros, mulheres, homossexuais, vistos como naturalmente desiguais porque diferentes. É este o sentido da desconfiança que Pierucci mantém da bandeira das diferenças, uma vez que geralmente a percepção das ‘diferenças’ hierarquizam os indivíduos, sendo esta a base de posturas discriminatórias.

4.2 As Famílias de Camadas Médias

As famílias de camadas médias têm sido, desde a década de 80, o foco central de trabalhos sociológicos voltados para a modernização da sociedade brasileira. Segundo Nunes(s/d), *"A classe média, produto histórico urbano das sociedades industriais termina por ser o lugar por excelência das alterações na lógica familiar"*.

A tendência dos estudos sobre camadas médias é concentrar-se nessas alterações, enfatizando a preeminência dos valores individualistas, os quais implicam uma desconstrução das hierarquizações de gênero e idade, enrijecidas nas famílias tradicionais. Enquanto Giddens desenvolveu teoricamente o individualismo nas famílias contemporâneas, os/as autores/as⁴³ brasileiros/as procuraram referências empíricas dessas mudanças, vividas nas famílias de camadas médias.

Segundo Velho(1987), a especificidade da vida metropolitana, oferecendo para o indivíduo a opção diante da heterogeneidade de experiências e costumes, cria a fragmentação e a diferenciação de papéis e domínios. A construção da auto-identidade passa pela opção de estilos de vida condizentes com à vida psicológica de cada um: *"a noção de que os indivíduos escolhem ou podem escolher"*(Velho, 1987:31).

Há a individualização dos grupos nucleares em relação à parentela. Assim o indivíduo vê a si próprio como liberto das redes sociais encompassadoras, para construir sua auto-identidade, segundo uma individualização do *self*, numa vertente psicologizante cuja valorização da "autenticidade", baseada no 'conhecer-se profundamente a si próprio' dá a tônica dos discursos.

Tais indivíduos têm, portanto, um discurso 'psicologizado', a base do conhecer o seu próprio 'eu', ou seja, a subjetivação dos discursos é a possibilidade de romper com fronteiras hierárquicas colocadas na família de origem e construir sob bases mais igualitárias e autênticas as suas opções de vida e de relacionamento conjugal.

O discurso psicologizado é um discurso de crítica aos papéis tradicionais apreendidos na família de origem. Homens e mulheres procuram novas práticas na sua vida cotidiana e nos seus relacionamentos: aí se constrói a busca de uma realização profissional para as mulheres, valor menos enfatizado na família de origem em relação a outro mais fundamental, o casamento; os homens criticam o alheamento de seus pais em relação à família e à

⁴³Figueira(1987).Fukui(1986).Romanelli(1995).Salem(1986e1989).Santos(1987).Barros(1987).Nicolaci-da-Costa(1987).Vaistman(1994), entre outros.

paternidade, buscando uma maior participação, - é a emergência do 'casal grávido' -, quando o homem procura vivenciar a paternidade como a maternidade, desde a própria gravidez: envolve-se, faz curso de preparo para aprender a cuidar do recém-nascido, conversa com o bebê ainda na barriga(Salem,1989).

O movimento é duplo: uma aproximação da mulher da vida pública, pelo valor da realização no trabalho e uma aproximação do homem da vida privada, por um privilegiamento de relações menos segregadas e mais compartilhadas, seja em relação à paternidade com os filhos, seja em relação aos papéis atribuídos nos cuidados com a casa, "transcendendo as classificações sociais"(Salem,1989:25).

A psicologização nas camadas médias representa um movimento de responsabilização dos pais/mães perante a *psique* da criança. Cuidados psicológicos são valorizados: considerar a criança na sua particularidade; procurar transmitir-lhe ensinamentos pelo diálogo, evitando posturas autoritárias que coloquem-na diante de uma regra que ela não pode alcançar, porque não compreende; a impossibilidade de distribuir os afetos de maneira diferenciada em relação aos/às filhos/as, pois isso traria um prejuízo incontornável; a busca de um relacionamento afetuoso e aberto com as crianças (tanto pelo pai, como pela mãe). A criança é individualizada na família.

O personagem psicologizado valoriza o crescimento individual, seu objetivo é a construção de sua auto-identidade mediante a escolha: escolhe-se o trabalho, a religião, a terapia, o estilo de vida, a família. Assim, a importância dos vínculos de consangüinidade e afinidade é relativizada. Os relacionamentos são enfatizados por sua base no afeto, havendo menos vínculos com a rede de parentesco e uma maior ênfase na família conjugal.

Esta ênfase fica clara na vivência do 'casal grávido', no qual a imersão do pai no processo de gravidez, vivendo e participando ativamente junto à mãe implica um distanciamento (ou a sua tentativa) da parentela feminina - mãe, avós, tias, irmãs mais velhas, primas, etc.- que tradicionalmente mantinha o papel de participar e viver mais intensamente o período compreendido da gravidez até os primeiros meses da criança (Salem,1989) e (Almeida,1987).

A escolha da família diz respeito também à possibilidade aberta de ser solteiro(Morais,1985), casar-se e separar-se (Velho,1986), viver a maternidade fora do casamento (Dauster,1985), casar-se sem coabitar (Vaistman,1985), etc.

O valor da igualdade, que é central para esses segmento individualistas implica uma revisão dos papéis sexuais tradicionais, que desembocam na diminuição das fronteiras do masculino e do feminino. Um ponto básico do valor da igualdade diz respeito à sexualidade

das mulheres. Esta é a base para a construção de uma auto-identidade. Nesse sentido, há a reformulação de prescrições e sanções à sexualidade feminina e é reconhecido o mesmo direito de exercício da sexualidade a homens e mulheres. Como escreve Salem:

“O princípio da igualdade, ainda no plano da relação entre os parceiros, prescreve também que os mesmos dispositivos morais valem indistintamente para homens e mulheres: eles são permitidos ou imperativos a ambos para além da distinção de gênero”
(Salem, 1989:32)

Os valores individualistas, a ênfase na igualdade, na liberdade, na subjetividade e interioridade, nas novas vivências da sexualidade e do casamento, nas relações mais abertas e dialógicas vividas por homens e mulheres, pais/mães e filhos/as, formam *“uma espécie de totalidade na qual os valores descritos encontram-se interligados uns aos outros redundando num sistema dotado de certa coerência interna”*(1986:..32).

Os códigos igualitaristas são apontados como vividos de formas contraditórias e ambíguas: por exemplo, a nuclearização, como um afastamento radical do núcleo de origem não é um fato, pois diante de situações corriqueiras como o nascimento dos/as filhos/as e de separações, os pais/mães são novamente acionados, desempenhando uma participação importante na vida dos/as filhos/as.

O desmapeamento (Figueira, 1987) é um conceito que pretende dar conta das crises vivenciadas pelos indivíduos que convivem com os códigos hierárquicos, nos quais foram socializados e com os códigos igualitários, com os quais tentam viver. Assim, os indivíduos que passam pelo processo de desmapeamento procuram tratamento psicológico/psicanalítico para viver suas próprias contradições. Os indivíduos psicologizados vivem as ambigüidades entre os novos e velhos padrões.

Vaitsman(1994), reitera a teoria de que as classes médias urbanas e cosmopolitas passaram a viver, como ideal, um padrão familiar igualitário, pelo qual os papéis e atribuições de gênero e gerações estariam com seus contornos cada vez mais diluídos. A autora enfatiza a importância da participação feminina no mercado de trabalho, que contribuiria para a percepção de uma igualdade social e pessoal entre homens e mulheres.

Os autores que se voltaram para as mudanças nas famílias de camadas médias no Brasil afirmaram a identificação dos indivíduos com os valores individualistas e anti-hierárquicos, ao passo que aqueles estudiosos das classes baixas são contundentes quanto à permanência da hierarquia na relações com a família, o gênero e trabalho. Mas será mesmo essa polaridade tão claramente delineada entre os valores de camadas médias e baixas?

V- A DEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA PRIVADA EM CAMADAS MÉDIAS DO PLANO PILOTO

A partir da pesquisa de campo tento desenvolver as relações com o tema do individualismo, família e gênero nas camadas médias no DF. A pesquisa de campo foi realizada entre outubro/97 a março/98, período que abrangeu a seleção dos entrevistados/as, a realização das entrevistas propriamente, a fase da transcrição e revisão das mesmas. A idéia de estudar valores na família tornava imprescindível uma pesquisa mais qualitativa. Portanto, efetivamos a pesquisa por meio de entrevistas qualitativas, semi-estruturadas, com 26 pessoas, moradoras do Plano Piloto.

Os contatos com os entrevistados foram realizados mediante pessoas que, tendo conhecimento dos pré-requisitos da seleção dos entrevistados, se dispuseram a indicar amigos, conhecidos, pais, tios ou parentes. Desta forma, os/as entrevistados/as tiveram um conhecimento prévio, em linhas gerais, sobre o tema da pesquisa. Houve algumas recusas: umas mais diretas e outra menos, como, por exemplo, deixar de comparecer por várias vezes aos encontros marcados, etc. Percebemos as recusas como inerentes ao processo da pesquisa, principalmente por estarmos tratando de um tema que envolvia a intimidade e a privacidade das pessoas, embora deixássemos claro, desde o princípio, a manutenção sigilo dos depoimentos, não deixava de ser, sob seus olhares, uma exposição da sua vida pessoal para uma estranha.

As entrevistas duraram em média duas horas e incluíam várias dimensões da vida dos/as entrevistados/as (podiam ser dois membros da família que estivessem mais dispostos/as a participar), desde uma história de vida reduzida, onde ele/ela situava sua condição biográfica, falava um pouco da sua família de origem, infância, casamento e chegava ao momento atual em que já estava com filhos adolescentes; até sua visão do Brasil, da política, da religião e de temas polêmicos, como união civil de homossexuais, descriminalização do aborto e sexualidade dos jovens. Os temas mais delicados foram tratados *in off*, ou seja, ao ser desligado o gravador falava-se de infidelidade(masculina), vida sexual dos filhos (especialmente das filhas), envolvimento com drogas, os temas considerados mais tabus.

Os temas foram também intercambiáveis, ou seja, ao falar da sua visão da sexualidade dos jovens, acabava remetendo-se à sua própria experiência e a seus filhos e ao falar da sua vida pessoal tocava no tema da religião. No entanto, houve esses dois momentos na

entrevista: a primeira parte era mais 'biográfica', a segunda mais geral, e a ponte entre a vida e a visão de mundo do ator/a acabou sendo feita na articulação entre uma visão mais interior e particularizada e outra mais exterior e geral.

Algumas pessoas se expuseram mais que outras nas entrevistas. Muitas, afirmaram uma sensação de desabafo e alívio, como se tivessem passado por uma sessão terapêutica. Para aqueles/as que abriram sem reticências a sua intimidade pessoal, não deixou de ser uma análise da sua vida, na qual, pela fala, apareciam muitos elementos sobre os quais não haviam pensado. Às vezes, os/as informantes surpreendiam-se com suas próprias narrativas e soltavam frases como '- olha, eu nunca tinha pensado nisso antes!' ou, '- agora, falando isso, eu consegui entender melhor!' Essas foram as entrevistas mais produtivas na qual sentiu-se um processo crescente de entrega na fala. Muitas pessoas choraram e emocionaram-se ao lembrarem-se de determinadas passagens da sua vida. As pessoas desprendiam-se de algumas barreiras para viver esse processo intenso de exposição das suas histórias pessoais, em torno do qual escrevemos, interpretamos e reescrevemos suas vidas familiares nessa dissertação.

A pesquisa de campo compreendeu 17 famílias diferentes, das quais foram entrevistadas no total 26 pessoas. Em nove famílias foram ouvidos pelo menos dois membros, três filhos/pais ou mães, cinco casais e um ex-casal. Nosso objetivo de entrevistar dois membros de todas as famílias se tornou inviável devido ao acúmulo de material, à indisponibilidade de algumas pessoas, à delicadeza de pesquisar famílias 'divorciadas', nas quais a relação entre os pais, no geral, não é das mais amistosas, à idade de alguns filhos (doze, treze anos), que fugiria do nosso foco, etc.

Quando se está envolvido com a pesquisa de campo a vontade é de entrevistar cada vez mais pessoas. Parece que uma vez descoberta a nossa capacidade de ouvir, nos deslumbramos, nos tornamos meio analistas, em relação ao outro, no seu universo tão singular e ao mesmo tempo tão comum, tão socialmente desvendável no seu todo, mas indecifrável em particularidades e singularidades. Mais uma vez esbarramos nas limitações da pesquisa. Queríamos ouvir o máximo de pessoas, colher visões, abarcar a heterogeneidade, quiçá ouvir todos, para falar do/da brasileiro de camadas médias, e depois do/da brasileiro/a de camadas médias, atendendo à essa compulsão de socióloga pelo todo...

Foram ouvidas 26 pessoas, não podemos falar do/da brasileiro de camada média, contudo podemos falar sem dúvida, e este é o mérito do trabalho, ao nosso ver, de algumas características e valores que foram recorrentes nos discursos desses brasileiros. Esse traços identificados serão importantes canais de acesso a uma cultura brasileiro e em alguma

medida estão identificados no quadro amplo da cultura brasileira dos grandes centros urbanos. Não nos é possível fazer generalizações, mas o sentido da pesquisa qualitativa é de que, partindo desse universo restrito pesquisado, possamos dar conta de algumas dimensões subjetivas da cultura, presentes no próprio discurso dos/as atores/as sociais.

Embora tivéssemos como referências as pesquisas realizadas por autores como Velho(1987), Salem(1986) e Vaistman(1994), as quais selecionavam os entrevistados com base na renda, na moradia, na profissão, mas também no *ethos* cosmopolita (os segmentos intelectualizados e psicanalizados), justificando a procura de uma certa homogenidade nas experiências dos entrevistados, procuramos, intencionalmente nos desvencilhar dessa proposta. Nosso objetivo não era apenas analisar as contradições da ideologia individualista por si própria, mas perceber também a maior ou menor adesão dos valores igualitários nas camadas médias.

Dessa maneira, procuramos sair da circularidade metodológica de tratar do individualismo nas camadas médias, procurando exatamente as pessoas que manifestassem identificar-se com tais valores. Vaistman colocou na sua pesquisa, como critério de seleção dos entrevistado, uma *“visão de mundo identificada à cultura do discurso crítico, que enfatiza noções antiautoritárias e igualitárias”*(1995:84). Ora, já foi estabelecido de antemão o recorte, o que encobriu outras possibilidades, como os discursos mais conservadores e mesmo uma combinação variada dos dois.

Os entrevistados (pais e mães) tinham a idade entre 35 e 58 anos, a maior concentração foi na faixa dos 38 aos 46 anos. Os filhos entrevistados tinham entre 17 e 20 anos. Todos eram moradores do Plano Piloto, com uma renda entre 15 e 60 salários mínimos. A maioria tinha um curso superior, sendo que alguns não o haviam concluído. Apenas cinco pessoas tinham cursado só até o segundo grau e quatro deram continuidade ao curso superior, entre mestrado, doutorado e especialização. A maioria mantinha os filhos em escola particular, além de cursos extras como inglês e esportes ou música. Todos tinham algum tipo de ajuda doméstica: empregadas, faxineiras ou diaristas, o que se mostrou fundamental para o projeto profissional das mulheres. Muitas pessoas tiveram a experiência de manter uma empregada doméstica por um longo tempo de 15 até 30 anos. Todas as mulheres trabalhavam fora, sendo que três estavam aposentadas. A maioria vinha de famílias do interior do país, de camadas médias baixas ou baixas e essa passagem era enfatizada como de grande importância na sua trajetória de vida, além do valor que mostram por terem ‘progredido’ na escala social.

Os entrevistados foram questionados sobre a a ideologia do igualitarismo, as

mudanças nos papéis e identidades de gênero e a flexibilização da vida familiar. Essas indagações foram norteadoras da nossa pesquisa de campo. A partir delas, selecionamos três campos de leitura para analisar as entrevistas: 1) a socialização e educação; 2) as mudanças com relação à sexualidade em relação aos tabus sexuais; 3) a vivência no trabalho e na família como ponto pelo qual identifica-se a equidade nos casamentos. Os dois primeiros serão desenvolvidos neste capítulo, e, o último, será desdobrado no capítulo seguinte.

5.1 A Socialização e a Educação

No capítulo I apresentamos as teorias de Macfarlane (1990) e Ariés(1986) para melhor compreender o processo de construção da família como um espaço predominantemente afetivo. Este processo conjugou a ideologia imperiosa do casamento por amor, que dizia respeito à afetividade entre os cônjuges, e a emergência de preocupações específicas com a infância, mantida até então relativamente indistinta de outras categorias etárias na história ocidental.

Ariés mostrou como a criança adquiriu um novo lugar nas sociedades modernas, tendo se transformado no centro em torno do qual se organizou a família privatizada a partir do século XVIII. Badinter, na mesma direção, enfatiza a importância das mulheres que se voltaram ininterruptamente aos cuidados cada vez mais requeridos de uma nova infância em sacrifício de suas próprias individualidades.

A privatização da família, que tem como centro a criança, é também um processo de psicologização das relações familiares. Os cuidados infantis não são apenas físicos, médicos, mas, principalmente psicológicos. As mulheres arcaram com este peso da sua influência psíquica sobre as crianças, num processo que gerou, simultaneamente, uma enorme culpa materna.

No decorrer do século XX, no entanto, com a participação cada vez mais massiva das mulheres no mercado de trabalho, os/as filhos/as deixaram de ser socializados/as exclusivamente nas famílias e passaram às creches, pelo menos por meio período, cada vez mais novos, em tenra idade. Esta mudança implicou que os cuidados infantis deixaram de ser exclusivamente maternos.

Para Ariés, essa nova 'saída' da criança do lar privado é o fim do reinado da infância, a perda de seu monopólio na família. Para Prost(1992), a família deixa de ser uma instituição para se tornar um ponto de encontro de vidas privadas. As duas interpretações minimizam o fato de que o discurso psicologista sobre as crianças se fortaleceu no século presente e

conduziu à necessidade cada vez mais exigida das relações familiares baseadas numa qualidade relacional. A psicologização cada vez mais radicalizada da infância é a nova face da sua centralidade na família.

Giddens(1993/1994) explora os conteúdos afetivos que potencializaram as características básicas da família conjugal: pede-se à família que ofereça satisfação emocional para crianças e adultos, e esta satisfação relaciona-se de forma inédita com o reconhecimento das singularidades e identidades pessoais. A vida pessoal se reveste de um conteúdo ético e as relações são cada vez mais baseadas em “negociação e barganha”, tanto nas relações afetivo-sexuais, quanto no casamento e nas relações entre pais/mães e filhos/as.

Em outras palavras, o autoritarismo como fundamento da educação dos/as filhos/as é superado em uma forma familiar que psicologizou os indivíduos. A estrutura emocional dos/as filhos/as é valorizada, a partir de suas idiossincrasias. O respeito pelas escolhas e o afrouxamento da rigidez na educação são pontos importantes para analisarmos os processos de democratização da vida privada.

Os autores brasileiros que estudaram as camadas médias também analisam as mudanças em torno do valor da igualdade e de um entendimento *psi* dos relacionamentos. Em contraposição às camadas baixas, nas quais a hierarquia ainda é um valor fundamental, as camadas médias se organizariam em torno do igualitarismo. Na família, este igualitarismo tenderia a aproximar os papéis e identidades de gênero, a valorizar a qualidade emocional do relacionamento com a criança e cultivaria um imperativo de não se fazer distinções entre os filhos: a todos/as devem ser oferecidas as mesmas condições materiais e afetivas.

Neste sentido, perguntamos aos/às entrevistados/as quais os recursos e métodos de que se utilizavam no relacionamento com os/as filhos/as, em que medida eles diferiam da educação de seus pais/mães e, caso diferissem, por que procuraram educar de outras maneiras. Perguntamos sobre seu conhecimento e interesse a respeito de psicologia infantil e até que ponto isso norteava sua maneira de criar os filhos.

A maioria dos/as entrevistados/as admitiu haver mudanças entre a educação na qual haviam sido socializados/as e aquela que aplicavam a seus/suas próprios/as filhos/as. Os relatos sobre a educação recebida pelos pais/mães referiam um controle rígido, baseado em formas autoritárias e agressivas, com descrições de surras recebidas - inclusive quando já adultos/as - e castigos. O que um dos entrevistados qualificou como “*uma coisa assim, animal...ela pegava o cinto dava tanto e depois a gente caía no chão e ela pisava*”. A rigidez e a agressão dos/das pais/mães foram continuamente abordadas nos discursos, em contraste com as novas relações, mais dialógicas:

A minha mãe trabalhava em casa cuidando dos filhos, eram seis irmãos, então era muito trabalho que ela tinha . A educação que ela deu foi muito a nível de castigo, batia muito na gente, ela não tinha muita instrução pra ter um outro tipo de tratamento. Então nós fomos muito agredidos quando a gente era criança. Mas nós sempre tivemos muito apoio e muito amor apesar dessa forma meio agressiva de educação.

-E você, como educa?

É muito diferente dos meus pais. É porque com eles era imposto tudo, não havia liberdade e não havia conversa também. Eu vejo muito o meu filho, conversando com ele, eu vejo muito as necessidades dele. Então essas questões são importantes para a gente ter uma convivência harmoniosa dentro de casa, porque eu lembro que na minha casa existia muito ressentimento, muita mágoa por conta dessas coisas. Mais ou menos isso.

-Você já procurou ler algumas coisas de psicologia que pudessem ajudar na educação dos filhos, de terapia, ou consultou psicólogo?

- Não, nunca consultei, mas eu sou uma pessoa que gosto muito de ler, então eu já li muito sobre algumas coisas, mas a maior orientação que eu tenho sobre isso é mesmo em relação à minha própria experiência como filho. Então eu acho que eu tiro muita coisa da época, das minhas dificuldades, do que eu tinha como dificuldade de relacionamento com os meus pais. Então eu tento oferecer mais, facilitar mais a vida do meu filho. Bom, mas isso também, eu já li muito sobre psicologia infantil. Sou uma pessoa que trabalha com arte e isso desenvolve uma sensibilidade e essa sensibilidade eu tento transferir no cuidado com a minha família.(Márcio)⁴⁴

Podemos assinalar no depoimento de Márcio a presença dos aspectos fundamentais das relações dialógicas: a conversa, a liberdade e o respeito às idiossincrasias (a atenção ‘as necessidades dele’ - o filho). Sua trajetória é ilustrativa das dificuldade de autonomização para os/as integrantes da sua geração: sua opção profissional havia sido a música, o que gerou muitos conflitos em casa. Só depois de passar por outro curso (que só reforçou o seu interesse pela música) e de sair de casa conseguiu seguir a sua escolha inicial. No caso desse informante, as dificuldades, mágoas e ressentimentos acumulados na família de origem são as bases nas quais fundamenta uma educação mais flexível.

O contexto social de psicologização da vida individual propicia que vivências tidas como negativas nas famílias deixem de ser reproduzidas. E que novas formas de educação se estabeleçam, sobretudo em relação à disciplina e ao uso da violência. No universo dos/as entrevistados/as essas novas formas variaram de posturas mais conservadoras - entre aqueles/as que se consideravam mais impositivos/as - a mais liberais - entre os/as que abriam margem para negociações com os filhos. Entre os dois extremos, várias gradações. No entanto, para ambos, a autonomização dos/das filhos/as era muito valorizada.

⁴⁴ Os nomes dos entrevistados foram alterados para manter o sigilo dos depoimentos.

Assim, os/as entrevistados/as demonstraram haver incorporado novos códigos nos relacionamentos com os/as filhos/as. A autonomia dos/s filhos/as era muito enfatizada nos discursos mesmo dos/das pais/mães menos ‘liberados/as’. Essa autonomia tangia a escolha da religião, à escolha profissional, etc. Ao contrário das dificuldades enfrentadas no seu próprio processo de autonomização em relação à família de origem (dificuldades de terem aceitas suas escolhas profissionais, religiosas, políticas ou afetivas), os pais falaram das facilidades que a sua ‘abertura’ trazia para a vida dos filhos, e estes reconheciam-nas.

Segundo Prost (1992), em 1938, 30% dos leitores de uma grande revista popular francesa responderam afirmativamente à pergunta “Deve-se escolher a carreira dos filhos e orientá-los para ela desde pequenos?”. O poder do pai abrangia a escolha profissional e o casamento: “*os filhos não tinham qualquer direito a uma vida privada*”(p.78). Hoje, os pais tendem a uma valorização da individualidade dos filhos. Vejamos quatro depoimentos sobre a autonomia:

Agora os filhos são muito livres para escolher a religião deles, eles estão conosco porque realmente escolheram o espiritismo. Mas eles tiveram, todos eles, a oportunidade de escolher a religião. Eu tive inclusive filho que esteve junto ao catolicismo, procurando ver... só um deles. Outro esteve junto ao protestantismo procurando também ver, sentir como é que era a crença mas ele voltou e hoje talvez seja um dos que mais integraram.(Nádia, mãe)

Na época que você optou (por psicologia) ela não tentou mudar?

Não, mudar não, nunca tentou mudar. Eu percebia que ela não queria, mas não influía na minha opinião não, nunca falou nada. Eu via que ela sempre quis que eu fizesse medicina, mas não tinha o que fazer. Não tinha jeito.(Mírian, filha)

Os meninos são espiritualistas. Eu não forço a barra com isso não (a opção religiosa), é igual escolher a profissão ou escolher o amor. Como é que você vai fazer isso? Tem que orientar, mostrar as hipóteses da vida, essa pode dar mal, pode dar mal essa aqui e essa parece boa, tem duas que parecem boa ou três ou quatro. Ajudar a criar, sabe, a problematizar, e não a receber receitas, marmidas prontas. (João)

A educação foi bem liberal, hoje agradeço demais isso porque posso fazer o que quiser, não tenho pressão pra fazer tal curso, tal coisa, sempre tive assim essa liberdade de fazer o que quiser. Foi bom, eu acho.(Leo, filho)

A valorização da autonomia demonstra que o indivíduo reflexivo, de que tratou Giddens, que tem de fazer escolhas em todos os níveis da vida, deixando de seguir inevitavelmente a tradição, tende a ser produzido na família. A construção da auto-identidade dos indivíduos é estimulada por relações dialógicas, nas quais há o reconhecimento da equidade dos seres humanos:

Eu acho que sou mais amiga do que mãe. Eu sempre fui assim muito amiga dela, muito próxima, todos os conselhos que eu sempre dei para ela, tudo assim na amizade mesmo, mostrando através da minha experiência, da minha própria vivência, das coisas que eu fiz e não deram certo, que me fizeram sofrer, ficar magoada com alguma coisa. Eu não tenho essa história da autoridade, eu nunca bati, acho que bater não tem nada a ver, e essa autoridade aí não tem nada a ver, não é por aí, sempre respeitei muito.(...) Eu sempre tento esclarecer tudo, não tenho nenhum tabu, nenhuma vergonha de falar sobre sexo. A gente tem uma relação de amizade muito profunda mesmo, muito forte, de confiança.(Cláudia)

O depoimento de Cláudia deixa claro um componente das relações mais dialógicas: as pessoas são vistas como iguais. O fato de não estabelecer a imagem da hierarquia (mãe-filha), mas da paridade implícita na idéia de 'ser mais amiga que mãe' é a base dessas relações. A *confiança ativa* é justamente esse processo pelo qual a confiança deve ser conquistada e não pré-estabelecida por posições sociais: a construção de uma 'amizade' entre mães/pais e filhos/as.

- No entanto, nos discursos mais ligados a uma educação liberal, na qual a relação de 'amizade' foi buscada, com base na presumida equidade entre pais/mães e filhos/as, ambigüidades e dúvidas também afloraram:

Algumas coisas eu acho que a gente não avançou muito não. Hoje olhando pra trás, eu acho que como a gente contestava tudo, na hora de educar os filhos a gente também passa um pouco isso e, talvez, até certa idade, eu acho que precisa de um pau, pau, pedra, pedra, depois eles descobrem que não é assim. Mas também não acho específico um problema da minha família não, acho que é a nossa geração que passou por isso, por esse tipo de problema. Acho que deveria ter sido um pouco mais, um pouco mais rígida, só.

- (...) *E religião, houve algum ensinamento religioso?*

- Não, mas também acho que deveríamos ter dado alguma coisa religiosa, não uma religião, mas alguma crença em alguma coisa, deixei tudo, não quis fazer primeira comunhão, não fez. (Joana)

As autocríticas manifestadas em relação à uma ruptura radical com a educação recebida dos pais e mães passam por uma demonstração de surpresa, quando os/as informantes assinalam ter derrubado mitos e tabus, mas sem ter colocado nada no lugar. Os resultados do processo são considerados insatisfatórios e os valores da família de origem revalorizados: algumas vezes se deslocavam para um retorno à religião, que não era necessariamente a religião dos seus pais/mães, mas, como no caso citado, a alguma forma de crença. Depois de tentar desmontar muito do que tinham aprendido, trata-se de montar algo, juntando as peças entre o passado e o presente, no entender desses/as informantes. Joana se ressentiu de não ter mantido uma certa hierarquia para, por exemplo, determinar algumas

coisas na vida dos/das filhos/as, estabelecer regras, um ‘pouquinho de mais de rigidez’. no seu dizer. Os dilemas se revelaram intensos para alguns pais/mães que foram mais radicais nas mudanças:

Entrei numa assim de que aquilo tudo que eu aprendi era um horror. Tinha que ser tudo desmontado e ser feito outra coisa, com muita liberdade, com muito isso, muito aquilo, e deixando as crianças muito à vontade, e com muito beijo, muito abraço, e nada de palmada, nada de bater e hoje eu não acho essas grandes vantagens não, sinceramente...(risos), o grande drama meu: querer ter moral. Então essas viradas, por exemplo, eu nessas viradas de querer acabar com isso e aquilo, essas coisas de modernosa, e a cabeça da gente não acompanha isso, porque você tem uma formação muito fundamentada, não é uma coisa assim que você fala: vou ser outra coisa, e dá um giro, já virou outra coisa, não é. Então embora eu tenha querido, lutado por ser assim mais... dar educação mais livre, ao mesmo tempo vivi muita angústia, muita ansiedade porque tinha medo do que podia acontecer...

Você se preocupava em ler livros de psicologia?

Eu li muito, teve um livro de um psicólogo inglês que escreveu, A. S. Neill, que escreveu Liberdade sem medo... e esse livro fez a minha cabeça, eu queria liberdade sem medo, como se pudesse existir uma coisa desse tipo. Sinceramente eu te digo que levou mais a loucura do que à abertura, porque a gente vai fazer coisas. Esse negócio de se ler e querer colocar em prática o que se leu é loucura, é piração, sabe, porque o fato de você aprender uma coisa num livro não significa que você tem a sua condição, a sua estrutura, emocional, de formação e de tudo que sustente aquela coisa, na prática. Então, eu embarquei numa coisa muito séria decorrente de acreditar que lendo, aprendendo essa psicologia livresca, eu pudesse fazer alguma coisa na vida com isso, e acho que não pode, pessoalmente, sou absolutamente desfavorável.(...) Então você entra numa de liberdade, que o filho pode, que o filho faz, que não bate, não proíbe, não põe de castigo, nada, para que tenha diálogo e acontece uma outra coisa. E essa outra coisa inclusive é alimentada, agora que eu tô te falando isso, eu mesma tô entendendo, essa coisa é alimentada por essa atitude de achar que pode o filho ser livre e fazer o que ele quer, então ele tá fazendo, e não tem que te dar satisfação. Sabe é uma coisa que foi aprendida na própria prática da relação com a gente.(Taís)

O discurso de Taís é muito significativo. Seus dilemas foram profundos. Ao mesmo tempo que procurava seguir uma educação mais aberta, com muito diálogo e livre expressão da afetividade, também parecia estranha àquele mundo de ensinamentos ‘livrescos’. A idéia de que é impossível dar uma virada, e desfazer-se dos valores transmitidos pela educação dos seus pais, é sugestiva dos dilemas de quem tentou mudar comportamentos tradicionalmente repetidos. As dificuldades de Taís relacionaram-se, portanto, à passagem de uma educação profundamente autoritária, na qual tudo era muito imposto, para outra, mais liberal, na qual, ao contrário, o problema foi o excesso de liberdade. Entre um extremo e outro, as

contradições estavam postas.

Em primeiro lugar, os ensinamentos apreendidos por interesse por manuais de psicologia se mostraram frágeis diante da sua formação 'muito fundamentada', o que gerou a angústia e a ansiedade, provenientes da insegurança vivida por tentar estabelecer uma educação sob novas bases. A distância entre a teoria e a vivência, na prática, da relação com os/as filhos/as mostrou-se evidente. Em segundo lugar, um certo 'arrependimento' e a frustração das suas expectativas a respeito dos resultados dessa educação, que gerou uma autonomia excessiva, pela qual os filhos/as deixaram de dar qualquer tipo de 'satisfação' sobre suas vidas. Todos esses movimentos trazem à tona as ambigüidades sentidas por indivíduos que tentam estabelecer suas próprias identidades.

Figueira denomina esse processo de 'desmapeamento', uma *"coexistência de mapas, ideais, identidades e normas contraditórias nos sujeitos(..) Não é a perda ou simples ausência de mapas, mas sim a existência de mapas diferentes e contraditórios inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito"* (Figueira, 1987:23).

As contradições apontadas nos discursos mostram que não existe uma linearidade na visão da educação dos filhos. É possível que pessoas que adotaram em uma época da sua vida uma visão radicalmente crítica da educação dos pais, retornem a determinados pontos e se 'flagrem' repetindo alguns valores e normas. Assim, a socialização primária parece ter um peso importante para esses pais/mães, que, preocupados com a ruptura, tratam de reaver laços perdidos com o passado:

Ah! Muitas vezes eu tento acompanhar a evolução dos tempos, mas muitas vezes eu me pego fazendo a mesma coisa que os meus pais faziam. Meu deus do céu, eu estou fazendo igualzinho! (Laila)

A gente acaba voltando a tantas coisas. Eu não praticava mais a religião que a gente pratica, que é a religião católica. Mas, no tempo que as crianças foram crescendo, atualmente eles já fazem catecismo. As mesmas coisas que a gente fez, que numa determinada época eu achei que não tinha nada a ver, mas de repente os meus filhos tão, e eu acho que eu pego muita coisa. Acredito que passado o tempo assim de não acreditar numa série de coisas de como a gente foi criado, no fundo a gente acaba resgatando uma série de coisas da família mesmo. (Sandra)

Pais e mães enquadram as dúvidas e incertezas sobre a educação dos filhos sob a forma de um certo 'retorno' aos valores recebidos na educação primária: mais rigidez, menos liberdade, educação religiosa, entre outros, os filhos, por sua vez, pareciam satisfeitos com a educação recebida:

Você acha que você vai procurar educar seus filhos da mesma maneira?

Claro. Com certeza.(Léo, filho de Renata)

Então eu quero ter uns três filhos e quero dar uma educação boa pra eles mais ou menos nos moldes da que eu recebi dos meus pais.(Mirian, filha de Raul)

É possível que esta geração, criada por pais mais ‘abertos’, seja menos contestadora a respeito da educação recebida dos seus pais do que a anterior, e, de fato, siga os mesmos parâmetros, com menos ambigüidades e contradições. A coexistência entre diferentes mapas de orientação será menos presente para essa nova geração. Será um arrefecimento dos ânimos nos conflitos de geração?

5.2. Os Tabus Sexuais

Um tema privilegiado pela maioria dos entrevistados para indicar as mudanças vividas em relação a família de origem foram os tabus. Este aspecto da educação dos pais, pautado no segredo e no silêncio foi mencionado pela maioria dos entrevistados. Como os tabus com respeito à sexualidade foram os mais enfatizados, portanto, optamos por examiná-los de modo mais detido. Segundo um dos pais:

Olha a diferença é o regime que antigamente a gente era criado com mais severidade. A criação era mais dura. Hoje em dia a criação é mais aberta, os pais apertam menos. Eu acho que a diferença está aí.

-Por quê?

-Foi acontecendo, é a evolução, né? Eu acho que nós começamos a ver as coisas dessa forma . Eu achava que aquela forma que fui criado não tinha nada a ver. É mais fácil criar os filhos conversando, alertando. Porque criar em segredo? As coisas escondidas, a gente descobre depois de grande. Então eu acho que é mais importante para a criança, é melhor para ela hoje em dia.(Raul)

Alguns depoimentos eram mais ‘psicologizados’ do que outros. Os discursos de pais que procuraram mudança mais radicais na educação dos filhos geralmente tiveram por base informações de manuais de psicologia. Os demais relacionavam as mudanças à própria evolução da sociedade brasileira, o que mostra que a percepção das mudanças nos costumes vêm se processando de fato, mas em níveis e intensidades diferentes.

Giddens havia enfatizado a importância da visibilidade pública dos discursos sobre a construção da identidade e da intimidade, como as terapias e manuais de auto-ajuda, os programas de televisão e os artigos de revista. A vulgarização dos preceitos psicológicos e psicanalíticos é tomada como a base para a construção de indivíduos mais reflexivos.

Tema secundarizado, e até marginalizado pelas teorias sociológicas e psicológicas

acadêmicas, a vulgarização dos discursos científicos é observada sob novo prisma. A este processo Giddens relaciona uma política, não no sentido clássico de política, mas de uma 'política da vida', em função da criação e recriação de estilos de vida:

“A política da vida é uma política de identidade e um política de escolha. Uma das razões pela quais os debates entre a direita e a esquerda tornaram-se, de maneira tão freqüente, pouco atraentes para a população leiga é que eles simplesmente não abordam esses novos campos de ação”(Giddens,1996:106).

Neyrand(1996) também relaciona a psicologização da vida familiar aos meios de comunicação de massas, responsáveis pela propagação de novas normas. Nas práticas familiares essa normas são a base de mudanças sobre a paternidade, do maior envolvimento do marido/pai na vida doméstica, do afrouxamento da rigidez na educação e do fim dos tabus, principalmente no campo da sexualidade. Isto é o que Giddens denomina a “sociologização” e “psicologização” das relações familiares.

A destraditionalização avançou a passos largos na família. Os/as entrevistados/as destacavam mudanças e alguns limites dessas mudanças, ao abordarem a educação que receberam e a forma pela qual evitavam reproduzir aspectos dessa educação, como a disciplina excessiva e a violência. O tema da sexualidade foi muito enfatizado, com respeito às mudanças em relação à atitude dos seus pais/mães que mantinham-na envolta em tabus e proibições.

As alterações na educação dos filhos eram centralizadas na forma como os pais/mães estavam lidando com a sexualidade dos/as filhos/as. Os pais/mães de filhos mais novos/as enfatizavam a possibilidade de conversar abertamente sobre sexo. Os pais/mães com filhos/as mais velhos falavam da vivência dos/as filhos/as e das suas percepções e dúvidas:

Então a gente brinca muito, falo de sexo, troco de roupa na frente deles. O pai também, então isso é muito liberal. E olha que é difícil, você olha por exemplo o lado sexual prá mim é meio complicado, porque eu não tive nada disso, minha mãe nunca conversou de sexo comigo, era um maior tabu.(Vitória)

Segundo Giddens, a busca da igualdade nos relacionamentos amorosos teve como conseqüência o fim do padrão duplo rígido, relativo à experiência sexual de homens e mulheres. A hierarquia nas relações familiares passava também pelo controle da sexualidade feminina, exercida primeiramente por seus pais e depois pelo marido.

A ordem social - que garantia aos homens a vivência da sexualidade livre e prescrevia

às mulheres seu exercício legítimo apenas no interior da família - impunha uma desigualdade nas relações afetivo-sexuais. A igualdade buscada entre homens e mulheres corresponde também à procura de uma sexualidade livremente vivida por ambos os sexos.

Houve um consenso em torno da abertura nos temas sobre a sexualidade e no reconhecimento do seu exercício pelos filhos/filhas. No entanto, as diferenças entre a educação de filhos e filhas, no que diz respeito à possibilidade do exercício da sexualidade, foi expressiva e indicou que o discurso da igualdade entre os sexos esconde hierarquias, prescrições e novas normatizações da sexualidade feminina :

Olha, não existe muita diferença imposta pela gente não, mas existe a diferença natural, em casa. A menina é um pouco mais caseira, naturalmente, não que a gente fique forçando, mas, ela é mais caseira. Acho que a gente trata com a máxima igualdade, claro que cada um com a sua personalidade, mas eu acho que é muito parecido hoje em dia.

-Não existem preocupações ou proibições específicas?

-Claro que com a menina a gente tem mais zelo, não sei por quê, mas a gente tem mais zelo com a menina, não sei se é resquício de cultura, de acultramento, mas com a menina a gente fica mais cuidadoso, ela sai à noite, a gente acompanha e tal. E o menino também a gente acompanha, mas não fica tão zeloso que com a menina, não sei se é a questão cultural. É muito comum na nossa cultura hoje em dia o pessoal fala: dá camisinha pro filho. Eu falei: e pra filha também dá camisinha? Então isso ainda é arraigado na gente, na nossa sociedade. Muitos ainda são muito mais liberais com os meninos que com as meninas. Menino se tiver transando muito por aí é bom pra caramba, a menina já é outra história. Isso é arraigado ainda. (Eduardo, pai de uma adolescente de 15 anos)

A naturalização do comportamento feminino implica que os pais atribuam as diferenças entre a educação (principalmente sexual) de filhos e filhas às suas próprias condutas 'naturalmente' mais recatadas, mais caseiras. Embora o pai reconheça que é muito mais 'zeloso' com a filha do que com os filhos, afirma que 'trata com a máxima igualdade', isto é, remete as diferenças entre as condutas à diferença natural entre homens e mulheres. Embora remeta a explicação também à cultura, que estimula uma maior liberdade sexual aos filhos e não às filhas, o argumento principal é a base biológica da diferença.

Outro informante confirma a persistência do valor da masculinidade, vinculado à virilidade, que Eduardo havia explicitado pela ideia de que 'o filho sair transando por aí é até bom'. Para serem tidos como viris é desejável que os homens acumulem experiências sexuais:

Por exemplo, se acontece de ter uma relação com uma garota, meu pai

naturalmente chegava - muito bem, meu filho, é isso aí! ...Mas é interessante assim, quer dizer, uma coisa natural que acontece assim espontaneamente, por que o pai tem que chegar pro filho e dar os parabéns?(Leo)

A vivência sexual masculina intensa, relacionada à virilidade, é um dos padrões esperados dos homens pela 'masculinidade hegemônica' (Connel *apud* Bento,1998). A masculinidade hegemônica constrói um ideologia do masculino como vinculado ao poder, à violência, à virilidade e à competitividade. Essa ideologia tende a desvalorizar tudo o que se refere ao feminino, colocando a mulher numa posição subordinada, frágil e inferior.

Designando o medo do homem de ter semelhanças com as mulheres, tidas como frágeis e inferiores, a homofobia é um princípio fundamental na definição cultural da masculinidade:

"Neste sentido, a homofobia, o medo de ser considerado gay, faz com que os homens exagerem em todas as regras tradicionais de masculinidade, inclusive na prática de procurar ter relações sexuais com quantas mulheres for possível. Homofobia e machismo caminham de mãos dadas"(Bento,1998:90)

Enquanto para os homens é valorizada a vivência sexual, inclusive como garantia de que não apresentam comportamentos 'efeminados', um medo silencioso dos pais e mães, para as mulheres as restrições são inúmeras. A mesma mãe que permitia que os filhos dormissem com as namoradas na sua casa, manifestava-se da seguinte forma em relação à filha:

Olha! Eu vou te dizer... eu acho normal se a pessoa namora firme, mas eu tô falando, assim firme com um cara, não tem jeito de não ter uma relação. Eu mesma tive antes do casamento, mas, por exemplo, eu não vou educar a minha filha falando para ela isso. Não é preconceito, não. Eu vou educar para ela não se deixar levar, entendeu? Para ela tomar cuidado (...) Eu acho que deve evitar pelo seguinte, porque, aí namorou com um, gostou e tal, aí transou, aí não dá certo; aí termina e vai namorar com outro, aí vai ficar transando com todos que vão aparecendo, eu não acho legal. Eu sou meio arcaica nesse ponto, mas eu te digo que, quando a gente está gamadíssima não dá pra segurar muito não dá.

-Mas como você acha que você vai lidar com isso então e se ela quiser, disser "não mas eu quero", o que você vai falar?

-Minha filha, você quer? Então que tome comprimido e não deixa eu ficar sabendo.(Janaína)

Janaína reconhece que a experiência sexual é inevitável no relacionamento amoroso, tendo ela própria a vivenciado antes do casamento. No entanto, não acha desejável que a filha viva tal experiência, pois abriria a possibilidade de haver relações sexuais com vários namorados seguidos, o que se assemelharia com o comportamento da prostituta ('vai ficar transando com todos que vão aparecendo...'). Este, conforme o que Aragão(1994) analisou,

está presente com força no estigma da mulher 'livre': o imperativo de aparecer sem mácula e gozo, como uma verdadeira 'santa'. A idéia de ensinar a filha a 'não se deixar levar' reflete o não reconhecimento da mulher como sujeito do desejo, emergindo como um objeto do desejo masculino, ao qual ela não deve 'ceder' facilmente.

Esta concepção reitera práticas historicamente vividas e construídas. No Brasil, o pensamento social brasileiro não cansou de exaltar a sexualidade à flor da pele como um componente de identidade nacional, mas quem é o sujeito dessa sexualidade? "*O elogio da miscigenação pacífica (...) traz uma compreensão da sexualidade feminina em que o corpo e o desejo nada mais são do que os lugares do prazer do homem e da empresa colonial*"(Correa,1996:154).

Saffioti(1987) analisa essa característica do 'poder do macho': pelo fato de que a mulher não é sujeito de desejo, e sim objeto, sua vivência sexual pode se restringir ao consentimento em ser usada enquanto objeto. Garcia lembra que "*(na masculinidade hegemônica),os homens iniciam o encontro sexual e as mulheres dão os limites e a velocidade, cabe aos homens quebrar as resistências das mulheres*"(1998:42).

Janáína refletiu essa ideologia - uma construção social que parece não reconhecer na mulher uma capacidade erótica. Essa ideologia, por sua vez, compromete a autodeterminação feminina com relação ao desejo erótico e à prática sexual (Correa,1996).

Pesquisando com homens e mulheres, de camadas médias e baixas, sobre sexualidade e gênero, Villela e Barbosa mostram a representação da sexualidade masculina como uma predisposição constante para o sexo:

"O homem 'procura mais pelo sexo, está sempre a fim'(...)Como a mulher 'tem a vontade de satisfazer o homem que está com ela em todos os sentidos' e além disso compreende que 'se ele não está tendo sexo em casa ele pode trair e ela não pode brigar'(...)A relação sexual, para ela, vai atender a outras finalidades que não apenas o prazer sexual"(1996:195).

O senso comum não reconhece o desejo na sexualidade feminina. Como se vê nessas falas, as mulheres 'utilizariam' sexo para outros fins. De toda forma, é o mesmo pensamento que afirma ter sido a liberalização sexual feminina mais favorável aos homens, pois os mesmos teriam ficado com fácil acesso às mulheres. Este, mostra a face mais grotesca do não reconhecimento da sexualidade feminina.

A impossibilidade de se constituírem como sujeitos de desejo compromete a autonomização das mulheres nas sociedade contemporâneas, pois ser autônomo não é só ser estimulado a participar do mercado de trabalho, a escolher as alternativas profissionais e

religiosas, ou ter vida sexual ativa, mas também constituir-se como sujeito de desejo, de vontade e de escolhas no plano da sexualidade.

A sexualidade plástica, de que fala Giddens, compreendendo a necessidade de comprometimento nos relacionamentos amorosos, igualdade sexual e emocional, corresponde à restituição da mulher como sujeito de desejo, mas encontra barreiras culturais para ser vivida plenamente. O prazer sexual, como um componente fundamental da vida e dos relacionamentos das mulheres, é vivido também com ambigüidades.

Para Duarte(1986), a moralidade doméstica nas classes populares se baseia num amplo controle sobre a sexualidade feminina. Salem(1989), por sua vez, enfatiza que nas camadas médias o valor da igualdade impõe que homens e mulheres sejam vistos como sujeitos aos mesmos imperativos morais. No entanto, pais e mães de camadas médias entrevistados, mostraram-se reticentes sobre a sexualidade das filhas. Um dos entrevistados demonstrou a valorização de que a filha mantivesse a virgindade até o casamento:

Eu acho muito importante, isso aí. É uma coisa que hoje é coisa antiga, mas conservo isso, eu aprendi isso em casa e eu acho importante a mulher casar virgem. Eu acho, até para a formação da própria mulher, da família. Que hoje em dia esses grupinhos de adolescentes que têm aí, as conversas deles são essas, ah porque ainda é virgem, hoje em dia não se usa mais isso, acabou. Mas eu acho que tá errado, é importante a mulher casar virgem. É o tipo do negócio, o homem desde os primórdios sempre foi, diziam meus avós, que o homem é do mundo,(...) e isso também é um pouco de machismo que sempre existiu. Eu acho que eu sou um pouquinho machista na verdade. Tenho a cabeça mais aberta pra umas coisas, mas isso aí. Isso aí não é questão que eu vou impor não, isso aí é um pensamento meu.(Raul)

A representação social do homem como sendo 'do mundo' que tem seu contraponto lógico binário e contrastivo na identificação da mulher com o lar privado estende-se para o âmbito da sexualidade. O homem, sendo do mundo, pode e deve viver com liberdade a vida sexual. A mulher, ao contrário, dever 'preservar-se' no interior do privado e da intimidade. As diferenças entre o masculino e o feminino se perpetuam como desigualdades. Nesse sentido, concordamos com Villela e Barbosa ao afirmarem que : *"é no terreno da sexualidade que se explicita melhor a forma ambigua como homens e mulheres têm lidado com as recentes conquistas femininas"*(1996:198).

Os depoimentos também indicaram que o controle da sexualidade feminina ficava muitas vezes subsumido por um valor maior: o da autonomia⁴⁵. Essa autonomização era

⁴⁵ Esta autonomia era vivida como a possibilidade de as filhas terem experiência sexual, mas não necessariamente constituírem-se como sujeitos da sua sexualidade.

vivida à medida que as filhas ficavam mais velhas, a partir dos 17, 18 anos. Por outro lado, a impossibilidade de impedir a vivência sexual, constatada pelos pais/mães que a enfrentavam com menos naturalidade, colocava-os diante da situação de procurar desconhecer os fatos: 'é melhor eu não ficar sabendo'. Alguns pais/mães admitiam que as filhas levassem o namorado para dormir em casa:

Acabei deixando ela ficar com o namorado em casa, por medo das ruas, da insegurança. O irmão é que fica mais bravo quando vê o namorado dormindo lá em casa: - Cê não vai fazer nada? Fazer o quê? (Lino)

A decisão de Lino sobre a possibilidade do namorado da filha dormir na sua casa passou também pelo medo da violência urbana. Ele preferiu evitar expô-la aos perigos das ruas à impedir as vivências amorosas na sua casa. Nesse caso, a ambigüidade esteve colocada pelo irmão, que introduziu o discurso da moralidade doméstica: 'cê não vai fazer nada?' e representou a necessidade da preservação da sexualidade feminina sob o controle da autoridade paterna.

Os depoimentos indicaram de uma maneira geral um controle sobre a sexualidade das filhas. Um único entrevistado mencionou a valorização da virgindade e dois pais declararam a possibilidade das filhas levarem os seu namorados para casa. Entre um extremo e outro, a tendência mais comum foi a admissão da vivência sexual das filhas, vinculada a determinadas prescrições:

O sexo foi para ser usado com ... muita discrição, muita naturalidade. Porque o sexo ele existe pra procriação e é claro que o sexo também se usa pela problemática hormonal, mas nós temos que ter critério para o sexo e infelizmente os jovens brasileiros, os jovens de maneira geral, eles estão usando o sexo de uma maneira muito irresponsável. Não é aquela de você... você nem ama, você nem gosta, nem conhece direito e você já quer sexo, já quer sexo, já quer transar e isso é muito perigoso. (Nádia)

Aí eu falei isso: é bom, é saudável, tudo o que você pode falar do sexo(...) também hoje em dia sexo está em tudo, é fisiológico, mas até dez anos atrás era diferente. Aí eu chamei e falei: na hora certa e com a pessoa certa. Porque você é menina, você não sabe ainda o que você vai fazer.(Daniela)

Os dois depoimentos demonstram uma visão naturalizada do sexo, tanto ao enfatizar a problemática hormonal quanto ao fato de ser 'fisiológico'. Esta visão indica a inevitabilidade da vivência sexual de filho/as e também a biologização dos comportamentos humanos. O discurso de Nádia, que relacionava procriação e sexualidade, é a visão radical da naturalização do sexo.

Segundo Bandeira, *"...o princípio biológico foi utilizado ao extremo para explicar as relações inter-individuais, considerando as diferenças psicológicas como mediadoras entre o*

biológico e o sócio-cultural” (1996:3). Neste sentido, o biológico define homens e mulheres como fêmeas e machos: as primeiras situadas numa relação de complementariedade e de reprodução e os segundos apresentando-se como produtores de valores, de cultura e de bens econômicos.

Essas posturas essencialistas não só reduziram a sexualidade ao domínio da heterossexualidade procriativa como também os homens e mulheres ao binômio reprodução-trabalho, pelo qual *“tanto a mulher quanto o homem são destituídos de atributos que envolvam a sexualidade pela designação prazerosa, nada vai além da reprodução, ou seja, a mulher-maternidade”*(Bandeira,1996:4).

A ‘fisiologia’ e a ‘problemática hormonal’ são o reconhecimento da inevitabilidade da vivência sexual, mas sem referência ao prazer. A busca autônoma pelo prazer sexual quase não emergiu nas falas dos entrevistados que enfatizaram um certo condicionamento biológico. O sexo como necessidade para filhos e filhas é o oposto da autodeterminação das práticas sexuais. Nesse condicionamento, os homens também estão amarrados, mas de uma maneira diferente das mulheres, porque são colocados diante da possibilidade de serem sujeito e não objeto sexual. Homem e mulheres são colocados diante dos impulsos físicos em direção ao sexo. Os impulsos são representados como mais intensos e freqüentes nos homens e as mulheres, como disse Janaina, ‘cedem’...

Segundo Flandrin(1985), a Igreja da Alta Idade Média prescrevia aos pais casarem seus filhos por julgar difícil, senão impossível, impedir os jovens de terem uma atividade sexual. Havia a visão da sexualidade juvenil como irreprimível. Dos séculos XVII ao XIX, ao contrário, a juventude era considerada a idade na qual se deviam reprimir os desejos. Assim, no século XVIII, quando Malthus pregava a limitação dos nascimentos, propunha aos jovens e não aos adultos viver em continência. No entanto, mesmo no interior do casamento, que foi sendo vivido cada vez mais tarde, a vida sexual dos adultos era prescrita para ser vivida com limites e desvinculada da noção de prazer. No decorrer desses três séculos assistiu-se a uma repressão cada vez mais eficaz dos impulsos sexuais.

O século XX restituiu, com Freud, o prazer na vida sexual dos casados, ao relacionar a frustração sexual nos casamentos com a produção de neuroses nos indivíduos:

“Assim, não parece provável que se pudesse, àquela altura, derivar da psicanálise oficial nenhuma contra-indicação mais séria à elevação do amor conjugal à condição de valor essencial do casamento. Pelo contrário, havia nisto um completa consonância com as posições de Freud em sua revolta contra uma civilização que procurava lançar ao opróbrio até mesmo a sensualidade da vida conjugal”(Souza,1994:35).

Nesse processo de reconhecimento e revalorização da sexualidade e do prazer sexual, assistiu-se também à sua autonomização da esfera do casamento, da família e da reprodução. A possibilidade de manter uma vida sexual fora dos limites do casamento, com o controle reprodutivo por meio dos métodos anticoncepcionais, transformou a vida das mulheres, pois abriu margem para explorarem uma nova possibilidade de vida social, inclusive tornando o casamento mais secundarizado nas suas vidas.

As ambigüidades que despontam neste processo dizem respeito a um controle da sexualidade feminina, claro que sob novos parâmetros. A normatização da sexualidade feminina fica clara nas expressões ‘com a pessoa certa’, ‘no namoro firme’, ‘na hora certa’, ‘com amor’.

A sexualidade feminina deve ser vivida com discrição e as normas são diferenciadas para filhos e filhas:

Converso demais, começa a namorar, vamos ali, então vamos no ginecologista comprar remédio porque eu não quero tomar conta de neto não, pelo amor de Deus ... depois a responsabilidade é minha, e a gente tem que enxergar dez palmos na frente do nariz. Tá namorando, que que você acha que pode acontecer. apaixonados? Você pensa que na minha época não dava aquela vontade de ficar só perto da pessoa? (...)Converso, ele traz a namorada dele. Outro dia eu falei pra ele que eu ia avisar a mãe dela que ela tava dormindo aqui,(...) Ah! Essa casa tá virando putaria, meu Deus do céu. Oh Rose, quem te viu, quem te vê, com a cabecinha tão tapada antigamente, hoje você aceitar uma coisa dessa. E você tem que aceitar, às vezes você fica meia aborrecida, eu fico mesmo, eu fico meio assim, ah meu Deus, esse negócio tá errado. Esse negócio tá meio errado, não tô gostando disso. (Rose)

Rose foi uma entrevistada típica, que vivia todas as contradições sobre a sexualidade dos filhos. Permitia que o filho levasse a namorada para dormir na sua casa, embora se sentisse ambígua (isso tá virando ‘putaria’). Em relação à filha, embora soubesse do seu envolvimento sexual com o namorado, não admitia a mesma alternativa. Conversava muito com a filha sobre o namoro ‘avançado’ e preocupava-se com o que a mãe do namorado poderia estar pensando quando a sua filha dormia lá. ‘Ela vai pensar que a gente aqui em casa é o quê?’ . Ao passo que admitia a vivência inevitável da sexualidade dos filhos, sentia-se ameaçada com a possibilidade de serem vistos como uma família toda ‘muito liberada’. Quando divorciou-se do primeiro esposo, sentia-se ameaçada pela identidade de ‘mulher separada’, justamente por fugir do estigma de ‘liberada’. A sua auto-imagem parece so ter sido resgatada depois do segundo casamento:

A gente sofria muito, a gente passou um pedaço, assim até a gente se ajustar, principalmente a mulher quando separa até se ajustar, meu Deus do

Céu, os amigos afastam, as pessoas afastam, todo mundo te olha diferente, eu não sei se é a gente mesmo que cria essa barreira, ou então... e afastaram mesmo. Os mais próximos, as minhas amigas mesmo não se afastaram não, mas as pessoas afastam de você, então a gente passa a ter um conflito assim na cabeça sua muito grande. Por exemplo, eu, sozinha, um casal, casal não vai te convidar pra ir pra lá. Então começa assim uma certa desconfiança, um certo ciúme, não sei se é ciúme, mas dá a impressão que é, então as pessoas afastam da gente. Você passa a ter um convívio depois que você separa, você passa a conviver, mais com pessoas separadas, tanto homem, quanto mulher, tanto que eu saía, todas as meninas eram separadas, do mesmo jeito, da mesma gandaia e eu acho que a gente agora que tá, depois de dois anos, de dois anos e meio, a gente passa a caminhar em pé sabe, a gente é feliz demais.(Rose)

Os estigmas vividos pelas mulheres também mostram os limites colocados na contemporaneidade para a liberação sexual das mulheres. No entanto, as mulheres não cansam de desafiá-los: a desvalorização do casamento para muitas mulheres é um indício desse desafio. Ressalta-se o fato de que foram entrevistadas mulheres predominantemente na faixa etária dos 36 aos 45 anos. É possível que para as novas gerações a força do estigma seja menor, embora nitidamente não desapareça de todo, reolocando a posição social de desigualdade feminina:

(Realização pessoal): Olha, ter casado, por quê? Porque numa sociedade horrível como a nossa, que tem que casar pra poder dizer que você não é nem prostituta, nem solteirona, viviam me chamando: vai ficar titia solteira? Aquilo lá pesa na cabeça, e você quando casa, mesmo que você separe, você já tem outro status, por incrível que pareça. Agora acreditei que o meu casamento fosse dar certo. Fiz tudo, mas vários fatores contribuíram para que deixasse o companheiro. (Renata)

A força do estigma foi sentida pela entrevistada e influenciou na valorização do seu casamento, embora tivesse sido desfeito. Para ela, o status de uma mulher divorciada é superior ao da mulher solteira. Nas duas formas, percebe-se uma desvalorização da mulher. No primeiro caso, trata-se do controle da sexualidade feminina, e, no segundo, da sua identidade constantemente positiva no papel de esposa e mãe.

No entanto, o estigma mais claramente expresso nas falas é o que diz respeito às relações homoeróticas⁴⁶, que encontrou resistências fortes na maioria dos entrevistados. A prescrição da sexualidade heterossexual é presente para filhos e filhas, mostrando assim, em ambos os casos, que os limites das escolhas são colocados na cultura. Os relacionamentos homoeróticos são claramente rejeitados:

⁴⁶ As relações homoeróticas não puderam ser exploradas em toda a sua complexidades neste trabalho. Registramos, muito brevemente, algumas falas para mostrar os limites das escolhas na construção da auto-identidade. Algumas opções são mais ou menos estimuladas e desejadas nas famílias, e a recusa ao homoerotismo é radicalmente vivida.

Quanto ao homossexualismo eu acho e eu não sou muito, eu acho o seguinte: eu respeito, entendeu? Não vou dizer que acho lindo, maravilhoso não. Respeito, mas não gostaria que o meu filho se unisse a um homem e nem minha filha a uma mulher não. Eu respeito, eu acho, conheço pessoas que são homossexuais, respeito, não discrimino nada. Mas não acho que seja assim, não é o que eu espero para os meus filhos . Eu acho que cada um tem o seu gosto. Mas vou ficar chocada, mas, normal, vou ter que aceitar.(Vitória)

Os limites para a aceitação do homoerotismo dizem respeito ao fato de que as pessoas enfatizam o respeito por pessoas que admitem outra orientação sexual, mas pensam com dificuldade a possibilidade de enfrentarem uma opção sexual estigmatizada no interior da própria família, por exemplo, em relação aos filhos.

Os/as filhos/as parecem incorporar o estigma do homoerotismo e reproduzem a idéia de que respeitam, não discriminam, mas dentro de certos limites:

Não adianta a gente levantar uma bandeira de luta e dizer que isso é normal e que todo mundo tem que ver como normal, porque não é de uma hora pra outra que eu vou sair na rua e vou ver um casal de homossexuais se beijando e vou achar normal. Eu não vou achar normal, vai me agredir até certo ponto, sabe. Eu acho... imagina você sair com o seu filhinho pequenininho e ele vê. O que você vai falar para o seu filho? Vai falar é normal homem com homem... não tem como, sabe? Mas acho assim que cada um tem que fazer o que quer e que ele seja feliz daquele jeito, mas acho que ele tem que respeitar os limites das outras pessoas... Você tá vivendo numa sociedade, você tem que respeitar o espaço dos outros. Se você tá na sua casa, você faz o que quiser na sua casa, você fica com quem você quiser agora na rua não, tem que ser tudo uma coisa lenta não pode ser de uma hora pra outra. Pode ser que daqui a muitos anos, pode ser que os meus netos achem normal, pra eles já seja uma coisa normal. Mas pra gente não é normal e não pode ser uma coisa radical porque eu acho que eles tentam fazer uma coisa muito de uma vez. Pra gente aceitar de uma vez. A vida inteira a gente foi educado de uma forma não tem como você virar de uma vez e você achar que não... Então acho que pode casar e tudo, mas tem que respeitar as pessoas, porque não é todo mundo que acha que é normal e que é natural. Então o meu preconceito não é assim que eu ache que é horrível, que não pode, é que tem que inventar as coisas com calma e não de uma vez, porque assim não dá certo e ninguém aceita. Eu conheço gente que é homossexual assim e são legais eu converso e tenho amigos sem problema nenhum, mas desde que não invada o meu espaço porque eu me sinto ofendida, assim não é ofendida, mas... choca.(Mírian)

A 'aceitação' do homoerotismo cheia de restrições, por parte das pessoas, leva à criação de códigos de comportamento tácitos, que prescrevem os limites: um comportamento discreto, privado, para não 'invadir e agredir os outros'. Estes códigos conduzem a uma

guetificação do homoerotismo. Segundo Pollak(1985), a tendência à guetificação permite um movimento não de derrubada de preconceitos na sociedade mais ampla, mas de redução da vida social entre a minoria, evitando enfrentar o preconceito. A tendência para a guetificação aponta para uma condição de vida paradoxal: *“Aprisionando a minoria que pretendia liberar, num novo círculo vicioso de “adaptação”, desta vez às normas do meio, o empirismo sexológico reforça a tendência à auto-segregação social de uma minoria recém-saída da sombra, e que, afinal, somente abre portas já abertas”*(Pollak,1985: 62).

Os discursos que se pretendem mais abertos e menos discriminatórios dos entrevistados, recusam a classificação das opções homoeróticas como doentias e patológicas. Mas estabelecem uma outra forma de exclusão, a exclusão do gueto: *“o critério da exclusão ressentida não é, na maioria das vezes, conhecido senão pelo excluído, o qual, por não querer ou não poder se revoltar contra uma discriminação explícita, aprende a se acomodar à situação e a seu jogo”*(Pollak,1985:65).

Mas as prescrições em torno da sexualidade masculina não se referem apenas ao homoerotismo. Embora não se trate de um controle da família sobre a sexualidade equivalente ao das filhas, nem por isso os filhos estão menos sujeitos a um padrão de masculinidade hegemônica ao qual devem se conformar, às vezes sob alto preço.

Os estudos sobre a masculinidade têm acentuado que a relação entre gêneros é mesmo ‘relacional’, isto é, não se trata de um poder masculino que oprime uma mulher na obscuridade. Mas de um poder que organiza a relação entre os gêneros e imprime condições para ambos - homens e mulheres - desempenharem papéis esperados socialmente.

Do homem espera-se a virilidade, a autoridade, a racionalidade, o bom desempenho do seu papel econômico na sociedade e na família, como provedor, e um desempenho sexual infalível. Tudo isso vinculado a uma diferenciação constante do feminino desvalorizado:

“A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, freqüentemente, a repressão dos seus sentimentos. Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldades nas relações com as mulheres”(Connell,1995:190 *apud* Bento,1998:90).

Assim como a estigmatização da sexualidade feminina limita a possibilidade de viver relações mais equânimes, a masculinidade hegemônica comprime a sensibilidade dos homens, os quais podem viver dificuldades nos seus relacionamentos amorosos duradouros, no exercício da paternidade e no processo de construção da sua auto-identidade.

Estudiosos de saúde sexual e reprodutiva, avaliando-as sob a perspectiva de gênero, estabelecem relações com o comportamento de risco e com a não responsabilização sobre a reprodução:

“Levam à construção de uma sexualidade em torno da acumulação de parceiros (a quantidade é o que importa), a um distanciamento emocional e a uma atitude de comportamento de risco. Supõe-se que os homens estão prontos para o sexo a qualquer momento e constantemente procurando sexo. Segundo essa visão, o distanciamento emocional é considerado necessário para um adequado funcionamento sexual, assim como a atitude de arriscar-se é considerada uma peça central da sexualidade masculina. Sexo significa aventura, excitação, perigo. Arriscar a sorte. Assim, a responsabilidade é uma palavra que raramente aparece no discurso sexual masculino, tendo sérias conseqüências: DST, Aids, gravidez indesejada...” (Garcia, 1998:42).

Os estudos sobre a masculinidade hegemônica são o outro lado da moeda nas relações de gênero, apontando que todos, homens e mulheres, têm a ganhar com a flexibilização dos padrões de gênero. As políticas públicas começam a voltar-se para esse novo plano das mudanças nas relações de gênero que abrem margem a uma nova organização doméstica nos lares, mas também à reformulação da abordagem de temas fundamentais como saúde sexual e reprodutiva, os quais eram direcionados às mulheres, como se fosse uma preocupação do feminino. A reprodução no seu sentido mais amplo da vida doméstica e procriativa deixa de ser um espaço legítimo e exclusivo do feminino.

Dessa forma, muitas mudanças são assinaladas na contemporaneidade: declínio do autoritarismo, surgimento de relações mais dialógicas entre pais e filhos, reconhecimento e estimulação da autonomia de filhos e filhas, flexibilização dos padrões de gênero. As mudanças são vividas com forte ambigüidade, e não de maneira linear, havendo pais que retornam a comportamentos familiares anteriormente questionados e criticados. A maior ambigüidade parece ser referente às atitudes desejadas para filhos de sexos diferentes. As prescrições de comportamento identificadas na pesquisa de campo ainda estabelecem uma série de controles sobre a sexualidade feminina, como a persistência do estigma; o estímulo à masculinidade hegemônica denota a alta expectativa sobre um comportamento masculino viril e agressivo (em face de mulheres submissas e objetivadas); ambos produzindo uma normatização vivida sob formas mais sutis, do que confinamento histórico da mulher à vida doméstica.

Procuraremos ampliar a discussão sobre os papéis e identidades de gênero no capítulo seguinte, relacionando a inserção, de homens e mulheres, na família e no trabalho.

VI- TRABALHO E FAMÍLIA: OS RUMOS DA EQUIDADE ENTRE OS SEXOS

As transformações na configuração do espaço público como predominantemente masculino e do privado como lugar feminino implicaram uma intercambialidade dos papéis de gênero. As mulheres passaram a ter uma participação intensa na vida pública e a vida profissional passou a ser um referencial importante na sua vida. Os homens, por sua vez, começaram a viver um processo lento de aproximação com a esfera doméstica. No entanto, será que estas alterações vividas nas famílias e na vida pública modificaram a construção das identidades feminina e masculina?

As construções das identidades feminina e masculina estiveram pautadas pela polaridade entre ambas, manifestada no próprio espaço ocupado por homens e mulheres, como se viu: os primeiros no mundo público e as segundas no espaço privado. Essa polaridade repetia-se nos comportamentos esperados de cada sexo: dos homens, agressividade, racionalidade, virilidade, inventividade e audácia, atitudes condizentes com atividades na vida social, científica, política, artística e cultural; das mulheres, sensibilidade, intuição, proteção, ternura, discrição, aspectos relacionados com a atribuição a elas dos cuidados com as crianças, os idosos, os doentes, etc. e manifestados na invisibilidade da vida doméstica e privada.

Chodorow (1990) e Badinter (1985) mostraram o processo histórico pelo qual a mulher tornou-se responsável exclusiva pelos cuidados com as crianças. A maternação exercida pelas mulheres num mundo que atomizou os núcleos familiares e os indivíduos conduziu a uma exacerbação das responsabilidades femininas no cuidado da prole. A maternagem feminina não foi importante apenas como prática e exercício na vida doméstica, mas, principalmente por ter se tornado ideologicamente relevante. Ambas as autoras preocuparam-se em evidenciar os processos culturais e históricos que transformaram a mãe numa figura sacralizada, de forte impacto na constituição da identidade feminina.

Este processo de sacralização da mãe correspondeu também a um enclausuramento da mulher na vida privada e a um distanciamento do pai da vida doméstica e do próprio exercício da paternidade. Os movimentos contemporâneos em torno da equidade entre os sexos organizam-se na direção da participação feminina na vida pública, vinculada à realização individual e à autonomia econômica, e da participação masculina nos assuntos domésticos e nos cuidados com a prole, como forma de abrir aos homens a possibilidade de viver uma afetividade íntima e gratificante.

No entanto, muito mais do que os homens se aproximaram da vida privada, as mulheres adentraram a vida pública, enfrentando e subvertendo a ordenação ideológica que lhes destinava o papel de rainhas do lar e mães.

6.1 Maternidades/Paternidades e Vida Profissional

Preocupamo-nos, na pesquisa de campo, em perceber esses movimentos assinalados nos papéis de gênero e como, e em quais pontos, eles estariam sendo alterados; quais as ambigüidades do processo de flexibilização das relações familiares; e qual a sua potencialidade para alterar as identidades de homens e mulheres. Lembramos o fato de que todas as mulheres entrevistadas tinham uma vida profissional, ou tinham tido, no caso daquelas que já estavam aposentadas.

Diante da pergunta sobre as esferas da vida nas quais situavam sua realização pessoal, as respostas dos/as entrevistados/as mostraram-se semelhantes. Embora as mulheres focalizassem a vida familiar, davam ênfase na vida profissional e o inverso também foi verdadeiro em relação aos homens:

Foi ter filhos, sempre tive vontade de ter filhos. O meu trabalho, foi uma super-realização porque eu adoro fazer o que eu faço, cheguei exatamente onde eu queria(...), eu me sinto uma pessoa bem realizada assim, sabe, dentro dos limites claro.(Sandra)

A coisa mais importante da minha vida é minha filha. Eu colocaria minha família(...)Depois o trabalho.(Raul)

Eu acho que ter terminado a faculdade e estudado, sabe, eu acho que foi uma coisa muito prioritária na minha vida (Solange)

Em primeiro lugar os filhos, as flores da minha vida. As crianças que eu não tive nenhum arrependimento de ter tido. Se fosse por mim eu queria ter tido uns dez, eu queria ter uma família grande (João)

Os/as entrevistados/as enfatizavam a importância da vida familiar, a maioria relacionada aos/às filhos/as, mais do que o casamento ou uma de família unida. O laço parental despontou como o mais forte e as relações entre pais/mães e filhos/filhas, altamente valorizadas, confirmam duas mudanças: a já citada psicologização da infância, pela qual a vida afetiva da criança é superdimensionada, havendo um forte investimento emocional na relação com os/as filhos/as; e a própria fragmentação da vida familiar, na qual o estatuto

afetivo dos filhos é superior ao do esposo/esposa, uma vez que os laços parentais tornaram-se muito mais estáveis do que o laço conjugal.

Os depoimentos reforçam conclusões como as da pesquisa do Instituto Data Folha, que constatou a dissociação entre família e casamento, fazendo a relação com os/as filhos/as ser vista como o elo familiar mais forte. A fragmentação vivida nas famílias de camadas médias constitui o oposto da relação holística das famílias populares, nas quais, como vimos, “o todo é mais importante que as partes” e a base está na autoridade masculina. O individualismo nas famílias de camadas médias não é só a possibilidade de constituírem-se relações mais igualitárias entre os esposos, mas corresponde também a esse processo de fragmentação (empírica e ideológica) dos elos atomizados.

Outro aspecto fundamental, que ressalta dos depoimentos, é a importância que as mulheres atribuíram ao trabalho profissional. Diferentemente das camadas baixas, nas quais a mulher parece considerar de forma algo ilegítima o exercício de um trabalho remunerado, nas camadas médias as mulheres construíram uma identidade positiva com o trabalho, o que facilitou seu processo de autonomização. Segundo Badinter:

“As mulheres que se recusam a sacrificar ambições e desejos ao maior bem-estar dos filhos são demasiado numerosas para serem classificadas como exceções patológicas que confirmam a regra. Essas mulheres que se realizam melhor fora do que dentro de casa são quase sempre as que se beneficiaram de uma instrução superior e mais satisfações podem esperar do exercício de sua profissão” (1985:346).

De fato, a possibilidade de as mulheres constituírem uma relação positiva com o trabalho parece ter a ver com o tipo de atividade exercida, se mais ou menos gratificante. Por que esperar que as mulheres de camadas baixas, empregadas domésticas, por exemplo, que deixam os filhos/as com vizinhos/as e parentes, para se ocuparem de outras crianças de casas abastadas, tenham uma realização maior fora do que dentro de casa? As atividades desqualificadas exercidas na esfera pública na maior parte das vezes reproduzem trabalhos domésticos: limpeza, cozinha, costura, etc., dificultando ainda mais a sua inserção numa vida realmente ‘pública’.

Assim, Bruschini(1996) afirma também quanto maior o nível de instrução, mais elevadas são as taxas de atividade feminina, que torna-se mais viável encontrar trabalhos mais gratificantes e melhor remunerados, que compensem o afastamento das atividades domésticas e ofereçam uma chance de satisfação e realização pessoal. No caso dos homens, a valorização do trabalho está culturalmente associada à sua identidade de provedor. No caso das mulheres, ela passa por uma relação positivada com a atividade, viabilizada naqueles cargos mais qualificados e melhor pagos.

O trabalho remunerado feminino representou uma ameaça à dicotomia entre o público e o privado. “As mulheres passam a ter aspirações e construir identidades não mais ligadas exclusivamente à esfera privada, estimula(ndo) a instabilidade e a volatilidade nas relações íntimas, no casamento e na família”(Vaistman,1994:51). No entanto, seria demonstrar excessivo otimismo afirmar que as mulheres que possuem trabalho remunerado têm, necessariamente, se tornado independentes e autônomas nos seus casamentos, relacionamentos e na sua vida pessoal, e se desvinculado da sua identidade com o privado. A relação entre o exercício da atividade profissional e a independência feminina não é automática e inevitável, havendo muitas nuances nesses processos. A cultura da submissão e do enclausuramento feminino muitas vezes persiste e torna-se ainda mais paradoxal diante da realidade múltipla e aberta de opções que se desenha na contemporaneidade. Segundo uma das entrevistadas,

Para mim existe o meu marido e os meus filhos. A família pra mim está em primeiro lugar, antes de trabalho, antes de qualquer coisa, entendeu? E estou pronta para me sacrificar por eles. Vivo praticamente em função deles, agora, aposentada. (Nádia)

Este depoimento mostra o quanto a identidade feminina, ainda quando a mulher exerce uma atividade profissional (nesse caso, exerceu), continua referida predominantemente à esfera doméstica. A entrevistada toca em dois componentes básicos da ideologia da sagrada mãe: o sacrifício, e o fato de viver ‘praticamente em função deles’. Onde estaria a construção da mulher enquanto indivíduo nestas condições?

A “fabulosa pressão social” (de que falou Badinter) para que a mulher só pudesse se realizar na maternidade, incutiu-lhe um comportamento abnegado e submisso, cujos ecos ainda ressoam no seu comportamento, apesar de todo o processo de reflexividade social e da margem aberta para a democratização da vida privada, abordados por Giddens. Nesse sentido, vale frisar, a identidade feminina ainda é fortemente referida aos elos familiares e sua função materna; o trabalho constituindo, muitas vezes, mais uma prática social do que propriamente um componente identitário. As mudanças culturais de gênero não são automáticas, nem lineares, comportando vários tipos e situações, desde a autonomização feminina até a combinação perversa da acumulação das atividades profissionais e na vida pública com o sacrifício e a submissão doméstica:

Uma coisa também que eu cansei de sempre resolver todos os problemas, sabe? Sempre correndo atrás, sempre trabalhando mais, sempre

fazendo tudo, tudo, tudo. Chega uma hora ali que quando você começa a fazer isso, as pessoas te cobram mais e mais, e mais. As pessoas têm que se tocar também, têm que fazer sua parte, então havia muita cobrança. (Solange)

Para Solange, a participação no mercado de trabalho representou uma sobreposição de tarefas e funções, produzindo uma imensa sobrecarga. A relação positiva com o trabalho também não necessariamente redimensiona a superdimensionada vida privada das mulheres, provocando, por vezes, o acúmulo de tarefas o que ficou conhecido como uma 'dupla jornada de trabalho'.

De maneira geral, homens e mulheres entrevistados/as deram ênfase à importância da família e do trabalho em suas vidas. No entanto, embora os pais e mães falassem da importância da família e do trabalho na sua vida pessoal, houve um reconhecimento de que o fato de dar ou não mais valor à família não significava que o investimento de pais e mães em relação aos filhos fosse vivido equitativamente. Os homens que se referiam à valorização da vida familiar não apresentavam aquele componente de sacrifício e abnegação. Sua participação não requeria perdas. No caso das mulheres, a abdicação de projetos e desejos foi feita em função dos/as filhos/as:

Eu já tô tendo condição de fazer alguma coisa sem preocupar de estar com os meninos. Nisso aí que eu acho que a mulher, às vezes, fica prejudicada, porque o homem não tem isso. O homem não; ele tem o trabalho dele, sai e pronto. E as pessoas falavam assim, antigamente - "o chefe da família". Hoje não tem chefe nada! O chefe é a mulher e o homem, porque é tudo dividido. Mas assumir esses compromissos de casa o homem não assume não. Por menos machista que seja, mais liberal, ele não assume não. É isso que eu te falo da natureza do homem, tá aí. Então, eu deixei minha profissão em função dos meus filhos e da casa, mas não tô arrependida com isso não. Eu acho que ainda tá em tempo de dar uma virada, e acho que vou fazer isso. Estou assim, sabe, rezando todo dia pra eu ter força e coragem que é isso que eu preciso, mais nada. (Vera)

Para Vera, a maternidade implicou um afastamento da sua vida profissional, devido aos compromissos com a vida doméstica e os/as filhos/as. Esses compromissos foram assumidos como naturais, por causa da forte ideologia (fundada na autoridade da ciência, supostamente na biologia) que atribui à mulher a maternagem e não abre margem para cobrar do pai algum tipo de concessão. No dizer da mesma, 'por menos machista que seja, mais liberal, o homem não vai assumir, pela sua própria natureza' (podemos completar, mundana...), as responsabilidades na vida privada. A ideologia da maternidade consubstancia a identidade feminina como predominantemente vinculada à família.

A contradição está posta no discurso: embora Vera afirme que 'hoje não tem chefe não, pois tudo é dividido', denotando uma concepção igualitarista no relacionamento

conjugal e dando margem à interpretação de que vive uma relação de igualdade na família, afirma também que 'a mulher fica prejudicada', mas 'não se arrepende não'.

Este paradoxo (ser igual e desigual, ao mesmo tempo) é compreendido pela concepção biologicista do comportamento materno, que determina que, ao mesmo tempo que homens e mulheres percebam-se como iguais, pois 'tudo' pode ser dividido, e a mulher continue prejudicada em função dos filhos. Nesta concepção, só pode, no entanto, ser dividido aquilo que não está pré-estabelecido pela condição biológica; mas como a maternagem é vista como natural, deve necessariamente ser exercida pela mulher. Dessa forma, registra-se uma impossibilidade natural, inscrita nos corpos de homens (que não gestam) e mulheres (que têm a capacidade da procriação), para a afirmação de uma divisão igualitária dos papéis sociais.

Assim, embora a participação dos pais fosse apontada em vários depoimentos, as mães foram as figuras centrais na educação e cuidados dos/as filhos/as, e nisso, elas pouco diferiram do padrão seguido pelas suas próprias mães. Existia um consenso entre os/as entrevistados/as de que suas mães tinham sido 'mães normais', preocupadas e voltadas para a casa e os/as filhos/as. Mas, de alguma forma, as mães da nova geração reproduziram a experiência de suas próprias mães (que fôra reputada como 'normal', 'natural', nas suas falas). Ou seja, embora também demarcassem as diferenças, sugeriam a continuidade do papel, identificado com uma naturalização da maternidade:

Eu sinto que minha mãe, ela tomou muito a frente na educação, e meu pai, ele ficou só ajudando, embora tenha sido sempre aquela força presente o tempo todo. Mas minha mãe era a que tomava conta da gente.(Renata)

Eu lembro que a gente se sentava na porta de casa à noite, todo dia a partir de sete horas, depois do jantar, e era uma região que tinha época bem precisa das estações de chuva e seca. Varias mães se reuniam no mesmo lugar, e os filhos todos, depois da gente brincar na rua de correr muito, de queimar muita energia ficava cansado e ia descansar ali no colo da mãe, ia ouvir estórias, ouvir os vizinhos tagarelar, contarem casos, tudo uma coisa muito gostosa e ali nós fortalecíamos aquela ligação espiritual e material do ponto de vista comunitário(...) Por isso a gente deitava vendo o céu e as estrelas, horas e horas ouvindo, contando estórias, escutando as mães, geralmente escutando a mãe, era uma coisa bem matriarcal. Pai aparecia trazendo a marca machista da sociedade, para decisão e pra bater o martelo. Mas geralmente no dia a dia quem enfrentavam o batente, quem assumia mesmo eram as mulheres, sempre foi assim. Mulher é um ser superior, muito, é mais que o homem. (João)

João constrói uma imagem muito interessante da sua infância: a reunião à noite em uma cidadezinha do interior, na qual contavam-se e ouviam-se estórias; as mães transmitindo

os valores, as tradições e formando uma rede de sociabilidade e afetividade feminina. A idéia de uma vida ‘bem matriarcal’ é sugestiva do fato de que as mães têm-se ocupado quase exclusivamente da educação dos seus filhos, sendo a participação do pai vivida de forma distante, silenciosa e autoritária.

Corneau(1995), um psicanalista que analisa esta posição do pai na família, aborda as dificuldades dos homens em se aproximar de suas demandas afetivas, o que lhes traz dificuldades em exercer a paternidade e se realizar nos seus relacionamentos amorosos. Quando começou a escutar os pacientes na terapia, o psicanalista percebeu que todas as alusões ao pai eram feitas com muita raiva e pareciam tocar numa ferida profunda da identidade masculina em nossa cultura. O que é essa ferida profunda? Segundo Corneau,

“Quando o menino não tem um pai em quem se apoiar, em vez de desenvolver sua identidade positivamente em relação ao pai, ele a desenvolve negativamente contra a mãe. Ser homem significa não ser mulher. A mãe ou as irmãs – raramente os pais – choram, cantam, gritam, deprimem-se, alegram-se, exprimem seus sentimentos. Então, para esse menino que está se desenvolvendo contra sua mãe por não possuir modelos masculinos positivos, ser homem significa não poder chorar, não poder cantar, não poder gritar, não ficar deprimido, não exprimir seus sentimentos, não exprimir a sensualidade do corpo e também não cuidar dos outros é trabalho para as mulheres, não para homens. Penso que esse é o profundo desprezo, o profundo mal-entendido em que nossa civilização cultural está mergulhada”(Corneau, 1995:47).

O psicanalista mostra a imensa fragilidade na identidade masculina, pois o modelo materno de afetividade, sensibilidade e cuidados com os demais, deve ser forçosamente afastado para a construção de uma identidade masculina, a qual, segundo Chodorow, tende a se reproduzir novamente na posterior relação com os/as seus/suas próprios/as filhos/as.

Este modelo é visto como terrivelmente violento, pois afasta os homens de si mesmos e de sua própria sensibilidade, das emoções, dos sentimentos e da sensualidade do corpo. Corneau entende que os problemas vividos pelos homens em relação à homossexualidade, o medo de parecer efeminado, a homofobia, são também uma projeção masculina da sensibilidade e sensualidade que não podem viver plenamente. O medo que esconde o desejo e a falta de ser inteiro, de ser sensível, afetivo: *“o medo da intimidade e a agressividade reprimida ou exaltada são os dois principais problemas que se apresentam, pois, se o homem não tem relação com o pai, está privado da coluna vertebral, isto é, da própria identidade”(Corneau,1995:48).*

Os pais despontaram na pesquisa como ausentes e distantes, enquanto a visão que os

entrevistados mostraram ter das suas mães era de pessoas fortes, que tinham o controle da família, embora a autoridade se concentrasse no pai. As mães eram as companheiras, as pessoas que cuidavam e curtiavam muito mais os filhos, as figuras amorosas e presentes no cotidiano da casa; os pais, ao contrário, mantinham um distanciamento. A maioria das mães que tinham algum trabalho eram professoras de 1º e 2º graus, mas sua função preponderante era na família.

O depoimento de Daniela expressa a reprodução desta experiência (sua, como mãe, e do seu esposo, como pai), vivida com muita tristeza, já na década de 70. Ela já não é mais professora, é funcionária pública, tem um salário considerável, mas não deixou de assumir sozinha todas as funções em relação aos filhos/as, inclusive financeira:

Foi eu quem educava(...) Eu casei assim, pensando que casamento era uma coisa. Eu fui como a minha mãe, também era uma pessoa muito independente trabalhava fora e tal, eu também já cheguei em Brasília já com um emprego. Aqui no Distrito Federal. Então eu fui tomando a responsabilidade de criar filho, de ficar em casa, de trabalhar(...) Ele não era companheiro, não era amigo, não participava, sabe? Tinha a vida dele e eu tinha que ser a doméstica que tinha que estar com tudo pronto na hora. É isso aí. Não participava de nada, nem da minha vida, nem dos filhos. Chegava em casa cansado e queria silêncio, tanto é que eles falavam para mim que não gostavam do pai. Eu segurava as pontas. Tanto a parte financeira, de educação dos filhos também. Ele não participava não.(Daniela)

O depoimento de Daniela é um dos mais tocantes das entrevistas. Ela mostra toda a sua solidão, acumulando funções, trabalhando, mas impedida de crescer devido à impossibilidade de continuar os estudos (o esposo impediu). Os filhos viveram com mágoas e ressentimentos o total alheamento paterno nas suas vidas, expressando, segundo a mesma, raiva do pai. Talvez a mesma de que falou Corneau, como uma ferida profunda na nossa cultura.

Daniela tem 58 anos, faz parte do grupo da geração dos anos 60/70 entrevistado na pesquisa. No entanto, não só por ser da geração mais velha, ela viveu tão amarrada a um casamento insatisfatório. Sendo de uma época em que se começava a discutir autonomização feminina, ela tinha consciência de que as regras sociais a respeito do casamento estavam mudando profundamente. No entanto, ela não fez parte daquela História :

Eu morei em São Paulo e São Paulo era assim(...). Eu não podia participar, mas já era um mundo diferente sabe, de cidade pequena. Que interior, sabe, era muito diferente. Então já convivia com outro tipo de gente.(Daniela)

Daniela tinha consciência de um outro mundo 'do qual não podia fazer parte'. De fato, ela é representante muito mais de uma geração anterior, do que da sua própria, da qual ela não participou. Além de ter vivido dos 7 aos 16 anos num internato, foi a única entrevistada que apontou o casamento como uma obrigação:

Eu não queria me casar , mas casei, mais porque, na minha época, moça da minha idade tinha que se casar. Então não casei assim apaixonada, não sabia nem o que eu estava fazendo na verdade. Eu casei porque ... porque tinha que casar, você não pensava, os pais, também eles também não tinham culpa, eles transferiram sem querer - Ah não! Tem que casar, toda moça casa, por que não?(Daniela)

Apesar de Daniela não ser uma entrevistada típica da pesquisa - foi a única impedida de dar continuidade aos estudos pelo marido, casou-se mais por uma obrigação social do que por um sentimento amoroso, esteve submetida às fortes imposições do marido -, alguns outros componentes do seu casamento têm uma incrível continuidade na fala dos/as demais entrevistados/as, como a responsabilização feminina pelos cuidados e educação dos filhos, a maternagem propriamente dita e a ausência do pai no cotidiano da vida doméstica:

Os homens eles acabam sendo muito mais livres no casamento. Muito mais. Eles se permitem. Até porque viajam muito profissionalmente. E a gente acaba mais em casa cuidando dos filhos. (Teresa)

A Vera é uma mulher muito doce, uma mãe excelente, muito devotada à família, no fundo muito caseira. O contrário de mim: eu não sou muito caseiro, eu não sou muito devotado à família, eu sou de coração, mas não de estar assim ali todo dia. Eu prezo muito da minha independência, as minhas asas. Quando eu sinto que tem alguma coisa me amarrando eu quero correr, quero sair dali, qualquer coisa que seja, seja um emprego, seja o país, seja o povo, seja o amor, ou os filhos: eu não gosto de nada que me prenda não. (João)

A posição dos homens perante a vida doméstica e os filhos foi uma posição direcionada 'mais para o coração', como na fala deste entrevistado, do que propriamente para o dia a dia, para uma participação mais ativa. Como as mulheres são tidas como naturalmente mais caseiras e voltadas para a família, e os homens constroem sua auto-identidade como indomáveis e mundanos, mantém-se a complementariedade de papéis e funções características da família conjugal moderna.

A imagem do 'prezar as asas', que João usa, do homem como um pássaro, livre, solto e independente, é passível de ser mantida num contexto social que torna a mulher justamente o oposto: presa da casa e dos filhos, devido à devoção materna, à mística que transformou a maternidade num ideal inerente à condição feminina. A vida familiar é para as mulheres o

centro das suas atividades, em torno do qual as outras demandas, como, por exemplo, as profissionais, são organizadas. Para os homens, o inverso é o verdadeiro:

- Eu participei até razoavelmente bem, principalmente nos últimos anos. Eu, por exemplo, não tenho nenhuma atividade final de semana, final de semana é em casa. À noite tem alguma, eu faço inglês, tal, mas eu sou presente na medida do possível. Eu acho que foi boa a participação, na medida da disponibilidade de tempo, foi boa, meus finais de semana são sempre pra com a família, são sempre.

- E aquela primeira fase, de criança?

- Isso eu tinha que fazer mesmo, como nossos filhos eram muito perto um do outro. Quando nascia um filho, eu me dedicava ao mais velho, que geralmente estava com um ano e pouco. (Eduardo)

Para Eduardo, por exemplo, participar 'razoavelmente bem' é estar presente nos fins-de-semana e algumas noites, 'quando há tempo'. A participação na vida das crianças menores foi vivida 'porque não tinha outro jeito'. O alheamento da vida doméstica e da paternidade costuma ser vivido, como nessa família, como a ordem natural das coisas, sendo a centralidade da vida profissional o lugar legítimo do masculino. Eduardo e Teresa tiveram quatro filhos, em cinco anos, período a partir do qual Teresa ficou dez anos sem trabalhar:

Eu parei de trabalhar. Fiquei dez anos em casa e, quer dizer, quando o meu filho mais novo tinha seis anos, aí eu retornei ao mercado de trabalho. Assim, patinando mesmo, eu fiquei tantos anos sem escrever que a minha mão ficou dura, sabe? Logo que eu fiz dezoito anos eu passei num concurso, fui a segunda colocada, eu fui tão bem, tinha assim uma vida profissional que parecia assim que ia arrebentar. E aí, logo depois, já casei e fiquei grávida e as coisas foram assim. Aí eu me renunciei, a minha vida profissional e os meus estudos, pra cuidar dos meus filhos. (Teresa)

As falas dos/as entrevistados evidenciam as significações culturais do masculino e feminino marcadas e demarcadas na cultura. Em relação às mulheres, fala-se de devotamento, maternidade como experiência visceral, renúncia e sacrifício; em relação aos homens, de ausência, independência, disponibilidade, obrigação de trazer os recursos e autoridade:

Quem mais participou, quem mais ficou presente na criação da minha filha foi minha mulher, porque eu trabalhava em dois empregos e ela ficava em casa. Ela só foi trabalhar quando a minha filha tinha 4 anos. Claro, quando eu tinha tempo, quando ficava em casa, tomava conta, ajudava. Final de semana eu olhava mais ela, eu sempre fui um pai coruja, sabe, até hoje eu sou. Eu acho que o homem é o esteio, o esteio da família é o homem. A obrigação maior de trazer recursos pra casa ainda é do homem. (...) Mas os direitos de casa são iguais. Antigamente não, tinha o machismo. O homem mandava, hoje em dia tanto faz. Dentro de casa, o convívio familiar fica mais harmonioso. Aqui é eu, ela e a filha tudo igualzinho. Não tem esse negócio d'eu ser melhor do que ela e ela melhor

do que eu não. Todos são iguais, todos falam tudo.(Raul)

Raul atribui a maior participação da sua mulher na educação da filha pelo fato de ter que cumprir o seu papel de provedor, com a obrigação de trazer os recursos para a manutenção da casa. No entanto, assumir o papel de provedor, não significou assumir também o papel de 'chefe' de família, pois todos são 'iguais'; o que implicou, nesse caso, a sua participação na rotina doméstica também (arrumação da casa, limpeza, auxílio nas atividades feitas pela esposa).

Como na fala de Vera, a não-percepção por parte dos/as entrevistados/as das desigualdades de gênero leva a uma percepção pessoal distorcida: a de que existiria, de fato, uma igualdade. Ele não é mais o homem que manda na casa e, nesse ponto, pode reconhecer a diferença em relação a sua família de origem. No entanto, ele ainda é o provedor, assim como Vera ainda é a mãe, que abre mão de sua carreira, pelo menos durante a infância dos filhos, para maternar. Por que o argumento de manutenção das desigualdades ainda encontra-se ancorado nas diferenças tidas como inatas entre o masculino e o feminino?

Essas diferenças têm sido a base sobre as quais as condições desiguais vêm persistindo, como nos alertou Pierucci (1990). Os pais não se sentem responsáveis pelas questões domésticas e pela maternação, tendo uma participação restrita. Entre os pesquisados, a variação ia daqueles que tinham um grande alheamento a outros menos ausentes. A participação mais ativa dos pais foi pouco constatada. Nesses casos, as mulheres foram importantes, por cobrarem deles a participação, e também por ausentarem-se, ocupando-se da vida profissional. Elas, assim, acabaram forçando a participação e um maior equilíbrio (ou menor desequilíbrio?) na vida familiar:

Eu era a pessoa que trazia o dinheiro pra casa, ela não trabalhava. Durante os cinco primeiros anos. Ela só foi trabalhar quando ela terminou o curso dela. Pois é, eu era a pessoa que trabalhava. Mas, por exemplo, eu tinha um afazer doméstico violento, porque eu só tinha vinte horas. E eu tinha dois dias à tarde e dois dias de manhã e a Sandra fez o horário dela na escola, na universidade, de acordo com o meu. Quando eu ia trabalhar, ela ficava em casa e quando eu ficava em casa, ela ia estudar e eu fazia tudo; a gente não tinha empregada, no começo. Então eu lavava fralda e tudo, cuidava da minha maneira, era muito inexperiente ainda, mas ficava em casa fazendo tudo. Ela deixava mais ou menos as coisas, eu ficava em casa cuidando. Eu lembro que a gente lavava fralda no banheiro, ai! Um monte assim de fraldas. E depois a gente comprou uma máquina de lavar. Também não tinha dinheiro pra comprar fraldas descartáveis (...) então isso pra mim foi uma experiência, nossa! Você precisava ver! (Saulo, músico e professor)

Os entrevistados dedicados às profissões mais artísticas e intelectuais - músicos,

professores e jornalistas - pareceram mais propensos a participar da vida doméstica, mesmo após o divórcio. No entanto, pode-se ver sua participação como ainda muito tímida e dependente das cobranças e exigências constantes das mães. A maior participação na rotina doméstica se deu, talvez, pela sua maior disponibilidade para se ocupar da casa, pois estes pais dispunham de horários mais flexíveis - que não os do executivo que sai às 7 da manhã e só chega às 23 horas - e ‘meteram a mão na massa’: cuidaram dos filhos nos horários em que a mãe estudava ou trabalhava (algumas das quais tinham ocupação à noite), lavaram fraldas, fizeram comida, etc. Nem sempre o que está em jogo, no entanto, são novos valores, como disse Bruschini:

“De qualquer forma, porém, o horário de trabalho do marido e seu envolvimento com a ocupação são questões que devem ser levadas em conta ao se analisar a distribuição das atividades entre os sexos dentro de casa, pois em alguns casos a disponibilidade do esposo possibilita o rearranjo de papéis (...) A colaboração do companheiro não implica necessariamente em nenhuma mudança de valores(...)”(1990:123/24).

Esta observação de Bruschini é interessante por alertar para o fato de que uma colaboração mais ativa do cônjuge pode estar sendo elaborada mais em função de determinadas circunstâncias na vida familiar, do que propriamente por uma mudança nos valores. Assim como a participação nas atividades profissionais não garante à mulher a mudança de valores em relação à prevalência da vida familiar, o contrário também é verdadeiro para os homens: as atividades domésticas não são necessariamente um indício de alteração nos valores.

As relações conjugais têm de ser negociadas no que se refere à participação dos pais na vida familiar. Essa negociação, advinda das cobranças das mulheres, é imprescindível para garantir uma participação, ainda que tímida, pois, caso contrário, a tendência será de deixar ‘fluir naturalmente’, o que significa que, na prática, as mães assumem sozinhas as responsabilidades. No entanto, os depoimentos dos pais ainda revelam a situação muito ambígua com que se depararam na sua tentativa (mesmo tímida) de aproximação da vida privada:

Eu sou professor, a vida inteira fui professor. Agora, primeira vez na vida que eu tenho um horário de manhã e de tarde, vou em casa, almoço e volto. Mas eu ficava muito em casa, trabalhava muito em casa. Agora mesmo eu estava na Câmara, trabalhava na Câmara, mas ia para casa e fazia o trabalho todo. Então, é engraçado, outro dia eu até comentei com a minha filha. Quando eu vim a Brasília, só tinha uma calça azul, eu só dava aula de bermuda e sandália, um calor infernal. Mas, comentei com ela que eu fui levá-la sete horas da manhã para aula, e eu: pô, mas todo mundo tá chique! E ela: o pessoal trabalha!

Porque ela não aceitava meu tipo de trabalho, que eu trabalhava muito em casa, escrevia, ela não aceitava que o pai tava sempre em casa. Quando chegava, lá todo pai arrumadinho e eu lá de bermudão. (...) Teve uma época que eu fazia o almoço, mas agora só faço de vez em quando, umas comidas mais simples.(Lino)

Lino, como professor, tinha um horário mais flexível, o que possibilitou estar mais presente na vida doméstica. No entanto, a participação do pai no lar não tem legitimidade na sociedade. A estranheza dos filhos quanto a sua atividade em casa, ironizando que os outros pais trabalhavam (fora), enquanto ele ficava em casa é o reflexo deste dilema. Pede-se ao pai que participe, mas ele mesmo percebe várias reações contraditórias, pois a sua participação não encontra legitimidade. Ele deve corresponder a um papel (o de provedor), embora os papéis estejam sendo questionados. Os homens que não correspondem ao modelo do chefe provedor - ausentes do lar, ativos na vida pública - encontram sérias resistências na sociedade. O chefe de família é destronado, mas quem é este homem que compartilha da vida familiar? Qual é o seu lugar?

Os/as autores/as que trabalham com o tema da masculinidade referem-se à falta de modelos positivos para os homens. Enquanto as mulheres foram à luta, transformaram-se em figuras ativas e fortes nas famílias⁴⁷, conciliando a vida profissional com a dedicação à organização doméstica e às demandas dos/as filhos/as, os homens mantiveram-se como figuras distantes, reproduzindo o padrão vivido na relação com seus pais, em um contexto renovado. Acontece que esse pai que repetiu o comportamento do seu, não é casado mais com a mesma mãe. A mãe tornou-se cada vez mais positivada na família, enquanto os homens mantiveram-se em posturas mais tradicionais. Nesse sentido, Bento (1998) mostra que a mulher é valorizada como símbolo de garra, sensibilidade e energia, em contraposição à visão de um 'pobreza espiritual' dos homens.

No entanto, aqueles pais, como Lino, que vêm se afastando dos modelos tradicionais, têm dificuldades de ancorar-se em novos modelos. Onde estão esses modelos? Onde está sua legitimidade? As resistências culturais em relação a inserção masculina na vida familiar também devem ser consideradas nas análises sobre a reprodução cultural do modelo do pai simbólico, de que falou Lacan, que é o do pai responsável por manter a autoridade, fornecer os limites para as crianças e o modelo de identificação do menino:

⁴⁷ Na reportagem da Folha de São Paulo sobre a família, encontram-se resultados de pesquisas do Núcleo De Estudos de População da Unicamp. Estas pesquisas confirmam o fortalecimento da figura materna na família, o que leva ao acúmulo de funções da mãe. Na mesma reportagem registra-se que "com todas as transformações na estrutura e na aparência da família brasileira, apenas um membro garantiu - e mesmo ampliou - sua importância na ordem familiar: a mãe. (Ela) conjuga afeto e autoridade. É quem conversa ou bate nos filhos, conforme a necessidade. Cuida da casa, mas também é provedora. Em resumo, ela joga em todas as posições. A mãe é tudo." (Folha de São Paulo, 20.09.1998,p.8).

Olha, eu participo direto, assim, de tá acompanhando os deveres, de controlar, mandar escovar os dentes, tomar banho, se arrumar, porque senão (...) Essa questão assim doméstica mesmo, com os filhos, eu participo muito. A participação dele é muito na orientação. Eu também participo na orientação, mas ele com mais firmeza do que eu. Como eu te falei que os meninos, nesse ponto aí, respeitam mais a ele, então ele senta com os meninos, ele almoça lá em casa quase todos os dias, um dia ou outro que não tá almoçando mais, mas jantar é que às vezes não vai, mas busca na escola, leva e busca. Ele, na hora do almoço, tá ali, tem diálogo com os meninos, explica, fala da vida, fala dele, fala do que ele fez.(Vera)

A mãe assume o papel de coordenar as questões domésticas, sendo responsável por manter a ordem na família. A posição de ser a pessoa que coordena a vida doméstica coloca para a mulher a necessidade de requerer a ajuda do esposo. Do contrário, sua função será direcionada para aquela tradicional de impor limites e estabelecer a autoridade.

Segundo Badinter, as pesquisas mostram que tanto as mulheres que têm um trabalho remunerado como as que continuam em casa fazem o essencial do trabalho doméstico e parental; o que revela as desigualdades persistentes. Os pais, quando participam, fazem-no em tarefas mas agradáveis, como jogos, organização dos lazeres e relações com os professores. Às mães são destinadas as tarefas vitais dos cuidados, como alimentar, vestir, educar:

Até ficava assim, quando eu ia sair, ele ficava com as crianças. Porque às vezes queria sair e não dava pra irem os dois juntos. Ele ficava, isso ele fazia. Mas, em outros aspectos, digamos assim... na verdade a gente não pode cobrar aquilo que os pais não sabem dar. Não podem dar. Mas, o lado da brincadeira, de buscar pras crianças o melhor pra eles, esporte, sempre incentivou música, esse lado ele sempre foi muito presente.(Solange)

A participação dos pais é relacionada a determinados contextos e esferas, como à brincadeira, aos passeios, ou seja, o lúdico. Solange fala disso com muita insatisfação e com um sentimento de desistência, por 'não poder cobrar aquilo que o pai não sabe e não pode dar' - e, poderíamos dizer: aquilo que culturalmente não foi atribuído ao homem. Assim, o dever de casa, as responsabilidades cotidianas, ficam todas a cargo da mãe, que abre mão de outras opções para viver essa multiplicidade de papéis, muitas vezes colocando um parêntese na sua vida profissional.

Segundo Bruschini(1996), a associação entre trabalho e família é fundamental para se entender a inserção das trabalhadoras no mercado de trabalho. A participação dos homens em atividades profissionais decorre de fatores ligados às oportunidades do mercado de trabalho; as credenciais de escolaridade e qualificação pouco interferem na determinação do trabalho

masculino. Para as mulheres, todavia, tais fatores são importantes para a colocação no mercado de trabalho.

A presença dos/as filhos/as é um dos fatores que mais interferem na participação feminina no mercado de trabalho. A atividade feminina declina quando a mulher se torna mãe, embora este efeito esteja diminuindo ao longo do tempo, registrando-se cada vez mais mulheres entrando no mercado de trabalho mesmo quando têm filhos/as. As dificuldades das mulheres tendem a persistir até os 30 anos, faixa a partir da qual a atividade das mães e das que não tiveram filho/a é praticamente igual.

As entrevistas apontaram para um predomínio dos papéis das mães na família. As mulheres se diferenciam das suas próprias mães por terem todas elas uma atividade profissional e por esta ser fundamental para a sua identidade. Mas, muitas vezes, essa atividade soma-se às suas funções de mãe e dona-de-casa. As empregadas domésticas preenchem uma parte da função doméstica, mas, a coordenação da estrutura do lar, a responsabilidade perante os filhos e seus estudos é exclusivamente feminina. O tempo todo elas solicitam a participação dos esposos, que acabam preenchendo alguns espaços, como ocupar-se das crianças, levá-las a passeios, e, em condições mais desfavoráveis, como na ausência de uma empregada doméstica, 'pegar no pesado'. Ocasionalmente, incumbem-se do preparo de refeições, mas a responsabilidade pela rotina da família é predominantemente feminina. A igualdade foi colocada mais como uma miragem do que como uma realidade vivida nas famílias. No entanto, a equidade nos papéis como ideal normativo de alguns casais foi desafiadora e modificou fronteiras. Ainda que vividas ambíguas e contraditoriamente pelos casais, as transformações acenam possibilidades de uma nova organização da vida privada.

As mudanças na educação dos filhos e na esfera da sexualidade foram as mais vivenciadas pelos/as entrevistados/as, em comparação com a vida nas suas famílias de origem. A interrelação entre valores igualitaristas, participação feminina no mercado de trabalho, distribuição dos papéis em casa, relações mais dialógicas entre os membros da família e pluralidade das formas familiares, que forRenata um sistema dotado de certa coerência interna (Salem, 1986), não se verifica com tanta coesão e integração. A presença de um ou outro fator na vida privada apresenta-se cheia de nuances: o fato de participar no mercado de trabalho não garantiu à mulher uma posição de igualdade em casa, tendo ela comumente acumulado funções. As relações mais dialógicas com os esposos e entre estes e seus filhos/as não garantiram uma participação paterna mais equitativa: os pais ocupam-se da parte mais lúdica das tarefas - e mais esporádicas. No entanto, verifica-se um maior envolvimento com a vida doméstica, ainda que muito menor em relação ao papel das

mulheres.

Esta constatação coincide com pesquisas, como a de Bruschini(1990), na qual verificou-se que as esposas se encarregam da maior parte do trabalho doméstico, e ainda que não executem diretamente as tarefas, são as responsáveis pelo seu planejamento, distribuição e cobrança.

Os pais preferem colaborar nos cuidados com as crianças, nas compras e nas tarefas consideradas mais masculinas na sociedade, como serviços de reparo e manutenção da residência. Sua participação fica condicionada à sua maior disponibilidade: *“o horário do trabalho do marido e sua ocupação são questões que devem ser levadas em conta ao se analisar a distribuição das atividades”*(Bruschini,1990:123).

Bruschini avalia que, nesse contexto, a importância da empregada doméstica é de manter menos visíveis os conflitos entre os cônjuges em busca de uma divisão mais simétrica de papéis, como fica claro na fala de João:

“Agora, partilhar a coisa. Eu que ensinei a minha mulher a cozinhar. Eu acho o seguinte, da casa: eu tenho uma série de coisas pra fazer, eu trabalho e ela também. E eu acho que a gente tem a necessidade de contratar um serviço auxiliar, que eu acho que o serviço doméstico, eu acho que não é nenhum serviço desprezível, uma secretária é a necessidade.”(João)

Segundo analisa Bruschini, embora o casamento moderno tenha por base uma igualdade de posições entre os cônjuges, a desigualdade ao nível das tarefas domésticas mantém-se. Porém, isto não descaracteriza as visões de mundo mais abertas, mais favoráveis à distribuição mais equilibrada dos papéis na família, à tomada de decisões em conjunto, assim como a uma educação que estimule o diálogo. Concordamos com Bento (1998), ao sustentar que há múltiplos modelos de subjetividade, mesmo no interior dos segmentos mais vanguardistas da camada média urbana. No todo, a camada média guarda uma heterogeneidade, a qual abarca tanto valores mais igualitários, quanto valores mais hierárquicos.

6.2 Os Dilemas do Casamento

A opção do casamento foi vivida pelos/as entrevistados/as de formas diversas. Além do romantismo (mais evidenciado na fala feminina), o recurso do casamento foi também uma forma de deixarem de ser pressionados/as por seu pais, para os quais o casamento deveria ser a forma mais fácil de lidar com a impossibilidade de viver intensamente o relacionamento amoroso.

A gente já namorava, depois que eu voltei dos Estados Unidos, ela era minha cunhada, quer dizer, meu irmão era casado com a irmã dela, foi aí que eu conheci ela. Meu irmão já separou há muito tempo e eu morava na Rural. Ela morava no Rio e a gente viajava muito. Começaram a encher muito o saco da gente, colocavam irmão junto com a gente, e eu conversei com o pai dela que queria casar (...) Estamos aí, o último casal casado dos nossos amigos. (Lino)

O casamento parecia ser um caminho necessário para uma geração que ainda não vivia a 'liberdade' sexual. As mulheres casaram-se, na sua maioria, relativamente novas, e algumas daquelas que viveram a experiência do divórcio ainda hesitaram durante muitos anos, desde as primeiras crises até a separação definitiva. Outro motivo importante, que ocasionou alguns casamentos, foi uma inesperada gravidez, que levou muitos casais a passarem a coabitar, alguns dos quais já estavam separados no momento da entrevista. Foram ouvidos também uma mãe solteira e um pai solteiro que não assumiram a coabitação:

Aí a gente foi assim: bom, vamos ficar juntos. Mas não tinha nada a ver e tal. Não tinha nada a ver, foi uma coisa, aí não resolvemos ficar juntos não. Aí o Lucas nasceu e tal. Nós tivemos pouquíssimas tensões. Assim, eu e a Ana, a gente se dá super bem. O Lucas começou a vir pra cá mesmo bebê, bebezinho de sete meses, ele já começou a viajar pra cá. (Paulo)

O 'pai' solteiro viveu a experiência residindo em cidade diferente do filho. O contato era feito nas férias, como qualquer casal separado. A gravidez não conduziu ao casamento, mas também não implicou que a parentalidade fosse assumido exclusivamente pela mãe. Como as famílias não são constituídas apenas pelo casamento, este ganha um significado afetivo intenso e uma vulnerabilidade maior:

Antigamente as pessoas não tinham muitas opções, iam fazendo, iam casando, iam constituindo família, tendo um filho, tendo outro. Parece que hoje a gente tem mais opções. Não quer continuar junto, não continua; não quer ter filho, têm mil e um métodos que naquela época eles não tinham muito. Muitas opções, essa coisa da opção, que hoje em dia cê separa de uma maneira muito... antigamente, eu acredito que tinham os mesmos problemas, mas a opção não era tão rápida e imediata pra resolver o problema. (Não) era separando como hoje em dia é, então eu acho que as diferenças são essas. (Sandra)

Mas ao passo que o casamento é condicionado a uma opção e a necessidade de atender a uma realização emocional profunda, tudo é exigido dele. Os psicanalistas perguntam-se (Calligaris, 1994) por que a conjugalidade transformou-se ao mesmo tempo num padrão crucial, um componente indispensável em qualquer sonho de felicidade, e num sofrimento patológico:

“É difícil encontrar um paciente a quem o laço conjugal não faça parte das razões que - ao seu próprio ver - o levam a consultar um terapeuta. Quer seja no registro da esperança frustrada, ou naquele da exasperação de quem tem parceiro, ou então freqüente e paradoxalmente de ambos, a modernidade exala uma longa queixa conjugal” (Calligaris, 1994:9).

O imperativo de conjugar, no casamento, amor e desejo, satisfação sexual e emocional, fidelidade⁴⁸, equilíbrio entre os anseios de homens e mulheres no casamento, paixão, enfim, a perfeição em termos de vida amorosa, parece inviabilizar seu projeto. Calligaris(1994) sugere que o único caminho não é recorrer a terapias de casais, manuais de auto-ajuda do tipo ‘como manter seu casamento e ser feliz’, etc, mas que *“em vez de procurar a receita da suma felicidade conjugal, aprendamos a desistir um pouco dessa exigência louca”*(p.10)

O motivo pelo qual os entrevistados justificavam o rompimento do laço conjugal foi quase unânime: a infidelidade masculina, pouco tolerada pelas mulheres que aprenderam a vincular o casamento ao amor, reciprocidade, fidelidade e respeito. Neste ponto, elas demarcavam a diferença em relação às suas próprias mães:

Sair fora foi bom (para) que ele percebesse outras coisas. Foi um pouco traumático no início, porque eu tive que mandá-lo ir embora, porque rolou uns lances assim de telefonema que não tem nada a ver, que eu sou contra, sou totalmente contra. Você está com aquela pessoa, você deve manter aquela pessoa, nas dificuldades, de bom e ruim você tem que viver junto com aquela pessoa, crescer juntos e não vidas paralelas, se não dá, parte para outra, foi exatamente isso. Nunca concordei com isso, minha experiência em casa(o pai viveu muitos anos com duas mulheres). Péra aí, eu não quero ser igual, nunca quis ser igual, claro que você repete muita coisa, é difícil você tirar uma coisa que desde a tua gestação você já vem com aquilo, mas eu rompi com muita coisa. Hoje eu acho que os meninos já entendem um pouco, eles já entendem mais a minha postura, mas foi muito difícil, uma família

⁴⁸ Segundo Figueira, o casamento atual se identifica com a monogamia. Diferente das gerações passadas que tentaram o casamento aberto, a possibilidade de viver relacionamentos extra-conjugais, admitida para homens e mulheres: “Há novos arranjos alternativos de família, mas todos tendem incrivelmente para a estabilidade monogâmica.”(Figueira, Veja, 5 de junho de 1991.)

totalmente tradicional de interior do nordeste, uma família que ninguém separou.(Solange)

Quem pediu a separação?

Fui eu, fui eu. De início ele não queria sair de casa, mas eu fiz ele enxergar que ele não tava feliz. Que acho que uma pessoa quando você desrespeita ela sexualmente, é porque você não está sendo completa. E quando se chega a esse desrespeito total, não existe mais confiança, não existe mais nada. E a convivência, com confiança, você passa a ter amor pela pessoa normal, carinho, afeto, mas quando você perde, chega a perder o respeito, não tem conserto, não tem volta. Não tem conserto, não tem. Na minha cabeça não tem. Não aceitei a infidelidade e não aceito até hoje.(Rose)

Márcio é um entrevistado que se apropria do discurso que valoriza o casal monogâmico. No entanto, já viveu três experiências de casamento, configurando o que alguns sociólogos denominaram de uma 'poligamia seqüencial'. O casamento parece ser, na sua fala, a possibilidade de compartilhar tudo com a companheira, o que requer uma dedicação exclusiva àquela pessoa. Márcio também costuma participar bastante da vida doméstica na família, o que é facilitado pela sua valorização dessa partilha:

Em relação à fidelidade sempre fiquei com a pessoa que eu estou, nunca optei em ter outros tipos de relacionamentos fora do casamento e acho que isso vem muito da escolha mesmo, do tipo de atenção que gosto de dar à família mesmo. E em relação à minha esposa, ela tem a mesma posição, sabe, não tem interesse de procurar outro tipo de coisa. Mesmo porque a gente já viveu essa situação quando a gente era solteiro, então nós tivemos várias namoradas, sair por aí e fazer farra, essas coisas assim, nesse sentido. Mas para a gente viver em família, pra gente conviver com outra pessoa eu acho que tem que haver uma dedicação exclusiva com essa pessoa, no sentido das coisas que forem boas serem partilhadas com as pessoas da família. (Márcio)

Segundo Kaufmann(1996), as pesquisas vêm mostrando que a infidelidade é unanimemente criticada como uma conduta indigna em uma época onde as relações devem viver sob o signo da sinceridade. Mais do que pensarmos sobre a realização efetiva desse desejo nos relacionamentos, interessa observar que a vontade de viver na fidelidade é importante em si:

“É possível se interrogar sobre esta exigência e se perguntar se ela não encontrará seus limites, estando certo que a transparência do funcionamento conjugal é em grande parte uma ilusão, que os aspectos do secreto são essenciais no regulamento das trocas”(Kaufmann, 1996:93).⁴⁹

⁴⁹ Tradução da autora.

As exigências cada vez mais feitas ao relacionamento conjugal, relativas a sua qualidade relacional e afetiva, têm levado muitas vezes à implosão dessas relações. A busca por uma vida conjugal mais satisfatória e de igualdade sexual e emocional tem sido vivida com angústias e dilemas, pois, as taxas de divórcios e separações não cessam de crescer.

Os casais se defrontam com novas situações e condições de vida com as quais terão que aprender a conviver após a separação. No capítulo seguinte pretendemos analisar essas novas situações que as relações conjugais desfeitas têm criado para as formas familiares.

VII- A COMPLEXIDADE DA CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS PLURAIS

A questão da pluralidade de modelos familiares se colocou para nós a partir da pesquisa de campo. Se podíamos, há algum tempo, falar sobre a hegemonia do modelo conjugal, agora estamos diante do desafio de pensar uma tipologia que dê conta de novas formas familiares.

A pesquisa de campo foi uma etapa fundamental na constituição do problema desta dissertação, quando incorporamos as novas constituições familiares à própria idéia central da democratização da vida privada. Não estava tão claro para nós, até aquele momento, a dimensão da emergência de novos tipos de família, porque ainda tínhamos muito em mente o modelo moderno de família conjugal.

A diversidade encontrada foi imensa: desde mulheres e homens que tinham passado por vários divórcios, até mães solteiras residindo na casa de seus pais ou não; filhos/as-‘canguru’, que são aqueles que mesmo passando dos trinta anos, e tendo condições para sair de casa, continuam morando com os pais/mães; pais/mães que estavam vivendo sua primeira experiência de residir com o/a filho/a depois da separação; e, principalmente, mães divorciadas ou mães solteiras vivendo (ou que haviam vivido por muitos anos) a experiência de uma família monoparental.

Desta forma, nas 17 famílias pesquisadas, constatamos 6 famílias nucleares de primeiro casamento, sendo que em duas delas uma filha vivia a experiência da maternidade solteira (em uma o filho estava com três anos e, na outra, a jovem ainda estava grávida), de forma que à constituição do casal com filhos soma-se uma família monoparental (mãe e filho); 7 famílias monoparentais, naquele momento, 6 delas resultantes de divórcio e separação, e uma de viuvez; e 4 famílias reconstituídas.

Uma destas últimas, representava o segundo casamento do homem - cujas duas filhas residem com a mãe em outro estado - e o primeiro da mulher. Em outras duas famílias reconstituídas ambos os cônjuges passavam pelo segundo casamento, ele com filhos e ela também, mas residiam apenas com os filhos dela. Uma dessas mulheres passou por uma experiência longa de família monoparental, por volta de treze anos, vivendo só com o filho. Havia uma única família reconstituída que estava passando pela experiência de fazer residirem juntos os filhos dos relacionamentos anteriores dos cônjuges, uma filha (dela) e um filho (dele), ambos de doze anos. Este foi também o único caso nas famílias em que encontramos um filho residindo com o pai. A mulher dessa família também havia passado

por uma experiência de alguns anos de família monoparental.

No entanto, muitas outras sutilezas foram surgindo no decorrer da pesquisa. Como classificar o pai numa família divorciada, quando ele mantém um papel importante para os filhos? Depois do divórcio ele deixa ou não de fazer parte daquela família? Alguns pais eram mais participativos. Encontramos, inclusive, um caso em que houve a guarda conjunta dos filhos, o que foi muito interessante na pesquisa.

Algumas dessas distinções não pareciam ser atendidas pela tipologia de família predominante, encontrada ao longo da revisão da literatura. Basicamente, autores/as enquadram as famílias nas categorias nuclear, monoparental e reconstituída. Todavia, a classificação não contempla a apreensão da real e variada participação do pai. Para lidar com este aspecto, tal como se apresentou a partir da pesquisa de campo, sugerimos um desdobramento tipológico que abarque as famílias 'singles' e as famílias de 'guarda conjunta', ambas relacionadas com uma maior participação do pai e a como este se colocou diante do divórcio.

Como frisamos, a tipologia das famílias plurais que desenvolvemos relaciona-se à nossa pesquisa de campo, que foi realizada com camadas médias. É bem provável que essa tipologia resultasse diferente nas camadas populares, uma vez que nelas, com a separação, costuma ser acionada a rede da parentela, compondo outras combinações. Os fenômenos da família de 'guarda conjunta' e da família 'single' são tipicamente originárias de camadas médias, nas quais há uma maior valorização da paternidade.

Segundo Muszkat(1998), os homens das camadas populares tornam-se paralisados pelo medo da feminização. Embora carentes de afeto, acabam excluindo de suas relações qualquer tipo de manifestação explícita de carinho e atenção à companheira ou aos filhos. A sexualidade é a alternativa que lhes resta, como uma expressão de sua masculinidade; uma sexualidade que se transforma em descarga emocional. Valorizam mais estar com uma mulher, a estar presente na vida dos filhos, pois assim podem se sentir viris:

“Mesmo no caso 3, um dos únicos a apontar para demonstrações de carinho e atenção de parte a parte, ao casar-se com outra mulher, o homem prefere ser “o homem de sua nova mulher” em vez de pai de seus filhos. Os filhos ficarão bem porque estão com a mãe, podendo ele viver tranqüilamente a sua “trajetória masculina” (Muszkat,1998:226).

As tipologias das famílias tocam mais uma vez nas fronteiras da estratificação social, representando o desafio de analisar a família numa realidade complexa, heterogênea e de forte desigualdade social, que é a realidade brasileira.

A tabela seguinte contém um mapa das famílias pesquisadas, nas quais nos baseamos para fazer a tipologia. Como dissemos, os nomes de todos os entrevistados foram alterados na dissertação para preservar o sigilo dos depoimentos:

ENTREVISTADOS	COMPOSIÇÃO
1-Raul e Mirian	Família nuclear. Casal e filha de 18 anos
2-Vitória	Família nuclear. Casal e três filhos de 15.12 e 8 a.
3-Cláudia e Márcio	Família reconstituída: 2º casamento (ela), 3º casamento (ele). Ela, mãe solteira, tem filha de 12a., que mora junto com eles. Ele: 4 filhos, dos casamentos anteriores; um, 12 a., foi morar esse ano com eles
4-Solange	Família monoparental. Separada, com dois filhos de 13 e 10 a.
5-Nádia	Casal, três filhos, de 23 e 32a., um neto (3a.), de filha mãe solteira
6-Tereza e Eduardo	Família nuclear. Casal e quatro filhos, de 14 a 19a.
7- Sandra e Saulo	Família monoparental e 'single'. Divorciados, dois filhos
8- Daniela	Família monoparental. Viúva, mora com a filha de 22a.; dois filhos casados
9- Renata	Família recomposta: 2º casamento dos dois. O casal mora com o filho dela de 15a.. Ele: duas filhas
10- Rose, Bia e Sílvio	Família reconstituída: 2º casamento dos dois. Ela: três filhos, de 15 a 21a.. Ele: dois filhos, de 23 a 25a.. Moram com os filhos dela
11- Paulo	Família 'single'. Separado. Dois filhos: um, como 'pai solteiro'; outro no casamento
12- Tais e Leo	Família de guarda conjunta. Separada. Dois filhos, de 19 a 21a.
13- Laila	Família monoparental. Separada, dois filhos, de 12 a 15a.
14- João e Vera	Casal e dois filhos, de 10 a 13a.. Ele: duas filhas, de 24 a 26a., do 1º casamento
15- Joana e Lino	Família nuclear. Casal e dois filhos, de 15 a 20ª.. A filha está grávida e vai continuar residindo com eles
16- Janaína	Família monoparental. Três filhos, 10 a 23a
17- Ester	Família nuclear. Casal e dois filhos, 10 a 13a

7.1 As Famílias Monoparentais

As famílias monoparentais são aquelas nas quais há uma pessoa vivendo sem o cônjuge, com um ou mais filhos. As famílias monoparentais, na verdade, não são um fenômeno novo, uma vez que sempre existiram mulheres (e mais excepcionalmente homens) vivendo sós com seus filhos - abandonadas, mães solteiras, viúvas. O que é um fenômeno novo, de fato, é a própria construção da categoria de monoparentalidade, ligada a uma nova dimensão, status e valor dessa estrutura familiar.

Para se ter uma idéia da mudança na abordagem dessa forma familiar, lembremos que Prado, no livro *O que é família*, afirma que “*uma mãe com filhos sem a designação de um pai não constitui uma família, mas sim uma família natural ou incompleta, na classificação de sociólogos e demógrafos*” (1981:11). No trânsito da concepção de uma ‘família natural e incompleta’ ao surgimento de uma nova categoria (a monoparentalidade), percebemos que o que surge é o reconhecimento mesmo de uma outra forma de estrutura familiar alternativa às famílias conjugais.

O termo monoparentalidade é recente, data de fins da década de 70, quando a Inglaterra passou a referir-se à existência de *one-parent families* ou *lone-parent families* nos levantamentos estatísticos, mas foi a partir da década de 80 que o termo foi utilizado na França, se espalhou pela Europa e hoje é utilizado no mundo ocidental. As sociólogas feministas, segundo Neyrand(1996), reforçaram o seu uso como uma forma de revalorizar os núcleos de mulheres chefes de família, conferindo-lhes uma legitimidade equivalente à das famílias conjugais clássicas; reconhecimento que fôra por muito tempo negado.

O fenômeno da monoparentalidade é diretamente proporcional ao aumento de divórcios e separações, embora não responda por todos os casos de famílias monoparentais, que podem ser também provenientes de situações de viuvez e de maternidade solteira. Entre estas últimas, vale lembrar, incluem-se aquelas mães que optaram por uma ‘produção independente’, e, no extremo, aquelas que procuraram a procriação por meio das novas tecnologias artificiais, efetivando uma procriação independente do próprio ato sexual. A monoparentalidade também pode compreender a situação de uma família homoerótica; concordando com Prado, que coloca a questão de “*quantas ‘produções independentes’ encobrirão uma maternidade lésbica?*”(1997:1), o mesmo podendo-se pensar quanto a pais adotandos.

Enfim, a monoparentalidade é um fenômeno com múltiplas causas possíveis: separação, maternidade independente, maternidade lésbica, maternidade tecnológica,

abandono por parte do genitor, entre outras. Mas a condição dos filhos, independente da pluralidade de causas, será a mesma: serão criados em um lar cuja referência maior (quando não a única) será a materna.

De cada dez famílias monoparentais, nove são compostas por mãe com filhos, estatística comum ao Brasil como aos países da Europa e aos Estados Unidos. O fenômeno da monoparentalidade adquire tais proporções nas sociedades pós-tradicionais, que Prost sustenta que *“o laço familiar entre mãe e filho tende a se tornar a única relação familiar estável e sólida”* (1992:94). Duarte (1996), analisando o fenômeno no Brasil, aponta para uma relativa ‘expulsão do homem’ das novas unidades de reprodução social.

No Brasil, a monoparentalidade responde pela diversificação dos arranjos familiares, segundo estudo realizado por Goldani (1993), compreendendo os períodos de 1981 a 1989. Há um decréscimo nas famílias formadas por casais e um aumento proporcional nas famílias monoparentais, em sua maioria formadas por mãe com filhos. Assim, embora seja um fenômeno relativamente pequeno (representa 20% das famílias), foi também o que mais aumentou na última década, podendo-se inclusive percebê-lo como uma tendência na sociedade brasileira. Em 1970, as famílias monoparentais representavam 13% das famílias brasileiras; em 1980, 15%; em 1991, 18%; e em 1995, 20% (Veja, 11.09.95⁵⁰). Goldani esclarece que não só há uma incidência maior desse arranjo familiar, como também há um aumento do tempo que as crianças passaram a viver sob essa forma de estrutura familiar, cuja média passa a ser de onze anos.

A Constituição Federal de 1988 adotou uma série de inovações: alterou a concepção jurídica da família, uma vez que esta não mais se baseia no casamento legal, mas é reconhecida pelo conceito de união estável entre um homem e uma mulher; alterou as bases hierárquicas da relação conjugal, ao incorporar o princípio de que homens e mulheres são iguais em direitos e deveres e, retirar a concepção de que o *pátrio poder* deve ser exercido exclusivamente pelo homem; reconheceu a legitimidade dos filhos nascidos fora do casamento; e reconheceu, também, a existência das famílias monoparentais. Estas últimas, segundo Leite:

“Passam a partir de então a ser protegidas pelo Estado. Ao lado do casamento (legalizado), a constituinte reconheceu a união livre (não legalizada), e entre os dois extremos vaga, indefinida, a noção de “família monoparental” ainda aguardando integral definição, estruturação e limites para a legitimação infraconstitucional. Embora indefinida e cercada de uma abstração inquietante, a monoparentalidade da família vê-se reconhecida pela Constituição de 1988” (Leite, 1997:8).

⁵⁰ As estatísticas apontadas nesta reportagem da revista Veja foram retiradas de dados do IBGE.

O reconhecimento das famílias monoparentais no plano jurídico é mais um fator que demonstra a sua visibilidade e legitimidade na sociedade contemporânea e, no caso, especificamente, na sociedade brasileira.

Por se tratar de um fenômeno de múltiplas causas, a monoparentalidade tem várias facetas. Se fôssemos considerar de modo literal a designação 'monoparental', contemplaríamos apenas a situação familiar na qual a parentalidade é exercida exclusivamente só por um integrante, no caso mais freqüente, a mulher. No entanto, após separações e divórcios, registram-se casos de co-participação do pai (separado ou pai solteiro) na vida dos filhos.

Ou seja, a monoparentalidade responde por duas condições: 1) aquela na qual a mãe se torna a figura única e exclusiva na vida dos/as filhos/as; 2) aquela na qual a co-participação do pai implica que afetivamente os filhos/as mantêm a referência familiar nas duas figuras - do pai e da mãe. Na designação das famílias monoparentais de tipo 2 temos uma contradição, pois ambos os pais preenchem seu papel para o filho, por conta disso, alguns autores chegaram a sugerir (Sullerot, *apud* Leite, 1997) o uso da expressão 'lar monoparental'. No entanto, o termo mais utilizado continua sendo 'família monoparental', englobando os dois tipos.

A família monoparental de tipo 1, na qual há a exclusão quase total da figura paterna, parece ser a mais comum, embora não se tenha esse dado em termos estatístico precisos no Brasil. Na França, o Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED), constatou que mais da metade das crianças de casais separados - 54% - 'perdem' o genitor que não detém a guarda, o pai na maior parte dos casos. Algumas crianças nunca mais o vêem, enquanto as demais têm contatos esporádicos com ele (Leite, 1997). Na Inglaterra, o direito de visita é exercido regularmente em apenas 44% dos casos estudados; e em 30% o direito de visita nem é exercido. Na Austrália, em 50% dos casos o pai não exerce o direito de visita e "abandona" o filho com a mãe.

Uma série de combinações torna-se possível. A família pode não ter uma correspondência direta com a unidade doméstica, o que é percebido mesmo pelas crianças. Em função destas, a tríade da família conjugal transforma-se numa díade dupla. Isso corresponde à autonomia das funções parentais em relação à conjugalidade. O antigo 'casal conjugal' torna-se um 'casal parental'.

Na nossa pesquisa, as famílias monoparentais representaram mais da metade das famílias entrevistadas, pois consideramos como tais os casos de duas mulheres que estavam

há pouco tempo em famílias reconstituídas, mas tinham uma longa experiência da monoparentalidade; e de outras duas que estavam tendo essa experiência no interior da família conjugal, residindo com seus pais.

As mulheres que vivenciam uma família monoparental de tipo 1, demonstraram sentir-se prejudicadas na sua vida pessoal. Renata, após a separação, manteve a guarda do filho de 3 anos, tinha uma boa estrutura, um bom salário, que dava para manter um apartamento, boa escola e empregada, mas ainda assim:

O meu ex-marido sempre teve muita dificuldade de ajudar o Caio, tanto na questão emocional, de dar força, ficar com ele (eu sempre mostrava que o pai tinha dificuldade; sempre protegendo o pai, a vida inteira: ‘Coitado, teu pai tá trabalhando, é difícil, mas liga lá, liga lá, chama ele pra sair’. Sempre forçando. Acho que foi sempre assim), orientar. Então o Caio sempre foi muito solto. É muito difícil pro homem, porque o pai dele disse que não ia separar da mulher, pra cuidar do filho, e nem queria saber dele lá junto, que incomodava, ia atrapalhar o casamento. Então ele sempre manteve o filho distante da mulher, quer dizer, o casamento dele era intocável. Agora eu podia estar arreventada que fosse, eu tinha que me virar. Então eu perdi algumas chances, posso ter perdido algumas chances. Poderia já ter feito doutorado, muitíssimo bem sucedida, porque eu sou uma pessoa de muita garra, sou de luta, enfrento, tenho muita criatividade, estou sempre em partido político, tenho iniciativa de muita coisa para fazer, mas nunca tive muita condição de me preparar melhor, por mais que eu me esforcei, terminei o mestrado, agora estou numa posição razoavelmente boa. Mas sempre eu fui um pouco prejudicada, realmente, eu fui, eu sinto que fui, não reclamo. Fui terrivelmente sobrecarregada(...). Mulher sozinha, eu acho que é muito difícil, não deve ter filho não. Eu acho que é masoquismo, ficar com um filho sozinha, é muito difícil, financeiramente, emocionalmente, é muita sobrecarga. Atrapalha em todos os sentidos e a criança é vítima.(Renata; viveu muitos anos em família monoparental, atualmente em família reconstituída)

No depoimento de Renata evidenciam-se as dificuldades vividas pelas mulheres nas famílias monoparentais. Os problemas vividos nas famílias conjugais pelas mulheres - acúmulo de funções, responsabilização pela vida doméstica e pelas crianças (a maternação) - são potencializados para as mulheres nas famílias em que se vêem diante da condição de viverem sem o cônjuge. O elemento do sacrifício tornou-se fundamental na vida de Renata, que teve que abrir mão de projetos profissionais, inclusive de cursar um Doutorado, enquanto o pai do seu filho manteve sua vida e seus projetos pessoais intactos.

As expressões do seu desgaste pessoal são muito fortes. Ela fala de perdas pessoais; sobrecarga, em todos os sentidos, inclusive emocional; sofrimentos; dificuldades terríveis e

prejuízos. Segundo Vaistman,

“Se por um lado, a maternidade deixou de ser destino obrigatório da individualidade feminina, por outro, para as mulheres que, coabitando ou não, concretamente assumem o cotidiano da criação dos filhos, o exercício de atividades em várias frentes simultâneas colocou em relevo a escassez de dois bens: o tempo e o espaço. Esta foi uma espécie de efeito perverso na história das conquistas femininas” (1994:168).

A pesquisa com famílias monoparentais evidenciou para nós que esse “efeito perverso das conquistas femininas” é ainda mais perversamente vivido naquelas formas de organização familiar. O tempo disponível para executar as tarefas que eram divididas tradicionalmente pelo pai e pela mãe - levar e buscar na escola, efetuar pagamentos, participar das brincadeiras - fica imensamente reduzido. A renda familiar também decresce e as mulheres vêm-se na contingência de procurar mais recursos financeiros: ou seja, mais trabalho fora de casa, além de arcarem também com o aumento do trabalho em casa.

Nesta pesquisa, a maioria das famílias monoparentais era do tipo 2. O pai tinha alguma participação, de forma e intensidade diferentes, na maioria das famílias, o que não significou para a mãe uma diminuição da sobrecarga. Uma mãe dividia algumas obrigações com o ex-marido. Os dois filhos do casal estudavam em escolas diferentes, ela levava e buscava um na escola, e ele, o outro:

-Por exemplo, nas férias, para onde você vai eles vão?

- Vão, mas agora mesmo vão com o pai pro Rio, depois do Natal. Vão passar um mês lá com ele. Nunca passaram férias com ele. Só períodos curtos, assim, pequenos. Não porque não quisessem, mas porque era conveniente pro pai, eu acho.

- Você acha que depois da separação a sobrecarga fica com a mulher?

-Ah! Fica com certeza, fica até difícil de discutir com ele, com o pai, porque a participação é pequena, eu acho. Não dá pra dividir mais. É muito pouco. A convivência da mãe acaba sendo maior, muito maior. Nossa às vezes eu me sinto tão sobrecarregada também, tão sobrecarregada. Às vezes eu entro em depressão, mas são bem pequenas, ainda bem. Hoje eu tô assim, mas amanhã eu estou bem. E o pai já está no terceiro casamento. Casou comigo, casou com uma outra e agora vai casar com uma terceira. Então, a segunda mulher estipulava dia pras crianças irem lá. Às vezes, eles demonstravam uma vontade de ir e ele cortava. De repente, ele acha até um favor ficar com eles nas férias, quero ver se vai querer voltar antes do prazo.(Laila, divorciada, família monoparental)

No caso de Laila, vemos uma família monoparental de tipo 2, na qual o pai mantém uma certa participação, mas extremamente desigual em relação àquela exercida pela mãe. Após o divórcio, a desigualdade já instituída anteriormente é agravada. O pai exime-se de seu papel, como diz a mãe, “acha até um favor...” ou “faz quando lhe convém”. Isto é, ele não se

sente na obrigação de exercer a paternidade. Ou, quem sabe, ele pensa ser exatamente isso exercê-la? Os homens não foram preparados para assumir as responsabilidades do dia a dia com os filhos e essa socialização masculina torna-se um empecilho para o desenvolvimento de relações mais regulares com os filhos, o que toma proporções gigantescas após o divórcio. Márcio privilegiou o novo casamento (que foi também o caso do ex-marido de Renata) em relação aos filhos. A mãe sentiu-se - e tornou-se - extremamente exigida para assumir todos os papéis e funções.

Laila refere-se à sobrecarga, que nem sempre é apenas de tarefas, mas também emocional: a dificuldade de assumir sozinha as decisões que serão fundamentais na vida dos filhos, a necessidade de cobrir as carências afetivas dos filhos. A responsabilidade simbólica não é menor que a responsabilidade doméstica e material. A entrevistada fala de depressões advindas da sobrecarga emocional. A idéia de Chodorow de que as mulheres não são apoiadas e restituídas emocionalmente nas famílias é vivida mais radicalmente nestas famílias.

Os pais 'singles', por sua vez, reconhecem a responsabilidade quase total da mulher na educação dos filhos, possibilitada pela convivência mais intensa:

Os mais velhos sempre moraram com a mãe. A mãe deles casou novamente e tem uma coisa assim, a gente se vê freqüentemente, e tudo mais. Agora eu não tenho uma convivência mais intensa com eles mesmo por conta de toda a minha dedicação ao trabalho. As coisas não permitem, mas a gente sempre está se vendo. Eles moram perto da minha casa ,eu sempre vou na casa deles e a gente sai juntos. A gente conversa, agora eu tenho poucas... como eu não estou sempre presente, eu tenho uma forma muito limitada de atuar na educação deles. Então tem muita coisa que eu não concordo na educação deles (...) a forma de interferência na criação deles, é mais mesmo de falar o que é necessário para que eles progridam na vida, e que eles têm que cumprir o seu papel como filhos, como estudantes. Mas é muito limitada a minha participação na vida deles: se resume a encontros assim duas, três vezes, quatro vezes por mês, rapidamente um fim de semana, uma coisa assim.(...) Olha! Eu vejo assim, o acompanhamento diário do que os filhos fazem é uma coisa muito importante, o dia a dia deles é uma coisa importantíssima. Eu vejo isso agora, que esse meu filho, depois, desde quando eu me separei deles é (...) a primeira vez que eu moro assim com um filho meu, eu vejo o tanto de questões que foram mal resolvidas por essa distância nossa (Márcio, separado, vive atualmente em família reconstituída, 3º casamento)

Márcio nota que sua participação na vida dos filhos tornou-se muito limitada após o divórcio. O fato de deixar de ser uma presença no cotidiano dos filhos gerou uma 'transferência' total da educação e da formação dos filhos para a mãe. Nesse sentido, o monopólio materno imperou, e ele deixou de ser co-educador. Assim, mesmo não

concordando com alguns aspectos da formação dos filhos, não se sentia à vontade para interferir, não sentia esse papel como seu.

Vimos nos capítulos anteriores que a mulher tem sido a responsável quase que exclusiva pela educação dos filhos. As mães vêm se ocupando da educação, formação e cuidados com os filhos. Após o divórcio, o pai nem sempre consegue encontrar um lugar em relação à díade mãe-filho. Enquanto no casamento a divisão de papéis garante um espaço, que é o da autoridade e do lúdico, o papel do pai divorciado, que já era restrito, restringe-se ainda mais. Segundo Ramires:

“Observa-se que o modelo do pai provedor, exercendo sua principal função no espaço público, distante dos filhos/filhas, representante da autoridade e da lei, mais temido do que respeitado e objeto de identificação idealizado (porque longínquo e impalpável), foi sendo construído ao longo da história” (1997:27)

Este pai provedor, responsável pela autoridade sobre as crianças, longínquo e impalpável, foi constituído, como diz Ramires, ao longo da história. No entanto, esteve vinculado a uma família conjugal. Na atualidade, não só a família conjugal não é mais aquela na qual a única atribuição das mulheres é maternar, como nas famílias divorciadas este papel vai se tornar frágil, incompleto e pálido. No primeiro caso, começa a se delinear o enfraquecimento paterno, com a posituação da figura materna. E, no segundo, este enfraquecimento é constatado intensamente, tanto por pais, quanto por filhos.

A centralização das responsabilidades recaídas sobre a mãe, não diminuiu, de fato, nas famílias monoparentais de tipo 2. As famílias monoparentais são também denominadas matrifocais, quando há a centralização exclusiva na figura da mãe. Nas duas formas o problema do excesso de responsabilidades e funções emerge para a mulher, embora o divórcio represente a possibilidade de romperem com relações pouco satisfatórias, elas irão arcar com as conseqüências do rompimento conjugal.

Na maioria das vezes, a mulher de camada média precisará contar com a ajuda dos pais para manter-se, principalmente nos primeiros anos. Em todo caso, é mais provável que ela receba pensão alimentícia para o filho do que as mulheres pertencentes às classes populares, nas quais o homem não tem renda fixa: *“as famílias que têm maiores dificuldades de gerar recursos são as famílias formadas pela mãe sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos”* (Goldani,1993:82). Este fenômeno já é conhecido nos Estados Unidos como ‘feminização da pobreza’.⁵¹

⁵¹ A chamada feminização da pobreza atinge as famílias monoparentais femininas de classes baixas. Nessas, as dificuldades são muito mais acentuadas do que nas camadas médias. O abandono da mulher e dos filhos por

As famílias monoparentais vão de encontro à tendência de nuclearização, processo próprio da formação das famílias nucleares modernas, as quais, como um núcleo voltado sobre si próprio, constituíam-se livres da participação maior dos parentes (mesmo os mais próximos, como os pais). Nas famílias monoparentais, principalmente quando a criança ainda é pequena, as mulheres contarão com a ajuda imprescindível da sua família de origem (Velho, 1986; Vaistman, 1994). Esta ajuda pode significar volta para a casa dos pais, apoio financeiro ou ajuda dos avós (principalmente, a avó) para tomar conta dos filhos (Barros, 1987).

Na nossa pesquisa, este fato não foi o mais o comum, a maioria dos avós não residia em Brasília. É possível que este fato tenha atenuado sua participação, uma vez que estudos realizados em outros Estados mostram a tendência de se recorrer aos pais, quando da separação. A tendência foi de manter-se a unidade residencial mãe-filhos, com contribuições dos ex-cônjuges, como o pagamento de pensão ou de escola particular para os filhos. A maioria das mães tinham uma situação econômica relativamente estável, o que também permitiu o arranjo.

A situação monoparental na qual mais se recorreu às famílias de origem foi a vivência da maternidade solteira. Uma entrevistada tinha vivido a experiência. E duas filhas de entrevistados (que não fizeram parte diretamente da pesquisa). Nesses casos, o apoio familiar foi imprescindível.

É interessante termos conhecimento de que *“a maioria dos países europeus vem desenvolvendo mecanismos de proteção econômica, capazes de minorar as dificuldades decorrente da monoparentalidade, ao menos nos primeiros anos de vida da criança”* (Leite, 1997:123).

Estes mecanismos de proteção correspondem ao pagamento de um 'abono familiar' às famílias monoparentais, quando a prestação particular se torna irrelevante ou insuficiente, e atendem a 98% das famílias monoparentais na Suécia, 89% na Grã-Bretanha, 57% nos Estados Unidos e 63% na Austrália. Na Alemanha, o Estado assume a responsabilidade de exigir o pagamento da pensão, mediando a relação entre o devedor e o requerente. A 'Lei sobre o adiantamento de pensões alimentícias', que entrou em vigor em 1980, prevê pagamento de pensões que não foram pagas pelo devedor para as crianças que não atingiram

parte do genitor costuma ser a regra. A separação não é, nesse caso, um recurso para solucionar um casamento insatisfatório. A situação pode conduzir os filhos à marginalidade, como algumas pesquisas vêm indicando. No entanto, é muito difícil saber se a marginalização é decorrente da monoparentalidade ou da pobreza. As camadas médias e populares vivem sob condições de vida e valores diferentes, os quais devem ser levados em conta nas pesquisas. Falar de família monoparental de camadas médias e populares é falar de duas realidades

a idade de seis anos e durante um período máximo de três anos. O Estado se reserva o direito de perseguir o devedor no montante das prestações pagas a título de “adiantamento”(Leite,1997:318).

Uma vez constatado que as famílias monoparentais são famílias empobrecidas devido à desigualdade no mercado de trabalho, que confere à mulher os piores salários, e também a dificuldade de conciliar as atividades familiares e profissionais, na Suécia, ampliou-se o tempo de permanência de crianças na escola, permitindo que a mãe invista em sua profissão.

O que essas políticas em face da monoparentalidade vem demonstrando é que as famílias monoparentais não se constituem como um problema apenas pessoal na vida de mulheres, que ficam sobrecarregadas com o acúmulo de funções, mas que se transformaram em um problema institucional. Políticas de investimento em creches, de estímulos à participação paterna na vida da ‘família parental’, e, ainda, a possibilidade de receber equitativamente os salários e os cargos que são oferecidos aos homens, são bem-vindas também por minorar os efeitos da monoparentalidade⁵².

completamente diferentes.

⁵² Hirata(1996),ao pesquisar os dados sobre a demissão em uma fábrica, demonstra que a empresa adotou critérios variados segundo os sexos, invocando prioridade na manutenção do emprego para homens casados e pais de família. As mulheres mães de família, que, muitas vezes, são também chefes de família são, portanto, prejudicadas em situações como essas.

7.2 As Famílias ‘Singles’

Após a realização da pesquisa de campo, na qual foram entrevistados/as o pai ou a mãe já divorciados/as, nos deparamos com a seguinte situação: em tese, aquele pai que, após a separação, morava sozinho, mas mantinha uma participação na vida dos filhos, não seria considerado componente de uma unidade familiar, uma vez que residia só⁵³. No entanto, a vida familiar continuava sendo um ponto central na vida deste pai, embora sua unidade residencial não fosse coincidente com a dos filhos, os quais, junto com a mãe, são considerados nas pesquisas como uma família. Resolvi denominar este pai de ‘família single’, uma vez que mantém os vínculos com os filhos na sua vida pessoal, por meio do convívio e de algumas atribuições que continua a manter. As famílias ‘singles’, assim como as monoparentais, são decorrentes de divórcios, separações e maternidade/paternidade solteira.⁵⁴ Onde há uma família ‘single’, há uma família monoparental do tipo 2 (ver pg. 41).

É verdadeiramente impressionante que não se tenha uma denominação própria para o pai divorciado, nem na linguagem e nem nas categorias das pesquisas. Ele é considerado como um homem solteiro, ou simplesmente divorciado, como se deixasse de fazer parte da família dos filhos. A díade mãe-filho está implícita na expressão família monoparental. Mas o que está por trás dessa falta de palavras sobre o lugar dos pais? Essa ausência de expressões para denominar o pai que continua mantendo elos com seus filhos é denunciadora do silêncio que cobre a paternidade nas nossas sociedades: é como se o filho fosse ‘da mãe’. Como vimos, mesmo que de maneira restrita, muitos pais de camadas médias mantêm o elo com os filhos/as, mas os discursos privilegiam a relação dos/as filhos/as com as mães, sendo que aos pais mais interessados em manter sua importância (o que não é o mais comum) resta uma tentativa pessoal de luta contra sua exclusão.

A não coincidência entre unidade residencial e família, que ocorre nas famílias divorciadas, coloca muitos problemas para o pesquisador. A família torna-se subjetiva. O homem não reside com seus filhos, não é mais casado ou companheiro daquela mãe, mas nem por isso deixa de ter uma família. A família dos filhos não é necessariamente a dos pais. Assim, por exemplo, um filho que reside com uma mãe que já contraiu um novo casamento (uma ‘família reconstituída’, da qual falarei adiante) pode considerar que sua família é o seu pai (que mora em outra casa) e a sua mãe, assim como, ao contrário, também pode considerar

⁵³ O que define uma unidade familiar é a coabitação de pessoas que mantenham entre si laços de parentesco.

⁵⁴ Denominamos maternidade/paternidade solteira as situações nas quais os pais assumem o filho fora do casamento. Diferente da ‘produção independente’, na qual, como o próprio nome diz, não há participação do pai na vida do filho. Este é registrado e criado só pela mãe.

que sua família é a mãe e o novo marido, ou apenas a mãe. De toda forma, a disjunção entre unidade familiar e família é evidente.

Entrevistamos, na pesquisa de campo dois tipos de famílias 'singles': uma constituído pelo pai que mantinha a referência familiar nos/as filhos/as dos casamentos desfeitos; outra, por aquele pai que também a conservavam, embora tivessem casado novamente (sendo incluídos nas famílias reconstituídas).

Ah! Eu o vejo diariamente, quase. A gente não tem regras. Geralmente eu fico com eles fim de semana, mas durante a semana e tal, quando precisa, eu sempre tô a disposição. (...) Quando eu estou com as crianças, eu procuro dar os meus valores pra eles assim ... Mas a educação mesmo, a real, é ela quem está fazendo. Ela quem mora com eles. (...) É praticamente a Sandra que direciona a educação das crianças. Inclusive ela fala as coisas que ela acha que eu tenho que fazer, ela que faz a educação das crianças. A minha participação é muito superficial.

- Você procura passar um tipo de educação religiosa para os filhos?

- Não, não. Eu não, é a Sandra quem passa. A Sandra vai à igreja, as crianças fazem catecismo. (Saulo)

A formação da criança é considerada uma função materna. O fato dos filhos residirem com a mãe reforça ainda mais as responsabilidades educativas desta. O pai se mantém numa participação ainda mais secundarizada e, nesse contexto, a autoridade - que era um papel do pai - é redirecionada para a figura da mãe:

Eu acho até que sou bem boa de pôr limites, sou meio assim, é o meu jeito mesmo de pôr minhas idéias. Olha, negocio com eles muitas coisas, falo muitas coisas, muitos dos limites são combinados mesmo. Agora, apelo também, coloco de castigo. Falo: vou colocar de castigo, vou tirar alguma coisa, vou aplicar alguma punição; até falo brincando: se não for na base da conversa, eu que vou colocar as rédeas e tal. A gente teve uma coisa muito particular mesmo que foi o fato de ter ficado sozinha mesmo, num momento específico da idade, então, até com a terapeuta a gente viu isso mesmo, que eu teria que fazer esse papel mesmo de colocar os limites, é muito da posição do pai, como ele não tava presente 24 horas eu tinha que assumir...

-Você acha que eles respeitam mais um ou outro?

-Olha, eu acho que eles respeitam os dois, agora eu eles têm que respeitar mais vezes porque o contato é maior. Então muitas vezes quando o Saulo está lá em casa, eu percebo que não ficam muito na mão dele as coisas, acaba que fica na minha, sabe, porque estão comigo, então ele sabe que o referencial é eu que vou dar. Então às vezes tem isso, não tem jeito de negar também, como eu que convivo com eles, então quem dá a nota final da estória sou eu mesma, mas eles respeitam o Saulo também. (Sandra, separada, família monoparental)

Os papéis sexuais, nitidamente divididos na família conjugal, pelos quais a autoridade

é função do masculino paterno e o afeto é feminino materno, são rearranjados nas famílias monoparentais. A mãe passa a ser responsável pelas duas funções, embora nem sempre se sinta capaz de assumi-las:

Eu acho que fui um pouco solta com o Caio, por eu não ter um companheiro masculino do meu lado, um pai. Eu soltei um pouco o Caio, então quem tá sofrendo é ele. Acho que tá sofrendo muito, porque, até hoje, ele passou mais de 12 anos em psicólogo e nunca resolve. Então foi começar a resolver o problema dele agora, com esse companheiro. Ele começou a frear a liberdade, porque ele era solto, não tinha limites, eu não podia dar. (Renata)

A entrevistada sentiu-se incapaz de assumir o papel masculino, de impor limites e regras, transferindo para o novo companheiro essa função. A divisão de papéis da família conjugal manteve-se presente nesta família, portanto, no longo período que ela foi monoparental (cerca de treze anos), mas manteve-se como a falta, a ausência.

Esta foi uma exceção na nossa pesquisa, pois, a maioria das mulheres passou a assumir a autoridade na casa; a queixa maior recaindo na sobrecarga de funções e atividades e não na impossibilidade do exercício da autoridade. No entanto, seria preciso uma pesquisa muito mais ampla para analisar a questão da autoridade nas famílias monoparentais. Essa parece ser a 'pedra de toque' dessas famílias, pois, a impossibilidade de impor limites geraria uma série de conflitos e problemas para pais/mães, filhos/filhas e para a própria sociedade.

A indistinção dos papéis tem sido colocada na sociedade brasileira muito menos por uma intercambialidade profunda (dos pais, por exemplo, assumindo de fato a maternação) do que pela situação das famílias monoparentais. Segundo Badinter:

“Em razão, porém, da teoria da distinção dos papéis, os psicanalistas sempre se recusaram a referendar esse desejo, que talvez não seja apanágio das mulheres. Para eles, a indistinção dos papéis é fonte possível de confusão e, portanto, de perturbação para a criança. Por isso preferem que uma mercenária substitua a mãe de sangue a que o pai assuma uma parte do papel materno. E, inversamente, preferem um segundo pai a uma mãe que desempenhasse o duplo papel. Isso porque a lei paterna e o amor propriamente materno, uma vez declarados heterogêneos, devem encarnar-se de preferência em pessoas de sexos diferentes” (Badinter, 1995:323).

As teorias psicanalíticas apontam para problemas advindos da assunção por um único genitor de ambos os papéis. Segundo as mesmas, isto criaria confusão para a criança, pois esta adquire equilíbrio psíquico se superado o complexo de Édipo, em uma relação triangular e oposicional. Estas teorias reiteram a divisão dos papéis e colocam-se extremamente reticentes quanto às novas formas familiares exploradas na atualidade. O psicanalista

Corneau chega a afirmar que *“as crianças que não conheceram limites impostos pelo pai irão procurá-los em tudo, e freqüentemente os encontrarão numa prisão. Elas testarão os limites até encontrar um pai tão forte que lhes diga: eis o limite”*(1995:50).

A base fundamental dessas teorias é de que é desejável manter as divisões de papéis. No entanto, tanto o pensamento teórico feminista como o ‘recém-nascido’ masculista têm mostrado o quanto as atribuições de gênero têm sido um constrangimento para a personalidade de homens e mulheres. A mesma teoria que postula a necessidade da distinção de papéis acaba por legitimar um papel muito restrito para o pai na vida dos filhos, o que também pode ser visto como um prejuízo na vida das crianças. Por que é desejável manter o pai à distância, o pai-autoridade, o pai-ausência?

Chodorow, ao contrário, postulou que a indistinção dos papéis podia ser a base para uma organização familiar mais equitativa e satisfatória. Essa teoria voltada muito mais para a intercambialidade dos papéis, pela qual pais e mães assumiriam a maternação dos filhos, tanto quanto seus desejos de realização profissional e pessoal, também pode ser pensada para as famílias monoparentais, nas quais vive-se a indistinção dos papéis.

Como diz Badinter, *“quem pode afirmar que a desordem nova criada pela confusão de papéis não será a origem de uma nova ordem mais rica e menos coerciva?”* (1985:369). Esta é a grande incógnita que as novas formas familiares vêm colocando na atualidade. com a qual teremos que nos deparar nesses tempos de desconstrução e destradicionalização.

7.3 As Famílias Reconstituídas

As chamadas famílias reconstituídas são famílias formadas após a separação/divórcio. Segundo Burgoyne & Morison, *“in Britain, more than one in three of all marriages in 1993 involved a remarriage for one or both partners and in America, estimates put the figure cite one in four”* (93:363).

No Brasil, uma reportagem da revista Veja (Edição especial 31, 13.05.98), intitulada Uma Nova Formação, retratou a questão : *“todos os anos, mais de 1 milhão de crianças e adolescentes são envolvidos em casos de divórcios nos Estados Unidos, segundo censo americano. No Brasil, as estatísticas⁵⁵ falam em 120 000 filhos atingidos pela separação dos pais. Contando os casos não oficializados, estima-se que seja 400 000 crianças por ano”*(p.60). A reportagem mostra que as formas de casamento que mais cresceram entre 1984-94 foram entre mulheres e homens divorciados, havendo também um aumento

considerável de lares chefiados por mulheres. As possibilidades para a formação da família se abrem enormemente: *“pelas características, as novas famílias são chamadas pelos psicólogos e psiquiatras de famílias-mosaico ou famílias reconstituídas”*(p.60). Adotamos a terminologia de ‘famílias reconstituídas’, também denominadas de ‘famílias recompostas’.

As famílias reconstituídas podem tornar-se também “famílias extensas pelo divórcio”. Por exemplo: um casal se separa e as duas filhas ficam residindo com a mãe. Se cada um casar-se novamente e tiver mais um filho no novo casamento, serão quatro irmãos; mas se os novos parceiros também já tiverem, hipoteticamente, cada um, dois filhos de uma união anterior, serão ao todo dez crianças.

Se o quadro parece caótico, a realidade é bem mais complexa. De quatro famílias reconstituídas, em duas estavam ambos, o homem e a mulher, vivendo o segundo casamento. Não tiveram filhos/as em comum; o arranjo se deu de forma tal que os homens passaram a residir com os filhos/as da mulher atual. Num outro caso, o casal teve dois filhos; apenas o homem já havia sido casado e tinha duas filhas do primeiro relacionamento, já adultas, residindo com a mãe em outro estado. A outra família era composta pelo segundo casamento dela e o terceiro dele; ambos levaram um filho para a coabitação. A filha dela tinha nascido antes do primeiro casamento, quando viveu a experiência da maternidade solteira. Ele tinha tido quatro filhos nos dois casamentos anteriores.

Nota-se, nesse caso, de forma ainda mais nítida do que nas famílias ‘singles’ e monoparentais do tipo 2, a heterogeneidade e a ambigüidade das famílias, cujas fronteiras não coincidem com a realidade da unidade doméstica e nem também com a realidade biológica, já que padrastos podem tomar o lugar de pais, enquanto os próprios pais desses filhos podem tornar-se padrastos de outros filhos, os quais assumem como se filhos seus verdadeiros fossem.

Eu fiquei separada muitos anos. Há dois anos atrás eu encontrei uma pessoa maravilhosa, uma pessoa que eu tenho muita afinidade espiritual, muita afinidade. Então ele está sendo assim um super companheiro, um super pai do meu filho, que, antes, os outros homens que eu tive foram muito indiferentes, que eu acho que o homem não é preparado pra ter carinho com os filhos da mulher separada (...). A relação, ela é muito interessante, porque, acho que isso depende da espiritualidade de cada pessoa, da maneira de ser cada um, então eu acho que quando a gente ama uma pessoa, os extensivos a gente também tem que amar. Não é que tem que amar, a gente ama porque é parte dele, coisa que eu sempre briguei com meu ex-marido porque a mulher dele não quer saber do problema do filho dele, eu acho um absurdo. Então, em relação ao meu companheiro eu me dou muito bem com as duas filhas, é interessante que elas são pessoas assim muito boas, eu fico contente, fico muito contente de ter

⁵⁵ As fontes das estatísticas exploradas na reportagem são do IBGE e de pesquisas da Vox Populli.

essa relação com elas, de amizade, não é? É me dou bem, muito bem. Me dou bem com a ex-mulher, procuro dar bem com a mulher do meu ex-marido, eu acho que a gente tem que ser civilizado. Acho que no mundo a gente tá aí pra respeitar os espaços e cada um se respeitar, acho que é por aí.(Renata)

O depoimento de Renata retrata uma característica muito interessante das famílias reconstituídas: os vínculos biológicos são superados pelos de elos afetivos constituídos por meio da nova relação. Assim ‘quando a gente ama uma pessoa, os extensivos a gente também tem que amar’. Este sentimento sugere uma ampliação dos elos familiares muito rica e inédita no contexto atual.

As palavras ‘madrasta’ e ‘padrasto’ carregadas do valor negativo da exclusão a que viviam submetidas as crianças de relacionamentos anteriores, caíram em desuso. O que se vê é uma realidade na qual os novos maridos tendem a assumir responsabilidades de pai perante os filhos da esposa:

“Essa mudança, freqüente nos dias de hoje, também tem uma repercussão notável no exercício da paternidade. Marca a passagem de uma paternidade estritamente biológica a uma paternidade afetiva e social, e traz novos desafios para este homem que necessitará acolher os filhos de outro homem e preservar uma boa relação com os seus”(Ramires,1997:34).

Esta paternidade social e afetiva foi verificada em vários discursos:

- O Lucas não é um menino muito carente porque ele tem o Arthur, que é o pai dele mesmo. O Arthur é uma figura maravilhosa que eu adoro, eu gosto muito mais dele que da Ana, eu não tenho nada contra a Ana, mas a gente é super amigo, ele é um cara fantástico, um puta pai mesmo, ele é pai do meu filho e pai dos dois filhos dele, é uma coisa assim de família ampliada mesmo. O Lucas é prioridade pra mim mas claro que eu... eu entrego ele assim pra Ana e pro Arthur, sem problemas” (Paulo, separado, foi pai solteiro)

Paulo mostra na sua fala que o atual esposo da mãe do seu filho ‘é o pai dele mesmo’. Assim, embora ele mantenha contato regular, acaba por deixar em evidência a fragilidade de sua posição como pai, abdicando, de certa forma, de seu lugar. Quem é esse pai que reconhece a outro homem o seu lugar?

Tinha a família dele também que me receberam super bem, a mim e a minha filha. Até hoje a gente mantém laços familiares, apesar dele não ser o pai da minha filha de verdade, mas ela o chama de pai também, e o trata como pai. A família dele, ela chama a mãe de vó, a irmã de tia. Tem a família do pai dela, tem dois irmãos, do pai mesmo, biológico, e ela vai, passa final de semana com ele. Ele também é casado com uma mulher que tem quatro filhos, tem a ex-

mulher que tem mais dois filhos. Uma vez foi super engraçado, teve o aniversário dele, então se reuniu todo mundo, as ex-mulheres e todos os filhos, a mulher atual e os filhos da mulher atual, e ficou assim uma família enorme. Meu atual marido tem quatro filhos, sendo que um deles mora com a gente. Aí a gente ficou conversando sobre isso porque de repente esse é um retrato da família mesmo, a família dos anos 90. (Cláudia)

- É uma coisa todo mundo se dar bem!

- É, depende muito da cabeça das pessoas. No caso da família do pai da Isa, todo mundo se dá bem, todo mundo se gosta, como teve esse aniversário que reuniu todo mundo, todos os filhos, todas as ex-mulheres, foi a maior alegria assim, todo mundo se reencontrar, todo mundo se reencontrar, porque todo mundo se gosta. Agora no caso do meu marido, as ex não pensam assim...(Cláudia)

O depoimento de Cláudia é muito rico e revelador de processos e mecanismos profundos de inovação da família contemporânea. Em primeiro lugar, o já citado vínculo social e afetivo em detrimento do biológico. Isto se deu não apenas com relação à filha, cuja paternidade na primeira infância foi exercida pelo primeiro companheiro, mas, igualmente, os vínculos continuaram mantidos com toda rede de parentesco do primeiro casamento: avós e tias afetivas e sociais. No seu dizer, 'mantiveram-se os laços familiares'. Este aspecto foi analisado por Giddens como o enriquecimento da solidariedade social explorados nas novas formas familiares.

Em segundo lugar, os vários casamentos e elos no decorrer da vida: os seus – foi mãe solteira, depois uniu-se a um rapaz que assumiu a paternidade da filha e atualmente está casada com um terceiro. Os do pai da sua filha – além da filha nascida fora de um casamento, dois filhos com a primeira esposa e quatro filhos com a mulher com que está casado- e os do seu atual marido – quatro filhos de duas uniões anteriores, um dos quais reside com o casal. São muitas relações se interpenetrando para formar esta família ampliada pelo divórcio.

Analisando-se o caso de Cláudia, chegamos à conclusão de que Isa (sua filha) tem três pais. O pai ('o biológico mesmo', no dizer da mãe), o primeiro companheiro da mãe (porque Cláudia não foi casada com o pai dela, foi mãe solteira), e o atual marido, que se manifestou da seguinte forma:

Bom... então quando eu fui morar com a Cláudia, nós casamos, então ela tinha uma filha e eu assumi a paternidade da filha dela.

-Como?

- Bem, ela mora na minha casa , não foi legalmente assim. Agora, como eu te falei, a Isa que é a filha da Cláudia eu considero ela minha filha, então trato ela como minha filha, as coisas que eu vejo que é errado e que eu vejo ela fazendo, por exemplo, vendo muita televisão, quando usa o telefone assim por uma hora inteira. Agora a gente precisa antes de tudo é se disponibilizar pra isso, estar a fim de lidar com essas crianças, que são crianças. (Márcio)

As famílias reconstituídas se defrontam com situações múltiplas na vida familiar, estabelecendo novos laços do que pode ser considerado uma família. Colocam-nos diante de uma flexibilidade intensa das relações sociais. No entanto, a relação mais estável no meio de tantos elos acaba sendo a diade mãe-filhos/as, reforçando a importância privilegiada da mãe.

A nossa hipótese é de que se torna mais comum encontrar os homens na condição de 'família reconstituída' do que na condição de 'família single', uma vez que casam ou unem-se novamente em pouco tempo. Dados do IBGE mostram que, em média, os homens divorciados têm quatro vezes mais chance de casar novamente do que as mulheres em igual condição. É o que os demógrafos chamam de poligamia seqüencial. Ao longo da vida, eles terão várias esposas, cada vez mais jovens. No primeiro casamento, a diferença de idade é de quatro anos, em média, chegando a quase oito nas uniões seguintes (Veja, 11.10.95). Assim, se a monoparentalidade apresenta certa estabilidade para as mulheres, que vivem muitos anos nesse tipo de família, as famílias 'singles' costumam ser mais provisórias, sendo mais provável os homens entrarem em novos casamentos. Além do fato de que *"ter filhos é um dado desvantajoso para a mulher quando procura ter um parceiro"* (Greene e Rao, 1992:177), a idade também pesa para uma nova união.

Segundo Berquó (in Folha de São Paulo, 20.09.98), os homens tendem a se relacionar com mulheres da mesma idade e mais jovens, enquanto ocorre o oposto do lado feminino. A consequência é que, com o passar dos anos, as possibilidades de um parceiro tendem a aumentar para os homens e diminuir para as mulheres. Este fenômeno é identificado por Berquó como a "pirâmide da solidão". Para a demógrafa, "o homem não esquentava lugar no mundo dos solitários" (in Veja, 11.10.95)⁵⁶.

Estes fatores são indicativos de que, embora a monoparentalidade possa ser um estado provisório nas famílias (mãe com seus filhos), há uma tendência em se consolidar, muito maior do que a possibilidade do ex-marido continuar sozinho. Assim, as probabilidades de constituir uma família recomposta (ou até mesmo conjugal, como procurei mostrar) são maiores para os homens do que para as mulheres, o que explica a proeminência das famílias monoparentais em relação às reconstituídas. Esta também pode ser uma hipótese a se considerar, porque é uma situação rara monoparentalidade masculina. É talvez mais provável que quando o pai (nos casos incomuns em que ocorre) fique com a guarda da criança, já disponha ou venha logo a dispor de uma nova estrutura familiar, na qual residirá com o filho

⁵⁶ A utilização das reportagens jornalísticas esteve vinculada aos dados oficiais e a depoimentos de estudiosos da família, sejam eles sociólogos, demógrafos ou psicólogos/psicanalistas.

e uma nova esposa; viverá, então, numa família reconstituída e não propriamente numa família monoparental.

Na nossa pesquisa, houve um único caso de residência com o pai, este já vivendo um novo casamento e valorizando a incorporação do filho na nova família:

Agora, uma conquista maior que eu acho, é esse meu filho estar morando comigo, que eu possa estar oferecendo uma casa para ele, uma condição de vida, de estudo, de família, assim, uma condição melhor do que eu tinha a oferecer há um tempo atrás. E essa família mesmo eu acho que é uma conquista, uma conquista minha e da Cláudia, de termos resolvido morar juntos, resolvido colocar várias coisas de lado, várias vontades de fazer outras coisas na vida pra estarmos morando juntos e constituindo essa família.(Márcio)

As mulheres, por sua vez, demonstraram resistência quanto à possibilidade de um novo casamento, devido aos cuidados com os filhos:

Elas que chamaram ele pra morar aqui, porque eu não queria conviver na mesma casa. Eu tinha medo porque quando eu era mocinha, a gente vivia pra casa dos outros. várias vezes, na casa da minha tia, o marido dela ia lá botar a mão em mim. Então eu tenho traumas terríveis, não foi só numa casa. De noite, eu dormia no sofá, o marido da minha prima ia lá botar a mão no seio da gente, então eu tenho o maior pavor disso aí: ele sabe disso, mas ele tem o maior respeito pelas meninas, às vezes Bia tá dormindo, toca o telefone no quarto, eu falo: faz favor, me fala que eu vou lá, chamo e abro a porta. Então ele tem maior respeito, maior carinho, ele tem mais carinho com as minhas filhas que com os filhos dele, precisa de ver. (Rose, divorciada, vive em família reconstituída)

A entrevistada superou o medo de um nova coabitação (o medo da possibilidade das filhas sofrerem abuso sexual por parte do 'padrasto'), atendendo ao pedido das filhas, que mantiveram um bom relacionamento com o então namorado. No entanto, as dificuldades entre os/as filhos/as e o novo companheiros podem se tornar um empecilho para a coabitação, uma vez que a prevalência tende a ser, para as mulheres, do relacionamento com os filhos:

Foi aí eu vi que não tinha jeito mesmo e que tava nova e que podia, não é não? Eu hoje até não tenho vontade de me casar de novo não, eu acho meio complicado. Eu vejo amigas minhas vivendo uma experiência assim e aí é que é problema mesmo com os filhos, entendeu? Eu não sei se vai ser uma pessoa, pode ser bacana pra mim, mas pra eles, eu não sei se eu estou sendo egoísta comigo mesma. Em nenhum minuto penso em ter alguém, principalmente agora que eu vejo que esse aqui abrindo os dedos. E, ai meu deus, como é que vai ser daqui algum tempo, ele vai sair de casa e não vai dar nem bola, de repente vai querer morar sozinho e eu vou ficando aqui. Eu sou meia... tenho altos e baixos, entendeu?

- Depois que você se separou você não namorou? -

Namorei e foi sem problema. Ele freqüentava a minha casa. Freqüentava mas a intimidade tinha limites. Ele não dormia aqui em casa quando os meninos estavam aqui. Isso de jeito nenhum! Eu nunca admiti isso. Eu acho que o canto é mais deles do que meu. E eu tenho que respeitar o espaço deles.(Laila)

A identidade feminina como a mãe abnegada e devotada é tão forte que Laila afirma que a casa é mais dos filhos do que dela própria. Essa abnegação leva a que muitas mulheres prefiram desistir de enfrentar os problemas que um novo casamento traria eventualmente para os filhos, muitas vezes passando por cima de sua própria vida. O fato de ter momentos depressivos devido à sobrecarga da vida monoparental despontou em vários discursos. O elemento do sacrifício materno continua muito forte e é, algumas vezes, até mesmo reforçado nas famílias monoparentais.

Dessa forma, a monoparentalidade corresponde muitas vezes a uma situação de libertação de um casamento insatisfatório, que era fonte de sofrimento, e, nessa condição, aponta para a construção da autonomia da mulher como indivíduo. No entanto, essa autonomização pode ter seus limites ambigüamente colocados nesta cultura, que leva a mulher ao destino de uma maternidade totalizadora e absorvente de outras dimensões da experiência pessoal. A maternagem feminina como uma experiência totalizadora é vivida intensamente na ausência do cônjuge, essa ausência é sentido, mesmo que fosse estabelecida para exercer o seu papel longínquo e restrito.

7.4 As Famílias de ‘Guarda Conjunta’

Não encontramos na bibliografia disponível sobre famílias nenhum estudo que apontasse a existência de famílias nas quais a guarda é exercida conjuntamente por pai e mãe, no Brasil. As famílias que estamos denominando como de ‘guarda conjunta’ são, na verdade, um desdobramento de famílias monoparentais e ‘singles’. A diferença se dá não apenas no plano jurídico, mas no comportamento dos pais, que se tornam co-participantes na criação e educação das crianças. Nas famílias de ‘guarda conjunta’, ainda mais do que nas famílias ‘singles’, pode-se avaliar os novos valores com respeito à paternidade nas camadas médias. Nos deparamos com um único caso de famílias de ‘guarda conjunta’ na nossa pesquisa de campo. Parece ser uma combinação rara. Os filhos da nossa pesquisa, já adultos, com 20 e 22 anos, continuam a alternância, passando um mês na casa do pai e um mês na casa da mãe.

Segundo Leite (1997), a tendência a se atribuir a guarda a um só dos genitores vem se

atenuando e dando vez ao princípio de uma repartição mais equitativa da autoridade parental, havendo estímulo a novas formas, como a guarda alternada e a guarda conjunta. A segunda forma é mais facilmente aceita nos meios jurídicos. A alternativa da guarda conjunta⁵⁷ aparece como uma forma de estimular o relacionamento entre o pai e o filhos, uma vez que os pais passam a se tornar desmotivados ao serem relegados a um papel secundarizado na relação com os filhos. Os países europeus e a América do Norte têm se direcionado na atribuição da guarda conjunta.

O arranjo da guarda conjunta é dos mais recentes e tem sido discutido por especialistas para garantir a participação do pai na vida da criança, e, conseqüentemente, favorecer uma descentralização dos cuidados parentais na figura da mãe.

A família pesquisada demonstrou muitas dificuldade ao lidar com a experiência. O formato pareceu garantir um controle do pai na vida da mãe, reproduzindo uma relação desigual, que se mostrou insatisfatória e pareceu penalizar a todos:

O casamento durou três anos, foi a conta de ter os filhos, e, nos separamos. Mas ele, todo tempo, nunca se afastou realmente. Primeiro até tentamos ser muito amigos e daí. Tentamos, mas acabou que somos inimigos. Mas a gente até que batalhou pra ter uma amizade; foi impossível. Ele nunca deixou, nunca. Sabe, assim, bancou os filhos, é aquele paizão assim. Até me perturbava porque - Ah! Esse pai não me deixa ser mãe!

-Sempre participando da vida deles?

-Sempre participando, sempre intrometendo, sempre presente na verdade. (...)No começo, claro, o filho é da mãe. Mas eu já senti essa pressão do macho em cima de mim, porque eu amamenteei o Leo durante dois anos e pouco, mais de dois anos. E aos seis meses eu já tive que trabalhar, então eles tinham que resolver por aqui, se ele chorasse, eles tinham que dar mamadeira. Mas não, o pai pegava ele e levava lá no trabalho pra eu dar mamar. Eu ficava chateada. Eu fui fazer um curso de fotografia. Eu queria sair desse meio de menino me chupando (risos), não tava agüentando. Eu tava no laboratório de fotografia e ele chegava lá pra eu dar mamar, e eu , ah, que saco, vou desmamar esse menino, não agüento. Aí ele ia no pediatra e o pediatra, 'não o Leo tá muito bem, tá ótimo, não tire do peito, tá bom pra ele' e eu me sentia pressionada pelo pediatra e pelo pai a manter ele no meu peito. Mas isso eu tô te falando isso, mas acho que a responsabilidade foi minha: onde tava minha coragem de reagir, de falar 'não, sou dona de mim', depois de ter passado por um grupo feminista, falar 'o peito é meu, não vou dar mais não, chega!'

-Ele não tinha horário e dias regulamentados?

⁵⁷ Na modalidade jurídica de guarda conjunta, de que fala Leite, há a designação de uma residência única para a criança, ao contrário, da guarda alternada. "Residência única, logo, ao outro genitor fica garantida a obrigação de visita (embora sempre se fale em direito de visita) e de hospedagem. Um detém a guarda física da criança (onde genitor e filho moram), mas ambos detém a guarda jurídica do filho." (Leite,1997:272). Neste modalidade, há o exercício conjunto da autoridade parental. Na forma tradicional de guarda (atribuída à mãe), o pai é um fiscalizador e não um co-participante das decisões, orientações e educação dos filhos.

-Não, eu abri, na separação. Gostava dele, achava assim ele um pai ótimo, e a gente sentava, separado, sentava pelo chão e brincava com os filhotes. Puxa vida, eu queria isso a vida toda, e aí falava: pode chegar quando quiser. Ele acabava controlando tudo: alimentação, o que a gente fazia. Controlava tudo, a vida deles e a minha.

-E namorado, não tinha problema não?

-Sabe, da parte dele não. Quer dizer, aparentemente não. Mas não deixava de afetar a relação, essa maluquice da gente achar que é civilizado, que é isso, que é aquilo. Foi horrível, foi horrível, em matéria de criança doente. Eles doentes e a gente brigando porque um queria um tratamento e ‘não, é noutro médico’, e a gente brigava por tudo, pra ter que tomar antibiótico, eu prefiria homeopatia, aí fomos na homeopatia, mas com muita briga em tudo.(Taís)

O filho manifestou, de forma contundente, na entrevista a insatisfação com estes conflitos, sugerindo que tornou-se, junto com a irmã, o ‘equilíbrio’ da balança entre o pai e a mãe :

As coisas que deram conflito... foi principalmente, ah, difícil saber, meus pais se separaram eu tinha quase um ano, mas depois que eu comecei a ficar mais consciente foi, bom, meu pai pagava tudo, minha mãe não pagava quase nada e, de fato, tem um diferença econômica entre os dois. Bom, os filhos sempre ficam assim: a relação entre os pais é entre os pais, mas eles sempre colocam os filhos no meio. É uma coisa que não faz bem pros filhos, entendeu? O pai chegar e querer colocar os filhos contra a mãe, o filho não vai ficar contra a mãe porque é mãe dele. E vice-versa.

-Como vocês conseguiram lidar com isso?

-Ah, com muita briga, brigando, fazer o quê? Ah, esse negócio eu já esqueci, pô, deixa pra lá.

-Esqueceu?

- Esqueci assim, não vou ficar esquentando a cabeça com isso.

- Depois que vocês cresceram ficou mais fácil?

-Ficou, ficou, até porque sou eu e minha irmã, aí um vai apoiando o outro, cada um vai levando sua vida, não vamos ficar preocupando. É, assim, pra não brigar, não é pra não brigar, é pra se dar melhor, quando eu tô na casa da minha mãe ela tá na casa do meu pai, quando eu passo pra casa do meu pai ela passa pra casa da minha mãe, aí é legal, a gente se vê, pô, aos beijos, abraços.

-Mas não tem tempo?

-Tem. Um mês.

-E o que acontece se não ficar, resolver’ ah não quero ir agora’...

- Não, tem que ir. Não tem essa de não quero ir não. A menos que tenha época de prova, precisa usar o computador, aí fica, mas porque não quer, não tem isso não.(Leo)

A história desta família é muito interessante. A mãe passou por um processo de ‘dissolver preconceitos’: passou pelo movimento femininista, identificou-se com o discurso individualista, valorizando a sua subjetividade, seus desejos, embora apontasse o tempo todo na entrevista o quanto ambigualmente viveu esta individualização. O fato é que se identificava com um discurso no qual estava presente o valor do sujeito que deseja,

que não se submete, que se posiciona na sua vida e no relacionamento. A reprodução, numa forma familiar inteiramente nova, de um equilíbrio tradicional, no qual a tentativa de imposição por parte do ex-cônjuge permeava a vida do 'casal parental' impôs uma série de problemas, ao mesmo tempo que a mesma não parecia reconhecer como legítimo o espaço que o pai ocupava (o pai que não a deixava ser mãe).

A força do imperativo da maternação foi vivida quando ela deu continuidade na amamentação do seu filho, forçada pelo pai e pelo especialista. O discurso médico, como mostrou Badinter, contribuiu com grande intensidade para a ideologia da maternidade instintiva, inata e abnegada. Tais não se sentiu capaz de contrariar a pressão do pai, ancorado no discurso médico.

O 'casal parental' viveu uma situação muito contraditória, pois o divórcio não correspondeu a uma autonomização da mulher, uma vez que o controle masculino continuou vigorando na sua casa e vida, interferindo, inclusive, nos seus relacionamentos afetivos. A frase 'essa maluquice de a gente achar que é civilizado!' é indicativa da ambigüidade vivida, ao tentar alterar bases culturais profundas (a relação hierárquica com o esposo, a maternidade abnegada, a própria família conjugal) e nem sempre encontrar recursos pessoais e emocionais para vivê-las, para ser realmente 'civilizado'.

Infelizmente, na nossa pesquisa de campo, este foi o único modelo de 'guarda conjunta'. Teria sido profícuo comparar esta experiência com outras, para se avançar nas discussões.

O outro modelo de 'casal parental', no qual manteve-se uma divisão de trabalho e participação mais intensa do pai na família, não apresentou tantos conflitos, mas a mãe mantinha as 'rédeas' da família. Abaixo a reprodução do depoimento de ambos a esse respeito:

Pois é, a mulher, ela tem total controle da situação. Participação total, por ter gerado e tudo, por dar o alimento e tudo. A mulher é muito mais sensível, a mulher é muito mais inteligente que o homem, a mulher sabe, entendeu, o valor da vida. Então, geralmente a mulher é que tem condições. O homem ele pode adquirir isso, eu não estou dizendo que... mas ele não sente, eu estou falando como homem. A gente não sente sabe, filho pra gente é uma coisa normal assim, que você tem que cuidar, entendeu, dá educação, essas coisas materiais e dar amor também e tudo. Mas é muito diferente da mulher, muito diferente. A maneira como a mulher trata, como a mulher se divide e dá carinho é diferente.

-E ela fica muito mais presente?

-Muito mais. E eu acho que a criança tem que ficar é com a mãe mesmo, eu acho. Não que o homem não tenha condições. Mas pela minha concepção eu acho que é mãe quem tem que cuidar da criança, eu acho. Quando tão os dois

juntos tem que haver divisão. Mas não é igual, não é igual e nunca vai ser. É impossível o homem substituir entendeu, jamais, nem que ele queira.(Saulo)

No depoimento de Saulo toda a significação dos papéis sexuais: a relação dos filhos/as com a mãe é privilegiada. A mãe é a responsável quase exclusiva pelos filhos/as: por gerar, amamentar, sua identidade fica subsumida aos cuidados com os filhos/as. A maternação é vivida pela sua maior sensibilidade e devotamento naturais. Para ele, 'filho é assim, uma coisa normal', dando a entender que as mães são muito mais amorosas e atribuem um valor muito maior aos filhos/as. A concepção de que 'a criança tem que ficar com a mãe mesmo', reiterando o papel materno, propiciou um certo equilíbrio, pois a fonte de conflitos da família de Tais, isto é, a disputa pelos filhos, não é vivida quando se reproduz os papéis e funções tradicionais:

Igualdade? (risos). Não é nem querendo reclamar, mas acho que só tenho medo assim da gente se contentar com pouco, porque eu não sei se um dia vai ser igual, eu vejo tão diferente assim o papel. Eu sou muito mais ligada num monte de coisa da casa, sou com certeza. É meu jeito, é meu mesmo o negócio. Mas, eu particularmente, tô satisfeita, não precisava ser mais do que isso também, se isso aí for um ponto de referência eu diria que foi igual, eu não me sinto sugada, sobrecarregada não. Agora, tudo é de época, tem época que o Saulo se esquece da vida, então eu ainda reclamo, mas assim, basta uma reclamada.(Sandra)

Este 'casal parental' foi o único que pareceu apresentar um certo equilíbrio, porque, ao mesmo tempo, o pai não deixou de ter suas atribuições no cotidiano das crianças, o que evitou que a mãe se sobrecarregasse; ele não 'invadiu' o espaço da mãe, reconhecendo que cada um tinha um papel determinado na vida dos/as filhos/as. O equilíbrio se deu justamente pelo reconhecimento do 'lugar' legítimo e natural (a entrevistada diz que é 'o meu jeito mesmo, ser ligada em um monte de coisa da casa'...) de cada um. Lembremos que a *confusão* de papéis era uma fonte de conflitos na família 'guarda conjunta' analisada. Assim, não houve a diluição das fronteiras entre o masculino e o feminino, mas o estabelecimento de novas fronteiras que atribuem à mãe um papel ampliado na criação dos/as filhos/as, englobando a responsabilidade perante a vida cotidiana e a educação deles.

As famílias monoparentais, 'singles' e reconstituídas pareceram manter bem definidos os papéis feminino e masculino na organização familiar. Esses papéis não são mais a função instrumental paterna e a função expressiva materna, como teorizou Parsons: alguns homens envolvem-se e têm uma participação maior na vida dos/as filhos/as, assumem cuidados e atenções especiais, mesmo após o divórcio, mas a importância da mãe é reconhecida

maior, envolvendo os cuidados e atenções a organização doméstica, a autoridade e o afeto. As famílias de guarda conjunta parecem tentar romper a distinção dos papéis, sendo cabível para o homem assumir muitos dos cuidados e responsabilidades com os/as filhos/as.

Estudos recentes na área da família vêm valorizando cada vez mais o arranjo conjunto, no sentido de uma manutenção mais intensa dos elos com ambos os pais/mães. A criança é privilegiada em lugar dos conflitos entre seus pais/mães: *“O fato da criança ter se tornado o centro das preocupações dos profissionais do divórcio tem por consequência não somente relegar os pais e suas razões de se divorciar ao segundo plano, mas igualmente e sobretudo relegar seu conflito ao segundo plano”*(Sayn,1996 : 131).

A figura do ‘mediador familiar’ – que discutirá com os/as pais/mães as alternativas e arranjos para a família após o divórcio - surgiu da necessidade de reestabelecerem-se os vínculos parentais após o divórcio: a criança torna-se um valor e referência principal na organização dos novos arranjos: uma nova forma de sacralização da infância é vivida (Neyrand,1996).

Neste sentido, a opção pela guarda conjunta para ser a forma que se desenha para famílias mais equitativas e não pura e simplesmente uma inversão do monopólio materno, pela qual a guarda passaria para o pai. Para Ridenti(1998), a reivindicação da custódia dos/as filhos/as pelos homens seria um indicador de que têm sido buscadas relações mais igualitárias nas famílias. Acreditamos, ao contrário, que o desenvolvimento da guarda conjunta sob bases sólidas, como o recurso ao mediador familiar, o reconhecimento por parte de ambos da necessidade da manutenção dos vínculos parentais, etc. pode vir a desponta como uma forma mais equitativa de famílias no pós-divórcio.

No entanto, esta consideração deve ser tomada com cautela, uma vez que é necessário uma reformulação muito grande das relações e o desenvolvimento das redes de apoio às famílias, para que não se criem conflitos ainda mais fortes para os/as filhos/as, como aquele de se verem entre brigas e acusações de pais e mães, cada um dos quais tentando torná-lo seu aliado numa disputa que é fonte de muito sofrimento; e não haja um restabelecimento do controle e poder masculino pela sua presença no cotidiano da casa da ex-esposa:

“Que não sejam deixadas abertas às famílias em sofrimento todas as possibilidades de organizar melhor seu tempo do pós-separação conjugal(...). Então, a possibilidade do recurso a múltiplos apoios suscetíveis de ajudar a superar a crise é oferecida aos pais, no interesse de todos e não somente à criança, em nome da qual as posições se confrontam”(Neyrand,1996:139).⁵⁸

O material empírico sobre as formas familiares permite interpretar que não é estabelecida uma relação mais igualitária nos tipos heterogêneos de família. As transformações no casamento e na família provocaram uma alteração diferenciada das atribuições de gênero e reiteraram o papel feminino pela centralidade materna na vida dos/as filhos/as. As mulheres passaram a conjugar sua função econômica, trabalhando fora, com a vida familiar. As responsabilidades se multiplicaram, na ausência do cônjuge para compartilhar o cotidiano. As funções que os homens anteriormente assumiam (pagar contas ou 'olhar' as crianças, e exercer a autoridade, por exemplo), são direcionadas apenas para a mãe, que se torna, na verdade, uma 'supermãe'. Os pais parecem ter uma participação ainda tímida, caricaturados como os "eternos adolescentes" e os "coitadinhos", na fala de uma entrevistada:

Na família houve uma transformação muito grande, de que as mulheres ultrapassaram os homens, de que existiu um modelo de que o homem era o chefe da família e a mulher era a esposa e a mãe, mas com todo esse desenvolvimento da sociedade, econômico, os papéis se inverteram, não que o homem virou pai e dona de casa, não, ele continua na batalha dele, mas o que eu vejo hoje em dia e na maioria das famílias que eu conheço são mais comandadas mesmo pelas mulheres. Em todos os sentidos, tanto financeiro, a mulher é que controla mais as finanças mesmo, tem o controle e a organização dessa parte, da família, dos filhos e da própria história assim espiritual da família mesmo, acho que é a mulher que tá no comando mesmo, ela que tá tendo a força mesmo. Eu costumo dizer assim, às vezes eu sinto que eu não tenho marido, eu tenho um filho mais velho, porque os homens são, ficaram assim meio dependentes mesmo, são mais perdidos mesmo na história, de evolução social, de evolução da humanidade. É uma coisa muito sutil, porque as próprias mulheres não permitem, quer dizer, as mulheres estão sacando mesmo toda essa história, não permitem que isso fique muito claro, porque coitadinho, o que seriam deles? Então é uma coisa muito sutil mesmo, toda essa força, toda essa energia da mulher, na divisão de maneira geral, acaba ficando mais para a mulher. No meu caso particular, ele me ajuda muito, até nas tarefas de casa, lavar louças, arrumar, cuidar das plantas, essas coisas, mas eu sinto assim que o comando é meu, tudo fica muito dependente de mim, às vezes eu fico muito cansada, mas o comando das coisas funcionarem bem, ficarem organizadas, depende muito da minha atuação.(Cláudia)

⁵⁸ Tradução da autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer os conteúdos e significados que foram formando a família contemporânea, deparâmo-nos com uma diversidade nos vários períodos históricos, nas culturas humanas e nas classes sociais. Essa heterogeneidade aponta para o fato de a família ser uma construção cultural. Os elementos formativos da família contemporânea têm origem na ascendência histórica do amor romântico. A família baseada no amor entre os cônjuges carrega um conteúdo afetivo inédito na história ocidental.

Desde então, esse conteúdo afetivo não cessou de ampliar-se nas relações entre os cônjuges, sendo cada vez mais exigida a qualidade relacional. Emergiu, assim, uma nova forma de relação amorosa baseada na igualdade sexual e emocional, a que Giddens denominou de relacionamento puro.

O amor entre pais e filhos é também datado historicamente. Ariés e Badinter exploraram a indiferença perante a vida das crianças na sociedade antiga. A valorização da infância corresponde à qualidade afetiva da família conjugal moderna. A parentalidade se fundamenta em uma responsabilidade emocional pela estrutura psíquica dos filhos/as. A chamada psicologização da família é um fenômeno de radicalização dos conteúdos afetivos na família, porque estrutura as suas relações por meio do compromisso e do investimento, desconstruindo hierarquias etárias e sexuais. A base desse fenômeno é o individualismo, tomado como a igualdade dos indivíduos em direitos e deveres.

A família torna-se politicamente relevante pois é um espaço no qual pode ser desenvolvida uma cidadania privada e o direito de mulheres e crianças, negados na história pela autoridade patriarcal. Esse individualismo torna-se cada vez mais subjetivado com o desenvolvimento da reflexividade social: os indivíduos se vêem diante de alternativas e escolhas. As opções abertas formam a possibilidade de construção da auto-identidade.

Na família, esse processo é a base da multiplicação de formas heterônomas, exploradas na atualidade. O imperativo de se constitui-la como um espaço de liberdade para homens, mulheres e crianças conduz à flexibilização das relações, a uma educação menos autoritária, e a uma pluralidade de formas.

Assim, pensando no sentido etimológico da palavra *família*, que tem origem na palavra *famulus*, cuja referência é o conjunto de escravos, servos, mulheres e crianças do senhor, hoje, ao contrário, a família se relaciona cada vez mais com o afeto, o respeito pelo

outro e a possibilidade de, mantendo as diferenças, atingir relações cada vez mais equitativas.

A sociedade que se choca com a violência doméstica e produz instâncias de defesa dos direitos da mulher, como as Delegacias de Mulheres, que surgem na década de 80 e as Casas de Recolhimento para mulheres agredidas e ameaçadas (ainda que precárias) atendem a essa exigência dos direitos da mulher. Os direitos das crianças também tem-se desenvolvido, tendo sido criados mecanismos jurídicos de proteção da infância, em relação à violência doméstica e sexual. Vivemos no outro extremo das sociedades patriarcais da Idade Média, nas quais o poder do pai sobre a vida dos filhos era ilimitado. As instâncias jurídicas de proteção à mulher e ao menor concorrem com mudanças nas relações parentais e afetivo-sexuais.

Cada vez mais, o sentido de família se relaciona com uma condição gratificante. Mas, até que ponto a família corresponderá às demandas dos indivíduos que procuram uma cidadania privada?

A pesquisa realizada com camadas médias do Plano Piloto abriu um leque de questões e problemas sobre a família na contemporaneidade, alguns dos quais foram explorados, outros apenas delineados, nesta dissertação. A riqueza da pluralidade de formas familiares e da construção de novos estilos de vida foi incomensurável e sentimos enormemente a impossibilidade de dar conta dessa riqueza, pois alguns pontos foram mais destacados que outros, para viabilizar o trabalho.

Em relação ao enfraquecimentos das relações parentais, deparamo-nos na pesquisa com o afrouxamento das relações mais agressivas e rígidas nas quais os entrevistados haviam sido socializados. Houve um consenso geral, estabelecido por mediações diversas, de que a educação dos filhos se dava sobre novas bases.

A necessidade de forte investimento emocional no relacionamento conjugal foi outro aspecto importante, sendo que a monogamia foi muito enfatizada como um valor que destituiu o duplo padrão sexual relativo aos homens e mulheres: a fidelidade é requerida como base da igualdade sexual entre os cônjuges. Os casais pedem dedicação, compromisso e respeito nos relacionamentos, muitos dos quais, não tendo sido atendidos, desembocaram em rupturas, divórcios e separações. Esses foram os campos nos quais a visibilidade dos valores igualitários mais se evidenciou: o afrouxamento do autoritarismo parental e a exigência de relações mais compartilhadas entre os cônjuges.

A sexualidade é uma esfera na qual as hierarquias persistem sob a forma de estigmas e normatizações do feminino. Nos depoimentos dos entrevistados, surgiram prescrições e

limites para as mulheres viverem a sexualidade: medo de serem identificadas como prostitutas, dificuldades de se verem como sujeito de desejo, e não objeto, entre outras, que demonstraram as diferenças do masculino (para quem é desejável acumular relações sexuais) e do feminino.

Assim, as disparidades entre os valores de camadas médias e baixas não são assim tão polarizadas, havendo muitas continuidades. A sociologia voltada para as camadas médias, ao insistir muito no seu conteúdo igualitarista, na sua pós-modernidade, no discurso do *self*, na diluição das fronteiras entre os sexos, etc. , em tudo o que pudesse identificá-la a uma modernização de valores na sociedade brasileira, minimizou o lugar das ambigüidades, das redefinições dos papéis, da permanência de valores hierárquicos, dos estigmas reatualizados em torno da sexualidade feminina.

A ênfase no conteúdo igualitarista das camadas médias, em oposição à permanência da hierarquia nas camadas populares, parece pintar um retrato parcial de ambas, as quais vivem envoltas em contradições e paradoxos vividos pelas mudanças e permanências nos valores. É muito importante à perspectiva sociológica incorporar esta mediação entre os valores novos e velhos que são ambíguos e fronteirios. Este trabalho procurou mostrar a ambigüidade das mudanças, sem querer descaracterizá-las como mudanças; o fato é que trazem em si muitas permanências.

Os/as entrevistados/as , por exemplo, afirmavam identificar uma maior igualdade nos papéis sexuais. Segundo suas falas: 'o chefe são os dois' ou que: 'aqui são todos iguais', mas, simultaneamente, falavam das divisões de papéis; as mulheres apontando para as perdas e os prejuízos da maternação. Estes fatos mostraram que as decisões passaram a ser divididas pelos cônjuges e os dois se reconheciam como portadores de direitos e deveres eqüitativos. No entanto, as persistentes hierarquias de gênero foram a face mais marcada das permanências nas famílias, o que não era percebido pelos/as entrevistados/as como uma desigualdade.

Os atributos tradicionais que constróem a identidade masculina de trabalhador e provedor e a feminina de mãe sofreram poucas modificações. As mães continuaram como as maiores responsáveis pela maternação e organização doméstica, assumindo uma multiplicidade de papéis ao conjugar àquelas funções um trabalho profissional. O não reconhecimento das desigualdades naquelas mulheres, mesmo referindo-se aos prejuízos e perdas pessoais impostos pela responsabilização exclusiva dos filhos remete a uma interpretação biologicista do comportamento humano: as desigualdades são concebidas como diferenças naturais do masculino e do feminino. A naturalização das diferenças é a

base onde são ancoradas as desigualdades.

Os autores que levantam questões sobre masculinidade têm apontado que o monopólio materno não corresponde apenas a uma sobrecarga de funções na mulher, mas equivale também à perda dos homens das possibilidades de uma aproximação com vida emocional e afetiva pelo exercício da paternidade. Neste sentido, a distribuição mais equitativa e a construção de novas identidades mais flexíveis para homens e mulheres seria a possibilidade de se constituírem pessoas mais livres: mulheres menos sujeitas ao imperativo do sacrifício maternal e homens mais afetivos e sensíveis, gerando relações familiares mais equilibradas e ricas.

Os filhos provenientes de famílias nas quais a mãe não exerce só a função expressiva, mas também instrumental, visualizam um pai ausente e simbólico. A mulher é positivada na família enquanto o homem continua longínquo e distante. A ausência do pai é sentida pelo filho como uma identificação negativa com a mãe, levando a comportamentos agressivos; para as filhas geraria o desenvolvimento de formas de dependência emocional. Assim, uma distribuição mais equitativa seria a forma de minorar as desigualdades entre gêneros e abrir a margem para a construção da auto-identidade.

A intercambialidade de atributos humanos como sensibilidade, objetividade, intuitividade, racionalidade poder ser vivida por homens e mulheres, retirando a coercividade das regras polares e binárias nos papéis de gêneros, e, quem sabe, diminuir o abismo emocional entre os gêneros? Estimular culturalmente homens mais afetuosos, e não agressivos, autoritários e homofóbicos (desvalorizadores do feminino), e mulheres mais autonomizadas e, não submissas e abnegadas, pode ser a base para a construção de uma nova ordem emocional e familiar.

Todas estas questões tornam-se superdimensionadas nas famílias divorciadas. A ausência do pai, valorizada na cultura do 'pai-autoridade', toma proporções consideráveis. Os homens ou se excluem ou acabam sendo excluídos ou secundarizados no núcleo familiar monoparental. Mesmo aqueles que participam, fazem-no de forma tímida e pequena. As mulheres são emocionalmente sobrecarregadas ao assumir praticamente toda a responsabilidade sobre os filhos, sacrificando muitas vezes sua vida profissional. As crianças ressentem-se da ruptura e das dificuldades que os pais encontram em tornar-se um casal parental.

Assim, a pluralidade das formas familiares, nas camadas médias, um fenômeno novo na atualidade, não pode dar margem à conclusões apressadas de um igualitarismo presente nas relações de gênero. No interior da 'heterogenidade' há regularidades: fronteiras são

demarcadas, a criação dos/as filhos/as levadas adiante pelas mães solteiras ou separadas mostra que na nova 'heterogeneidade' muita coisa permanece como era antes.

A flexibilidade da família pós-tradicional - que compreende realização emocional e afetiva, mais do que a manutenção de papéis rígidos - coloca-nos diante de um paradoxo: com a dissolução do casal as mulheres acumulam funções, anteriormente compartilhadas, o que compromete sua autonomização, devido a um superinvestimento que são levadas a fazer no trabalho e na família, para manter e educar os/as filhos/as. Os papéis de homens e mulheres acabam por ser ressignificados e algumas vezes, até mesmo reforçados na vida privada.

Assim, o modelo conjugal de divisão dos papéis é colocado em xeque, principalmente nas famílias plurais. As políticas públicas voltadas para uma participação do pai na vida doméstica e familiar são importantes para apontar para relações mais equitativas. As relações desiguais formadas e estimuladas na cultura entre homens e mulheres tornam-se extremamente problemáticas, no pós-divórcio.

No entanto, para retirar o homem do seu estranhamento com a vida doméstica, seria necessário desconstruir imagens estereotipadas de homens como agressivos e viris e , simultaneamente, das mulheres como naturalmente maternais. Estas condições impõem um novo percurso histórico e político nas relações de gênero: uma nova ordem emocional e familiar minoraria os prejuízos sentidos pelos filhos/as, pais e mães com a ruptura do laço conjugal.

Woortman desenvolveu um estudo, na década de 70, no qual demonstrava que as famílias de camadas baixas tornavam-se 'famílias de mulheres' pois os pais abandonavam o núcleo doméstico e transformavam a família num domínio exclusivamente feminino. O modelo ideal e hegemônico de família continuava sendo o conjugal, a matrifocalidade vivida como uma exceção e uma extemporaneidade imposta pela precariedades das condições de vida, pela pobreza.

Na atualidade, é acenada uma situação contrária: as famílias monoparentais têm aumentado nas sociedades ocidentais (em algumas regiões dos Estados Unidos, constata-se 50% de famílias monoparentais), ameaçando vir a tornar-se hegemônicas. No entanto, a hegemonia da 'família das mulheres', é também, para utilizar a expressão de Sulerrot(1992) 'o crepúsculo dos pais'.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ângela M. "Notas sobre a Família no Brasil" in ALMEIDA, A. M. e CARNEIRO, Renata José. *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Ed. Espaço e Tempo e Ed. da UFRJ, RJ, 1987.

ALMEIDA, Renata Isabel Mendes. *Masculino/Feminino: Tensão Insolúvel. Sociedade Brasileira e Organização da Subjetividade*. Ed. Rocco, RJ, 1996.

----- "A "Nova Maternidade": Uma Ilustração das Ambigüidades do Processo de Modernização na Família" in FIGUEIRA, Sérvulo(Org.). *Uma Nova Família? O Moderno e o Arcaico na Família de Classe Média Brasileira*, Ed. Jorge Zahar, RJ, 1987.

ALVAREZ, Sonia. "Para uma "Coreografia" Democrática: Cultura, Política e Cidadania" in ARAÚJO, Ângela(Org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. Ed. Scritta, SP, 1997.

ALVES, Branca Moreira e LINHARES, Leila de Andrade. "Permanência ou Mudança: a Legislação sobre a Família no Brasil" in RIBEIRO, Ivete(Org.). *Sociedade Brasileira Contemporânea: Família e Valores*. Edições Loyola, SP, 1987.

----- "Novos Padrões e Velhas Instituições: Feminismo e Família no Brasil" in RIBEIRO, Ivete(Org.). *Sociedade Brasileira Contemporânea: Família e Valores*. Edições Loyola, SP, 1987.

ARAGÃO, Luiz Tarlei de. "O Casamento Acabou. Viva o Casamento" in CALLIGARS et alli. *O Laço Conjugal*. Ed. Artes e Ofício, Porto Alegre, 1994.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Ed. Forense Universitária, RJ, 1993.

----- *Homens em Tempos Sombrios*. Ed. Cia das Letras, SP, 1987.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Ed. Guanabara, RJ, 1986.

----- "Por uma História da Vida Privada" in CHATIER, Roger e ARIÈS, P. (Orgs.). *História da Vida Privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Ed. Cia das Letras, SP, 1991.

----- "A Família e a Cidade" in FIGUEIRA, S. e VELHO, G.(Orgs.). *Família, Psicologia e Sociedade*. Ed. Campus, RJ, 1981.

----- "Reflexões sobre a História da Homossexualidade"; "O Amor no Casamento"; "O Casamento Indissolúvel" in ARIÈS, Philippe e BENJIN, André. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais. Contribuições para a História e para a Sociologia da Sexualidade*. Ed. Brasiliense, SP, 1982.

ARILHA, Margareh. RIDENTI, Sandra e MEDRADO, Benedito. (Orgs). *Homens e Masculinidades - Outras Palavras*. Ed./34, ECOS, SP, 1998.

BADINTER, Elizabeth. *Um Amor Conquistado. O Mito do Amor Materno*. Ed. Nova Fronteira, RJ, 1985.

-----*Sobre a Identidade Masculina*. Ed. Nova Fronteira, RJ, 1989.

BANDEIRA, Lourdes. *A Construção da Cidadania Social das Mulheres no Brasil*. Série Sociológica nº 35. Brasília, 1996.

----- *Relações de Gênero, Corpo e Sexualidade*, Reunião Nacional sobre Incorporação do Enfoque de Gênero e Qualidade de Atenção nos Serviços de Saúde Reprodutiva, 1996.

BANDEIRA, Lourdes e SIQUEIRA, Deis. "A Perspectiva Feminista no Pensamento Moderno e Contemporâneo". *Sociedade e Estado*, 2º sem. 1997. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

BARROS, Miriam Lins. *Autoridade e Afeto. Avós, Filhos e Netos na Família Brasileira*. Ed. Zahar, RJ, 1987.

BARSTED, Leila L. "De Igualdades e de Diferenças: Falando sobre Mulheres" in RIBEIRO E RIBEIRO. *Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira*. Ed. Loyola, SP, 1995.

----- "Permanência ou Mudança? O Discurso Legal sobre a Família" in *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Ed. Espaço e Tempo, RJ, 1987.

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Ed. Hucitec, SP, 1992.

BÉJIN, André. "O Casamento Extra-Conjugal dos Dias de Hoje" in ARIÈS, P. e BENJIN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais. Contribuições para a História e para a Sociologia da Sexualidade* Ed. Brasiliense, SP, 1985.

BENTO, Berenice Alves de Melo. *Um Certo Mal-estar: Queixas e Perplexidades Masculinas*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, 1998.

BERGER, P. I., e LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Ed. Vozes. Petrópolis, 1983.

BERQUÓ, Elza e OLIVEIRA, Renata. "Casamento em Tempos de Crise". *Revista Brasileira de Estudos de População* vol. 9, nº 2, SP, jul/dez 1992.

----- “A Família no Século XXI: um Enfoque Demográfico”. *Revista Brasileira de Estudos de População* vol. 6, nº 2, SP, jul/dez 1989.

BEZZOLA-ROMANO, Graziela. “Les Valeurs Dites Féminines et Masculines dans le Monde du Travail” in CHAPONNIÈRE, Martine et alli. *Les Valeurs dites Féminines et Masculines - leur Impact sur la Vie Sociale et Professionnelle des Femmes*. L’Âge d’Homme, 1993.

BICALHO, Nair. *Trabalhadores Pobres e Cidadania: a Experiência da Exclusão e da Rebelia na Construção Civil*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da USP, 1994.

BILAC, E.D. “Trabalho e Reprodução Cotidiana: Apresentação” in *Revista Brasileira de Estudos de População* vol. 11, nº 2, 2º sem. 1994.

----- “Sobre as Transformações nas Estruturas Familiares no Brasil. Notas Muito Preliminares” in RIBEIRO E RIBEIRO. *Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira*. Ed. Loyola, SP, 1995.

----- “Família: Algumas Inquietações” in CARVALHO, Renata do Carmo Brant de (Org.) *A Família Contemporânea em Debate*. Ed. Educ, SP, 1995.

BORDERÍAS, Cristina et alli. (Org.). *Las Mujeres y el Trabajo: Rupturas Conceptuales*. Ed.. Icaria/Fuehm, Barcelona, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Ed. Marco Zero, RJ, 1983.

----- *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. Ed. Papirus, SP, 1996.

BRANDÃO, Elaine. *Subjetividade Feminina em Contexto Conjugal Violento*, Anpocs, 1997.(Mimeo)

BRUSCHINI, Renata C. A. *Mulher, Casa e Família. Cotidiano nas Camadas Médias Paulistas*. Ed. Revista dos Tribunais Ltda, SP, 1990.

----- “Alguns Marcos Teóricos sobre Família”. *Revista Brasileira de Estudos de População* vol. 6, nº 1, 1º sem. 1989.

----- “O Trabalho da Mulher Brasileira até a Primeira Metade dos Anos Noventa”. 49º SBPC, MG, 1997a.

----- “A Mulher Brasileira no Mercado de Trabalho”. Seminário A Mulher na Magistratura, RJ, 1996.

----- “Mudanças e Persistências no Trabalho Feminino - Brasil 1985 a 1995. Simpósio Internacional Cidadania, Trabalho Feminino e Globalização, SP, 1997b.

BRUSCHINI, Renata C. A. e COSTA, Albertina de Oliveira.(Orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Ed. Rosa dos Tempos, RJ, Fundação Carlos Chagas, SP, 1992.

BURGOYNE, Carole and Morison, Victoria. "Money in Remarriage: Keeping Things Simple and Separate" in *The Sociological Review*, vol. 45, nº 3, Ed. Keele University, 1997.

CALLIGARIS, Contardo. "O Grande Casamenteiro. Questionamentos Psicanalíticos sobre o que nos Leva a Casar" in CALLIGARS et al. *O Laço Conjugal*. Ed. Artes e Ofício, Porto Alegre, 1994.

CANEVACCI, Massimo(Org.). *Dialética da Família. Gênese, Estrutura e Dinâmica de uma Instituição Repressiva*. Ed. Brasiliense, SP, 1987.

CATELLI, Rosana. "La Famille Incertaine (Resenha)". *Revista Brasileira de Estudos de População* vol. 6, nº 2, SP, jul/dez 1989 .

CHAUÍ, Marilena. "Raízes Teológicas do Populismo no Brasil - teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados" in DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. Ed. Brasiliense, SP, 1994.

CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da Maternidade. Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher*. Ed. Rosa dos Tempos, RJ, 1990.

CORNEAU, Guy. "Paternidade e Masculinidade" in NOLASCO, S. (Org.) . *A Desconstrução do Masculino*. Ed. Rocco, RJ, 1995.

CORRÊA, Mariza. "Repensando a Família Patriarcal Brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)" in ARANTES, Antonio Augusto (Org.), *Colcha de Retalhos Estudos Sobre a Família no Brasil*, Ed. Unicamp, Campinas, 1993.

CORREA, Sônia. "Gênero e Sexualidade como Sistemas Autônomos: Idéias Fora do Lugar?" in PARKER, Richard e BARBOSA, Regina (Orgs). *Sexualidades Brasileiras*. Ed. Relume-Dumará, RJ, 1996.

COSTA, Jurandir F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Ed. Graal, RJ, 1989.

CRUZ, Elizabete. " Quem Leva o Nenê a Bolsa?: o Masculino na Creche" in ARILHA, Margareh. RIDENTI, Sandra e MEDRADO, Benedito. (Orgs). *Homens e Masculinidades - Outras Palavras*. Ed./34, ECOS, SP, 1998.

DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*. Ed. Guanabara, RJ, 1991.

----- *O que faz o Brasil, Brasil?* Ed. Rocco, RJ, 1994.

----- *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Ed. Guanabara, RJ, 1990.

----- "A Família como Valor: Considerações Não-Familiares sobre a Família Brasileira" in ALMEIDA, AM. e CARNEIRO, Renata José. *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Ed. Espaço e Tempo e Ed. UFRJ, RJ, 1987.

DAUSTER, Tania. "Código Familiar: Uma Versão sobre o Significado da Família em Camadas Médias Urbanas". *Revista Brasileira de Estudos de População* vol. 5, jan/jun 1988.

----- "A Invenção do Amor: Amor, Sexo e Família em Camadas Médias Urbanas" in FIGUEIRA, Sérvulo(Org.). *Uma Nova Família? O Moderno e o Arcaico na Família de Classe Média Brasileira*, Ed. Jorge Zahar, RJ, 1987.

----- "A Desafiante Mãe Solteira" in *A Nova Família*. Encarte Especial do Jornal do Brasil, RJ, 14 de julho de 1985.

D'INCAO, Renata Angela. *Amor e Família no Brasil*. Ed. Contexto, SP, 1989.

----- *Sentimentos Modernos e Família*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1996.

DURHAM, R. "Família e Reprodução Humana". *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 3, Ed. Zahar, RJ, 1983.

DUARTE, Luiz Eduardo. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Ed. Zahar/CNPQ, RJ, 1986.

----- "Horizontes do Indivíduo e da Ética no Crepúsculo da Família" in RIBEIRO E RIBEIRO, *Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira*. Ed. Loyola, SP, 1995.

DURKHEIM, Emile. *A Ciência Social e a Ação*. Editorial Presença, Lisboa, 1975.

----- *Da Divisão do Trabalho Social*. Ed. Martins Fontes, SP, 1995.

DUMONT, Louis. *O Individualismo. Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*. Ed. Rocco, RJ, 1985.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Ed. Jorge Zahar, RJ, 1994.

Estudos Sócio-econômicos da Unidade Familiar do DF. Estrutura de Renda. Codeplan, Brasília, 1996.

FIGUEIRA, Sérvulo(Org.). *Uma Nova Família? O Moderno e o Arcaico na Família de Classe Média Brasileira*, Ed. Jorge Zahar, RJ, 1987.

FLANDRIN, Jean-Louis. *O Sexo e o Ocidente*. Ed. Brasiliense, SP, 1988.

----- “A Vida Sexual dos Casados na Sociedade Antiga” in ARIËS, P. e BENJIN, A.(Orgs.) *Sexualidades Ocidentais. Contribuições para a História e para a Sociologia da Sexualidade*. Ed. Brasiliense, SP, 1985.

FONSECA, Cláudia. “A História Social no Estudo da Família: uma Excursão Interdisciplinar.” *BIB 27*, Anpocs, RJ, 1989.

----- “Amor e Famílias: Vacas Sagradas da nossa Época”. in RIBEIRO E RIBEIRO, *Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira*. Ed. Loyola, SP, 1995.

----- “Honra, Humor e Relações de Gênero: um Estudo de Caso” BRUSCHINI, Renata C. A. e COSTA, Albertina de Oliveira.(Orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Ed. Rosa dos Tempos, RJ, Fundação Carlos Chagas, SP, 1992.

----- “Pais e Filhos na Família Popular” in D’INCAO, Renata Angela. *Amor e Família no Brasil*. Ed. Contexto, SP, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Ed. Record, RJ, 1996.

----- *Sobrados e Mocambos*, Ed. José Olympo, RJ, 1961.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A Vontade de Saber*. Ed. Graal, RJ, 1984.:

FUKUI, Lia F. G. “Estudos e Pesquisas sobre Família no Brasil” in CERQUEIRA, Diniz (Org.) *O que se Deve Ler em Ciências Sociais no Brasil 1*. Ed. Cortez, Anpocs, 1986.

GARCIA, Sandra M. “Conhecer os Homens a partir do Gênero e para além do Gênero” in ARILHA, Margareh. RIDENTI, Sandra e MEDRADO, Benedito. (Orgs.) *Homens e Masculinidades - Outras Palavras*. Ed./34, ECOS, SP, 1998.

GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud - A Educação dos Sentidos*. Ed. Cia das Letras, São Paulo, 1988.

----- *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud - A Paixão Terna*. Ed. Cia das Letras, São Paulo, 1990.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. Ed Unesp, SP, 1991.

----- *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Ed. Unesp, SP, 1993.

----- *Para Além da Esquerda e da Direita - O Futuro da Política Radical*.

Ed. Unesp, SP, 1996.

GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Ed. Zahar, RJ, 1982.

GOLDANI, Ana Renata. "As Famílias no Brasil Contemporâneo e o Mito da Desestruturação". *Cadernos Pagu. De Trajetórias e Sentimentos*, nº 1, Ed. Unicamp, Campinas, 1993.

GOODE, Willian J. *Revolução Mundial e Padrões de Família*. Companhia Ed. Nacional/USP, SP, 1969.

GREENE, Margaret e RAO, V. "A Compressão do Mercado Matrimonial e o Aumento das Uniões Consensuais no Brasil". *Revista Brasileira de Estudos de População* vol. 9, nº 2, 2º sem., 1992.

GUILLOT-MARCHI, Caroline. "Et chez toi, qui fait quoi?" in NEYRAND, Gerard. *La Famille Malgré Tout*. Panoramiques, Paris, 1996.

GUITMARÃES, Iracema B. "As Articulações Possíveis: Família e Reprodução em um Segmento Operário". *Revista Brasileira de Estudos de População* vol. 11, nº 2, 2º sem. 1994.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tempo Brasileiro, RJ, 1984.

-----"O Comportamento Político dos Estudantes Comparado ao da População em Geral" in BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude II: para uma Sociologia Diferencial*. Ed. Zahar, RJ, 1968.

HAGUETTE, Teresa Renata Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1987.

HEILBORN, Renata Luiza. "O que faz um Casal, Casal? Conjugalidade, Igualitarismo e Identidade Sexual em Camadas Médias Urbanas" in *Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira*. Ed. Loyola, SP, 1995.

HIRATA, Helena e HUMPRHREY, John. "Estruturas Familiares e Sistema Produtivo: Famílias Operárias na Crise". *Revista de Sociologia da USP, Tempo Social*, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, Ed. José Olympio, RJ, 1979.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. “Feminismo em Tempos Pós-Modernos” in HOLLANDA, Heloísa Buarque(Org.). *Tendências e Impasses - O Feminismo como Crítica da Cultura*. Ed. Rocco, RJ, 1994.

HORKHEIMER, Max. “Autoridade e Família” in *Teoria Crítica 1*, Ed. Perspectiva/USP, SP, 1990.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. “Autoridade e Família” in *Família*. Ed. Cultrix, SP, 1981.

----- “La Familia y el Autoritarismo” in Horkheimer et alli. *La Familia*. Ed. Península, Barcelona, 1970.

JABLONSKI, Bernardo. “A Difícil Extinção do Boçalossauro” in NOLASCO, S. (Org.) *A Desconstrução do Masculino*. Ed. Rocco, RJ, 1995.

KARTHEVSKY, Andrée et alli.(Org.) *O Sexo do Trabalho*. Ed. Paz e Terra, RJ, 1986.

KAUFMANN, Jean Claude. “Les deux Vies du Couple” in NEYRAND, Gerard. *La Famille Malgré Tout*. Panoramiques, Paris, 1996.

KERGOAT, D. “Por una Sociologia de las Relaciones Sociales” in BORDERÍAS, Cristina et alli. (Org.) *Las Mujeres y el Trabajo: Rupturas Conceptuales*. Ed. Icaria/Fuehm, Barcelona, 1994.

LAFONT, Hubert. “As Turmas de Jovens” in ARIÈS, P. e BENJIN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais. Contribuições para a História e para a Sociologia da Sexualidade*. Ed. Brasiliense, SP, 1985.

LASCH, Christopher. *Refugio num Mundo sem Coração. A Família: Santuário ou Instituição Sitiada?* Ed. Paz e Terra, RJ, 1991.

LEITE, Eduardo Moreira. *Famílias Monoparentais. A Situação Jurídica de Pais e Mães Solteiros, de Pais e Mães Separados e dos Filhos na Ruptura da Vida Conjugal*. Ed. Revista dos Tribunais, SP, 1997.

LEAL, Ondina F. e BOFF, Adriane. “Insultos, Queixas, Sedução e Sexualidade: Fragmentos de Identidade Masculina em uma Perspectiva Relacional” in PARKER, R. e Barborsa, R. (Orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Ed. Relume-Dumará, RJ, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Ed. Vozes, Petrópolis/Ed. da USP, SP, 1976.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*. Lisboa: Ed. Gallimard, 1983.

LOBATO, Josefina Pimenta. *Amor, Desejo e Escolha*. Ed. Record: Rosa dos Tempos, RJ, 1997.

LYRA, Jorge e RIDENTI, Sandra. *Mãe Presente, Pai Ausente? Reflexões Preliminares Sobre as Funções Parentais nos Anos Noventa*. Anpocs, 1996. (Mimeo)

LYRA, Jorge. "Paternidade Adolescente: da Investigação à Intervenção" in ARILHA, Margareh. RIDENTI, Sandra e MEDRADO, Benedito. (Orgs). *Homens e Masculinidades - Outras Palavras*. Ed./34, ECOS, SP, 1998.

MACFARLANE, Alan. *História do Casamento e do Amor de 1300 a 1840*. Ed. Cia das Letras, SP, 1990.

MACHADO, Lia Zanotta. *Estudos de Gênero: a Reivindicação Radical do Simbólico*. Anpocs, 1997. (Mimeo)

----- "Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade" in BRUSCHINI, Renata C. A. e COSTA, Albertina de Oliveira. *Uma Questão de Gênero*. Ed. Rosa dos Tempos, RJ, Fundação Carlos Chagas, SP, 1992.

MacRAE, Edward. "Movimentos Sociais e os Direitos de Cidadania dos Homossexuais" in ARAÚJO, Ângela(Org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. Ed. Scritta, SP, 1997.

MATOS, Bráulio Tarcisio Porto de. *Paidéia Brasileira e Cidadania Animal. Estudo Exploratório do Processo Formativo da Consciência Política em um Grupo de Jovens Eleitores*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia/UnB, 1993.

MEAD, Margareth. *Macho e Fêmea*. Ed. Vozes, Petrópolis/RJ, 1971.

-----*Sexo e Temperamento*. Ed. Perspectiva, SP, 1988.

MEDRADO, Benedito. "Homens na Arena do Cuidado Infantil: Imagens Veiculadas pela Mídia" in ARILHA, Margareh. RIDENTI, Sandra e MEDRADO, Benedito. (Orgs). *Homens e Masculinidades - Outras Palavras*. Ed./34, ECOS, SP, 1998.

MICHEL, André. *Sociologia da Família e do Casamento*. Ed. Rés, Porto, 19?.

MORAIS, David. "A Opção de Ser Solteiro". *A Nova Família*. Encarte Especial do Jornal do Brasil, RJ, 14 de julho de 1985.

MOREIRA, Renata; RIBEIRO, Sônia; COSTA, Karine. "Violência contra a Mulher na Esfera Conjugal: Jogo de Espelhos" in COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina.(Orgs.) *Entre a Virtude e o Pecado*". Fundação Carlos Chagas/ Rosa dos Tempos, RJ, 1992.

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade, Libertação e Fé. Por uma Erótica Cristã*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1985.

MUSZKAT, Malvina. "Violência de Gênero e Paternidade" in ARILHA, Margareh. RIDENTI, Sandra e MEDRADO, Benedito. (Orgs.) *Homens e Masculinidades - Outras Palavras*. Ed./34, ECOS, SP, 1998.

NEYRAND, Gérard. "Divorce: et les Enfants?" in NEYRAND, Gerard. *La Famille Malgré Tout*. Panoramiques, Paris, 1996.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. "Mal-estar na Família: Descontinuidade e Conflito entre Sistemas Simbólicos" in FIGUEIRA, S.A. (Org.) *Cultura da Psicanálise*, Ed. Brasiliense, EP, 1985.

----- "Família e Pedagogia: Nostalgia do Tradicional ou Carência do Novo?" in FIGUEIRA, Sérvulo(Org.). *Uma Nova Família? O Moderno e o Arcaico na Família de Classe Média Brasileira*. Ed. Jorge Zahar, RJ, 1987.

NOLASCO, Sócrates. "A Desconstrução do Masculino: uma Contribuição Crítica à Análise de Gênero" in NOLASCO, S. (Org.) . *A Desconstrução do Masculino*. Ed. Rocco, RJ, 1995.

NUNES, Brasilmar. *Família e Socialização: Elementos de um Debate Teórico*. Mimeo, (s/d).

NUNES, Christiane Girard. "Identidade e Cultura: Reflexões sobre uma Categoria Sócio-Profissional" in NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *Brasília: a Construção do Cotidiano*. Ed. Paralelo 15, Brasília, 1997.

PAOLI, Renata Célia. "O Coletivo, o Social e os Direitos do Indivíduo" in ARAÚJO, Ângela(Org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. Ed. Scritta, SP, 1997.

----- "A Família Operária: Notas sobre sua Formação Histórica no Brasil" in Revista de Sociologia da USP, *Tempo Social*, 1992.

PARSONS, Talcott e BALES, Robert F. *Family: Socialization and Interaction Process*. Ed. Free Press, Grã-Bretanha, 1969.

PIERUCCI, Antonio Flávio. "Linguagens Autoritárias, Voto Popular" in DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. Ed. Brasiliense, SP, 1994.

----- "Ciladas da Diferença". *Revista de Sociologia da USP, Tempo Social*, 2º sem. 1990.

POLLAK, Michel. "A Homossexualidade Masculina, ou: a Felicidade no Gueto" in ARIÈS, P. e BENJIN, A.(Orgs.) in *Sexualidades Ocidentais. Contribuições para a História e para a Sociologia da Sexualidade*. Ed. Brasiliense, SP, 1985.

PRADO, Danda. *O que é Família*. Ed. Brasiliense, SP, 1981.

----- *Caracterização das Relações Familiares de Mães Homossexuais*. Anpocs, 1996.

PROST, Antoine. "Fronteiras e Espaços do Privado" in PROST, Antoine e VINCENT, Gérard (Org.). *História da Vida Privada 5. Da Primeira Guerra aos Nossos Dias*. Ed. Companhia das Letras, SP, 1992.

QUEIROZ, Renata Isaura Pereira de. *Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. Ed. T.A. Queiroz, SP, 1991.

RAMIRES, Vera R. *O Exercício da Paternidade Hoje*. Ed. Record:Rosa dos Tempos, RJ, 1997.

RIDENTI, Sandra. "A Desigualdade de Gênero nas Relações Parentais: o Exemplo da Custódia dos Filhos" in ARILHA, Margareh. RIDENTI, Sandra e MEDRADO, Benedito. (Orgs). *Homens e Masculinidades - Outras Palavras*. Ed./34, ECOS, SP, 1998.

ROMANELLI, Geraldo. "Autoridade e Poder na Família" in CARVALHO, Renata do Carmo Brant de (Org.) *A Família Contemporânea em Debate*. Ed. Educ, SP, 1995.

ROSEMBERG, Fúlvia. "A Criação de Filhos Pequenos: Tendências e Ambigüidades Contemporâneas" in RIBEIRO E RIBEIRO, *Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira*. Ed. Loyola, SP, 1995.

RUSSO, Jane Araújo. "A Difusão da Psicanálise nos anos 70: Indicações para uma Análise" in RIBEIRO, Ivete(Org.). *Sociedade Brasileira Contemporânea: Família e Valores*, Edições Loyola, SP, 1987.

SAES, Décio de Azevedo Marques. "A Reemergência do Populismo no Brasil e na América Latina" in DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. Ed. Brasiliense, SP, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. *O Poder do Macho*. Ed. Moderna, SP, 1987.

SALEM, Tania. "Entrevistando Famílias: Notas sobre o Trabalho de Campo" in NUNES, E.O. (Org.) *A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*, Ed. Zahar, RJ, 1978.

----- "Famílias em Camadas Médias: uma Perspectiva Antropológica". *BIB 21, Anpocs*, RJ, 1986.

----- "O Casal Igualitário: Princípios e Impasses". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 9, vol. 3, 1989.

----- "A 'Despossessão Subjetiva': dos Paradoxos do Individualismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº18, 1992.

----- "Mulheres Faveladas: com a Venda nos Olhos". *Revista Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*. Ed. Zahar, RJ, 1980.

----- *O Velho e o Novo: um Estudo de Papéis e Conflitos Familiares*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1980.

SALLES, Vania. "Novos Olhares sobre a Família". *Revista Brasileira de Estudos de População vol. 11, nº 2, 2º sem.* 1994.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família Brasileira*. Ed. Brasiliense, SP, 1983.

----- "Tendências Atuais da História da Família no Brasil" in *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Ed. Espaço e Tempo, RJ, 1987.

SANDY, Peggy Reeves. "A Reprodução do Matriarcado na Antropologia Feminista". in GERGEN, M.M.(Org.) *O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento*, SP, 1993.

SARTI, Cynthia A. *A Família como Espelho. Um Estudo sobre a Moral dos Pobres*. Ed. Autores Associados, Campinas, 1996.

----- "Família e Individualidade: Um Problema Moderno" in CARVALHO, Renata do Carmo Brant de (Org.) *A Família Contemporânea em Debate*. Ed. Educ, SP, 1995.

----- "O Valor da Família para os Pobres" in RIBEIRO E RIBEIRO, *Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira*. Ed. Loyola, SP, 1995.

SANTOS, Tânia C. "A Cultura Psicanalítica e os Novos Formatos de Vivência Afetivo-Sexuais" in RIBEIRO E RIBEIRO. *Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira*. Ed. Loyola, SP, 1995.

----- "De Dona Leticia à Carmem da Silva: as Revistas Femininas e a Modificação do Comportamento da Mulher" in FIGUEIRA, Sérvulo(Org.). *Uma Nova Família? O Moderno e o Arcaico na Família de Classe Média Brasileira*, Ed. Jorge Zahar, RJ, 1987.

SAYN, Isabelle. "Quand se rompent les Renatages" in NEYRAND, Gerard. *La Famille Malgré Tout*. Panoramiques, Paris, 1996.

SCHÉRER, René. "Au gré de Utopies" in NEYRAND, Gerard. *La Famille Malgré Tout*. Panoramiques, Paris, 1996.

SEGATTO, Rita Laura. "Os Percursos do Gênero na Antropologia e para Além dela". *Sociedade e Estado*, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2º sem. 1997.

SIMMEL, George. "A Métropole e a Vida Mental" in VELHO, Otávio Guilherme(Org.). *O Fenômeno Urbano*. Ed. Guanabara, RJ, 1987.

SINGLY, François. "Le Modèle Singulier de la Famille Contemporaine" in NEYRAND, Gerard. *La Famille Malgré Tout*. Panoramiques, Paris, 1996.

SORJ, Bila. *Novo Paradigma Feminista ou Sociologia das Teorias Feministas?* Anpocs, 1997.(Mimeo)

----- "O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e da Pós-Modernidade" in BRUSCHINI, Renata C. A. e COSTA, Albertina de Oliveira.(Orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Ed., RJ, Fundação Carlos Chagas, SP, 1992.

SOUZA, Laura de Mello e (Org). *História da Vida Privada no Brasil 1. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. Companhia das Letras, SP, 1997.

SOUZA, Otávio. "Uma Visita ao Amor e à Conjugalidade na Época de Freud" in CALLIGARS et alli. *O Laço Conjugal*. Ed. Artes e Ofício, Porto Alegre, 1994.

SOUZA, Yeda S. "Até que a Morte os Separe. Sobre a Questão do Ideal de Indissolubilidade do Casamento" in CALLIGARS et al. *O Laço Conjugal*. Ed. Artes e Ofício, Porto Alegre, 1994.

TABAK, Fanny e VERUCCI, Florisa. *A Difícil Igualdade. Os Direitos da Mulher como*

Direitos Humanos. Ed. Relume-Dumará, RJ, 1994.

TELLES, Vera da Silva. "A Experiência da Insegurança: Trabalho e Família nas Classes Trabalhadoras Urbanas em São Paulo". *Revista de Sociologia da USP, Tempo Social*, 1992.

----- "Família e Trabalho: Precariedade e Pauperismo na Grande São Paulo" in *Revista Brasileira de Estudos de População* vol. 11, nº2, 2º sem. 1994.

THÉRY, Irène. "Le Problème du 'dèRenatage' " in NEYRAND, Gerard. *La Famille Malgré Tout*. Panoramiques, Paris, 1996.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América*. Ed. Itatiaia, BH; Ed. USP, SP, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro. "As Esquerdas e a Redescoberta da Democracia" in DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. Ed. Brasiliense, SP, 1994.

VAISTMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas*. Ed. Rocco, RJ, 1994.

----- "Casal sim, mas Cada um na sua Casa" in *A Nova Família*. Encarte Especial do Jornal do Brasil, RJ, 14 de julho de 1985.

VEYNE, Paul. "A Homossexualidade em Roma" in ARIÈS, P. e BENJIN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais. Contribuições para a História e para a Sociologia da Sexualidade* Ed. Brasiliense, SP, 1985.

VIANA, Cláudia et alli. *O Uso Analítico do Gênero: Balanço Crítico de Estudos Contemporâneos*, 1996. (Mimeo)

VILLELA, Wilza V. e BARBOSA, R. "Repensando as Relações entre Gênero e Sexualidade" in PARKER, R. e Barbosa, R. *Sexualidades Brasileiras*. Ed. Relume-Dumará, RJ, 1996.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Ed. Jorge Zahar, RJ, 1987.

----- *A Utopia Urbana. Um Estudo de Antropologia Social*. Ed. Zahar, RJ, 1978.

----- *Subjetividade e Sociedade. Uma Experiência de Geração*. Ed. Zahar, RJ, 1986.

----- "A Busca de Coerência: Coexistência e Contradições entre Códigos em Camadas Médias Urbanas" in FIGUEIRA, S.A. (Org.) *Cultura da Psicanálise*, Ed. Brasiliense, EP, 1985.

VELHO, Otávio Guilherme(Org.). *O Fenômeno Urbano*. Ed. Guanabara, RJ, 1987.

WALZBORT, Leopoldo. Classe Social, Estado e Ideologia. Revista de Sociologia da USP, *Tempo Social*, 1º sem. ,1998.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Ed. Livraria Pioneira, SP, 1989.

WIRTH, Louis. “O Urbanismo como Modo de Vida” in VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Ed. Guanabara, RJ, 1987.

WOORTMAN, Klaas. *A Família das Mulheres*. Ed. Tempo Brasileiro, RJ; CNPq, 1987.

YANNOULAS, Silvia Cristina. “Iguais mas não Idênticos”. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 1º sem. 1994.

ZAGURY, Tania. *O Adolescente por Ele Mesmo*. Ed. Record, RJ, 1996.

ANEXO I - REVISTAS E JORNAIS CONSULTADOS

CORREIO BRAZILIENSE. A Família em Primeiro Lugar. Brasília, 7 de Setembro de 1997.

JORNAL DO BRASIL . Caderno Especial. A Nova Família. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1995.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Especial. Família. São Paulo, 20 de Setembro de 1998.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Cotidiano. Outono do Patriarca. Mudanças nos Papéis Desestrutura Modelos Seculares e Altera o Script que Norteava a Vida Familiar. SP 1º de Novembro de 1998.

JORNAL O GLOBO. Jornal da Família. Na Barra da Saia da Mãe. A ‘Geração Canguru’ que não sai da casa dos pais. Rio de Janeiro, 1º de Fevereiro de 1998.

JORNAL O GLOBO. Jornal da Família. A Vida Alegre dos Donos de Casa. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1998.

REVISTA ISTO É. Mulher. Desafio na Família. Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1985.

REVISTA MARIE CLAIRE. “Profissões Femininas: Homens no Batente”. Agosto de 1997.

REVISTA VEJA. Mamãe Sabe Tudo. Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 1995.

----- **Crepúsculo dos Pais. Entrevista com a Socióloga Francesa Evelyne Sulerrot. Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 1992.**

----- **Sociedade Limitada. Rio de Janeiro 5 de Junho de 1991.**

----- **Vale o Escrito. Rio de Janeiro. 8 de Março de 1995.**

----- **Até que Não Vai Mal. Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1997.**

**REVISTA VEJA ESPECIAL 'SUA CRIANÇA DO NASCIMENTO ATÉ OS
'CINCO'. (Divórcio). Uma Nova Formação. Rio de Janeiro, 13 de Maio de 1998.**

ANEXO II - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Identificação do entrevistado

Nome:

Endereço:

Idade:

Profissão:

Renda:

Escolaridade:

Tempo de residência em BsB:

Procedência:

Família Nuclear:

Família de Origem:

1- A trajetória de vida:

Como era constituída sua família?

Qual foi a sua experiência nessa família?

Como foi o seu processo de autonomização nessa família?

Como é a família que você constituiu. Quais as semelhanças e diferenças entre elas?

Como foi pra você o processo de constituição da sua família?

Quais as pessoas que tiveram mais participação ao longo da sua vida?

Quais as fontes de realização pessoal para você?

2- O Casamento.

Como você vê a sua relação com o seu esposo (esposa)?

Quais as maiores fontes de conflitos?

Você acha que é uma relação pautada em igualdade ou existe alguém que acaba impondo as soluções na vida familiar?

Você sente (ou sentiu) alguns aspectos desiguais na relação, algumas coisas que só

é permitido a um realizar... (a questão profissional e as coisas mais cotidianas, como sair, viajar, beber com os amigos, etc.)

Como se dá a distribuição dos papéis em casa? O que cabe a cada um fazer?

Como você vêem a experiência como pais e mães? Quem teve mais participação na vida dos filhos? Como foi essa vivência para vocês? Quais as diferenças entre vocês em relação a essa vivência?

Filhos, Educação e Sexualidade

O que você acha mais importe na educação dos filhos?

Você acha que essa educação foi diferente da educação que você recebeu dos seus pais? Em que sentidos e direções?

Quais os limites para a liberdade dos filhos?

Como pensar a autonomia deles, no que diz respeito, por exemplo à religião, escolha profissional e sexualidade?

Você já procurou ler ou se preocupou com questões da psicologia que pudessem orientá-lo na educação dos filhos?

Você já fez algum tipo de terapia ou procurou ajuda psicológica para os filhos?

Como é vivida a sexualidade de filhos e filhas?

Política e Questões Gerais

Você tem ou teve ideais políticos, fale sobre eles.

Politicamente, você se considera de Direita, de Centro ou de Esquerda. O que o faz votar em um político? Fale sobre as eleições de que você se recorda e quais os motivos que o levaram a escolher aqueles políticos.

Você acha importante vincular-se a alguma forma de participação em associações coletivas? Por quê?

Cómo você se posiciona nesses temas que vem sendo polemizados no Brasil:

- a) a união civil de homossexuais
- b) a descriminalização do aborto
- f) o racismo no Brasil